



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPGCP
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SERGIO SCHARGEL MAIA DE MENEZES

**PODE O CONCEITO DE FASCISMO SER APLICADO AO BRASIL? Uma análise
sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo em seus diversos
ciclos e estágios**

RIO DE JANEIRO

2022

SERGIO SCHARGEL MAIA DE MENEZES

PODE O CONCEITO DE FASCISMO SER APLICADO AO BRASIL? Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo em seus diversos ciclos e estágios

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Política Mundial.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Simões Reis.

RIO DE JANEIRO

2022

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S Schargel Maia de Menezes, Sergio
PODE O CONCEITO DE FASCISMO SER APLICADO AO
BRASIL? Uma análise sobre materiais discursivos do
Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo em seus
diversos ciclos e estágios / Sergio Schargel Maia
de Menezes. -- Rio de Janeiro, 2022.
345

Orientador: Guilherme Simões Reis.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2022.

1. Fascismo. 2. Integralismo. 3. Bolsonarismo.
4. Reacionarismo. 5. Nacionalismo. I. Simões Reis,
Guilherme, orient. II. Título.

SERGIO SCHARGEL MAIA DE MENEZES

PODE O CONCEITO DE FASCISMO SER APLICADO AO BRASIL? Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo em seus diversos ciclos e estágios

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em: 04/04/2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Simões Reis (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Prof. Dr. Adriano de Freixo
Universidade Federal Fluminense - UFF

Dedico este trabalho a Cláudio Couce, por todo o apoio e incentivo acadêmico, e por inculcar em mim o interesse no tema do fascismo. E a Adoración de los Santos Reys, minha querida cubana que infelizmente não pôde ver a conclusão de mais um trabalho.

AGRADECIMENTOS

A jornada de um pesquisador não se faz sozinha, há muito ao que agradecer, tanto ao apoio pessoal quanto ao apoio institucional às várias pessoas que tornaram esse trabalho possível. Essa pequena lista contempla algumas das principais, mas é inevitavelmente incompleta.

Antes de tudo é preciso agradecer a quem tornou qualquer trabalho possível: Ludmila Schargel Maia. A quem devo agradecer por absolutamente tudo.

Também é fundamental agradecer a Cláudio Armando Couce de Menezes, por sua biblioteca da qual roubei tantos livros, pelas revisões, pelos diálogos fundamentais na construção dessa pesquisa. Devo a ele o interesse no tema do fascismo e, principalmente, em descobrir se o fascismo pode existir nos dias de hoje.

Também sou grato ao meu orientador, Guilherme Simões Reis, que me guiou por este trabalho tão cedo fui aprovado no processo seletivo.

Agradeço a Fabrício Pereira da Silva e Adriano de Freixo, por aceitarem participar da banca e por seus comentários na qualificação, fundamentais para guiar as etapas seguintes do trabalho.

Não posso deixar de agradecer também a André Coelho, que junto com Fabrício lecionou a disciplina Sistemas Políticos Latino-Americanos em 2019, e de meus colegas nesta disciplina, que foi decisiva no meu crescente interesse por ciência política e na ideia de aplicar para o mestrado na área.

Agradeço ao programa, o PPGCP se mostrou a casa perfeita para o desenvolvimento da pesquisa nesses últimos dois anos. É uma pena que tenha sido todo remoto.

Saindo da ciência política, é preciso lembrar e agradecer aos meus companheiros do PPGLCC/PUC-Rio, bem como de minha orientadora na literatura, Vera Lúcia Follain, e ao programa em si. Esta pesquisa é um desdobramento e uma “sucessora espiritual” da pesquisa desenvolvida na literatura, sobre como o fascismo foi apresentado na ficção, e a contribuição deles foi essencial para esse processo.

*The Earth is evil. We don't need to grieve for it. Nobody will miss it. Life is only on Earth.
And not for long (MELANCHOLIA, 2011).*

MENEZES, Sergio Schargel Maia de. **Pode o conceito de fascismo ser aplicado ao Brasil? Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo em seus diversos ciclos e estágios**. 2022. 345 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

O processo mundial de recessão democrática fez ressurgir a discussão acerca de qual termo utilizar para trabalhar os movimentos antidemocráticos que se espalharam por todo o planeta. Muito se tem discutido sobre autoritarismos, populismos, totalitarismos, reacionarismos, fascismos, entre outros conceitos políticos. No caso específico do fascismo, há um dissenso acerca da possibilidade de expandir e deslocar o conceito para além de seu surgimento na Itália de 1920. Caso seja possível, isso inevitavelmente acaba por ampliá-lo e considerar que, em espaço-tempo distinto, o fascismo adquirirá novas características, embora conserve pontos que o permitam continuar a ser compreendido como tal. Na prática, isto ocorre com qualquer conceito político, dado que qualquer conceito é polissêmico e não se limita de forma hermética a um espaço-tempo específico. Esta dissertação irá tratar da aplicabilidade do conceito de fascismo no Brasil, trazendo para isso um recorte temporal heterogêneo, a saber, o Fascismo, Integralismo e o Bolsonarismo. Entretanto, a intenção é trabalhar menos com o que esses movimentos foram de fato e mais com o que eles disseram sobre si próprios. Para isso, proporá responder uma pergunta de pesquisa inicial, o que é o fascismo, para enfim chegar a principal pergunta: o fascismo morreu em 1945 na Europa, ou ele pode aparecer em outros períodos e lugares? Especificamente, pode ele aparecer no Brasil? Para tal, serão tomados como objetos discursos, obras e programas escritos por líderes como Mussolini, Plínio Salgado e Jair Bolsonaro. Assim, serão trabalhados consensos e dissensos entre a aparição original do Fascismo e suas supostas contrapartes brasileiras, tomando características específicas como pontos de interseção, testando, no processo, a hipótese de que é possível aplicar o conceito para o Brasil. Isso tornará possível ampliar o estado da arte acerca da discussão conceitual dos movimentos apreendidos, ao interpretar hermeneuticamente como eles imaginavam a si próprios. À luz da proposta de fascismo “etapista” de Robert Paxton, em *Anatomia do Fascismo* — marco teórico deste trabalho que interpreta que todo movimento fascista obedeceria cinco estágios —, foram escolhidos objetos de análise relevantes que respondessem por um período amplo na existência desses movimentos, na intenção de apreender não apenas as diferenças entre eles, mas mesmo as mudanças discursivas idiossincráticas. Nesse sentido, também foi proposto uma divisão por ciclos para cada movimento, de acordo com as suas mudanças internas e em geral, mas não necessariamente, alinhado aos estágios de Paxton (por exemplo, o Fascismo de Mussolini perpassa ciclos progressista, liberal, ditatorial, imperial e nazifascista). Para além da pesquisa hermenêutica, utilizando métodos exploratórios, teóricos e descritivos de *close-reading* sobre os materiais apreendidos, também serão utilizados *softwares* como o Canva e o WordClouds, importantes por, respectivamente, ilustrar e quantificar os dados obtidos; além de análises estatísticas sobre a cultura política brasileira em 2018. Ao final, concluiu-se que, ainda que diferenças significativas existam, tanto mais considerando o espaço-tempo, Integralismo e Bolsonarismo possuem traços próximos ao Fascismo de Mussolini, o que permite, a partir disso, classificá-los como movimentos de matriz fascista.

Palavras-chave: Fascismo. Integralismo. Bolsonarismo. Reacionarismo. Nacionalismo.

MENEZES, Sergio Schargel Maia de. **Can the concept of fascism be applied to Brazil? An analysis of discursive materials from Fascism, Integralism and Bolsonarism in their various cycles and stages.** 2022. 345 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

The worldwide process of democratic recession has resurrected the discussion on which term to use to classify the anti-democratic movements that have spread across the planet. Much has been discussed about authoritarianism, populism, totalitarianism, reactionarism, fascism, among other political concepts. In the specific case of fascism, there is disagreement about the possibility of expanding and displacing the concept beyond its emergence in Italy in the 1920s. If the displacement of the concept is possible, it inevitably ends up enlarging it, in a way that opens itself to absorb new characteristics and experiences in distinct space-time manifestations, but at the same time maintaining intersections that allow it to keep being used. In practice, this occurs with any political concept, given that any concept is polysemic and is not hermetically limited to a specific space-time. This dissertation will deal with the applicability of the concept of fascism in Brazil in a heterogeneous time frame, namely, Fascism, Integralism and Bolsonarism. However, the intention is to work less with what these movements did and more with what they said about themselves. For this, it will propose to answer an initial research question, what is fascism, to finally arrive at the main question: did fascism die in 1945 in Europe, or can it appear in other periods and places? Specifically, can fascism happen in Brazil? To this end, speeches, works and programs written by leaders such as Mussolini, Plínio Salgado and Jair Bolsonaro will be taken as objects of the analysis. Thus, consensus and disagreement will be worked out between the original appearance of Fascism and its supposed Brazilian counterparts, taking specific characteristics as points of intersection, testing, in the process, the hypothesis that it is possible to apply the concept to Brazil. This will make it possible to expand the state of the art regarding the conceptual discussion of the movements apprehended, by hermeneutically interpreting how they imagined themselves. In the light of Robert Paxton's proposal of "staged" fascism, in *Anatomy of Fascism* — taken as the theoretical framework of this work, in which Paxton interprets that every fascist movement would obey five stages —, relevant objects of analysis were chosen that account for a wide period in the existence of these movements, with the intention of apprehending not only the differences between them, but even the internal discursive changes. In this sense, a division by cycles was also proposed for each movement, according to its internal changes and in general, but not necessarily, aligned with Paxton's stages (for example, Mussolini's Fascism runs through progressive, liberal, dictatorial, imperial and Nazi-fascist cycles). In addition to the hermeneutic research, using exploratory, theoretical and descriptive methods of close-reading on the seized materials, softwares such as Canva and WordClouds will also be used, important for, respectively, illustrating and quantifying the data obtained; in addition to statistical analyzes on Brazilian political culture in 2018. In the end, it was concluded that, although significant differences exist, especially considering the space-time, Integralism and Bolsonarism have traits close to Mussolini's Fascism, which allows classifying them as updated and Brazilian versions to the early fascists' movements.

Keywords: Fascism. Integralism. Bolsonarism. Reactionarism. Nationalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O que é fascismo?	24
1.1 A interpretação marxista e a interpretação liberal.....	26
1.2 A visão psicanalítica: fascismo e base de massas	35
1.3 Outras interpretações contemporâneas.....	45
1.4 A interpretação de Robert Paxton: as características mais notáveis do fascismo.....	53
2. A síntese do machado: as mudanças discursivas de Mussolini em cinco ciclos	72
2.1 Primeiras movimentações	76
2.2 O Fascismo chega ao poder e intensifica o seu autoritarismo.....	98
2.3 Entropia e doutrina	113
3. Um fascismo periférico? O Integralismo	146
3.1 O início	148
3.2 Institucionalização e tentativa de cargos executivos	165
3.3 O exílio	176
3.4 O retorno	183
3.5 (Neo?)Integralismo	195
4. Um fascismo brasileiro no século XXI? Uma análise da retórica do Bolsonarismo	210
4.1 O protobolsonarismo: anticomunismo militar	212
4.2 Segundo ciclo: ascensão — 2013 — 2017	229
4.3 Terceiro ciclo: campanha — 2018 - Programa	252
4.4 Quarto e quinto ciclos: 2019 e 2021 — Choques iniciais e recrudescimento	275
Considerações finais	297
FONTES PRIMÁRIAS	305
REFERÊNCIAS	307

Introdução

“*Ou poderia haver mesmo um nada — um vazio no espaço cósmico. Talvez assim seria melhor para todos*” (TOKARCZUK, 2019, p.56).

É preciso começar este trabalho com uma questão incômoda, mas de necessária delimitação: o que é fascismo? Incômoda, porque ainda hoje, transcorrido mais de um século do seu surgimento, pesquisadores continuam divergindo quanto à interpretação do conceito. A interpretação marxista do fascismo, por exemplo, distingue-se completamente da interpretação liberal. Não ajuda que o conceito tenha sido apropriado como grito de guerra político. Desta questão decorre o problema de pesquisa: considerando que movimentos de massa contemporâneos recebem com frequência o epíteto de fascistas, o fascismo morreu em 1945 ou é possível que reapareça atualmente? Esta dissertação tratará inicialmente da primeira pergunta, para tentar, por fim, responder o problema.

Antes de tudo é importante sempre recordar que conceitos são polissêmicos. Não há interpretação unívoca do fascismo e não é objetivo deste trabalho cravar um caminho unilateral para um fenômeno complexo que levanta extensivos debates há um século. Seria demasiadamente pretensioso. Tampouco é objetivo incorrer à repetida noção de “fascismo mínimo”, isto é, se apoiar na tentativa de definir uma noção básica de fascismo sem a qual ele não pode existir. Tal tarefa é complexa porque implica em petrificar um conceito que está em constante evolução e que adquire novas características conforme suas manifestações, como bem aponta Umberto Eco (2018, p. 43). O objetivo é entender o que é fascismo, suas principais correntes de interpretação, suas principais características — sem descartar que podem existir outras, ou que podem existir fascismos sem algumas dessas — e a seguir perceber suas reconstruções com particular atenção para o plano discursivo.

Muito se tem debatido na ciência política, e nas ciências humanas em geral, sobre a recessão democrática mundial. A atenção é tanta, que dois livros com praticamente o mesmo título e ideias foram lançados com um espaço de pouco mais de seis meses: *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman; e *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Tanto o livro de Runciman (2018) quanto o de Levitsky e Ziblatt (2018) defendem a mesma ideia: a democracia está sendo destruída gradualmente por governos populistas, para não dizer fascistas. Se antigamente a morte da democracia se dava através de uma ruptura violenta, e era visível quando chegava ao fim, agora ela é lentamente devorada, de dentro para fora, através dela própria. Como uma cobra devorando seu próprio rabo, os antidemocráticos se utilizam das instituições democráticas para corroê-las. O tom, via

de regra, é apocalíptico. Se ainda é cedo para afirmar que suas projeções pessimistas erraram, e tampouco não é possível negar o perigo que os nacionalismos autoritários ressurgentes oferecem às democracias ao redor do mundo, talvez seja precipitado tomar esse pessimismo por Cassandra. Quiçá faça mais sentido pensar nessa recessão democrática mundial não como o fim inevitável das democracias liberais, mas como o que David Runciman chamou de uma crise de meia-idade.

Esse processo trouxe de volta consigo a discussão sobre fascismo. Nesse sentido, há uma cisão entre pesquisadores e o que se pode pensar como um fascismo hermético e um fascismo maleável. O primeiro grupo defende que o conceito de fascismo deve ser limitado à sua versão histórica, não sendo possível deslocá-lo para compreender fenômenos contemporâneos. Para eles, o conceito é determinado pela manifestação original. Em outras palavras, como qualquer versão do fascismo que surja depois do italiano terá novas roupagens, nenhum deles pode ser considerado, de fato, como fascismo. Se muito, como mostra Renzo de Felice (1976, p. 277-280), o fascismo seria limitado à Europa do início do século XX por particularidades do continente que não poderiam ser replicadas em outro contexto, como a formação tardia de Estados-nações, a decadência moral, a Primeira Guerra e a ameaça Bolchevista. Michael Mann (2008, p. 495) corrobora essa afirmação ao defender que “o fascismo do entreguerras não é um fenômeno genérico, mas de um período específico da Europa. Seu legado sobrevive, hoje, sobretudo num tipo diferente de movimento social: os etnonacionalistas”. Lançando mão de um argumento que, no mínimo, ignora movimentos assumidamente inspirados no fascismo europeu ao redor do mundo no mesmo entreguerras, Mann entende que teriam “degenerado” para uma espécie de nacionalismo populista, embora o fascismo seja justamente um nacionalismo de massas.

Robert Paxton (2007, p. 46) mostra a grande deficiência deste argumento: supondo que realmente assim o seja, então o mesmo se aplicaria a todos os demais conceitos políticos. Em suma, este argumento elimina a polissemia conceitual e ignora as formas com que conceitos políticos se reinventam. Em última análise seria necessário criar, *ad infinitum*, novos conceitos para classificar cada novo movimento político. Seguindo esta corrente, o socialismo científico deveria ser limitado a Marx, o conservadorismo moderno não encontraria outra versão além de Burke e qualquer movimento de retorno a um passado que não se pautasse pela religião, minimamente distinto do reacionarismo de Maistre, não poderia ser entendido como tal. O que falar, então, da ideia de democracia e suas infinitas vertentes?

A crítica ao argumento de Felice é mais complexa, mas passa por motivos semelhantes. De fato, é possível que ideias como fascismo simplesmente não sejam aplicáveis

da mesma forma no contexto da América Latina, por exemplo, porque as idiossincrasias da região são colossais. Porém, da mesma forma que ideologias como liberalismo e conservadorismo expressam suas próprias versões em outros espaços, possivelmente o mesmo pode acontecer com o fascismo. Rafael Mesquita, em seu artigo sobre desenho de pesquisa, reforça este argumento ao afirmar que esse exercício de deslocamento é possível, desde que variáveis relevantes sejam consideradas:

As categorias mobilizadas para propor uma lei, observadas em determinado contexto, não são automaticamente trasladáveis a outros cenários. Subjaz essa previsão uma crença que sistemas sociais são diversos entre si ao ponto que, ainda que se dê um único nome a certo fenômeno de interesse (e.g.: “protesto”, “democracia”), sua materialização em ambientes distintos mobilizará tantas idiossincrasias locais que o conceito já não servirá para descrever a mesma coisa. Com respeito a essa querela, Przeworski e Teune (1970) assumem a posição que a pesquisa comparada pode sim produzir afirmações nomotéticas. Em outras palavras, ao invés de se contentar em afirmar que certos fenômenos se observam em sistemas específicos, isto é, utilizar os nomes próprios dos sistemas (ex.: democracia na Índia, Canadá, Nigéria, etc) como previsores, é possível substituir estes nomes por variáveis mensuráveis. Buscar a generalização não é prescindir da história em prol do abstrato. Antes, enunciados historicamente situados são potencialmente generalizáveis, pois encerram sob nomes próprios (ex.: “Alemanha no entre-guerras”, “África nos anos 1960”, etc.) um conjunto de fatores causais latentes. Estes podem ser transportados de um contexto a outro de modo a se alcançar uma teoria mais geral, restando os fatores únicos e irreplicáveis como um “resíduo” da explicação teórica. Por isso, Przeworski e Teune defendem que o elo entre observações históricas e teorias gerais está na substituição dos nomes próprios por variáveis relevantes (quando se acredita que dada classe de eventos sociais pode ser expandida para além de um sistema específico), e que este é o fim da pesquisa comparada (MESQUITA, 2017, p. 198).

Conforme aponta Blumenberg (2013, p. 47), é necessário que um conceito possua: “indeterminação suficiente para ainda poder apreender tais experiências futuras, de modo que eventos correspondentes e adequados também possam ser relacionados a elas, ainda que no detalhe da concreção plena haja divergências quanto a experiências passadas”. Em outras palavras, é impossível interpretar um conceito de forma hermética sem limitá-lo unilateralmente, mesmo porque os conceitos reconstróem-se dentro de si. Pois não foi o Fascismo em 1920 distinto do Fascismo em 1940? Dessa forma, é inevitável que quanto mais se amplie um conceito, de modo a abranger outros movimentos além de sua manifestação inicial, ele adquira nuances exponencialmente (PAXTON, 2007, p. 46). Entretanto, são os pontos de interseção, quando consideráveis, que permitem utilizá-los como método para compreender esses movimentos. Isso não impede, portanto, que correntes específicas de interpretação sejam tomadas, o que, na prática, possibilita o trabalho com esses conceitos. Em outras palavras, há de se ter zelo para que o conceito não se torne aberto ou fechado em

excesso. É evidente que semelhantes absolutos do Fascismo histórico jamais aparecerão, da mesma forma que semelhantes absolutos do Nazismo, do comunismo vietnamita ou do Varguismo jamais aparecerão.

Considerando o fascismo como um conceito genérico e, portanto, passível de ser deslocado para outros contextos, este trabalho realizará uma hermenêutica do fascismo, tratando da aplicabilidade do conceito no Brasil. Isto é, através de um recorte voltado para obras, discursos e programas de líderes como Mussolini, Plínio Salgado e Jair Bolsonaro, postos em diálogo com uma base teórica sobre “fascismo flexível”, do qual *Anatomia do Fascismo*, de Robert Paxton, é o maior exemplo, perceber consensos e dissensos entre essas produções teóricas. Assim, será possível trabalhar mais com as formas com que esses movimentos enxergam a si próprios, e os consequentes diálogos que realizam, e menos com o que realizaram na prática. Torna-se possível, desta forma, testar a hipótese principal de que o Integralismo e o Bolsonarismo, ao menos em sua condição programática e discursiva, seriam formatos de fascismos brasileiros. Isso permitirá ampliar o estado da arte acerca da discussão conceitual dos movimentos apreendidos, ao interpretar hermeneuticamente como eles imaginavam a si próprios.

O principal objetivo desta pesquisa é perceber a aplicabilidade do conceito de fascismo para o contexto brasileiro, pensando, no processo, se é possível importar um conceito original do Norte e do início do século XX. Não se trata, porém, de um mero exercício de rotulação, mas de um estudo teórico e comparado com atenção especial ao plano discursivo. Assim, será privilegiado um recorte de três objetos: o Fascismo conforme aparece nos escritos de Mussolini, principalmente em sua doutrina; o Integralismo e suas reconstruções discursivas, do Manifesto de 1932 a sua institucionalização no PRP; e o Bolsonarismo, conforme pensado em especial no *Programa Fênix* de 2018. O recorte de tempo heterogêneo permite apreender também as possíveis reconstruções e adaptabilidade deste conceito — como qualquer conceito político — considerando que, apesar de um inevitável alargamento para poder transpô-lo ao Brasil, é imprescindível que características essenciais sejam identificadas, já que, do contrário, seria impossível entendê-lo. Como força motriz do objetivo geral, a principal hipótese a ser testada assume que é possível deslocar o conceito, ampliar o seu significado original e trabalhar com suas características essenciais para aplicá-las a um contexto bastante distinto de sua primeira aparição. Isto é, que movimentos políticos brasileiros podem ser interpretados como fascistas, mesmo com suas idiosincrasias e inevitáveis dissensos em relação ao fascismo como surgiu na década de 1920.

O pretendido estudo de aplicabilidade acaba por inevitavelmente suscitar objetivos intermediários em colóquio direto com o objetivo principal. Como dito no parágrafo anterior, para utilizar um conceito é evidentemente imprescindível compreendê-lo. Portanto, o primeiro objetivo intermediário do trabalho, a ser tratado logo neste primeiro capítulo, é traçar uma compreensão do conceito, destacando o polissêmico estado da arte e a interpretação que se privilegiou. O primeiro capítulo será destinado ao entendimento do que é o fascismo, suas diferenças em relação a outros conceitos, suas principais interpretações e as transformações que o conceito sofreu ao longo das décadas, ponto em que a obra *Anatomia do Fascismo*, de Robert Paxton, será fundamental. Em suma, o primeiro capítulo pretende trazer o que se entende por fascismo, suas características mais identificáveis e algumas das principais visões sobre um tema extenso. A seguir, perceber dissonâncias e similitudes entre o que é proposto nos materiais teóricos e a prática desses movimentos, bem como a forma com que dialogam entre si e absorvem traços uns dos outros. Por fim, em consonância com o objetivo principal, colocar esses traços discursivos em diálogo com a interpretação teórica destacada no primeiro capítulo.

Trabalhar em profundidade com um conceito específico e seus deslocamentos, permitirá ampliar o estado da arte em ao menos duas frentes: adicionar elementos idiossincráticos de contextos distintos à compreensão do conceito escolhido; e, em consonante, perceber se sua aplicabilidade ao Brasil aprofunda também no próprio entendimento desses recortes históricos específicos, considerando a interpretação que um conceito fornece ao objeto. Por exemplo, no caso da confirmação ou rejeição da hipótese, como se o Bolsonarismo é uma espécie de fascismo, a própria interpretação do Bolsonarismo é moldada. No âmbito social, trabalhar a reconstrução do fascismo permite ajudar no processo de resgatar o conceito de sua má utilização, por grupos que o vislumbram de forma excessiva e por grupos que não o enxergam em nada. A devida teorização torna possível o deslocar de ambas visões problemáticas e aprofundar o debate em um conceito que foi deturpado de forma excessiva desde praticamente o seu surgimento, quando stalinistas passaram a chamar sociais-democratas de sociais-fascistas (BRAY, 2018, p. 74-75).

Por se tratar de uma pesquisa essencialmente teórica e sobre materiais discursivos, um exercício de hermenêutica e *close-reading*, o método qualitativo, exploratório e comparatista apresenta-se como o formato mais adequado para atingir o objetivo geral. Qualquer exercício de comparatismo demanda certo grau de flexibilidade e generalismo. Dado as idiossincrasias e o contexto único de cada objeto, é evidente que aparecerão diferenças ao se deslocar um conceito, um processo que não invalida a pesquisa científica e, ao contrário, permite

apreender não somente as semelhanças entre os objetos à luz do *corpus*, mas também essas distinções, e traçar uma análise aprofundada dentre essas manifestações. Por essa razão é imprescindível o aprofundamento no referencial teórico acerca do conceito escolhido: somente assim, apreendendo suas características, será possível perceber particularidades e variáveis dentre os objetos que confirmem ou refutem as hipóteses.

Sem sucumbir à pretensão de revolucionar o estudo sobre o fascismo e defini-lo absolutamente, o que implicaria uma contradição ao próprio objetivo deste trabalho, o emprego de um método exploratório permitirá adicionar uma nova camada ao estado da arte, ajudando a reforçar a utilização apropriada do conceito — sem alargá-lo ou estreitá-lo em demasiado — e a enriquecer sua compreensão. Justifica-se assim, como se verá adiante, a definição concisa do conceito e sua diferenciação em relação a outros conceitos. Como Mesquita destaca:

Pode-se dizer que duas coisas serão comparáveis com respeito aos atributos que elas compartilham: se não compartilham nenhum, são incomparáveis, se todos, são a mesma coisa, e em ambos os casos a comparação é inútil. Para as situações entre esses extremos, ela é viável. Sartori (1991), contudo, alerta para o risco de o pesquisador, na busca por aumentar o número de casos sob análise, estique um conceito (“concept stretching”) ao ponto de esvaziá-lo de qualquer precisão semântica, tornando-o operacionalmente inválido (MESQUITA, 2017, p. 199).

Para atingir o objetivo, é imprescindível uma extensa bibliografia teórica acerca do conceito de fascismo e sua relação com os objetos. Por se tratar de um conceito polissêmico e extensivamente estudado, é obviamente impossível tratar todas as variáveis possíveis e correntes existentes de interpretação em uma dissertação de mestrado. Assim sendo, este trabalho beberá principalmente da interpretação do já mencionado Robert Paxton (2007) em *Anatomia do Fascismo*, que o entende, em resumo, como sendo um movimento autoritário, nacionalista e reacionário, de base de massas, pautado por uma retórica de retorno a um passado inexistente, que se coloca impreterivelmente contra um inimigo objetivo desumanizado, encarnado como epítome em um Messias com poderes sobre-humanos, pautado em um conspiracionismo paranoico. Importante notar que para autores como Rob Riemen (2020), as pautas e orientações econômicas do Fascismo italiano não são essenciais para entender o fascismo, considerando que um fascismo pode ter caráter liberal, protecionista, ou pautado em qualquer outra ideologia econômica.

Assim, o primeiro capítulo, conforme já sinalizado, iniciará com uma abordagem sobre o estado da arte, isto é, tratando de algumas das principais interpretações do fascismo e os pontos fortes e fracos de cada argumentação. Com cem anos de história, o fascismo é

analisado sob uma ampla gama de visões, das quais vale destacar a marxista, que defende que o fascismo é a expressão mais intensa da luta de classes¹, inicialmente tomada como o último suspiro de um capitalismo moribundo, posteriormente como paroxismo da burguesia (FELICE, 1976, p. 15); a liberal, que enxerga no fascismo um sinônimo distorcido do comunismo; a do fascismo hermético, que compreende que movimentos contemporâneos, por mais próximos que sejam, não podem ser chamados de fascistas²; a filosófica, que defende que o fascismo é efeito da decadência moral³; a “técnica”, que acredita que o fascismo é consequência inevitável de sociedades não desenvolvidas e/ou em crise econômica⁴; e, por fim, uma interpretação etapista que compreende que qualquer conceito político é maleável, da qual Paxton (2007) se destaca. Nesse ponto, obras como *Explicar o Fascismo*, de Renzo de Felice; *Fascismo*, de Evgeni Pachukanis; além dos já mencionados *Fascistas*, de Michael Mann e *Anatomia do Fascismo*, fornecem um panorama complexo sobre algumas dessas principais correntes interpretativas.

A cisão entre pensadores como Paxton e Mann, entre fascismo maleável e fascismo hermético, pode ser resumida em uma oposição binária: para o primeiro, o fascismo surge de início como um agregado de características amalgamadas em um movimento; enquanto o segundo acredita que o movimento veio primeiro, o conceito depois. Essa interpretação de Paxton é retomada por autores como Mark Bray (2019, p. 16), que afirma que “há indícios históricos suficientes para afirmar que o fascismo é sempre uma virtualidade presente em qualquer Estado moderno”, e Rob Riemen (2020, tradução nossa), que interpreta o fascismo como o “filho bárbaro da democracia de massas”.

Um ponto de destaque da conceitualização de Paxton (1998), e que precisa ser levantado, dado que permeará grande parte da pesquisa, é sua proposta de que o fascismo, independente de sua manifestação, obedeceria cinco estágios: 1) a criação dos movimentos; 2) enraizamento, quando um movimento se torna um partido e passa a ter influência; 3) a chegada ao poder; 4) o exercício do poder; e 5) entropia ou radicalização. De acordo com

¹ Interpretação definida na III Internacional (FELICE, 1976, p. 70).

² Da qual o livro *Fascistas!*, de Michael Mann, é um bom exemplo.

³ Literatos do cânone europeu pós-guerra trabalharam bastante com essa interpretação, dos quais vale destacar Thomas Mann e Albert Camus (RIEMEN, 2012, p. 12-13, 77-78). Benedetto Croce também corroborou com esta interpretação, ao afirmar o Fascismo como parêntese na História italiana: “não foi pensado, nem querido, nem apoiado por nenhuma classe social em particular. [...] foi uma perda de consciência, uma depressão cívica e uma embriaguês produzidas pela guerra” (CROCE apud FELICE, 1976, p. 35). As interpretações de Mann e Croce são explicitamente elitistas: ambos defendem que o nazifascismo foi um acidente histórico porque as massas obtiveram poder e que, para restaurar a normalidade, é preciso que ele seja deslocado para as elites intelectuais (PAXTON, 2007, p. 21). Fresu (2017) mostra que, na verdade, o Fascismo tem “origem nos limites do processo de unificação nacional, o chamado *Risorgimento*, na debilidade das suas classes dirigentes, na utilização permanente do transformismo como meio de consolidação do poder” (FRESU, 2017, p. 37).

⁴ Interpretação tomada por Robert Dahl (2005, p. 17) em *Poliarquia*, por exemplo.

Paxton, o Fascismo⁵ italiano seria um exemplo de fascismo que caminhou à entropia, enquanto o Nazismo um exemplo de radicalização. O autor destaca que grande parte dos movimentos morre ainda no primeiro estágio, sem conseguir se tornar um partido. Esses estágios serão particularmente úteis para entender o recorte proposto às obras do Fascismo italiano e do Integralismo, considerando sua extensão temporal.

Não obstante a discussão sobre as diferentes análises sobre o fascismo, bem como sobre o olhar de Paxton e suas propostas, o primeiro capítulo da dissertação também será dedicado a explorar o que se entende por fascismo neste trabalho. Isto é, características tomadas por essenciais, sempre com a ciência que qualquer conceitualização é incompleta e acaba por inevitavelmente excluir outras variáveis. Em outras palavras, a dissertação não se propõe a apresentar um conceito hermético e irrefutável de fascismo — tal tarefa seria não apenas pretenciosa, mas tanto impossível —, e sim compreendê-lo através de algumas de suas facetas mais prementes e marcantes. Isso não significa, portanto, que não possa existir um fascismo que não conte com essas características trabalhadas, ou que as expanda para além, mas apenas que, para viabilidade de uma pesquisa, esses pontos são tomados como os mais destacados e evidentes.

Assim, visando diferenciar os conceitos e, nos capítulos seguintes, verificar sua aplicabilidade nos objetos, esta dissertação tomará como características mais presentes os seguintes traços do fascismo, compreendendo o fascismo como uma manifestação conjunta e simultânea de todos:

I) Autoritarismo — Qualquer exemplo histórico ou contemporâneo aponta que não há fascismo que não seja antidemocrático em sua própria essência. O fascismo absorve o autoritarismo na unilateralidade e necessidade de um líder forte que não se dobra a ninguém.

II) Nacionalismo — A ideia de Estado-nação está para o fascismo como a liberdade está para o liberalismo ou a igualdade para o socialismo.

III) Reacionarismo — Tomando o reacionarismo como uma reação a uma suposta degenerescência. É imprescindível ao fascismo que se coloque como uma reação, mergulhado na melancolia de tomar o contexto político como degenerado, contando que apenas o messias poderá impedir essa decadência. Decorre, portanto, o discurso melancólico de retorno a um passado mítico, em geral inexistente, e o conspiracionismo paranoico de acreditar que o inimigo objetivo está destruindo a nação.

⁵ Neste trabalho serão utilizadas maiúsculas sobre Fascismo e Nazismo quando significarem as versões históricas do movimento e regime de Mussolini e Hitler, e minúsculas quando forem tomados como conceitos.

Soma-se ainda outros dois pontos-chaves não necessariamente inclusos nesses conceitos anteriores: uma base de massas e um Messias. Embora evidentemente esses conceitos existam de forma independente, já que não necessariamente um nacionalismo ou um reacionarismo é fascista. Entende-se, portanto, a necessidade de diferenciá-los e de classificar as características principais do fascismo dentro dos demais conceitos.

Para tornar isso possível, é imprescindível um referencial teórico para além do conceito do fascismo, isto é, que também explore os outros conceitos. Embora obras já mencionadas como *Anatomia do Fascismo* trabalhem essas diferenças, ao menos uma obra sobre cada conceito é essencial para aprofundar essa questão. Para o conceito de nacionalismo, um dos pontos centrais para o fascismo, *Nações e nacionalismos desde 1780*, de Eric Hobsbawm e *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson preenchem o cerne teórico. Por fim, *Considerações sobre a França*, de Joseph de Maistre e *Reflexões sobre a revolução em França*, de Edmund Burke completam a base teórica conceitual, permitindo entender o cerne reacionário do fascismo e diferenciá-lo do conservadorismo, mesmo o conservadorismo autoritário.

Decorrida a discussão acerca da conceitualização e suas interpretações, o segundo capítulo trará, enfim, o primeiro objeto: o Fascismo histórico, em sua primeira aparição sob Mussolini. Como foi dito anteriormente, o foco recairá menos sobre o que o Fascismo empregou na prática — mesmo porque em seus mais de 20 anos de existência o próprio Fascismo alterou-se ciclicamente, conforme migrava através dos estágios propostos por Paxton — e mais sobre o seu plano discursivo e teórico. Evidente e inevitável que os planos prático e histórico sejam postos em contraste ao discursivo, mesmo para mostrar algumas das contradições entre o dito e o feito, entre o Fascismo ideal e o Fascismo real, mas não será o ponto principal. Assim, além de obras já mencionadas como *Anatomia do Fascismo*, contribuições como *Fascismo*, de Evguiéni Pachukanis e *A primer of Italian Fascism*, de Jeffrey T. Schnapp, além de *Nas trincheiras do Ocidente*, de Gianni Fresu, fornecem uma base teórica sólida sobre o movimento de Mussolini. Além destes, o clássico de Albert Hirschman, *A retórica da intransigência*, semelhante ao que será feito com Paxton, permeará todo o trabalho, fornecendo insumos à análise da retórica do reacionarismo dos três movimentos.

Sobre a análise dos materiais do Fascismo, privilegiou-se um recorte temporal heterogêneo, buscando perceber os estágios de Paxton (1998). Em diálogo com esses estágios, este trabalho propõe a divisão de materiais sobre o Fascismo sobre cinco ciclos próprios de sua versão italiana. Respectivamente, esses serão os materiais tomados para cada ciclo: 1)

para o ciclo progressista (1915-1921), no qual o Fascismo ainda possuía traços de sua origem socialista, será tomado o programa original da fundação do *Fasci di Combattimento*, publicado em 1919; 2) para o ciclo liberal (1921-1925), a partir do qual o Fascismo, para poder ascender ao poder, se liga a uma coligação conservadora-liberal e aplica medidas liberalizantes na economia (a despeito de traços paradoxais de retórica antiliberal), serão tomados o programa da fundação do Partido Nacional Fascista (PNF), de 1921, e o *Discurso de Nápoles*, na véspera da Marcha sobre Roma em 1922; 3) o ciclo autoritário/corporativista (1926-1932), receberá atenção sobre o *Discurso sobre Matteotti*, no início de 1925, a efeméride sobre a qual tem início o Fascismo como uma ditadura; 4) por fim, o ciclo imperial (1932-1943) se dobrará sobre a *Doutrina do Fascismo*, de 1932, que marca a tentativa de Mussolini em legitimar intelectualmente o seu regime.

No terceiro capítulo, semelhante será empregado ao Integralismo. Por ter tido vida maior, é possível trabalhar com um escopo temporal mais heterogêneo. Não é sem motivo que a produção de Plínio Salgado, tanto artística quanto teórica, seja tão extensa. Ainda maior se forem tomados outros líderes como Miguel Reale e Gustavo Barroso. Desse modo, visando distribuir esses materiais em um espaço temporal amplo, para cobrir essas reconstruções e ciclos do Integralismo, foram escolhidos como materiais o *Manifesto de outubro*, de 1932, o início prático do integralismo; o discurso de candidatura de Salgado, por sua importância na tentativa do Integralismo de chegar ao Executivo; o *Manifesto de maio*, publicado em 1939, uma das primeiras publicações de Salgado no exílio, dado a necessidade de trabalhar sobre este período marcante e a relação entre o Integralismo brasileiro, o Integralismo português e os Estados Novos de ambos os países; O *Manifesto-diretiva*, em 1945, por atualizar a doutrina do Integralismo e dar início ao novo ciclo, com o Partido da Representação Popular (PRP) e a institucionalização. Por fim, complementa-se com um discurso já no ciclo final do Integralismo sob o comando de Plínio Salgado, em 1961, pouco antes da Ditadura. Assim, através deste recorte amplo que abrange quatro décadas, torna-se possível apreender as mudanças e permanências discursivas, programáticas e doutrinárias do Integralismo sob a liderança de Salgado.

Em diálogo com os textos dos próprios Integralistas, é preciso trazer obras teóricas sobre o movimento, dada a necessidade de entendê-lo e de comparar teoria, discurso e prática. Assim, complementam este escopo obras como *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*, de Marilena Chaui; e o recente, particularmente interessante ao trabalho por relacionar Integralismo e Bolsonarismo, *O Fascismo em camisas verdes*, de Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira Gonçalves.

O último capítulo se desdobrará sobre o Bolsonarismo e sua relação com os dois movimentos anteriores. A complexidade do Bolsonarismo, e sua relação antropofágica com o Fascismo e o Integralismo, exigem tarefas em diversas frentes. Tendo absorvido abertamente fragmentos tanto do Integralismo quanto do Fascismo — não é coincidência que Bolsonaro e seguidores próximos tenham citado frases de Mussolini em algumas oportunidades; para além de seu lema, “Deus, pátria e família” ser uma recriação do lema do Integralismo e “Brasil acima de todos” não falhe em retomar “Deutschland über alles”, da Alemanha Nazista — o Bolsonarismo precisa ser posto em diálogo com esses movimentos anteriores. Entretanto, se há bastante material para se trabalhar com os fenômenos históricos anteriores, pela proximidade temporal e pelas características dos líderes — Mussolini, Salgado e Barroso, por mais que ressaltassem o valor da ação, também possuíam uma preocupação intelectual em deixar escritos e teorias sobre seus movimentos, aspecto inexistente em Jair Bolsonaro — é inevitável que o material seja mais escasso. Entretanto, isso não implica que não existe material suficiente para se trabalhar.

Dada a quantidade escassa de materiais intelectuais do Bolsonarismo — bem como a sua relação simbiótica com a Ditadura Militar, para além apenas do Integralismo — é importante situar o debate sobre este movimento um pouco antes. Explorar sua gênese, sua origem, em outras palavras. Pois, da mesma forma que o fascismo precedeu e transcendeu o Fascismo, o Bolsonarismo também precede, ao menos em parte, a figura de Bolsonaro. Todavia, da mesma forma que o Bolsonarismo é plural — abrangendo em aliança desconfortável setores díspares — o caldo cultural sobre o qual ascendeu também o é. Na impossibilidade de abordar todos, privilegiou-se dois: o militarismo formado pelas Forças Armadas brasileiras e o reacionarismo de Olavo de Carvalho.

Afinal, seria irresponsável ignorar a relevância da formação do exército sobre Bolsonaro, dado que cresceu e se formou durante os anos da ditadura. Se é possível que o Bolsonarismo tenha muito do Fascismo e do Integralismo, também é inevitável que tenha bastante do autoritarismo militar. E, no caso das Forças Armadas brasileiras, há uma interseção com esses dois outros movimentos: o anticomunismo. Uma ideologia que não sem motivo é utilizada como espantalho para o golpe, mas que vem em gestação desde o início do século XX e não morre com o fim do comunismo real em 1991 — ao contrário, se renova.

Considerando que o Bolsonarismo é um processo em andamento, em constante evolução, da época da escrita desta dissertação, é natural que o recorte dos materiais que se trabalharão sejam distribuídos em ciclos temporais mais curtos. Outrossim, pela escassez de materiais do próprio Bolsonaro, e por seu pensamento ser, na prática, um amálgama de uma

base intelectual anterior, faz-se mister que a análise hermenêutica transcenda apenas os seus discursos. Neste sentido, para entender o Bolsonarismo é preciso reconstruir as ideias que estão em sua base. Fragmentos delas vêm dos movimentos anteriores, como o Fascismo e o Integralismo, como será discutido comparativamente. Mas uma outra parte é, por assim dizer, mais “independente”. O anticomunismo militar e o discurso antiglobalismo, por exemplo, por mais que reeditem em larga medida os argumentos ultranacionalistas e conspiracionistas presentes nesses dois antecessores, também se reconstróem e se atualizam em nova forma para o século XXI. Em suma, é necessário trabalhar não apenas com o que o Bolsonaro diz, mas também com o embrião que o gestou. O que, para o próprio Bolsonaro, consiste no Bolsonarismo. Pois, e isso será um ponto essencial para se entender o último capítulo, o Bolsonarismo é um movimento que transcende e precede a figura de seu líder, da mesma forma que o Fascismo precedeu, sucedeu e transcendeu Mussolini.

O Bolsonarismo é um movimento multifacetado, plural, heterogêneo, que associa diversas ideologias e submovimentos internos em uma permanente tensão desconfortável. Mas grande parte delas se unem sob uma mesma chave: o anticomunismo. Em especial, o anticomunismo militar. Assim, o último capítulo trará como primeiro material a sofrer um *close reading* a obra do General Cesar Avellar Coutinho, *A revolução gramscista no Ocidente*. Nela, o autor lança mão de uma das teorias da conspiração que viria a se tornar essencial para o Bolsonarismo: a esquerda contemporânea, após as sucessivas derrotas militares, teria desenvolvido um método, baseado nas ideias de hegemonia de Antônio Gramsci, de transformação lenta em um Estado comunista. Uma ideia que se dissemina depois da obra de Coutinho, e que aparece virtualmente em todos os demais materiais do Bolsonarismo que serão aqui utilizados.

Se a obra de Coutinho responde por um primeiro ciclo do Bolsonarismo, ou um pré-Bolsonarismo, o segundo material aparece em seu segundo ciclo: a campanha. Era preciso trazer um outro elemento que conectasse esse pensamento protobolsonarista com a sua versão atual. Nada mais adequado, neste sentido, do que apreender o ideólogo que faz, de fato, essa conexão: Olavo de Carvalho. Entretanto, tanto mais apropriado tomar, para tal, a obra de um de seus discípulos com maior bagagem intelectual, e que posteriormente viria a se tornar Chanceler do governo Bolsonaro. Portanto, a segunda seção do último capítulo se destinará à análise sobre o artigo *Trump e o Ocidente*, publicado em 2017, em um cenário em que Bolsonaro já dava início à sua pré-eleição. Nele, Ernesto Araújo trabalha muitos dos argumentos que posteriormente repetiria como ministro, atualizando as teses de Coutinho de uma ameaça invisível pairando o Ocidente e as novas estratégias da esquerda. Ademais, este

diálogo é essencial por evidenciar, a despeito da falácia dos militares como “ala técnica”, que o pensamento de Olavo e seus discípulos está intrinsecamente relacionado com o pensamento militar brasileiro.

Chega-se, assim, finalmente em Bolsonaro. E, para tal, apropriado dar início sobre a sua campanha. Desta forma, o terceiro instrumento sobre o qual se investigará será o seu próprio programa de governo, sintomaticamente batizado de *Projeto Fênix*. Complementam este eixo dois discursos marcantes: o proferido na abertura da Assembleia Geral da ONU em 2019, a primeira assembleia em que Bolsonaro participou como chefe de Estado, e o discurso de 07 de setembro de 2021, no qual se intensificam as ameaças de uma ruptura institucional, no ápice do discurso antidemocrático.

Para complementar, obras voltadas para o estudo teórico do Bolsonarismo serão postas em diálogo. Livros como *Brasil em transe*, coletânea de artigos organizada por Rosana Pinheiro-Machado e Adriano de Freixo sobre o Bolsonarismo e as eleições de 2018; *Guerra cultural e retórica do ódio*, de João Cezar de Castro Rocha, essencial por sua análise sobre o discurso e a retórica do Bolsonarismo; e, por fim, *Bolsonaro: teoria e prática*, coletânea de artigos sobre diversos aspectos do Bolsonarismo em sua heterogeneidade.

1. O que é fascismo?

“*Esquecem isso sempre / Também os ingleses têm o seu Fascismo*” (BERNHARD, 2020, p. 105).

Thomas Bernhard, em sua peça *Praça dos heróis*, defronta o leitor/espectador logo ao início com um suicídio. O professor Josef Schuster se jogou da janela de seu apartamento em Viena, de frente para a Praça dos Heróis, local onde Hitler anunciou a anexação da Áustria em 1938. O professor, sua esposa e seu irmão, judeus, refugiaram-se na Inglaterra durante a guerra e receberam cátedras em Oxford e Cambridge. Ambos retornam por convite do prefeito de Viena, mas se arrependem: “ele não contava com isso / que os austríacos depois da guerra / seriam muito mais hostis e muito mais antissemitas” (BERNHARD, 2020, p. 126). Para Josef Schuster, a Áustria de 1988 era ainda mais insuportável do que a Áustria de 1938, simplesmente porque não havia aprendido com a violência do passado. Ao contrário, negava-os e, a despeito do antissemitismo e resquícios nazistas no país — como o próprio presidente à época, ex-membro da Schutzstaffel (SS) — a Áustria procurava colocar-se como vítima, e não perpetradora, do Nazismo. A lógica de *Praça dos heróis* é clara: através de uma estética pautada no exagero, critica esta política de esquecimento, um revisionismo que não apenas isenta uma nação inteira, mas, tanto pior, defende que o fascismo não pode reaparecer em trajes contemporâneos.

Praça dos heróis é um livro exagerado. Mais do que isso, é um livro que se quer exagerado. Thomas Bernhard se apropria de uma estética da hipérbole, do real-literário para criticar o real. Um traço que não é apenas de Bernhard, mas um padrão, em maior ou menor grau, da prosa política. Neste subgênero, o absurdo da política ficcional se torna *locus* para atacar a política do real. Ian McEwan faz parecido em *A barata*, trazendo baratas como parlamentares nacionalistas que, como paralelo ao Brexit, buscam inverter a base da economia e tornar consumo como trabalho. Um aspecto que não aparece, naturalmente, apenas no século XXI, pois basta lembrar de Jonathan Swift com *As viagens de Gulliver* como ataque ao parlamentarismo britânico; ou, no século XX, as distopias que pulularam como oposição à violência de regimes nazifascistas ou comunistas, como *1984*. A distopia, por sinal, se torna um subgênero tão interligado à política que se transforma, como percebeu Jill Lepore (2017), em um método de ataque às ideologias opostas ao autor, que imagina um pesadelo baseado nelas.

Mas a peça de Bernhard, para além de alguns de seus méritos, se destaca por trazer à baila uma questão fundamental: o fascismo não morreu em 1945. O enredo, simples, gira em torno do suicídio de Josef Schuster, um professor, ao qual o leitor/espectador tem contato logo

na abertura. O suicídio fornece o pano de fundo, mas o campo semântico é outro: o enterro. Toda a peça gira no entorno dos preparativos para o enterro e os impactos do suicídio na família Schuster, primeiro com as duas governantas organizando a casa, depois com duas das filhas e o irmão de Josef na volta do enterro, e por fim em uma sala de jantar reunindo toda a família e amigos. A partir daí, terá espaço uma obra com poucos acontecimentos em si, mas permeada majoritariamente por diálogos extensos, amplos, entre os familiares e amigos da personagem. Pois, mesmo morto, ele é o foco. O seu suicídio é o motor da narrativa, e a razão sobre a qual se levanta o debate fundamental que recheia as conversas. O enredo, simples, é contraposto pelos longos diálogos densos.

Josef Schuster se jogou da janela de seu apartamento na *Heldenplatz* (Praça dos Heróis), local onde Hitler empregou a *Anschluss*, porque acreditava que a “Áustria naquele momento era pior do que há cinquenta anos” (BERNHARD, 2020, p. 09). Somente a partir dessa premissa já se torna claro o exagero de Bernhard, bem como a questão que levanta a partir dessa estética. Obviamente, a Áustria da década de 1980 não era mais violenta, antissemita ou Nazista do que a Áustria de 1938. Mas o que incomodava o autor, e se torna *leitmotiv* para o suicídio do personagem, é o quanto a Áustria renegava o seu passado e, ao invés de aprender com a violência, se afirmava vítima, e não perpetradora. Um revisionismo que, importante dizer, não é exclusivo da Áustria, mas uma visão predominante em parte dos países europeus, basta lembrar que a Polônia emitiu uma lei que torna passível de prisão apontar o colaboracionismo polaco durante a Guerra (DEUTSCHE WELLE, 2016). Mesmo a Alemanha, como lembra Hannah Arendt, se mostrava menos culpada de seu passado do que comumente se pensa:

A atitude do povo alemão quanto a seu próprio passado [...] não poderia ter sido demonstrada com mais clareza: as pessoas não se importavam com o rumo dos acontecimentos e não se incomodavam com a presença de assassinos à solta no país, uma vez que nenhuma delas iria cometer assassinato por sua própria vontade; no entanto, se a opinião pública mundial — ou melhor, aquilo que os alemães chamavam *das Ausland*, reunindo todos os países estrangeiros num único substantivo — teimava e exigia que aqueles indivíduos fossem punidos, estavam inteiramente dispostas a agir, pelo menos até certo ponto (ARENDDT, 1999, p. 27).

O revisionismo de tomar a Áustria como vítima é, acima de tudo, um golpe à memória dos Schuster. Não basta a violência perpetrada pelo Nazismo, também há a violência do não reconhecimento ou indiferença. Pois os perpetradores passam, eles próprios, a venderem-se como vítimas. E mostram que sim, poderia acontecer de novo, ali. Nesse sentido, é revelador a loucura de Hedwig, esposa do suicida, que ouve ecos ensurdecedores do discurso de Hitler

na *Heldenplatz*. Na ausência do trabalho de luto, do reconhecimento da dor, o ciclo não se conclui. Faz-se presente, tornando borrada a fronteira entre passado e presente. Intensificada com a possibilidade da história se repetir. Os ecos no presente são claros: o passado assombra justamente porque se torna potencialmente imitável, sob novas vestes. Ou, como diz o professor “estou velho e fraco demais para a Áustria / Existir em Viena é desumano” (BERNHARD, 2020, p. 62).

Existem diversas interpretações do fascismo, muitas das quais contraditórias entre si. Por questão de espaço, aqui serão tratadas apenas algumas das principais, começando por duas intrinsecamente ligadas a ideologias políticas clássicas: a interpretação socialista/marxista e a interpretação liberal. Evidente que, como essas próprias ideologias são polissêmicas, essas interpretações também variam internamente. A interpretação de Gramsci difere da de Pachukanis, por exemplo. Ainda assim, é possível traçar alguns dos principais pontos delas. Embora bastante distintas, a interpretação marxista e a interpretação liberal se aproximam pela simplicidade com que tratam o fascismo e por o utilizarem como método para criticar uma a outra.

1.1 A interpretação marxista e a interpretação liberal

“Desejos tenho de agradar às massas, / Pois elas vivem, e viver nos fazem” (GOETHE, 2011, p. 19).

A Terceira Internacional Comunista foi marcada pelo problema do fascismo. Era necessário buscar uma explicação àquele fenômeno de massas, sem precedentes, um movimento que, como Sorel (1999, p. 79-80) havia profetizado 15 anos antes, havia surgido “como ideal uma volta ao passado, ou até mesmo a conservação social”. Em suma, um movimento reacionário de massas, o oposto do que o marxismo, com sua visão teleológica da história, pregava. O fascismo é um fenômeno político complexo e, dada a proximidade do objeto e a incapacidade de entendê-lo sem que se ferissem alguns dos princípios mais básicos do marxismo, os socialistas e comunistas incorreram a uma simplificação: interpretaram o fascismo como uma espécie de liberalismo extremado, ignorando, no processo, que o fascismo era abertamente antiliberal⁶ (FELICE, 1976, p. 70). Não que fosse anticapitalista,

⁶ Um argumento que encontra eco no contemporâneo, conforme um ensaio de Nancy Fraser evidencia (GEISELBERGER, 2019, p. 77). Fraser assume praticamente uma versão de esquerda do discurso de “uma escolha muito difícil”, ao colocar o que ela denomina de neoliberalismo progressista no mesmo balaio de um populismo reacionário. Em outras palavras, que no contemporâneo pouca diferença haveria entre os democratas e as alas mais reacionárias do Grand Old Party (GOP). Uma superficialidade que, em última instância, mergulha na própria antipolítica característica do populismo que ela própria busca criticar, ao simplificar a política como indiferente.

mas, por seu nacionalismo e antielitismo de massas, interpretava as elites liberais como corruptas e fracas, incapazes de frear o cosmopolitismo e liderar a nação.

Para não ferir um dos preceitos mais básicos do profeta — a revolução comunista como inevitabilidade histórica —, os marxistas malearam o conceito de fascismo conforme a conveniência. De acordo com a Terceira Internacional, ficou-se majoritariamente acordado que o fascismo não seria além de um mecanismo de defesa de um capitalismo moribundo, isto é, o capitalismo, tal qual um animal que se debate antes de morrer, mostraria suas garras e seu lado mais violento. A burguesia, em desespero com a iminência de uma revolução, se tornaria fascista: “o Estado fascista é o mesmo Estado do grande capital, como são a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, e, nesse sentido, Mussolini cumpre a mesma tarefa que estão cumprindo [Raymond] Poincaré, [Stanley] Baldwin e [Calvin] Coolidge” (PACHUKANIS, 2020, p. 26, grifos do autor). Ou seja, o fenômeno seria o paroxismo da luta de classes. Nesse sentido, liberais e fascistas não se diferem muito entre si — o segundo uma espécie de radicalização do primeiro (PACHUKANIS, 2020, p. 11).

Pachukanis (2020, p. 13-15) impõe o equivalente de esquerda do discurso de “escolha muito difícil” ao tratar liberalismo e fascismo como sinônimos. Ironicamente, ainda que o próprio autor rechace e tome por desprezível a associação que os liberais fazem em tomar como sinônimo fascismo e comunismo, depreende exatamente o mesmo esforço, apenas substituindo um ator pelo outro (PACHUKANIS, 2020, p. 14-15). Como mostra Paxton (2007, p. 22), na prática autores contemporâneos a Terceira Internacional não buscaram apreender o que o fascismo era em suas potencialidades, mas sim deslocá-lo para uma interpretação conveniente que corroborava com a profecia teleológica: “Mesmo antes de Mussolini ter consolidado por completo seu poder, os marxistas já tinham pronta sua definição para o fascismo, ‘o instrumento da grande burguesia em sua luta contra o proletariado’.

Embora aspectos dessa interpretação não sejam absurdos — de fato o fascismo surge de uma crise — ela é falha por interpretar o conceito em sua polissemia. Entretanto, a despeito da evidência histórica de que o capitalismo não morreu, e que a visão teleológica da História, ao menos até o presente momento, não se sustentou, o fascismo, além de surgir de uma crise, aparenta ser intrinsecamente ligado à democracia liberal. De Mussolini a Bolsonaro, líderes comumente interpretados como fascistas chegaram ao poder através de meios democráticos e populares. Sem dúvida se trata de um fenômeno autoritário, mas, distinto de um autoritarismo tradicional que surge de uma ruptura, o fascismo rói a democracia por dentro, utilizando das instituições para destruí-las. Há, portanto, uma ligação

estreita entre fascismo e democracia liberal. O problema é interpretá-los como sinônimos. Não é que o fascismo seja liberal ou, muito menos, democrático. O fascismo está mais para uma espécie de *doppelgänger* da democracia liberal, o seu negativo, o seu duplo, uma potencialidade sempre presente de degeneração. Ele engole alguns dos pilares mais básicos da democracia liberal, como liberdade de expressão e consenso sobreposto⁷, para regurgitar formatos distorcidos.

O fascismo surge do amálgama do liberalismo com a democracia de massas, não como um projeto calculado maquiavelicamente, mas como um duplo que se origina para eliminar o seu original. Não é sem motivo que o fascismo seja antiliberal, um detalhe crucial que Pachukanis ignora. Contudo, ser antiliberal não significa ser anticapitalista. O fascismo enxergava no liberalismo um materialismo degenerado, uma forma apática de política que não se baseava na paixão de e para a nação. O liberalismo era, como diz Paxton (2007, p. 44), visto como cúmplice e “pai” do verdadeiro inimigo: os comunistas. Entretanto, nunca se propôs a alterar as estruturas econômicas, que se mantêm capitalistas e exploratórias. Ironicamente, Pachukanis (2020, p. 28) traz mais de uma passagem que evidencia o fascismo como explicitamente antiliberal, como quando Mussolini defende que seu movimento é uma batalha permanente contra os ideais de 1789.

Outro problema da interpretação marxista é que ela não se sustenta quando se percebe que o fascismo não foi um movimento burguês, tal qual a Revolução Francesa ou a Industrial. Na prática, sendo um movimento de massas, angariou apoio de todos os setores sociais, de proletários a grandes empresários, inclusive de minorias que eram demonizadas pelo próprio movimento⁸: “o fascismo depende tanto dos ricos e poderosos como do homem ou da mulher

⁷ Na concepção de John Rawls (2000, p. 26), o consenso sobreposto consiste na formulação de uma instância de tolerância mútua que torna democracias/poliarquias possíveis. Tolerância acerca de direitos básicos, por exemplo, como o direito à liberdade de expressão, de associação ou de crença. Tolerância mútua também acerca da própria democracia, entendimento de que para uma democracia funcionar é necessário que os agentes políticos respeitem direitos de seus oponentes, ainda que discordem de suas crenças.

⁸ Este é um ponto em particular que merece uma análise mais aprofundada, tanto qualitativa quanto quantitativa. Existe uma lacuna de pesquisas que buscam explicar o apoio de oprimidos por seus opressores; o que chega mais próximo são as pesquisas de Adorno *et al* sobre a personalidade autoritária. É possível pensar em hipóteses como o fator classe, a identidade com o grupo oprimido ser secundária para esses indivíduos, entre outras. Chegou-se a um ponto que alguns partidos europeus, segundo Riemen (2012, p. 51), utilizam o judaísmo como espantalho para rechaçarem a imagem de fascistas, afirmando não serem contra os judeus, como se o fascismo fosse necessariamente antissemita. Um aspecto que ignora que no Fascismo em si, o antissemitismo, até a Segunda Guerra, era secundário. Existiam alguns traços pontuais (bem como também existem mesmo nesses líderes contemporâneos europeus com traços fascistas que se afirmam a favor da comunidade judaica), mas não era o foco. Tanto que, como será visto no capítulo seguinte, quase não há menção à comunidade judaica nos materiais de Mussolini. O movimento italiano foi, inclusive, apoiado por parcelas da comunidade, em especial a alta burguesia judaica, como Ettore Ovazza, presidente da comunidade judaica de Turim (RIEMEN, 2012, p. 52). De acordo com dados disponibilizados por Paxton (2007, p. 24) um em cada três judeus italianos eram membros do Partido Nacional Fascista (PNF) em 1938, às vésperas da Guerra. Membros do alto escalão fascista eram judeus, assim como a amante de Mussolini. Conforme a Itália passa a depender do apoio do Nazismo, os judeus,

da esquina — dos que têm muito a perder e dos que não têm nada” (ALBRIGHT, 2018, p. 16). Houve, em geral, entre a alta burguesia e os fascistas, uma associação desconfortável baseada em objetivos comuns e não uma associação orgânica. Para a alta burguesia, assim como para conservadores e liberais, o fascismo era uma alternativa melhor do que a esquerda. Mas estava longe de ser a preferência. Também oferecia perigos à estabilidade do mercado, com a impulsividade do Messias e circulação de elites⁹. Pachukanis (2020, p. 26), por exemplo, um dos principais teóricos marxistas do fascismo, defende que o fenômeno é uma ditadura do grande capital. Todavia, Hitler e Mussolini eram incômodos às elites conservadoras. Ainda que se ignore o fato de que o apoio ao fascismo se alastra por todos os setores sociais, inclusive entre o proletariado — algo que Pachukanis finge não ver —, essa ideia não se sustenta. Os fascistas foram alçados aos seus postos porque, na prática, persistia um sentimento de que essas elites estavam prensadas em uma escolha muito difícil entre o fascismo e a esquerda. O fascismo chegou ao poder por ser visto como o menor dos males, mas, com seus líderes histriônicos e suas massas, não era particularmente confortável à estabilidade do mercado. Em suma, o grande capital tem grande parcela de responsabilidade, mas é simplório tomá-lo por único culpado. E se é verdade que o fascismo depende de todas as classes, também o é que a pequena burguesia é seu maior expoente (FELICE, 1976, p. 280). Não é sem motivo que figuras como Hitler e Mussolini, ou mesmo Bolsonaro, para utilizar um exemplo contemporâneo, advenham dessa pequena burguesia.

Por outro lado, Pachukanis (2020, p. 14) é sóbrio ao perceber a grande diferença do fascismo em relação a outras formas de movimentos políticos, como o bonapartismo: seu pilar está na base de massas. Ainda que essa não seja a única característica que o difere, é, sem

inclusive dentro do próprio partido, passam a ser perseguidos. Quando o Nazismo estava em seu início, porém, o *Duce* expressava profundo desprezo sobre Hitler (enquanto este segundo, por sua vez, admirava Mussolini a ponto de ter um quadro seu em sua sala), chegando a declarar que “o fascismo é um regime enraizado nas grandes tradições culturais do povo italiano! O nacional-socialismo é uma autêntica barbárie” e “Hitler é um idiota, um fanático. Quando já nada restar dele, os Judeus continuarão a ser um grande povo. Nós, italianos e Judeus, somos historicamente grandes povos. Herr Hitler é uma anedota” (apud RIEMEN, 2012, p. 53).

⁹ Conceito criado pelo teórico fascista Vilfredo Pareto (2014, p. 64) e corroborado por outros teóricos da teoria das elites como Gaetano Mosca. De acordo com Mosca (CRUZ, 2004, p. 405), todas as sociedades humanas são caracterizadas por uma divisão binária simples entre governantes, uma elite, e governados, a ralé. A segunda deixa-se dominar pela primeira, por impotência ou por vontade própria, e é sempre mais numerosa. Para Pareto (2014, p. 64), porém, as elites não são formações estáticas, mas, ao contrário, encontram-se em permanente mutação ou, melhor dizendo, circulação. Extratos inferiores são catapultados à elite de acordo com seus méritos, enquanto traços decadentes da elite são descartados. De fato, o fascismo em certa medida promoveu uma circulação de elites: parcelas de grupos dominantes que pertenciam a minorias étnicas, especialmente os judeus na Alemanha, foram rapidamente demovidos de suas posições; enquanto membros de setores sociais mais baixos, especialmente a baixa classe média, cresceram em poder e influência. Mussolini e Hitler, veteranos de baixa patente de guerra e arrivistas, são dois dos maiores exemplos dessa súbita promoção de poder. Uma característica do populismo — a qual o fascismo, sendo um fenômeno populista, absorve — é o discurso antielite, a ideia de que a nação foi tomada por uma elite corrupta e apática.

dúvidas, uma das principais, junto do nacionalismo. Sem base de massas não há fascismo, da mesma forma que não o há sem o mito da nação (ou ao menos algum equivalente). Uma base de massas excitada com a perspectiva de um belicismo inerente. Também é interessante sua percepção de que o fascismo atua “como um Estado dentro do Estado” (PACHUKANIS, 2020, p. 14, 16) e por ter percebido, ainda na década de 1920, o que Paxton (2007, p. 281) ressaltou quase cem anos depois: o fascismo, a longo prazo, parece insustentável e aparenta sempre caminhar à autodestruição. Também vale destacar que o autor percebe que o fascismo é contraditório porque está em constante evolução, não podendo ser compreendido de forma congelada, mas em mutação (PACHUKANIS, 2020, p. 27).

Mas o maior defeito da interpretação marxista foi ter inaugurado um processo de alargamento que acabou por deturpar o conceito e transformá-lo em xingamento, em sinônimo para troglodita, como percebeu George Orwell (2017, p. 89) ainda em 1944. Em um processo que se inicia com Stálin e é corroborado por Pachukanis, os sociais-democratas alemães recebem o epíteto de sociais-fascistas; que encontra eco nas teorias de Amadeo Bordiga de “fascismos intermediários”, um rótulo homogeneizante pra descaracterizar democratas, republicanos e socialistas. No ensaio *Como os sociais-Fascistas falsificaram os soviets na Alemanha*, Pachukanis (2020, p. 98), em tom panfletário e raivoso, atribui aos sociais-democratas nomenclaturas como, para além de sociais-fascistas, “sociais-traidores” ou “sociais-chauvinistas”. Para Pachukanis (2020, p. 90), seguindo a interpretação do fascismo como última etapa de um capitalismo prestes a morrer, a social-democracia seria o mecanismo de defesa que permitiria que o capitalismo se sustentasse e, no processo, abriria os caminhos ao fascismo. Os sociais-fascistas seriam, portanto, o prenúncio da violência fascista. É possível pensar nessa banalização como a gênese do que Orwell (2017, p. 88-89) chamaria a atenção, alguns anos mais tarde da publicação do ensaio de Pachukanis, do fascismo como xingamento, como grito de guerra político. Como o escritor inglês mostrou, não há grupo, de socialistas a conservadores, de belicistas a pacifistas, de nacionalistas a cosmopolitas, que não tenha sido, em algum momento, acusado de fascismo. Uma vez mais, o olhar retroativo à História revela a ironia e a insuficiência do argumento de “sociais-fascistas”, em particular no trecho em que Pachukanis afirma que

a fim de conservar e se utilizar dos métodos do fascismo e do social-fascismo, a burguesia opera manobras com a ajuda dessas duas brigadas fundamentais, as quais se completam e se continuam. O camarada Stálin disse que a social-democracia é a ala moderada do fascismo, que o êxito do fascismo está ligado ao trabalho da social-democracia, que a social-democracia mantém determinadas posições para apoiar a ofensiva de combate aberto contra a classe trabalhadora, que conduz o fascismo. [...]

todo o curso concreto da luta política nos últimos tempos mostra que a fronteira entre a democracia burguesa e o fascismo está se tornando cada vez menos perceptível (PACHUKANIS, 2020, p. 67-68).

Pachukanis confirma o argumento de Jeanne Marie Gagnebin (1993, p. 17), quando este afirma que “Os dois partidos de esquerda foram, portanto, incapazes de se opor eficazmente à ascensão do fascismo; mais que isso, cada um deles tendia a considerar o outro como seu principal inimigo, e assim a recusar a unidade de ação na luta antifascista”. A despeito da cota de pecados da social-democracia alemã, rotulá-la como fascismo moderado apenas fortalece o fascismo em si e o despreparo para lutar contra ele. A esquerda estava tão preocupada brigando dentro de si que percebeu tarde demais a ameaça do nazifascismo.

Mas ainda mais problemática e simplista é a interpretação liberal. Se grande parte da interpretação marxista não apenas não sobreviveu ao teste da História, como acabou por ser apagada — embora parte da esquerda insistia no fascismo como ditadura do grande capital — a interpretação liberal perdura. Como foi dito na crítica à interpretação marxista, o fascismo, para os liberais, não era mais do que uma alternativa menos problemática do que a esquerda. Embora os marxistas insistissem em tomar liberalismo e fascismo como sinônimos, na prática estes e os conservadores entenderam que havia uma escolha muito difícil, e que, ante a possibilidade de crescimento dos socialistas ou comunistas, o fascismo seria um mal menor (PAXTON, 2007, p. 239). Isto porque o fascismo, embora antiliberal, nunca fora anticapitalista:

Alguns, tomando literalmente as palavras, consideram o fascismo uma forma radical de anticapitalismo. Outros, e não apenas os marxistas, adotam a posição diametralmente oposta, de que os fascistas vieram em socorro do capitalismo em apuros, dando sustentação, por meio de medidas emergenciais, ao sistema vigente de distribuição da propriedade e de hierarquia social [...] mesmo em sua forma mais radical, contudo, a retórica anticapitalista do fascismo era seletiva. Ao mesmo tempo em que denunciavam as finanças especulativas internacionais (juntamente com todas as outras formas de internacionalismo, cosmopolitismo ou de globalização), respeitaram as propriedades dos produtores nacionais, que deveriam vir a se constituir na base social de uma nação revigorada. Suas denúncias contra a burguesia, contudo, referiam-se a ser débil e individualista demais para fortalecer a nação, e não a roubar a classe trabalhadora do valor agregado por seu trabalho. O que o fascismo criticava no capitalismo não era sua exploração, mas seu materialismo, sua indiferença para com a nação e sua incapacidade de incitar as almas. Em um nível mais profundo, eles rejeitavam a ideia de que as forças econômicas são o motor básico da história. Para os fascistas, o capitalismo falho do período do entreguerras não necessitava ser reordenado em seus fundamentos. Suas mazelas poderiam ser curadas pela simples aplicação de vontade política para a criação de pleno emprego e produtividade. Uma vez no poder, os regimes fascistas confiscaram propriedade apenas de seus opositores políticos, dos estrangeiros e dos judeus. Nenhum deles alterou a hierarquia social, exceto para catapultar alguns aventureiros a posições de destaque (PAXTON, 2007, p. 26-28).

O fascismo, porém, passava longe do ideal de liberdade de mercado desejada pelos liberais. Desta forma, adotou-se uma ferramenta simples e prática de interpretação: tudo que é ameaçador à estabilidade do mercado deve ser interpretado como do mesmo balaio. Daí decorre a teoria da ferradura, que defende que o fascismo e o comunismo seriam braços de um mesmo autoritarismo ou totalitarismo, extremos que, como o formato de uma ferradura, se aproximam, ao passo que o liberalismo responde pelo centro democrático e moderado¹⁰.

Mas o que se entende por liberalismo é, como qualquer outro conceito político, polissêmico em si próprio. É evidente que, para ser possível tratar do tópico, é aqui empregada uma generalização, da mesma forma com o marxismo, pegando alguns dos pontos mais presentes nas interpretações liberais. A corrente libertária, por exemplo, formada pela Escola Austríaca e Escola de Chicago, em particular Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, difere-se do liberalismo clássico por uma visão mais agressiva da noção de liberdade, em alguns aspectos tratando-a por ideal absoluto. Isso a afasta, por exemplo, de um teórico liberal clássico como John Stuart Mill (2017, p. 58), que entende que para a liberdade existir de fato é necessário que ela não seja absoluta e que existam limites. A corrente libertária totaliza a ideia de liberdade, e crê que o Estado deve ser limitado ao mínimo possível — ou, no caso de anarcocapitalistas, até inexistente. Nessa visão, todos os três pensadores citados desenvolveram ideias que relacionam o comunismo ao fascismo, com Hayek, em particular, afirmando que planejamento e intervenção econômica acabam por inevitavelmente degenerar para o fascismo ou comunismo, já que essa intervenção, em última instância, dependeria de coerção física para se sustentar (SUNSTEIN, 2018, p. 36-38).

Mas a visão libertária não difere muito das interpretações das outras correntes do liberalismo. O próprio Pachukanis (2020, p. 26) chama a atenção em seu ensaio de 1926, *Para uma caracterização da ditadura Fascista*, sobre o malabarismo de tomar socialismo e fascismo como sinônimos: “Nitti [ex-premiê da Itália] [...] vê também que o fascismo e o Bolchevismo, como fenômenos, são correspondentes [...] Em seu ponto de vista, tanto o fascismo quanto o Bolchevismo são enfermidades temporárias, que devem desaparecer progressivamente”. Em outra passagem, Pachukanis lembra as palavras de Robert Michels (2020, p. 51), quando este afirma que o Bolchevismo e o fascismo seriam gêmeos frutos da guerra.

¹⁰ É curioso pensar como a estratégia retórica se repete entre as ideologias: marxistas colocam fascistas e liberais como sinônimos, liberais colocam comunistas e fascistas como sinônimo, e os fascistas, como o capítulo sobre o Integralismo ilustrará em detalhes, também enxergam comunismo e liberalismo como sinônimos.

Todavia, se grande parte da interpretação marxista foi diluída pelo tempo, não se pode dizer isso da interpretação liberal. Alguns atores mudaram, mas o grosso do argumento permaneceu. Para tal entra em cena um novo epíteto: populismo. Como mostram Guilherme Simões Reis (2019) e Rob Riemen (2020), o termo populismo se tornou ferramenta para desqualificar qualquer tentativa de questionar o liberalismo, seja à direita ou à esquerda. Reciclando a mesma teoria da ferradura, que coloca o liberalismo como centro democrático e moderado, a única alternativa democrática possível, alguns intelectuais e a grande imprensa lançam o homogeneizante adesivo de populismo sobre grupos heterogêneos que vão de sociais-democratas a fascistas, de conservadores a socialistas. Usado sem discricção, populismo se torna rótulo a depender de quem o emissor do discurso deseja atacar. Ademais, é notável o excessivo receio por parte desses atores em trabalhar com a ideia de fascismo, criando um tabu em torno do conceito, como se o fascismo fosse uma excentricidade, uma raridade incapaz de reaparecer nas estáveis democracias liberais de 2021.

Livros como os de Letivsky, Ziblatt e Runciman são bons exemplos de um malabarismo para evitar o termo fascismo. Embora insistam que os “populistas autoritários” da contemporaneidade se utilizem da democracia para miná-la por dentro, tendem a ignorar que esse processo de capturar as instituições democráticas para utilizá-las contra a própria democracia não é novo. De uma forma ou de outra, autoritários do passado também se apoiaram na mesma estratégia. Tanto Hitler quanto Mussolini, importante lembrar, chegaram ao poder pelas vias legais. E, principalmente Mussolini, engendrou um processo lento de desdemocratização, se tornando progressivamente mais autoritário. O ditador italiano afirmava inclusive que o processo de tomada de poder deveria ser lento e discreto, como depenar uma galinha pena por pena (ALBRIGHT, 2018, p. 124). Pertinente então questionar se este processo gradual de corrosão da democracia a partir da própria é, de fato, novo.

Na tentativa de não usar a palavra proibida, tanto Levitsky e Zibblat quanto Runciman insistem na retórica da tese da ferradura, da polarização que sugere que a esquerda e a direita são iguais em lados opostos. O paradoxal é que esses autores falem de Mussolini e Hitler em seus respectivos livros e, ao mesmo tempo em que apontam semelhanças nos movimentos antidemocráticos de ontem e hoje, rechacem a ideia de que há um fascismo sob novas roupagens. Insistem com uma ideia que implica que um povo é sempre um fantoche, incapaz de decisões e pensamento próprio. Guilherme Simões dos Reis, sobre essa falsa simetria, fala que:

são acusados de ser semelhantes a esse neofascismo todos os projetos radicais que pensem seriamente em alternativas ao capitalismo e em como manter os direitos e buscar a igualdade. Assim, todos seriam populistas, exceto aqueles que defendem a «responsável» manutenção do status quo, com a máxima liberdade para os investidores, mesmo que o bem-estar diminua e que os direitos sejam cortados (REIS, 2019).

O conceito de populismo, por si próprio, é elitista. Passa de um pressuposto de que as classes com menos poder aquisitivo possuem menos discernimento político. Além do mais, é paradoxal exigir que o eleitor pobre vote sem considerar seus ganhos individuais ao mesmo tempo em que o mesmo não é demandado da classe média ou alta, de quem se espera pretensa objetividade. Mas, ao contrário do que Reis e Riemen propõe, porém, talvez não seja necessário o completo descarte do conceito de populismo, mas, da mesma forma que o fascismo, uma compreensão e utilização sóbria. Algo feito por Ernesto Laclau (2005), em *On populist reason*. Laclau (2005, p. 03-10) reafirma alguns dos problemas acerca do conceito levantado pelos outros pesquisadores mencionados e propõe que o conceito seja repensado através de uma nova ótica: como ferramenta política. Isto é, o populismo não seria um sistema político análogo, por exemplo, a sistemas clássicos como o socialismo e o liberalismo; mas um método de política que mescla base de massas com discurso antielite (LACLAU, 2005, p. 04). Seria mais similar, portanto, ao autoritarismo ou à própria noção de democracia como método político, conforme Schumpeter (1961, p. 291) a entendeu. Assim, da mesma forma que o autoritarismo ou democracia podem ser socialistas ou conservadores, o mesmo ocorre com o populismo. Laclau (2005, p. 04, 250) mostra o populismo como uma construção política, portanto, em maior ou menor grau, inevitável à política contemporânea. Um método que, conforme seu próprio nome evidencia, busca retomar para o povo um poder supostamente deturpado e degenerado por elites.

Ao deslocar o conceito para o campo de um método político e compreendê-lo como uma ferramenta inevitável à política de massas, Laclau realiza um ato catártico. Assim, permite retirar populismo da visão maniqueísta que o toma como um perigo à democracia; uma noção que, por si própria consiste de um paradoxo: se a essência do populismo consiste na população demandando mais democracia, então como pode ele ser antidemocrático? Decorre, portanto, a importância de se afastar do dualismo liberal de classificar tudo que desagrada o mercado como populismo. Pois, embora todo fascismo seja populista, eles são formas políticas essencialmente distintas e não apenas é necessário identificá-los corretamente, mas também perceber que o fascismo não apenas não morreu em 1945, como chamá-lo por outros nomes é conveniente: concede uma roupagem de moderação. Isso é algo

que o próprio Laclau (2005, p. 250, tradução nossa) percebeu, ao afirmar, ao final do livro, que “Só podemos começar a entender o fascismo se o virmos como uma das possibilidades internas inerentes às sociedades contemporâneas, não como algo além de qualquer explicação racional”. Em outras palavras: populismo e fascismo são métodos políticos inerentes à política contemporânea.

Este capítulo começou com uma parábola com uma peça austríaca e terminará essa seção com uma ficção alemã. O romance de Timur Vermes, *Ele está de volta*, traz Hitler literalmente de volta aos vivos. Ainda que seja o mesmo, ainda que nada tenha mudado em si, a população, o *establishment* político, a mídia, todos o interpretam por comediante. Embora seus discursos anacrônicos sejam idênticos a 1933, ninguém acredita que aquele seja de fato Hitler. O livro termina com Hitler recebendo convites de vários partidos e afirmando que é possível trabalhar novamente com “aquele material”, isto é, o ressentimento da população. A parábola é clara: não identificar o fascismo em seus estágios iniciais o ajuda a crescer.

A próxima seção trará outra interpretação do fascismo, a psicanalítica. Remonta desde, ao menos, a publicação de *Psicologia das massas no Fascismo*, de Wilhelm Reich, em 1933, ano de ascensão do Nazismo. Essa interpretação se destaca por deslocar o foco para o indivíduo, ressaltando o papel das emoções, em especial o ressentimento, na formação da política de massas; e por ser absorvível por outras das interpretações.

1.2 A visão psicanalítica: fascismo e base de massas

“*Em seus dias de dor causam-me os homens / Tal pena, que nem posso atormentá-los*” (GOETHE, 2011, p. 29).

É preciso ressaltar que essas correntes interpretativas não são necessariamente excludentes entre si. A visão do fascismo hermético, por exemplo, pode ser absorvida pela visão marxista ou liberal. São apenas destaques sobre aspectos mais relevantes dessas propostas. Da mesma forma, a visão psicanalítica sobre o fascismo, cujo nome de maior relevância é o psicanalista austríaco Wilhelm Reich, pode ser absorvida pelas outras. Entretanto, é pertinente distingui-la das demais por duas razões: sua proeminência, em particular por atribuir uma visão humanizada para o fascista, e sua análise ampliada para outros campos para além da política, compreendendo a importância do estudo psicanalítico à compreensão de um movimento de massas como o fascismo.

Para entender a escola psicanalítica é preciso, antes de tudo, lançar mão dos conceitos de massa, homem-massa e ressentimento melancólico, os quais Sigmund Freud (2011), José Ortega y Gasset (1962) e Rob Riemen (2012) fornecem insumos necessários. Ainda que Freud não tenha sido o criador da noção de psicologia das massas, seus escritos sobre o

tópico, datados do início da década de 20 — portanto, do início do fascismo — criaram um paradigma interpretativo do qual Reich, outrora seu colaborador, iria beber diretamente.

Em resumo, em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud argumenta, retomando Gustave Le Bon, que a formação de massas bestializa o homem, faz aflorar o seu inconsciente e a sua violência reprimida. Em outras palavras, desaparece a coleira da civilização e o humano retorna, ainda que temporariamente, ao estado de natureza hobbesiano: “na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar das repressões dos seus impulsos instintivos inconscientes” (FREUD, 2011, p. 21). Ante a visão de Freud, a massa impõe o que há de mais animalesco no ser humano, em oposição ao racionalismo das relações sociais modernas. Ainda mais, a massa gera a “onipotência dos pensamentos”, para utilizar a imagem de outro texto de Freud (2012, p. 90), em que transforma em força destrutiva tudo aquilo que cria. Assim, “quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos: deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa” (FREUD, 2011, p. 27). Em outras palavras, a massa é material útil para a atuação de um profeta exemplar, na noção de Max Weber (2015, p. 294), impor a dominação carismática sobre aqueles que desejam a dominação. Como mostrou Weber (2001, p. 141), embora as relações humanas pressuponham, em maior ou menor grau, uma forma de dominação, estas ocorrem através de três diferentes formatos: racional, a partir da concordância com preceitos estabelecidos e institucionais; tradicional, como o próprio nome deixa claro, voltada à legitimidade das tradições; e carismática, que atribui poderes sobrenaturais e mitológicos a um indivíduo ou instituição.

Talvez um dos exemplos mais claros do desejo que o dominado pelo carisma possui de que o poder seja exercido sobre si é, como Foucault lembrou, o fascismo, pois “as massas, no momento do fascismo desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundem com elas, visto que o poder se exercerá sobre elas e em detrimento delas, até a morte, o sacrifício e o massacre delas” (FOUCAULT, 1979, p. 45). Mas o que Ortega y Gasset percebeu, e que Rob Riemen trouxe para um contexto contemporâneo, é que a massa não se faz massa apenas quando reunida sob um largo agrupamento de indivíduos. Ao contrário, a massa é um processo de potencializar exponencialmente o vazio da racionalidade. Embora irracional, a massificação surge, paradoxalmente, da condição humana de se saber humano e, portanto, mortal. Do vazio individual, da frustração com a violência da vida. O homem-massa não é além da extensão desse processo de vazio. O homem-massa contemporâneo não está mais limitado apenas a aglomerações, ele se manifesta onipresente em todas as esferas e tempos. A racionalização do mundo traz consigo um inescapável

sentimento de vazio, um niilismo que precisa ser preenchido. Um universo que não pode ser explicado, a ausência de uma razão compreensível para o binômio nascimento-morte é intolerável à maioria das pessoas. É insustentável saber-se mortal, lembrar do eterno *memento mori*, e não encontrar explicação para isso. Não é coincidência, portanto, que Rob Riemen (2020) chame o fascismo de manifestação política do niilismo¹¹, de degeneração da democracia de massas. O crítico literário e historiador italiano Benedetto Croce mencionou, sarcasticamente, que Mussolini havia criado uma nova forma de governo degenerado, somando-se às três formas clássicas de Aristóteles: a “onagrocrazia, o governo dos asnos zurrantes” (apud PAXTON, 2007, p. 21). Ainda que mais sutil, Reich corroborou com essa visão. Nas palavras de Mary Higgins, interpretando a obra de Reich: “o fascismo é a expressão da estrutura irracional do caráter do homem médio, cujas necessidades biológicas primárias e cujos impulsos têm sido reprimidos há milênios” (REICH, 2001, p. XII).

Mais do que apenas um movimento niilista por vazio programático ou doutrinário, o nazifascismo exprime em seu âmago uma tanatofilia, uma pulsão pela morte. Não apenas pela morte dos outros, os inimigos objetivos, mas tanto de sua seita. Os fascismos não estetizam apenas a política, no sentido clássico de Benjamin, mas também a morte. Reencarnando o imaginário clássico do guerreiro — nada mais natural, dado seu reacionarismo — enxerga a morte como desejável. Não a morte sem propósito, mas a morte em função do movimento, do bem maior. Um belicismo estético que é sintetizado pelo lema dos Squadristi, “Me ne frego” ou, em tradução livre, “Não me importo”; ou, ainda mais, no dos falangistas “Viva la muerte!”. Mussolini (2006, p. 244, tradução nossa) prega que é preciso homens sem medo de morrer para levar a Itália para “um novo modo de vida”. E vai além: chega a afirmar na *Doutrina* que o pacifismo, a felicidade e a igualdade formam homens animalescos, bestializados e enfraquecidos: “postulado prejudicial da paz é hostil ao Fascismo” (MUSSOLINI, 2006, p. 244, tradução nossa). Plínio Salgado não difere muito, com o *Manifesto de outubro* recheado pelo culto ao herói bélico e a morte em prol do movimento. Nesse sentido, são a epítome dos argumentos do humano como inundado pela pulsão de morte¹²:

¹¹ Embora Riemen ignore que o próprio niilismo foi um movimento filosófico, artístico e político relevante na Rússia do século XIX, bastante distinto do fascismo.

¹² Apesar de Beiser (2016, 202) tomar o filósofo pessimista Philip Mainländer como exceção, também identifica uma relação intrínseca entre pessimismo — desilusão relativa à existência e à condição humana — e conservadorismos ou reacionarismos¹². Tanto Edmund Burke (2005) quanto Joseph de Maistre (1974), pais, respectivamente, do conservadorismo e do reacionarismo moderno, eram essencialmente pessimistas. Beiser sugere que, em última instância, o pessimismo niilista de Mainländer representaria uma contradição às suas posições políticas progressistas. Pois, se o mundo é degenerado e o humano vive à morte, qual a diferença de que forma isso se dará ou como se vive? A sua filosofia pregava passividade perante a inutilidade da vida,

sua ideia é o desejo de morte, ou seja, de que o esforço interior de todos os seres, o objetivo final de todas as suas atividades, é a morte. No âmago de cada um [...] está seu profundo anseio pelo nada absoluto. A vontade cega e sem rumo de Schopenhauer acaba tendo um objetivo afinal: a morte. Batz admite que existe um instinto de autopreservação em todos nós; mas ele insiste que, após reflexão, esse desejo de vida é realmente apenas o meio para a morte. Nós viveremos apenas por causa da morte. Batz encontra esse desejo de morte não apenas em cada indivíduo, mas no processo geral da história, cujo único e último objetivo é a morte (BEISER, 2016, 202, tradução nossa).

Não é coincidência, portanto, que líderes fascistas históricos como Mussolini e Hitler encarnassem a figura de Messias do homem-médio, imagem que buscavam explorar. A despeito do desdém de Croce, a história une esses líderes em um ponto: o ressentimento¹³. Conforme apontado em outro trabalho (MENEZES, 2021), esses líderes absorvem a melancolia de se saber consciente, de se saber humano e, portanto, mortal, e a transformam em potência¹⁴. As religiões, em particular as místicas, ajudam a preencher esse vazio ao

constituindo uma tensão permanente (BEISER, 2016, p. 203). Como Schopenhauer argumentava, na prática a ausência de sentido torna a própria política irrelevante, ou ao menos uma esfera menor da vida humana (BEISER, 2016, p. 203). Mainländer justifica essa suposta contradição através do argumento de que é preciso experimentar as “frutas apodrecidas” da vida para poder rejeitá-la, e somente no comunismo essa possibilidade estaria disponível a todos (BEISER, 2016, p. 228). Ou seja, as pessoas precisam ter acesso ao total da vida para, enfim, poder rejeitá-la e aceitar que o custo/benefício simplesmente não vale a pena. Quantitativamente, os sofrimentos ultrapassam em larga medida os prazeres, e apenas a morte liberta o homem desse ciclo infinito (BEISER, 2016, p. 206). Não é sem motivo que a filosofia de Mainländer é uma filosofia da redenção: pois, reencarnando a frase clássica de Stendhal (2010, p. 311), apenas a morte honra o homem. Para Mainländer, o centro da vida é a morte. Toda a história humana, sua cosmologia, sua formação, encaminha à entropia, e é um erro tomar a História de forma teleológica, pois toda a História é apenas decadência, morte e destruição (BEISER, 2016, p. 218). Viver e morrer se amalgamam em uma metafísica apocalíptica, e todo ser vivo deseja não mais do que a aniquilação absoluta. Antecipando Freud, Mainländer descreve que a ética responde pela tanatofobia, enquanto a metafísica assume a tanatofilia, um sentimento antitético que permeia e perdura todo ser vivo: “Vivemos apenas para morrer, porque o anseio mais profundo em todos nós é a paz e a tranquilidade, que só nos é concedida na morte” (BEISER, 2016, p. 218, tradução nossa) O homem, como fragmento de deus, deseja morrer porque deus em si também o queria, e permanece morrendo quando se fragmentou em bilhões (BEISER, 2016, p. 218). Mas a filosofia de Mainländer não é de toda original, os traços pessimistas de Mefistófeles em *Fausto* fazem coro: “pois tudo quanto nasce / De extermínio total somente é digno; / Pelo que, nada haver melhor seria. [...] / Sou parte de uma parte que foi todo, [...] / |Que co’os corpos enfim ao Nada torne” (GOETHE, 2011, p. 64). O nazifascismo é apenas o maior grau dessa extensão, devorando simbioticamente os desejos pela destruição e pela morte descritos por Mainländer.

¹³ Ressentimentos e medos, claro, eles também plurais. O ressentimento das elites liberais — insatisfeitas com a consecutivas derrotas eleitorais — não é o mesmo do medo de parcelas que apoiaram Bolsonaro porque o viram como uma alternativa à segurança pública. Outros ressentimentos são mais mesquinhos, como o de um fragmento da *alt-right*, os *incels*, ou celibatários involuntários. De acordo com um dos membros do grupo, Bolsonaro é um paladino que veio para destruir “funkeiros”, “maconheiros” e “Zé Droguinhas”: “Existe um carisma forte do Bolsonaro porque eles nos defende no principal ponto que hoje tem causado muitos problemas para os betas. Nossos meninos estão diariamente sendo destruídos pelos funkeiros, oprimidos por zé droguinhas e por isso que há uma grande revolta com os maconheiros. E quem veio contra os maconheiros? Bolsonaro” (DECLERC; NUÑEZ; CESAR, 2019). Um ressentimento, portanto, que advém da solidão amorosa e sexual em consonância com a necessidade de um culpado por esse isolamento, expressão máxima das ideias de Reich do fascista como o homem esmagado pelas inúmeras pressões da civilização moderna.

¹⁴ Estudos como o de Angus Deaton e Anne Case, Nobel da Economia, revelam que, inclusive, onde homens brancos não apenas são mais pobres, mas, tanto mais, têm uma mortalidade maior, como o Kentucky: “É uma legião sem grandes perspectivas, que falha em acumular reservas para uma aposentadoria confortável. Suicídio e

concederem sentido ao mundo. O fascismo assume, assim, condição semelhante. Projeta-se para seu séquito como uma religião, da qual surge o Messias como o profeta místico capaz de acabar com o vácuo e fornecer um sentido, uma razão pautada na emoção.

Mas, ainda mais forte do que a melancolia de se saber mortal, é o seu irmão: o ressentimento. Um ressentimento também certamente melancólico, mas ativo, ou melhor, reativo. O psicanalista Wilhelm Reich já havia percebido isso em *Psicologia de massas no Fascismo*, de 1933, um ponto em que o documentário sueco *Ungångens arkitektur (Arquitetura da destruição)* também retoma: a força motriz por trás do fascismo é o ressentimento. E isso não se aplica apenas aos seguidores, mas também aos profetas; *Arquitetura da destruição* lembra que grande parte do alto escalão Nazista era composto por artistas frustrados transformados em soldados e, posteriormente, em políticos; bem como da importância das técnicas estéticas que transpuseram da arte à política. Já Reich (2001, p. XVII) pensa mais nos apoiadores, na grande massa disposta a ser dominada e a se sacrificar, nos súditos do profeta, ao defender que o fascismo é “a expressão politicamente organizada da estrutura do caráter do homem médio [...] é o caráter mecanicista e místico do homem moderno que cria os partidos fascistas, e não o contrário”. De onde se entende o antielitismo característico do fascismo: sendo a epítome de uma política do ressentimento, é lógico que não apenas seus seguidores, seus sacerdotes e seu profeta inundados por um conspiracionismo paranoico se coloquem contra uma elite invisível, mas, ainda mais importante, que culpem essa elite por seus próprios fracassos. Se há uma crise — política, econômica, social — a culpada é a elite. Mas não basta a elite, é preciso também minorias. Como lembra Paxton (2007, p. 287), todo fascismo precisa daquilo que Hannah Arendt (1978, p. 12) denominou “inimigo objetivo”, isto é, um alvo desumanizado para motivar esse ataque. Essas minorias são amalgamadas com a elite, de forma paradoxal criando aberrações retóricas, por exemplo, como conspirações que atribuem a supostos bilionários comunistas — e/ou judeus, no caso das conspirações Nazistas — do mercado financeiro o controle de um governo mundial. Entende-se, portanto, o discurso de ser contra “tudo que ta aí”, um ponto em que o reacionarismo se acopla como peixe piloto a este nacionalismo e discurso massificado antielite, projetando uma reação com a intenção de retornar para uma época em que a nação não era controlada por essa elite.

Como dito, Reich (2001, p. XV) retoma parte da argumentação de Freud ao sugerir que, no plano pessoal, o homem-massa pode possuir qualidades extraordinárias. Mas o

doenças ligadas a alcoolismo (caso da cirrose) e drogas (sobretudo adição a opiáceos como Vicodin) são populares nos atestados de óbito dessa fatia demográfica” (BALLOUSSIER, 2016).

fascismo retira essa coleira civilizacional para explorar seus instintos mais básicos: “ao cair a máscara das boas maneiras, o que primeiro surge não é a sociabilidade natural, mas sim o nível de caráter perverso-sádico” (REICH, 2001, p. XVI). Uma noção que corrobora com as ideias de Hannah Arendt sobre Eichmann¹⁵. O ponto forte da interpretação psicanalítica do fascismo é sua atenção dada menos ao plano político, a instituições, partidos e líderes, e mais ao indivíduo absorvido pela seita fascista. Mostrar que o fascista não é um homem enorme cheio de cicatrizes ou um zumbi grotesco, como Hollywood com frequência retrata, mas o que há de mais humano, a mesquinhez, o ressentimento e o medo elevado à política. Cass Sustein (2018, p. IX) reforçou isso em *Can it happen here?* ao afirmar que “em cada coração humano há um fascista esperando para sair”.

Essas ideias também dialogam com a corrente desenvolvida pelo grupo de pesquisa liderado por Adorno e reunido na obra *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Um projeto que teve início ainda durante a Segunda Guerra, com um grupo em grande parte composto por exilados, *Personalidade autoritária* se baseia em duas premissas básicas: o fascismo não é exclusivo da Itália ou da Alemanha e existem aspectos sociais e psicológicos que favorecem sua ascensão. Os pesquisadores aplicaram análise quantitativa baseada em escalas, da qual vale destacar a Escala do Fascismo. A segunda parte aprofunda análises qualitativas e discute os resultados das entrevistas em profundidade, na tentativa de explicar o fenômeno do racismo, do antissemitismo e do fascismo. Surpreende em duas chaves: primeiro a percepção da internacionalidade do fascismo ainda em 1944, quando o estudo teve início; em segundo o aporte empírico, mais de 2000 entrevistas em profundidade.

A maior contribuição de *Personalidade autoritária* é mostrar, tanto no quantitativo quanto no qualitativo, que o fascismo não é uma exclusividade alemã e/ou do período entreguerras, mas “o filho bárbaro da democracia de massas” (RIEMEN, 2020). Nesse sentido, reforça os argumentos de Reich (2001, p. XII), por exemplo, quando este afirma que o fascismo é uma estrutura psíquica enrustida do homem médio, esmagado pelas

¹⁵ Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt buscou mostrar, através do personagem-título, como o nazifascismo era formado por sentimentos tipicamente humanos, como ressentimento, apatia, individualismo e melancolia. Isso ajuda a afastar a problemática visão de que as massas foram hipnotizadas, uma ideia que isenta o povo alemão do Holocausto. Como se Hitler fosse o único culpado, um hipnotizador, como se não soubessem o que acontecia. Mesmo no pós-guerra, Arendt fala da persistência da sensação de indiferença: “A atitude do povo alemão quanto a seu próprio passado, sobre a qual os especialistas na questão alemã haviam se debruçado durante quinze anos, não poderia ter sido demonstrada com mais clareza: as pessoas não se importavam com o rumo dos acontecimentos e não se incomodavam com a presença de assassinos à solta no país, uma vez que nenhuma delas iria cometer assassinato por sua própria vontade; no entanto, se a opinião pública mundial — ou melhor, aquilo que os alemães chamavam das Auland, reunindo todos os países estrangeiros num único substantivo — teimava e exigia que aqueles indivíduos fossem punidos, estavam inteiramente dispostas a agir, pelo menos até certo ponto” (ARENDR, 1999, p. 27).

configurações urbanas e estruturas políticas modernas. Como um animal preso em uma coleira, que reage agressivamente quando solto. Para isso, o trabalho de coleta de Adorno *et al* (2019, p. 14) é essencial por mostrar como o “fascismo não era um episódio isolado, mas estava presente de forma latente em amostras da população norte-americana”.

Tão mais pertinente, um ponto colocado em destaque durante todo o livro: por mais que sujeitos pontuem alto nas quatro escalas temáticas (Antissemitismo, Etnocentrismo, Conservadorismo e Fascismo), sempre buscam manter um verniz democrático durante as conversas. Ainda que alguns relativizem ou até defendam o Holocausto (ADORNO *et al*, 2019, p. 335-336), há em constante uma preocupação em se afirmar como defensor da democracia (e até mesmo em acusar minorias perseguidas de, estas sim, estarem atacando a democracia). Alguns defendem que o erro de Hitler não foi a perseguição aos judeus, mas ter levado “as coisas um pouco longe demais” (ADORNO *et al*, 2019, p. 335), ao mesmo tempo em que as “leis da democracia deveriam favorecer as pessoas brancas e gentias”.

O ponto mais interessante dentre os levantados pelos pesquisadores, desta forma, é menos sobre os abertamente antidemocratas e mais sobre aqueles com uma personalidade autoritária latente, isto é, propensos a apoiar o autoritarismo se as circunstâncias propícias aparecerem. Assim, chega-se ao título do livro: a personalidade autoritária é menos sobre um fascista ou um autoritário declarado, e mais sobre o indivíduo propenso a tornar-se um. E por isso perceberam que o fascismo não é uma exclusividade da Alemanha ou da Itália: os traços enrustidos de autoritarismo são comuns (ADORNO *et al*, 2019, p. 22), bem como intrinsecamente interligados à intolerância, racismo e/ou antissemitismo. Ou, como traz Ivan Krastev corroborando com as ideias de *Personalidade autoritária*, indivíduos propensos ao autoritarismo excitam o seu traço psicológico quando se percebem em ameaça (GEISELBERGER, 2019, p. 126). Não é por coincidência, portanto, que políticos reacionários de base de massas, como fascistas, lancem mão do medo da destruição por parte de seu séquito.

Para exemplificar essa questão, o livro abre com uma discussão sobre dois indivíduos, Mack e Larry, que, por mais que dividam traços em comuns (gênero, etnia, formação, idade), mostram-se ideologicamente distintos — Mack sendo um “pseudoconservador” ou reacionário, enquanto Larry é um conservador genuíno. A discussão entre esses dois indivíduos, ainda que concentrada nos capítulos no início do livro, permeia todo o livro como exemplo metodológico e empírico de um baixo e um alto pontuador, um mais ligado à democracia e outro com traços fortes de intolerância e autoritarismo. Isso porque, ainda que representem um alto e um baixo, Mack e Larry não estão nos extremos da escala,

personificando, assim, a maior parte dos indivíduos entrevistados. Mack, por exemplo, não hesita em manifestar antissemitismo, concedendo aos judeus imagens contraditórias que se repetem por grande parte do livro: simultaneamente fracos e fortes, sectários e assimilados, inteligentes e estúpidos, entre outras tantas (ADORNO *et al*, 2019, p. 33). De forma parecida, o autoritário, quando afirma o seu preconceito, tende a conceder poderes sobrenaturais a um grupo socialmente marginalizado, confundindo o seu próprio grupo como vítima — o que, em última instância, serve para justificar a repressão, tal como o foi com Hitler, o Holocausto e o *Protocolo dos sábios do Sião*. Ademais, Adorno *et al* mostram, através de vários exemplos durante o livro, como o autoritário pratica “concessões” aos grupos desumanizados, no sentido de, para tentar um *mea culpa* após destilar a sua intolerância, ressaltar supostas qualidades desses grupos — ainda que essas qualidades, elas próprias, incorram em estereótipos como o exemplo do judeu como bom homem de negócios.

Nesse sentido, chama atenção quando Reich (2001, p. 15) destaca o liberalismo, ao menos o liberalismo clássico, como uma espécie de cárcere privado dos instintos mais básicos do ser humano. Uma forma de repressão ideológica que acredita que, em última instância, a razão — e, portanto, a maior idiosincrasia do homem — será capaz de conter todos seus impulsos destrutivos. Não é sem propósito, assim, que autores como Riemen (2012) e Mark Bray (2019) percebam o fascismo justamente como um paroxismo característico da democracia liberal de massas. De fato, se for possível pensar na gênese do fascismo com o reacionarismo maistreano e nacionalismo gestados no seguinte à Revolução Francesa, em paralelo, portanto, ao iluminismo¹⁶, corrobora-se com essa visão do fascismo como *doppelgänger*¹⁷ da democracia. Ainda mais se ele for visto ante a lente da história: fascistas como Mussolini e Hitler, assim como outros tantos fascistas contemporâneos, chegaram ao

¹⁶ Não é sem motivo que o movimento neoreacionário, vinculado à *alt-right* estadunidense, se auto-intitule *dark enlightenment* (SANDIFER, 2016, p. 67-70). Mussolini não procurava esconder que seu movimento era anti-iluminista, como quando afirmou que “o fascismo se imbui do espírito destinado a superar e eliminar os princípios imortais do ano de 1789” (apud PACHUKANIS, 2020, p. 28).

¹⁷ A imagem do fascismo como *doppelgänger* da democracia liberal de massas será retomada algumas vezes durante esse trabalho. Cabe, então, uma pequena explicação sobre o termo. Em resumo, conforme apontado em outros artigos (SCHARGEL, 2020; SCHARGEL, 2021), o *doppelgänger* é um mito que reaparece em diversas estruturas narrativas, ainda que sob nomes diferentes: *kaa*, para os egípcios, *etiäinen*, para os finlandeses, *Vardøger*, para os demais nórdicos. Todas essas figuras convergem sobre a mesma estrutura narrativa: o duplo é uma figura que se desprende do ego, um alter ego, o outro eu, com a mesma aparência física, mas características psicológicas opostas. A sua manifestação é prenúncio de desastre e suas narrativas tendem a terminar em catástrofe. O folclore alemão, de onde o *doppelgänger* deriva diretamente (ainda que o nome só tenha sido cunhado no século XVIII), vai além: todo indivíduo vivo possuiria um *doppelgänger*, que deve ser evitado a qualquer custo, pois, se o ego encontrar o alter ego, a coexistência é impossível e um deve eliminar o outro (SCHARGEL, 2020). A imagem do *doppelgänger* foi apropriada pela literatura a partir de *William Wilson*, de Edgar Allan Poe e, posteriormente, penetrou na cultura e no imaginário popular, tornando-se tema de diversas obras. Nessa imagem alegórica, assim, o fascismo seria um duplo da democracia: o outro que se desprende do um, que surge desse uno, mas que rejeita tudo o que o seu originário defende.

poder democraticamente. Somente depois corroeram a democracia por dentro, utilizando-a para matar a si própria.

É evidente, entretanto, que com isso não se quer dizer que o fascismo é sinônimo de liberalismo, seria incorrer aos pontos mais deturpados da interpretação marxista. Mas que o casamento entre liberalismo e democracia não é tão orgânico quanto se pensou por muito tempo, como Yascha Mounk (2018) sugeriu em *El pueblo contra la democracia* ao pensar em uma cisão da democracia liberal em liberalismo antidemocrático e democracia iliberal. Uma força importante da obra de Mounk é ressaltar a diferença entre liberalismo e democracia, discussão pouco levantada por outros autores sobre a temática. Com a queda do Muro de Berlim, e o suposto fim da história, o homem se acostumou à falácia de que democracia e liberalismo são sinônimos, de que não há democracia sem liberdade individual, e que não há liberdade individual sem democracia. Viktor Orbán classifica o seu regime como uma “democracia iliberal”, que, sob análise, sintetiza o seu autoritarismo e o de tantos outros atuais: uma ditadura velada, com uma democracia de fachada, inexistente na prática, com restrição de liberdades individuais e do livre-pensamento (MOUNK, 2018, p. 18). O liberalismo antidemocrático é caracterizado por um sistema fechado, que exclui a população, através do representativismo, da participação política, concentrando o poder nas mãos de uma elite oligárquica. Ou, como Robert Dahl (2005, p. 31) já havia apontado quase 50 anos antes em *Poliarquia*, uma hegemonia ou uma semi-poliarquia; considerando que, para Dahl, somente um regime inclusivo e igualitário poderia ser classificado como poliarquia, isto é, o mais próximo possível de uma democracia, esta um ideal utópico a ser perseguido mas nunca alcançado. Entrementes, o liberalismo antidemocrático de Mounk, assim como a hegemonia ou semi-poliarquia de Dahl, é marcado pela concentração de poder e limitação da liberdade apenas para a elite, enquanto o restante da população é progressivamente excluída.

O segundo sistema, a democracia iliberal, é uma consequência do primeiro. A população politicamente invisível acaba por ser presa fácil de movimentos antidemocráticos, que supostamente visam subjugar o primeiro sistema, embora, muitas vezes, como ocorreu no Brasil de 2018, sejam parte dessa própria elite. Conforme aponta Jason Stanley (2018, p. 82), “a democracia não pode florescer em terreno envenenado pela desigualdade”. O povo é, assim, capturado pelo discurso do “homem forte”, que retomar o país aos tempos de glória, não importando se a morte da democracia real é uma consequência inevitável desse processo. Soma-se a isso a diminuição da representatividade na democracia representativa. Embora, por sua própria definição, a democracia representativa implique certo afastamento do povo em relação ao político — dado que o primeiro fica, em grande parte, impossibilitado de tomar

decisões diretas —, há uma ascensão no sentimento desse afastamento. Isto é, a democracia está supostamente cada vez menos representativa, e os políticos profissionais progressivamente mais afastados da opinião popular (MOUNK, 2018, p. 64).

O indivíduo sente-se, portanto, cada vez mais distante da democracia, o que se reflete em altas taxas de rejeição ou indiferença quanto a ela. Dados do Latino barômetro de 2018, por exemplo, revelam que quase 60% da população brasileira era contra ou indiferente à democracia; ao passo que 90% acreditava que o país era governado apenas para uma elite, e 40% revelava desesperança com o futuro econômico. Taxas que revelam medo, frustração e indiferença, ferramentas úteis para o trabalho do Messias fascista, o que casa novamente com a visão de Reich (2001, p. XVII) ao afirmar que

o 'fascismo' é a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida. É o caráter mecanicista e místico do homem moderno que cria os partidos fascistas, e não o contrário. O fascismo ainda hoje é considerado, devido a uma reflexão política errônea, como uma característica nacional específica dos alemães ou dos japoneses. [...] o fascismo é um fenômeno *internacional* que permeia todos os corpos da sociedade humana de *todas* as nações. [...] não existe um único indivíduo que não seja portador, na sua estrutura, de elementos do pensamento e do sentimento fascistas (REICH, 2001, p. XVII-XVIII).

Reich (2001, p. XVII) sustenta, considerando a importância da massa para seus estudos, que a principal diferença do fascismo para o reacionarismo autoritário seria exclusivamente essa base. Apesar da simplificação, e de ignorar outras diferenças importantes como o nacionalismo, o inimigo objetivo e o belicismo, o argumento de Reich possui consonância com outros pensadores como Paxton no que tange o entendimento de que a base de massas é, talvez, a idiosincrasia mais inexorável do fascismo. Sem a base de massas, sem o poder absorvido do ressentimento do homem-massa, o fascismo não é mais do que um autoritarismo reacionário e nacionalista, os quais existem aos montes e remontam historicamente desde muito antes. Certamente este autoritarismo reacionário e nacionalista é o embrião do fascismo, como foi dito antes, mas ainda falta o motor da máquina. Essa é a principal razão pela qual o fascismo só foi surgir no início do século XX: como foi dito, sendo o *doppelgänger* da democracia de massas, sua versão degenerada, ele só pode existir quando a democracia é alargada para englobar além de uma meia dúzia de oligarcas. De onde se entende, também, o seu antielitismo. A partir do novo poder adquirido, a massa pode, enfim, questionar as oligarquias e o poder tradicional, amalgamando um sentimento de frustração, revolta e reacionarismo (REICH, 2001, p. XVIII).

A próxima seção discutirá algumas interpretações contemporâneas que se diferem das que apareceram até agora. São relevantes por destacarem pontos específicos dos fascismos contemporâneos, aprofundando algumas das visões anteriores.

1.3 Outras interpretações contemporâneas

“*Tu dos filhos da terra o mais mesquinho*” (GOETHE, 2011, p. 40).

“Se pensarmos no fascismo como uma ferida do passado que estava quase sarada, colocar Trump na Casa Branca foi como arrancar o curativo e futucar a cicatriz” (ALBRIGHT, 2018, p. 13); é com essa afirmação que a ex-Secretária de Estado estadunidense Madeleine Albright começa *Fascismo: um alerta*, sobre o perigo do retorno do fascismo. A escolha da autora não é sem motivo: em épocas de recessão democrática global, olha-se apreensivo para os anos 1940, uma época que parecia superada. Mas que, como os governos antidemocráticos que ressurgiram ao redor do mundo na última década evidenciam, era ingênuo acreditar que o fascismo morreu com a guerra.

Em um sentido, *Fascismo: um alerta* é um grande ensaio amalgamando experiências empíricas com teoria e história política. Um livro que é, acima de tudo, um ode à democracia liberal e a rejeição ao autoritarismo, independente do eixo do espectro em que ele possa aparecer. Filha de refugiados, a família Albright sentiu em primeira instância os impactos do autoritarismo tanto da esquerda quanto da direita, e o perigo que o ressurgimento de movimentos fascistas representa. Ainda assim, o leitor pode notar certa leviandade por parte da autora com relação não apenas a utilização do conceito de fascismo, mas também para com o próprio Estados Unidos. No primeiro ponto, Albright às vezes recai à tentação do malabarismo intelectual de tratar o fascismo como uma virtualidade possível no futuro, mas recusando a tomar líderes contemporâneos como fascistas. Isto é, os nacionalistas autoritários servem como um alerta para um possível futuro fascismo, espécie de predecessores. Parece haver, em Albright, certo receio em tratar as coisas pelo que são, recorrendo ao curioso ato de identificar o fascismo e suas características, mas tomá-lo como uma possibilidade ainda não presente. Paradoxalmente, ela própria alarga o conceito excessivamente e o torna vago, ao afirmar que, dentre os líderes mundiais contemporâneos, o único fascista seria Kim Jong-un. Ao contrário do que foi feito por Paxton (2007), a conceitualização vaga de Albright (2018) permite que o termo seja utilizado ao mesmo tempo com receio e fragilidade.

No segundo ponto, apesar de alguns *mea-culpa*, em particular com o capítulo dedicado a Donald Trump, Albright não se aprofunda no constante flerte ao longo da História recente

dos Estados Unidos com o autoritarismo, seja através de movimentos como o macarthismo, a segregação racial, ou a frequente intervenção estadunidense em outras nações, inclusive apoiando a derrocada de democracias como foi durante toda a História da América Latina na década de 1970; até mesmo o flerte explícito de parcelas significativas da população ao fascismo e ao Nazismo, como o comício pró-Nazismo no Madison Garden que reuniu mais de 20 mil estadunidenses (ALBRIGHT, 2018, p. 70). A autora se contradiz ao sugerir que Trump não seria mais do que um acidente de percurso na história dos EUA, ao mesmo tempo em que ela própria relembra momentos e períodos históricos de flerte autoritário no país.

Para isso, Albright revê o conceito de fascismo, em relativa consonância com o que foi sugerido por outros pensadores como Rob Riemen e Jason Stanley, entendendo o fascismo como um método. Isto é, não um sistema político estruturado ou uma ideologia, mas características idiossincráticas que o diferem de um autoritarismo comum, que são utilizadas como ferramenta para se tomar ou manter o poder. Se por um lado esse pensamento fornece um ponto interessante ao permitir uma visão mais compreensiva do fascismo, interpretando-o menos como uma estrutura e mais como um movimento, por outro acaba por ampliá-lo de tal forma que permite Albright identificar fascismo em personagens completamente díspares entre si, de Hugo Chávez a Donald Trump.

Por outro lado, Albright se distancia do malabarismo intelectual caro aos pesquisadores do norte de tomar de forma maniqueísta a noção de populismo, do qual o exemplo mais vivo é a *The Economist* classificando governos latino-americanos em populistas ou liberais (HOCHSTETLER, 2007). Em outras palavras, para esses pesquisadores, populismo tornou-se sinédoque para antidemocracia, implicando, em última instância, que qualquer governo popular é irresponsável. Uma ideia que, na melhor das hipóteses, somente pode ser taxada de elitista. Como mostra a autora, a noção de populismo é interpretada, por si própria, como uma “ameaça às liberdades civis” e se torna contraditória, dado que políticos interpretados como populistas são descaradamente elitistas, como usa o exemplo de Vladimir Putin (ALBRIGHT, 2018, p. 233).

A tese de Albright é clara e sugerida pelo próprio título do livro: a recessão democrática mundial não é necessariamente a reedição dos traumas de 1930 e 1940, mas um anúncio de que ele pode estar na esquina. Um anúncio, portanto, que os nacionalismos de extrema-direita (e, para Albright, de extrema-esquerda) são um prenúncio de que, se algo não for feito, o fascismo pode retornar.

Sua análise do conceito é superficial, ampla e, ainda assim, a autora evita utilizá-lo, embora recheie o livro de paralelos e semelhanças entre Mussolini, Hitler e políticos

contemporâneos. Isto é, *Fascismo: um alerta* fornece, a despeito (ou talvez justamente por causa) da superficialidade teórica, uma chave para entender, ao menos um pouco, um conceito tão polissêmico e sua aplicabilidade na contemporaneidade. Uma superficialidade que não recai sobre Mark Bray, em *Antifa*. Embora seu livro seja mais dedicado ao movimento de combate ao fascismo, o antifascismo, ou antifa, Bray trata diferenças do fascismo histórico para suas versões contemporâneas. É perceptível em *Antifa*¹⁸ o amalgame entre os dois universos do autor. O Bray historiador, acadêmico da *Dartmouth College* transborda para suas análises de fascismos históricos e contemporâneos, de como o conceito evoluiu ao longo do último século e do combate igualmente secular dos antifascistas. Mas não é um livro com análises apenas acadêmicas ou historiográficas. Pelo contrário, seu lado militante — Bray foi um dos organizadores do *Occupy Wall Street*¹⁹ — inunda a obra, em particular nas mais de 70 entrevistas com antifascistas espalhados pelo mundo.

Mas é impossível entender o antifascismo sem compreender, inicialmente, o que é o fascismo. Em alguns dos aspectos mais lúcidos do livro, Bray chama a atenção para a necessidade da conceitualização sóbria do fascismo, para que o próprio antifascismo faça sentido. Isto é, conforme lembra a história, quando o espantinho do fascismo é usado displicentemente — como alguns socialistas e comunistas fizeram ao classificar os social-democratas de social-fascistas (BRAY, 2019, p. 74-75) — não apenas dificulta a sua identificação, mas também o seu combate. Por outro lado, Bray (2019, p. 14) também não é leviano com o fascismo: afasta-se da concepção, predominantemente liberal, de que ele não aparece sob novas formas contemporâneas e levanta a importância de tratar movimentos populistas e autoritários de extrema-direita pelo que de fato são. Ecoando as definições de populismo de Laclau, Bray (2019, p. 16) mostra que o fascismo, em maior ou menor intensidade, é uma virtualidade presente em qualquer democracia de massas contemporânea.

¹⁸ Como a nomenclatura indica, é em sua essência um movimento de oposição ao fascismo, sob suas diversas vestes. Todavia, conforme Bray mostra, há antifascismos e antifascismos. Isto é, embora a mais simples oposição ao fascismo possa ser considerado como antifascista desde sua origem histórica, em um processo que engloba parcelas conservadoras e liberais, por exemplo, o movimento antifa é “um método de política, um locus de auto identificação individual e de grupo, de um movimento transnacional que adaptou correntes socialistas, anarquistas e comunistas preexistentes a uma súbita necessidade em reagir à ameaça fascista. Essa interpretação política transcende a dinâmica de achatamento e redução do antifascismo à simples negação do fascismo, destacando suas bases estratégicas, culturais e ideológicas, das quais socialistas de todos os tipos emergiram.” (BRAY, 2019, p. 30). Em resumo, o movimento antifa se difere do antifascismo em seu sentido lato por se colocar como uma ferramenta de combate, majoritariamente associada à esquerda, às diferentes formas de fascismo.

¹⁹ O movimento *Occupy Wall Street* surgiu no contexto que se seguia à crise financeira de 2008, sob a forma de protestos massivos contra o crescimento da concentração de renda nos Estados Unidos. Como o nome indica, os protestos e a ocupação ocorriam majoritariamente em *Wall Street*.

Essa busca por uma utilização consciente do conceito é importante para, por exemplo, poder rejeitar as afirmações demagógicas de líderes de extrema-direita quando absorvem fragmentos da teoria liberal da ferradura para dizer que antifascistas são fascistas. Trump afirmou que era necessário cuidado contra um “fascismo de esquerda” (SMITH, 2020), ao passo que Eduardo Bolsonaro compartilhou uma falsa citação de Churchill — que, importante lembrar, era admirador de Mussolini até não muito antes do início da guerra (RIEMEN, 2020) —, em que ele teria dito que fascistas do futuro se chamariam de antifascistas (GRAGNANI, 2020). Embora em muito se aproxime do fascismo, como Bray (2019, p. 174-175) aponta, muito mais perigoso do que os fascistas que se assumem como tal, são aqueles com diversos traços de fascismo, mas que buscam se afastar publicamente, preferindo o confortável rótulo de populista e/ou conservador de extrema-direita. Ainda que esse afastamento seja tão demagógico quanto suas políticas, como evidencia Trump e Bolsonaro citando Mussolini em repetidas oportunidades (AMADO, 2020), o secretário de imprensa de Trump negando que o Holocausto tenha sido culpa de Hitler (BRAY, 2019, p. 26), a foto de Bolsonaro com um homem travestido como Hitler (MORAES, 2020), o Secretário Especial de Cultura, Roberto Alvim, interpretando Goebbels (GÓES, ARAGÃO, SOARES, 2020), as repetidas banalizações do Holocausto por membros da *Alternative für Deutschland* (AfD) ou do *Front National* (DEUTSCHE WELLE, 2018), em uma lista que poderia se estender por longas páginas.

Nesse escopo, um dos pontos mais interessantes de *Antifa* é a discussão que Bray levanta acerca dos limites da liberdade de expressão. O historiador busca refutar o argumento libertário que absolutiza a liberdade de expressão — e a liberdade em si — como manifestação máxima do indivíduo. Um argumento que, ao contrário do que Bray (2019, p. 293) levanta ao citar John Stuart Mill, não contradiz o liberal inglês, considerando que Mill (2017, p. 58) já defendia os limites da liberdade individual quando prejudicial à liberdade de outros indivíduos, como ao afirmar que “Mesmo as opiniões perdem a sua imunidade quando as circunstâncias em que se exprimem são tais que a sua expressão constitui um incitamento positivo a algum ato nocivo”.

A argumentação da liberdade de expressão absoluta, como afirma, embora bela em teoria, é perigosa na prática. É necessário, portanto, paradoxalmente, que uma democracia exerça excepcionalmente traços pontuais de autoritarismo para cortar pela raiz discursos de ódio, movimentos fascistas ou nazistas para que a própria democracia se proteja do autoritarismo. Em outras palavras, nenhum palco possível, como declara um dos antifas entrevistados: “o trabalho dos antifascistas é fazer com que os fascistas tenham muito medo

de agir publicamente e também atuar como alvos voluntários do seu ódio e ataques, o que pode impedi-los de queimar a mesquita mais próxima” (BRAY, 2019, p. 45).

Alguns liberais contra-argumentam que esse tipo de tática tende a ser um tiro no pé: grupos fascistas ganham mais força conforme se procura esmagá-los. Embora não seja uma completa inverdade, Bray (2019, p. 31) mostra que consecutivas repressões acabam por normalizar o combate e o desprezo por este método de política: “Depois de Auschwitz e Treblinka, os antifascistas se comprometeram a lutar até a morte contra a possibilidade de nazistas organizados falarem qualquer coisa”. O perigo desse argumento é ele se estender para além de apenas os discursos de ódio, minando o dissenso necessário à democracia agonística.

Não são todos os militantes que possuem a sobriedade de Bray e conseguem entender e identificar o fascismo. Não é improvável que essa espécie de supressão possa se alastrar para além dos fascismos, como ele mesmo aponta (BRAY, 2019, p. 286). Nesse aspecto, talvez a solução resida no que John Rawls (2000, p. 07) chamou de consenso sobreposto, isto é, entendendo a democracia como o imprescindível dissenso ideológico, identitário e grupal, é imprescindível, porém, a existência de um consenso sobre as regras do jogo. Em outras palavras, é imprescindível o consenso sobre a liberdade de expressão, de religião, de crença e de ideologia, bem como a repressão sobre discursos e movimentos que ameacem essas liberdades. A democracia, portanto, não deve ser absoluta para evitar o risco de destruir a si própria.

Bray (2019, p. 42) assumidamente prefere trabalhar não apenas com antifascismos contemporâneos, mas também em regiões que o fascismo ainda se encontra em estágio de movimento, isto é, ainda não se tornou razão de Estado conforme os cinco estágios de Paxton (1998). Entretanto, Bray (2019, p. 34) não poupa críticas ao norte: sublinha o pensamento de Aimé Césaire, que enxerga o nazifascismo não como uma decadência moral europeia²⁰ — se afastando, portanto, de literatos como Thomas Mann e Albert Camus (RIEMEN, 2020) — mas como a manifestação máxima de uma violência típica da Europa, uma violência aplicada consecutivas vezes sobre as colônias, mas nunca em tamanha intensidade sobre si própria. Gianni Fresu (2017) corrobora com essa ideia, ao afirmar que o Fascismo não foi um parêntese na História italiana, mas que, na verdade, ele tem “origem nos limites do processo de unificação nacional, o chamado *Risorgimento*, na debilidade das suas classes dirigentes, na

²⁰ Um argumento que aparece com frequência no livro explicitamente eurocêntrico de Riemen (2012), no qual o autor advoga que o fascismo surge da crise do espírito moral europeu, colocando a Europa como centro civilizacional e farol moral sobre os demais continentes.

utilização permanente do transformismo como meio de consolidação do poder”²¹ (FRESU, 2017, p. 37).

Enquanto o primeiro capítulo de *Antifa* trata principalmente de antifascismos e fascismos anteriores ao final da Guerra, o segundo se volta para a absorção desse legado na formação do antifascismo moderno, cobrindo de 1945 a 2003. Como o autor mostra, o fascismo se tornou um movimento em certos aspectos marginalizado após o final da Guerra, até pelo menos a década de 1980 com a ascensão do *Front National* francês. Não menos violento, mas apenas não institucionalizado, sua presença passou a se limitar praticamente a movimentos de rua, como *hooligans* ou *skinheads*. Um cenário que se altera com a recessão democrática contemporânea, cujo marco Bray identifica como 2003, com a disseminação de partidos e políticos de extrema-direita por todo o mundo: AfD, Front National, Trump, Bolsonaro, Thierry Baudet, entre diversos outros. O “fascismo engravatado”, como Bray (2019, p. 161) aponta.

Um fascismo que, como foi dito anteriormente, busca se afastar do fascismo explícito embora incorra a muito de seus símbolos, características e discursos. Um fascismo muito mais complexo, muito mais difícil de ser combatido²². O que gera um impasse entre os grupos antifas: ou priorizam fascistas assumidos, que oferecem pouco em termos de ameaça política, mas muito em ameaça física a curto prazo; ou voltam suas forças para o fascismo institucionalizado, muito mais perigoso a longo prazo (BRAY, 2019, p. 193). Uma exceção, como *Antifa* evidencia, é a Grécia, onde o Aurora Dourada mescla esses dois tipos de fascismo, inclusive com a polícia atuando como espécie de milícia, ao estilo dos Camisas Negras, já que cerca de metade da força policial do país apoia o partido (BRAY, 2019, p. 197).

²¹ Para além das características estruturais da sociedade italiana e do *Risorgimento*, que aparecerão em destaque no próximo capítulo, Fresu (2017, p. 39) destaca acontecimentos que indicam pretexto autoritário na Itália. Traz como exemplo o massacre autorizado pelo rei Umberto I e perpetrado pelo general Bava Beccaris, na qual foram mortas 80 pessoas, incluindo crianças, “que se manifestavam pela redução dos custos do pão” (FRESU, 2017, p. 39). Como se o massacre não fosse suficiente, o rei condecorou o general como herói italiano por sua violência. O rei acabou ele próprio assassinado por um militante anarquista. Se esses pontos não são o suficiente para indicar um profascismo, ao menos fornecem insumos para imaginar a cultura política tradicionalmente autoritária da Itália, assim como a exaltação bélica da violência como valor heróico.

²² Sobre isso, Rob Riemen (2012, p. 56) utiliza o exemplo neerlandês do Partij voor de Vrijheid (Partido da Liberdade) ou PVV. Riemen (2012, p. 56) identifica traços fascistas no PVV, como “um nacionalismo opressivo, xenofobia, incentivos ao ressentimento”; e, a despeito do PVV ser ou não fascista, o autor destaca um ponto particularmente interessante: o partido incluir em seu programa tornar o dia 05 de maio um feriado nacional para homenagear as vítimas do “(nacional) socialismo”. Particularmente interessante porque o PVV não se refere a Nazismo, mas põe ênfase em socialismo, colocando um parêntese sobre o nacional. Uma manobra retórica que torna as vítimas do Nazismo vítimas da esquerda, mas relega a segundo plano o aspecto nacionalista e ignora semelhanças programáticas e retóricas do PVV com os partidos nazifascistas do início do século. A mesma estratégia, como será visto, é empregado por outros líderes semelhantes como Plínio Salgado, Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro.

Bray (2019, p. 215) também identifica um terceiro tipo de fascismo, um fascismo digital. Um fascismo que, segundo ele, espalha-se após 2014 com a formação da *alt-right*²³, em particular em fóruns digitais. Um fascismo que conta com uma parcela significativa que, protegido pelo anonimato das redes sociais e da *internet*, faz pouco ou nenhum esforço para se travestir, diferente dos já apontados fascistas engravatados. Não obstante, Bray não poupa o próprio movimento antifa de críticas. Afinal, como sugere Bray (2019, p. 266), a grande ironia do antifascismo é que quanto mais bem-sucedido ele é, mais ele é questionado.

Por fim, a próxima e última seção tratará da interpretação de Robert Paxton em *Anatomia do Fascismo* e *The five stages of Fascism*, tomadas como marco teórico para esta dissertação. Entretanto, antes, é interessante sintetizar e ilustrar em uma tabela as diversas interpretações debatidas até aqui, conforme pode ser conferido abaixo.

Tabela 1 - Principais caminhos interpretativos do fascismo

<i>Interpretação</i>	<i>Chave explicativa</i>	<i>Pontos fortes</i>	<i>Pontos fracos</i>
<i>Marxista</i>	O fascismo surge como um processo de radicalização do liberalismo, o paroxismo da luta de classes impulsionado pela alta burguesia.	Percebe uma ligação entre a democracia liberal, crises e o fascismo.	Ignora que o fascismo é um movimento esférico: abrange todos os setores sociais, incorre a uma simplificação ao tomar fascismo e liberalismo como sinônimos, banaliza o conceito ao expandi-lo para tudo.
<i>Fascismo hermético</i>	O fascismo é um fenômeno limitado a Itália de 1920 a 1940, dada as idiossincrasias desse período. No máximo, manifestações futuras podem ser denominadas pós-fascistas ou etnonacionalistas (MANN, 2008, p. 495)	Destaca a necessidade de compreensão do Fascismo para diferenciá-lo de movimentos contemporâneos.	Ignora a necessidade de um conceito político genérico para entender a maior invenção política do século XX; ignora que qualquer conceito político se reinventa conforme se desloca de sua manifestação

²³ Segundo Bray (2019, p. 215), o termo *alt-right* foi criado por um líder do próprio movimento. Em resumo, a “direita alternativa” é abertamente mais extremista e busca se afastar de aspectos da direita tradicional, a quem identifica como apática e frágil, bem como de qualquer pretensão de tolerância democrática. Com grande presença no ciberespaço, em particular em fóruns digitais, na prática consiste em um rótulo que engloba diversos grupos extremistas: nazistas, fascistas, anarcocapitalistas e/ou reacionários. Conforme Shane Burley, especialista em *alt-right*, “Quando comparados aos neonazistas cantarolando com suas bandeiras e suásticas, o que diferencia a *alt-right* é sua aderência à tecnologia, os memes” (apud BRAY, 2019, p. 215-216).

			original.
<i>Liberal</i>	O fascismo e o comunismo são extremos que se tocam, a intervenção estatal na economia acaba por degenerar em um dos dois.	-	Utiliza fascismo/populismo como método para criticar qualquer alternativa ao liberalismo, banalizam o termo ao colocá-lo como sinônimo de comunismo.
<i>Psicanalítica</i>	O fascismo é a epítome do ressentimento do homem-massa, inundado em frustrações pelas configurações liberais contemporâneas.	Aponta a importância das emoções e coloca foco sobre o aspecto diretamente humano do fascismo, não apenas institucional. Foca mais no indivíduo menor e menos no líder. Não contradiz as outras interpretações e é facilmente absorvida pelas demais.	Sozinho, é insuficiente para compreender o fenômeno. Oferece um ponto essencial, mas incompleto.
<i>Outras (Albright, Bray)</i>	Albright: interpreta que há um prenúncio de possíveis novos fascismos, o vê como um método de poder. Bray: defende a importância do antifascismo para coibir o fascismo, analisa ambos em perspectiva histórica e comparada.	Ambos mostram a importância de não crer que o fascismo morreu em 1945, ressaltam alguns de seus novos formatos e, no caso de Bray, a importância dos movimentos antifa.	No caso de Albright, ainda que perceba o ressurgimento contemporâneo do fascismo, incorre a um malabarismo ao entender que apenas Kim Jong-un seria fascista.
<i>Fascismo etapista (Robert Paxton)</i>	O fascismo é a maior invenção política do século XX, razão pela qual se decorre a necessidade de um conceito genérico, sempre com a ciência de que movimentos contemporâneos não serão absolutamente iguais ao Fascismo.	Entende o movimento como inerente às democracias contemporâneas, um <i>doppelgänger</i> da democracia liberal que se propaga por cinco estágios.	-

Fonte: Elaborado pelo autor

1.4 A interpretação de Robert Paxton: as características mais notáveis do fascismo

“O espírito sou que sempre nega! / E com razão: pois tudo quanto nasce / De extermínio total somente é digno; / Pelo que, nada haver melhor seria” (GOETHE, 2011, p. 64)

Logo no início de *Anatomia do Fascismo*, Robert Paxton (2007, p. 46) aponta da necessidade de um conceito genérico como fascismo para englobar uma nova forma de política que surgiu na primeira metade do século XX, afastando, por consequência, a ideia de impossibilidade de classificação única devido às idiossincrasias de cada movimento. É imprescindível a existência de um termo genérico para denominar a “novidade política mais importante do século XX” (PAXTON, 2007, p. 46), entendendo que o Fascismo italiano deu origem a um movimento de massa de extrema-direita distinto de tudo o que havia se criado antes, fossem autoritarismos, bonapartismos, reacionarismos ou qualquer outra forma, ainda que também se cruzasse com esses movimentos anteriores. Em suma, o fascismo é um autoritarismo, bonapartismo e reacionarismo. Mas também é algo mais. E, tanto mais importante, essa criação não foi limitada a um período histórico, isto é, não morreu em 1945. O próprio Fascismo italiano, porém, na prática não fez mais do que dar um rótulo para movimentos que já estavam em gestação por toda a Europa, e do qual o movimento nacionalista de D’Annunzio na Itália, alguns anos antes, pode ser apontado como embrião (PAXTON, 2007, p. 47). Importante ressaltar que mesmo o Nazismo, em geral majoritariamente interpretado como um fascismo radical, possuía notáveis pontos de dissenso de sua contraparte italiana, das quais o discurso de purificação racial é o maior exemplo.

Embora não chegue a afirmar com essas palavras, é possível interpretar, ao longo da leitura de *Anatomia do Fascismo*, especialmente quando a obra é colocada em diálogo com outras como *O Fascismo eterno*, de Umberto Eco, e *O eterno retorno do Fascismo*, de Rob Riemen, o fascismo como manifestação simultânea de três outros conceitos políticos: reacionarismo, autoritarismo e nacionalismo, somados a outras características que não são englobáveis nesses conceitos, como base de massas e messianismo. Certamente existem outras características, mas estas não foram identificadas ou foram consideradas “menores”, por vezes específicas de uma aparição pontual do fascismo. Por exemplo, como lembra Umberto Eco (2018, p. 43), alguns intelectuais identificados com o Fascismo tinham idiossincrasias radicalmente distintas, como, por exemplo, Ezra Pound com o anticapitalismo extremo e Julius Evola com um enfoque místico; isso sem falar no Nazismo com o paganismo e a violenta ideologia racial.

A tabela a seguir tratará das principais características desses conceitos. Embora, obviamente, esses conceitos existam de forma independente e não necessariamente implicam

em fascismo, sua manifestação simultânea é um forte indicativo. Eles próprios polissêmicos, como qualquer conceito, serão interpretados a partir de um recorte de alguns dos principais autores que os pensam. Como Roger Griffin (2015, p. 26) afirma, “O fascismo é um gênero de ideologia política cujo cerne mítico, em suas permutações, é uma forma palingenética de ultranacionalismo populista”.

Tabela 2 - Conceitos que integram o fascismo e suas características mais perceptíveis

<i>Conceito</i>	Descrição	Características
<i>Reacionarismo</i>	Apesar de ser confundido com conservadorismo ou mesmo com “ultraconservadorismo”, o fascismo, por essência, não pode ser conservador. De fato, conservadores alemães e italianos estiveram entre os principais grupos de apoio, mas, conforme Paxton (2007, p. 213), o que houve foi mais uma associação desconfortável do que uma ligação orgânica. Embora Mussolini (2006, p. 248) procure se afastar de Maistre em sua doutrina, o fascismo é reacionário em sua essência mais básica. Não há fascismo que não possua em seu âmago o desejo e o discurso de retorno a uma terra prometida mítica, em um passado idealizado. Daí decorre ser um reacionarismo: se coloca não como a tentativa de conservar valores, mas de reagir ao que entende como denegação social.	Desejo de retorno a um passado idealizado, porque a nação está em decadência e somente o Messias pode torná-la grande novamente. Pavor dessa decadência (PAXTON, 2007, p. 70). Reação (confundida pelo movimento fascista como revolução) a essa suposta degenerescência. Desumanização de inimigos objetivos e grupos minoritários, tomados como culpados pela decadência da nação. Paranoia e conspiracionismo, inimigos objetivos vistos como perpetradores, não como vítimas, apontados com forças políticas e econômicas muito superiores as que de fato possuem (PAXTON, 2007, p. 70). Irracionalismo, oposição à racionalidade liberal ou Iluminista. Necessidade de uma crise (econômica, política) para impulsionar o desejo de retorno (PAXTON 2007, p. 78). Ressentimento melancólico.
<i>Autoritarismo</i>	Historicamente, o fascismo surge em democracias para devorá-las por dentro, lentamente, até não restar	Censura, desumanização e perseguição de inimigos objetivos e grupos minoritários, perseguição à imprensa, anti-

	<p>mais do que uma casca oca. O Nazismo, por exemplo, conforme Hannah Arendt (1978, p. 141), manteve quase intacta a Constituição de Weimar, o que ajudou a conceder um verniz de normalidade democrática ao regime.</p>	<p>intelectualismo, incapacidade de diálogo entre opostos, rejeição do princípio de democracia agonística, maniqueísmo dualista. Propostas de moldar a democracia, recriá-la apenas à seita.</p>
<p><i>Nacionalismo</i></p>	<p>Se o fascismo pudesse ser definido em apenas uma ideia, esta seria o mito da nação. A ideia de nação tem a mesma importância para o fascismo que a ideia de liberdade ou igualdade, respectivamente, para o liberalismo e socialismo. Mussolini (2020) afirmava que “Nosso ideal é a nação. Nosso ideal é a grandeza da nação, e a isso subordinamos todo o resto”. O mito da nação é o pilar, os demais conceitos decorrem dele. O reacionarismo é consequência do desejo de tornar a nação grande novamente, e o autoritarismo e a base de massas como método para tal. Em grande parte, isso explica porque o fascismo não poderia ter surgido antes do século XX: não apenas porque o nacionalismo, como mostra Hobsbawm (1990, p. 11), é um fenômeno que se intensifica com a Revolução Francesa, mas, tanto mais, pela necessidade de uma base de massas que buscasse uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo.</p>	<p>Umberto Eco (2018, p. 51) lembra que o fascismo forma uma seita dentro da nação, a qual a única característica excepcional dos indivíduos seria a mais comum de todas: ter nascido naquela região. Do mito da nação decorrem características secundárias: a figura do Messias, o único capaz de retomar a glória perdida; o belicismo e a desumanização de grupos minoritários, em particular estrangeiros ou estrangeiros “internos”, isto é, grupos que fazem parte da região, mas não são assimilados pela cultura hegemônica (PAXTON, 2007, p. 78-79). Primazia da seita e da nação sobre grupos estrangeiros ou inimigos internos, ao mesmo tempo um paradoxal sentimento de que este grupo é vítima (PAXTON, 1998, p. 06). Anticosmopolitismo, antiliberalismo e antisocialismo: “Os fascistas odiavam os liberais tanto quanto odiavam os socialistas, mas por razões diferentes. Para eles, a esquerda socialista e internacionalista era o inimigo, e os liberais eram os cúmplices do inimigo” (PAXTON, 2007, p. 43-44). Formação de largos grupos homogêneos motivados por paixões tribais que, como uma</p>

		célula cancerígena, ameaçam uma absorção forçada ou uma eliminação de indivíduos que não estejam na seita.
<i>Outros</i>	Um dos pontos essenciais do fascismo, e sua principal diferença em relação ao autoritarismo tradicional, é a sua necessidade de uma base de massas. Como lembra Madeleine Albright (2018, p. 17), no fascismo o poder não é imposto de cima para baixo, mas de forma circular, perpassando todos os setores e classes sociais, da burguesia ao proletário, do lúmpemproletário ao grande proprietário de terras. Entretanto, embora angarie apoio de uma parcela da elite, o fascismo se coloca — ao menos no plano discursivo — contra essa elite e se propõe a criar uma nova elite. Seguindo a corrente dos teóricos das elites, como Vilfredo Pareto (2014, p. 64), o fascismo promove, portanto, a circulação de elites. Entretanto, ainda que promova essa circulação, atacando o que enxerga como uma elite degenerada e alçando aventureiros à formação de uma nova elite, o fascismo não deixa de ser, em si, elitista. Certamente não elitista em um sentido de aristocracia, mas por implicar uma estrutura fortemente hierárquica, na qual a grande base consiste de uma massa vista como incapaz e não mais do que ferramenta.	Antielitismo, base de massas, apoio de setores sociais heterogêneos e amplos. Estética baseada nas emoções (PAXTON, 1998, p. 06), massificação do indivíduo. Machismo.

Conforme Paxton (2007, p. 76), “Os fascismos procuram em cada cultura nacional os temas mais capazes de mobilizar um movimento de massas de regeneração, unificação e pureza, dirigido contra o individualismo e constitucionalismo liberais e contra a luta de classes da esquerda”.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em *Anatomia do Fascismo* e outras obras teóricas.

Essas são apenas algumas das características mais presentes e identificáveis do que se compreende por fascismo em grande parte de suas manifestações, baseado principalmente na interpretação de Paxton. Não descartando que, como o fascismo devore idiosincrasias conforme se espalha, há características particulares que seriam impossíveis de ser totalmente cobertas em uma dissertação. Da mesma forma, importante relembrar, esses conceitos existem de forma independente e sua manifestação, mesmo quando mais de um ocorre em consonância, não implica que há, de fato, um fascismo. Entretanto, quanto mais características e conceitos desta tabela se apresentam, maiores as chances de se tratar de um fascismo.

Embora, como Hobsbawm (1990, p. 18-19) sugere, não seja simples encontrar uma definição para o entendimento do que é uma nação (tampouco do que é nacionalismo), entende-se nacionalismo como uma identificação e dedicação abstrata com o que Benedict Anderson (1993) chamou de “comunidades imaginadas”. Ainda que identificação comunitária seja um fenômeno milenar, há, no posterior à Revolução Francesa, a formação do que pode ser entendido como nação moderna. Para efeito de exemplo, o Dicionário da Real Academia Espanhola, até 1884, classificava *nación* como “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino”, ao passo que, a partir dessa data, passou a determiná-la como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” (HOBSBAWM, 1990, p. 27).

Sendo o Estado-nação um fenômeno relativamente moderno, por conseguinte também o nacionalismo o é. Nesse sentido, é igualmente claro que o século XX marca o paroxismo do nacionalismo, como motor para diversas guerras, a destacar as duas mundiais. Entretanto, o fascismo se difere do simples nacionalismo autoritário, como o próprio Hobsbawm (1990, p. 172) lembra. Em primeira instância a maior diferença é a base de massas, uma expressão que

é potencializada exponencialmente com a popularização do rádio no início do século XX — e que, talvez possível pensar, um paralelo histórico semelhante com o que acontece no contemporâneo com novas ferramentas digitais de disseminação — que permite, pela primeira vez na História, atingir simultaneamente milhares de pessoas sem a presença física, se tornando eficaz ferramenta de propaganda (HOBSBAWM, 1990, p. 1990). Entretanto, seria simplista limitar a diferença apenas à base de massas. Assim, como se discutirá a seguir, o reacionarismo — e sua correta classificação distinta de seu irmão, o conservadorismo — é também crucial.

O surgimento do que se convencionou chamar de versão moderna do conservadorismo e do reacionarismo remonta à mesma origem: uma reação intelectual à Revolução Francesa. Burke (2005, p. 69) opõe a Revolução Francesa à Revolução Estadunidense e à Revolução Gloriosa, afirmando que, em oposição às duas últimas, a primeira desrespeitou as tradições do povo francês e propôs abandonar instituições coletivas seculares em função de uma noção inócua de liberdade. Ressalta que o antigo regime francês era nitidamente imperfeito, mas, ainda assim, havia ordem e moral, ponto que afirma ser essencial para a verdadeira liberdade: “Há dez anos, teria eu podido, em sã consciência, felicitar a França por possuir um governo (pois ela tinha um) [...] Posso hoje felicitar esta nação pela sua liberdade?” Burke entende que liberdade, embora seja uma ideia válida e importante, em si só é insuficiente. Nesse sentido se afasta de Locke (1966, p. 117-118), pois compreende que a ordem e a moral são mais importantes do que a abstração de liberdade; e de Rousseau (2007, p. 149), pois entende que a religião é também parte essencial de um governo. Burke (1982, p. 67-68) elenca alguns bens que considera essenciais para a harmonia e prosperidade, tão importantes quanto a liberdade: o governo, o poder público, a disciplina e obediência dos exércitos, o recolhimento e boa distribuição dos impostos, a moralidade e a religião, a propriedade, a paz e a ordem, os costumes públicos e privados. O sacrifício de qualquer um desses pontos estruturais tornaria impossível atingir a verdadeira liberdade — a qual seria adquirida como a herança institucional, o legado geracional —, restando uma abstração irrelevante.

Nos preceitos básicos de Edmund Burke (1982), o conservadorismo é um sistema político estruturado presentista, isto é, que valoriza o presente em detrimento ao passado ou futuro. Para Burke (1982, p. 67-68), as sociedades humanas e suas instituições são produtos geracionais construídos através de um processo secular, processo este que não deve ser descartado por uma ruptura, muito menos se baseada em abstracionismos. Da mesma forma que é possível pensar na origem do conservadorismo moderno com Burke, é possível pensar em Joseph de Maistre como o principal pensador do reacionarismo moderno. De Maistre

(1974), diferente de Burke, almejava uma volta a um passado idealizado. Para ele, o futuro residia neste passado, sendo imprescindível o seu retorno. O presente era tomado por uma crise de valores morais e por homens fracos, autodestrutivos, distantes do divino. Importante lembrar que o reacionarismo surge, portanto, como uma reação à Revolução Francesa e, em escopo mais amplo, ao Iluminismo. O movimento contemporâneo que se autodenomina neoreacionarismo, não sem motivo, também se autointitula *Dark Enlightenment*.

O reacionarismo empreende o que Marx e Engels (2005, p. 49) chamaram de “fazer girar para trás a roda da história”. A mudança é sinônimo de degenerescência e distanciamento do homem de Deus, aquele que mantém uma “corrente que nos contém sem nos escravizar” defende Maistre (1974, p. 23, tradução nossa) na abertura de seu livro em referência crítica à frase de Rousseau (2007, p. 23) de que “o homem nasceu livre em toda parte é posto a ferros.” O retorno para esta ligação divina seria, portanto, essencial para o desenvolvimento das potencialidades humanas, decorrendo, a partir daí, a necessidade do retorno ao direito divino dos reis. Mais do que apenas a ligação divina, porém, o catolicismo como absoluto, já que Maistre (1974, p. 57) entendia o protestantismo como a origem da destruição moderna, que supostamente teria aumentado a distância entre homem e Deus gerando, por consequência, as revoluções, uma punição divina. Maistre ignora, no processo, diversas complexidades da Revolução Francesa, a impondo uma camisa de força com sua interpretação de que apenas com a restauração da corrente que liga o homem a Deus seria possível restabelecer a ordem. Apesar de classificar a Revolução como “radicalmente ruim” e atribuir exageradamente 3 milhões de mortes a sua responsabilidade, Maistre (1974, p. 07, 12, 57, tradução nossa) a enxergava como um método para restaurar a glória da monarquia em seu caráter absolutista, um “prelúdio da profetizada ressurreição da monarquia”. O reacionarismo de Maistre propõe um retorno ao que Scruton (2019, p. 10) classifica como conservadorismo pré-moderno, pautado na absolutização da religião e da monarquia, sem espaço às mudanças graduais caras a Burke:

Embora mais tarde, após a Revolução Francesa, dúvidas tenham sido lançadas sobre essas ideias e uma versão do “direito divino” tenha sido restabelecida pelo grande polemista francês Joseph de Maistre, isso seria visto como desenvolvimento reacionário, e não conservador — ou seja, como invocação de uma ordem antiga de coisas, e não como convite para se adaptar a circunstâncias variáveis em um espírito de conservação e renovação (SCRUTON, 2019, p. 10).

Embora admirador de Burke, Maistre se aproxima mais em alguns aspectos pontuais do que na visão ampla de sua doutrina. O argumento sobre a origem das constituições, por

exemplo, em que afirma que elas não são fruto do idealismo, mas pautadas na tradição e conhecimento geracional, é o mesmo de Burke e Georg Hegel. Difere-se, porém, na origem, ao defender que as leis são frutos do divino. Em termos simplificados, é possível afirmar que Burke enxergava a religião como fruto dessas instituições a que se devia proteger, a entendendo como uma das formas primordiais de sabedoria coletiva, mas reafirmando a importância de um governo que não fosse pautado exclusivamente pela religião, enquanto Maistre defendia as instituições como consequentes da religião. Isto é, o catolicismo, como fundante da civilização ocidental, deveria ser preservado e retomado a qualquer custo, e a importância desta construção geracional reside apenas por sua ligação religiosa. Afasta-se de Burke, portanto, em sua tese religiosa de restauração da monarquia francesa absoluta, mas se aproxima ao criticar o abstracionismo da Revolução e a constituição idealizada — embora ele próprio incorra ao abstracionismo do divino e da providência neste processo. Em suma, enquanto Burke alerta sobre o perigo de trocar instituições estabelecidas por destinos incertos, Maistre afirma o perigo do homem brincar de ser Deus. Como Scruton confirma:

Para Maistre, as obrigações para com a soberania não podem ser baseadas em contrato ou consenso, mas somente na devoção às coisas estabelecidas. O verdadeiro objeto da obrigação política não é o Estado, mas Deus, e é no dever religioso que se deve fundar a obrigação em relação a todas as instituições humanas. Além disso, é Deus, e não o homem, o criador das constituições e o legislador final, com todos os pensamentos revolucionários franceses a esse respeito sendo nada além de blasfêmias destinadas a reforçar a incompetência humana. O Iluminismo, com sua ímpia visão da perfectibilidade humana, foi uma manifestação coletiva do pecado do orgulho — uma “insurreição contra Deus”. A violência da revolução foi exatamente o que se deve esperar quando as pessoas tentam negar a realidade do pecado original e tomar seu destino nas próprias mãos. Os eventos do Terror foram literalmente satânicos, reencenando a revolta dos anjos caídos e demonstrando o que acontece quando os seres humanos rejeitam a ideia de autoridade e se imaginam capazes de descobrir uma nova forma de governo na liberdade (SCRUTON, 2019, p. 26).

Em parte essa melancolia de direita — se for possível classificar desta forma e ignorando as diversas outras ideologias de direita para além do conservadorismo e reacionarismo — advém da própria visão da natureza do homem. A Revolução Francesa em muito colheu dos ideais de Rousseau (2007, p. 23), que acreditava que o humano é essencialmente benigno, embora corruptível. Em Burke, a visão do homem não é tão positiva e, como exemplificado a seguir, há uma recepção propositalmente ambígua, no mínimo cética:

eu deveria me abster de felicitar a França por sua nova liberdade até que tivesse conhecimento de como esta liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade e a religião, com a solidez da

propriedade, com a paz e a ordem, com os costumes públicos e privados. À sua maneira, todas estas coisas são bens, e se elas vierem a faltar, a liberdade deixa de ser um benefício e perde a chance de durar muito tempo. O efeito da liberdade é de permitir aos homens fazer aquilo que lhes agrada: vejamos, pois, o que lhes será agradável fazer antes de nos arriscarmos a cumprimentos que muito cedo, talvez, devam ser convertidos em pêsames (BURKE, 1982, p. 59).

A presença do vocábulo “talvez”, longe de ser ao acaso, revela a impossibilidade lógica de uma definição absoluta da natureza humana, a qual pode decorrer à ruína ou prosperidade. Esta impossibilidade, porém, justificaria a necessidade de evitar rupturas em função de ideias vagas e sem comprovação. As instituições, o objeto amado da tradição, são o produto humano para proteger o próprio ser humano. Para Burke, pode até ser que o homem não seja tão destrutivo, certamente não tanto quanto para Thomas Hobbes e Maistre, mas, ainda assim, essa possibilidade existe e é relevante. Como o amor libidinal melancólico pela tradição se antecipa contra qualquer possibilidade de destruição, há uma permanente angústia frente à iminente natureza humana de destruir. Para ilustrar a oposição entre os dois pensadores, é possível pensar em uma alegoria para o objeto amado para Burke e para Maistre, entendendo a tradição como um diamante, uma pedra preciosa lapidada a partir de um trabalho de gerações. Para Burke, pequenos arranhões no diamante podem ser tolerados, desde que seu núcleo se mantenha intacto. Para prevenir isso, inclusive, deve-se alterar de forma segura e cuidadosa a estrutura deste diamante. Maistre não apenas não aceita qualquer dano a este diamante, como deseja que ele se reforce, retome camadas anteriores. Ambos concordam, porém, que esse diamante deve ser protegido dos olhares ambiciosos que planejam roubá-lo e potencialmente destruí-lo. No reacionarismo, Deus é, portanto, o único capaz de conter, embora, como Maistre reafirma, sem escravizar, esses exageros humanos; e mostrar a verdadeira liberdade. Esses pensadores procuram imaginar, para trabalhar com a ideia de natureza humana, o que seria do homem se posto em uma contrafactual liberdade absoluta, e o que seria feito com essa liberdade.

A visão negativa ou cética quanto à natureza humana é mais importante para definir essa melancolia de direita do que se pode pensar a priori. Um dos herdeiros contemporâneos do pensamento de Burke, Roger Scruton, expressa o mesmo ceticismo em relação ao homem. Para ele, “Por debaixo do verniz civilizatório, todo homem tem dentro de si um animal à espreita. Infelizmente, se esse verniz for arrancado, o animal vai mostrar a sua cara” (apud ALONSO, 2019). Da mesma forma que Burke publica seus escritos como uma reação à Revolução Francesa e o que enxergava como caos consequente, Scruton (2014, p. 08) começa a desenvolver seu pensamento em defesa do conservadorismo como uma reação a Maio de 68,

e o que igualmente enxergava como uma tentativa de rompimento brusco com a segurança das instituições em prol de um abstracionismo sem comprovação. Apesar da distância temporal, Scruton (2019, p. 06) incorre à mesma melancolia conservadora de Burke, ao sacralizar as instituições humanas e, decorrendo do argumento da natureza mesquinha, entender que o objeto libidinal deve ser preservado contra o valor destrutivo de utopias futurísticas. Partindo do pressuposto da natureza mesquinha, Burke, Scruton e Maistre, defendem que as diferenças entre homens não são socialmente construídas, mas naturais e biológicas e procurar exterminá-las acabará tendo efeito contrário, ampliando-as e dando origem, como sugere Scruton (2019, p. 06) resgatando Hayek, aos totalitarismos: “É precisamente o caráter das utopias modernas ignorar esses limites — imaginar sociedades sem lei (Marx e Engels), sem famílias (Laing), sem fronteiras ou defesas (Sartre) [...] [ideias] adotadas somente por pessoas incapazes de perceber a realidade”.

A interpretação cética da humanidade proporciona uma nova camada sobre essa melancolia. Ora, se o homem é um animal destrutivo por sua natureza, então é evidente que as instituições e a construção coletiva geracional precisam ser infinitamente protegidas desta destruição. Em suma, trata-se de uma melancolia que surge não apenas de uma perda efetiva, como foi o caso da Revolução Francesa, mas do medo que essa perda se alastre. O medo que a destrutiva natureza humana triunfe sobre a coleira da civilização e das instituições conservadoras. Em Burke essa relação medo e melancolia se expressa no medo de que a revolução se espalhe para a Inglaterra e pela Europa. É certamente uma ideia totalizante, de que o mundo tem que ser necessariamente baseado apenas nas instituições exclusivas e não há alternativa. Os dois tratam a Revolução como se fosse um bacilo infeccioso, uma gangrena que reflete os piores vícios humanos e se espalhará caso as demais nações não considerem a importância dos ideais de tradição e legado.

A melancolia reacionária surge do processo de lidar com a perda. A melancolia se alimenta da virtualidade sempre presente da destruição. A destruição pode não existir, mas a sua possibilidade gera angústia, e essa angústia gera a melancolia. Preso em uma cíclica angústia, a melancolia conservadora ou reacionária tenta manter a qualquer custo quase tudo que possui, mesmo que sejam restos. O Super-eu oblitera o Eu: a sua projeção imagina uma realidade intocável, uma perfeição que existe apenas para si. Assim, é inevitável que qualquer arranhão nesse diamante crie angústia. Nesse sentido, é sintomático que Maistre fale em diversas passagens sobre a Providência como norte do agir, pois, conforme Freud (2011a, p. 73), “O Super-eu desempenha a mesma função protetora e salvadora que tinha antes o pai, depois a Providência ou o Destino”.

Há um ponto em que a melancolia reacionária transforma esse vazio em ação, porém. No reacionarismo, o medo melancólico é condensado em energia política. Esse ponto se evidencia com atitudes de Maistre (1974, p. 05) para além de seu trabalho intelectual, como a carta que enviou para Turin avisando do crescente apoio à Revolução na região de Savoy. O fetiche reacionário pelo passado o impulsiona em função desse resgate e a empregar todas as forças disponíveis em seu movimento. Para tal, se enxerga narcisicamente como um movimento messiânico, como a frase dita por Maistre (1974, p. 19, tradução nossa) pouco antes de sua morte deixa bem claro: “Eu morro com a Europa, morro em boa companhia”²⁴. Burke entende que arranhões na tradição são necessários, desde que ela não se quebre; Maistre pretende que ela reabsorva camadas que havia perdido em processos anteriores.

Como foi dito, essa melancolia conservadora e reacionária nem sempre surge pela perda do objeto, mas com frequência do medo desta perda, para o qual a metáfora de um barco em naufrágio é apropriada. Ambos se posicionando, assim, em maior ou menos grau, contra grandes mudanças estruturais, tomando como objetivo o presente ou o passado. É interessante ressaltar, para finalizar, um aspecto que foi sugerido implicitamente durante todo o texto: a melancolia conservadora ou reacionária transcende a política. Em seu livro *Beleza*, Scruton (2013, 107-109) aplica as noções do conservadorismo burkeano para o campo da estética, incorrendo a mesma forma de melancolia, ainda que em outra área. Scruton se coloca contra as rupturas estéticas ocorridas com as vanguardas do início do século XX, ridicularizando-as e buscando, no processo, rejeitar a análise relativista de que arte é subjetiva. Portanto, aplica à beleza a mesma noção de objetividade que ele próprio e Burke realizam no campo político, determinando a construção geracional das instituições como a verdadeira liberdade e, no processo, rejeitando o relativismo. Longe de ser isolado, o posicionamento de Scruton na arte revela como o conservadorismo vai além da política, imprimindo sua melancolia do medo em outros campos relacionais, sempre pautado por sua luta contra o abstracionismo.

Conforme discutido, outro ponto fundamental do fascismo é o seu autoritarismo. Apesar de surgir no seio da democracia, de contar com o apoio de diversos setores sociais e uma base de massas, entretanto, o fascismo é antidemocrático em sua essência. Ele fere os princípios do que Chantal Mouffe (2003, p. 19) chamou de “democracia agonística”, isto é,

²⁴ Há, no reacionarismo maistreano, um discurso fatalista que se repete nas demais formas seguintes de reacionarismo: a civilização/nação/religião está degenerada, condenada à destruição, a única forma de resgatá-la é por meio de uma reação. Nota-se um messianismo e fatalismo neste discurso, o único que pode salvar este objeto libidinal é o passado idealizado, do contrário ele será completamente destruído. Esses traços aparecem em Mussolini, Salgado, Bolsonaro, mas são particularmente fortes em Ernesto Araújo, como será visto no último capítulo.

um ambiente político que percebe os indivíduos em permanente conflito. É justamente este conflito, esta luta permanente, que faz a roda democrática gerar. Como Umberto Eco (2018, p. 49) lembra, o consenso só pode existir no fascismo, autoritarismo ou totalitarismo. O dissenso é, portanto, peça fundamental à democracia:

No campo da política, isto pressupõe que o “outro” não seja visto como um inimigo a ser destruído, mas como um “adversário”, isto é, alguém com cujas idéias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais idéias não vamos questionar. Esta categoria de adversário não elimina o antagonismo, embora deva ser distinguida da noção liberal de competidor com a qual é às vezes identificada. Um adversário é um inimigo legítimo, um inimigo com quem temos em comum uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia. Mas nossa divergência diz a respeito ao seu significado e implantação, e não é algo que poderia ser resolvido através de deliberação e discussão racional; daí o elemento antagonístico na relação. Aceitar a posição do adversário é experimentar uma mudança radical na identidade política. Isso tem mais a qualidade de uma conversão do que de uma persuasão racional (no mesmo sentido do argumento de Thomas Kuhn sobre a adesão a um novo paradigma científico como um tipo de conversão). Na verdade, acordos são possíveis. Eles são parte de um processo da política, mas deveriam ser vistos como reverses temporários numa confrontação em curso (MOUFFE, 2003, p. 07).

Embora livros contemporâneos sobre a crise da democracia tratem como novidade o processo de esvaziamento da democracia pela própria democracia, tanto Mussolini quanto Hitler se utilizaram desse processo e, pertinente ressaltar, chegaram ao poder por vias democráticas, apenas dando golpes e instaurando autoritarismos explícitos posteriormente. O fascismo propõe, em geral, a criação de uma “nova democracia”, ou uma “democracia iliberal”, isto é, retirar a democracia de seu formato liberal e estendê-la apenas à seita fascista; tanto Hitler quanto Mussolini afirmavam que a democracia, refém de elites conservadoras e liberais corruptas e apáticas, era, na prática, inexistente. Entretanto, o fascismo nega princípios mais básicos da democracia: tolerância mútua pelo consenso sobreposto, aquilo que Chantal Mouffe (2003, p. 19) chamou de democracia agonística. Historicamente, conforme o último estágio apontado por Paxton (1998), o fascismo pode ou se tornar menos autoritário ou se radicalizar, embora não abandone, em maior ou menor grau, o autoritarismo.

Como foi apontado na tabela, uma das características mais notáveis do fascismo é o processo de desumanização que aplica a inimigos objetivos, isto é, grupos arbitrariamente pré-determinados. O fascismo forma uma seita unida em torno do carisma do líder, a quem, embora seja o mais medíocre dos homens, recai a figura de Messias. Assim, é uma ferramenta política que absorve ressentimentos melancólicos dos indivíduos na formação de uma grande massa de suporte a este Messias. Em outras palavras: o fascismo é a antítese da definição racional de política como proposta por Anthony Downs (2013, p. 46-49), ele é

assumidamente, como o próprio Mussolini (PAXTON, 2007, p. 39) fazia questão de deixar claro, pautado nas emoções mais primitivas do homem. A política da mediocridade, cujo ponto mais básico pode ser entendido por seu maniqueísmo.

Não há democracia agonística que seja concomitante a fascismo simplesmente porque o fascismo não tolera a existência de consensos sobrepostos. Isto é, não há concordância com as regras do jogo democrático, para utilizar a metáfora de Bobbio (1986, p. 19). Ele se utiliza da democracia para, como um parasita, eliminá-la lentamente por dentro, depenando uma galinha pena por pena, como dizia Mussolini (ALBRIGHT, 2018, p. 124). E, ao final, cospe uma versão distorcida, às vezes até com certas aparências como a própria Alemanha, por exemplo, que manteve intacta a Constituição de Weimar (ARENDDT, 1978, p. 141). Se a democracia agonística depende do respeito pelo consenso sobreposto, pela própria existência da democracia, então de fato o fascismo jamais poderá ser democrático. Sua desumanização do inimigo objetivo é, mais do que antagonismo, puro maniqueísmo. Para o fascismo, não há vida fora do seio de sua seita, fora do abraço do Messias, e todo o resto deve ser apenas aniquilado.

Nesse sentido, é interessante refletir sobre a perspectiva dos estágios do fascismo que Robert Paxton elabora. Paxton (1998) classifica o fascismo, originalmente em um artigo — e depois em *Anatomia do Fascismo* —, em cinco estágios que vão da sua criação inicial à radicalização ou entropia. A maioria dos movimentos que podem ser identificados como fascismos não vão além do primeiro ou, se muito, segundo estágio. O próprio Fascismo, como lembra Paxton (1998, p. 15), teria possivelmente morrido após a derrota que sofreu nas eleições de 1919, não fossem novas iniciativas nacionalistas e antissocialistas nos dois anos seguintes de o reviverem. É pertinente lembrar que a campanha nacionalista de Fiume²⁵ de D'Annunzio, apontado por Paxton (2007, p. 107) como como uma espécie de fascismo antes do Fascismo, morreu justamente em seus primeiros estágios, incapaz de angariar uma base de massas heterogênea para além de alguns setores, tais como veteranos. Igualmente, o fracasso no Putsch da Cervejaria de Hitler por pouco não encerrou o Nazismo em sua primeira fase.

O que torna, portanto, o Fascismo e o Nazismo distinto de tantos outros movimentos semelhantes que não conseguiram se consolidar? Uma hipótese para essa pergunta talvez possa ser encontrada em Max Weber (2005) e Wilhelm Reich (2001). Tanto Mussolini quanto Hitler se apropriaram de uma condição de profeta exemplar, de identificação direta com o homem médio, medíocre, frustrado. Prosseguindo os debates de Paxton, talvez seja pertinente

²⁵ Cidade fronteiriça entre Itália e, à época, Iugoslávia.

assumir que o messianismo sobre o profeta exemplar seja, se não o principal, ao menos um fator chave para que um movimento avance para os estágios seguintes. Afinal, é onde decorre a importância da interpretação psicanalítica de Reich em diálogo com Weber (2005), a necessidade de identificação das camadas sociais com um homem médio que expresse organicamente seus mesmos preconceitos, medos, ansiedades e ressentimentos.

Em uma perspectiva mais institucional, é igualmente inevitável interpretar que salvaguardas institucionais, bem como as ações do poder público em frear discursos de ódio quando despontam, atuam para impedir o avanço para os próximos ciclos. Se for possível rotular a AfD de fascista, por exemplo, é factível imaginar que sua ascensão na Alemanha tem sido parcialmente controlada — apesar de ter tido quase 13% do Bundestag (Câmara alemã) nas eleições de 2017 — por fatores como a ausência de um Messias e a resiliência democrática alemã. De fato, quanto mais sólida uma democracia for, mais o fascismo parece contido, ainda que esse controle nunca seja ilimitado, pois o fascismo é um fenômeno inerente às democracias de massa. Entretanto, como Paxton (2007, p. 78) recorda, o sentimento de “uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais” pode rapidamente acelerar esses movimentos e fazê-los galgar estágios. Importante notar que Paxton emprega o vocábulo “sentimento”; isto é, não é necessário que a crise seja sequer real, apenas que aparente ser. Paxton fala sobre outro ponto essencial: a disposição das elites, em especial conservadoras, de cooperar com o fascismo. É preciso que ele seja abraçado, tolerado, visto como uma escolha muito difícil em oposição à esquerda. Como recorda, o fascismo historicamente sempre ascendeu ao poder através da própria democracia. Tanto Hitler quanto Mussolini foram convidados a chefiar o governo pelo chefe de Estado na época, na tentativa de as elites conservadoras capitalizarem aquele movimento de massas para seu próprio ganho, na esperança de absorvê-los:

No terceiro estágio, a chegada ao poder, a comparação se torna mais delicada. Que características distinguiam a Alemanha e a Itália, onde o fascismo tomou o poder, de países como a França e a Grã-Bretanha, onde os movimentos fascistas eram altamente visíveis, mas permaneceram marginais? [...] O poder fascista por golpe é dificilmente concebível em um estado moderno [...] O único caminho para o poder disponível para os fascistas passa pela cooperação com as elites conservadoras. As variáveis mais importantes, portanto, são a disposição das elites conservadoras de trabalhar com os fascistas (junto com uma flexibilidade recíproca por parte dos líderes fascistas) e a profundidade da crise que os induz a cooperar [...] Na França, se o fascismo não chegou ao poder antes da derrota de 1940, a explicação não é misteriosa. O fascismo inicial prosperou na França, mas a maioria dos conservadores não se sentiu suficientemente ameaçada na década de 1930 para pedir sua ajuda, e o fascismo não estava suficientemente enraizado e forte para se impor como alternativa. O fascismo britânico teve pouco espaço disponível porque o Partido Conservador conseguiu governar consensualmente de 1931 a 1945. A

ditadura militar de Franco impediu o fascismo espanhol, e Salazar esmagou o fascismo português depois de copiar algumas de suas técnicas de mobilização popular (PAXTON, 1998, p. 17, tradução nossa).

O quarto estágio de Paxton (1998, p. 18) é o próprio exercício do poder, estágio no qual as múltiplas facções heterogêneas internas começam a se digladiar entre si na tentativa de sobrepujar umas as outras. Simultaneamente, as elites conservadoras tradicionais começam a tencionar o movimento, que precisa manter a sua base ativa e inflamada em estado quase permanente. Caminha-se, por fim, para o último estágio: entropia ou radicalização. De acordo com o pesquisador estadunidense, o principal ator acerca de qual dos dois caminhos o fascismo irá seguir são as elites conservadoras e tradicionais. Caso elas consigam se sobressair, o fascismo tende a ser “amenizado” e transformado em um autoritarismo nacionalista tradicional. O próprio Fascismo, inclusive, é um fidedigno exemplo dessa ocorrência. Por outro lado, caso o Messias e o partido consigam dominar essa elite, o inverso ocorre. O Nazismo talvez não seja apenas o melhor exemplo, mas o único. Paxton (2007, p. 281) sugere que, dada a necessidade de movimentar emoções *ad infinitum* e sua ânsia por poder, talvez o fascismo seja insustentável em longo prazo e caminhe, de uma forma ou de outra, ou à normalização ou à autodestruição²⁶.

Após toda a discussão deste capítulo, vem a propósito, para encerrá-lo, voltar à segunda questão proposta no início: é possível que o fascismo reapareça nos dias de hoje? Todo o resto deste trabalho discutirá essa questão, assumindo a hipótese de que, sim, o fascismo, como nacionalismo de massas, reacionário e autoritário, não apenas pode aparecer, como, conforme dito anteriormente, é uma forma de política sempre presente no contemporâneo. A grande diferença, porém, que impede que se veja novos Hitler ou Mussolini surgindo todos os dias, é que, no geral, ele não é alimentado em suas primeiras fases e não consegue avançar para além da irrelevância de meia dúzia. Mas, e isso era algo que George Orwell (2017, p. 88) já havia percebido na década de 30, os fascistas contemporâneos dificilmente se assumiriam como tal. Em certo sentido, é apropriado pensar que justamente a memória histórica do fascismo, em suas primeiras manifestações, aliada às

²⁶ Eco (2018, p. 52) corrobora esse ponto, ao criar o que chama de “complexo de Armagedom”. Isto é: dado que os fascismos vivem da guerra, possuem fetiche bélico e projetam inimigos permanentes que devem ser eliminados a qualquer custo — em última instância, isso se torna insustentável. Em um cenário em que um fascismo se torne forte a ponto de eliminar completamente todos os seus inimigos objetivos, ele precisará caminhar à entropia ao suavizar a sua paixão pela violência; porém, como ele vive em guerra permanente, esse universo onírico sonhado pelo Messias, sem os inimigos objetivos, acaba por ser contraditório ao belicismo infinito.

representações distorcidas da indústria cultural do fascista como um monstro, que atrapalha a sua identificação

Os casos mais interessantes hoje, entretanto, não são aqueles que imitam os movimentos exóticos de camisetas coloridas de uma geração anterior. Novos equivalentes funcionais do fascismo provavelmente funcionariam melhor, como George Orwell nos lembrou, vestidos com as roupas patrióticas convencionais de seu próprio lugar e tempo. Um fascismo autenticamente popular nos Estados Unidos seria racista; na Europa Ocidental, secular e antisemita, ou mais provavelmente, hoje em dia, anti-islâmica; na Rússia e na Europa Oriental, religioso, anti-semita e eslavófilo. É mais sensato prestar atenção às funções cumpridas por novos movimentos de tipo análogo, às circunstâncias que poderiam abrir um espaço para eles e aos potenciais aliados da elite conservadora prontos para tentar cooptá-los. [...] As perguntas certas a fazer dos neo ou profascismos de hoje são aquelas apropriadas para o segundo e terceiro estágios do ciclo fascista. Eles estão se enraizando como partidos que representam interesses e sentimentos importantes e exercem grande influência na cena política? [...] Uma rápida mobilização política está ameaçando escapar do controle das elites tradicionais, a ponto de elas se sentirem tentadas a procurar ajudantes autoritários para permanecer no poder? É respondendo a esses tipos de perguntas, com base em uma compreensão histórica adequada dos processos em funcionamento nos fascismos do passado, e não verificando a cor das camisas [...] que podemos ser capazes de reconhecer os equivalentes funcionais do fascismo de nossos dias (PAXTON, 1998, p. 23, tradução nossa).

A tabela a seguir sintetiza e ilustra essas etapas. É preciso antes, porém, ressaltar um ponto que se fará particular evidente no terceiro capítulo: ainda que os estágios propostos por Paxton pareçam, em larga medida, refletir a realidade, eles não necessariamente ocorrem em ordem. O Fascismo, por exemplo, vivenciou todos, incluindo entropia e radicalização. Já o Integralismo nunca chegou a exercer o poder de fato, indo da chegada ao poder direto à entropia. Por outro lado, também nunca desapareceu completamente, mantendo relativa relevância até os dias de hoje.

Tabela 3 - Os cinco estágios do fascismo

<i>Etapa</i>	<i>Descrição</i>	<i>Como chega nesse estágio?</i>	<i>Principais características</i>	<i>Exemplos</i>
<i>1- Criação</i>	O protofascismo e suas primeiras movimentações, como doppelgänger da democracia liberal, surgem como uma reação a democracias entendidas como falhas, do sentimento de antipolítica. Paxton (1998, p. 12) entende o primeiro gás do movimento fascista como fruto da desilusão.	Quando há uma sensação de fracasso democrático capaz de dar o início a uma busca nostálgica por um passado idealizado. Ademais, é preciso culpar um grupo demonizado por esse fracasso.	Crise (política, econômica, social, moral), ressentimento, nostalgia, antipolítica (tratar toda a política como igual e irrelevante), formação dos primeiros inimigos objetivos emasculinização (PAXTON, 1998, p. 15).	Campanha por Fiume de D'Annunzio (PAXTON, 2007, p. 107).
<i>2- Enraizamento</i>	O fascismo é um fenômeno limitado a Itália de 1920 a 1940, dada as idiossincrasias desse período. No máximo, manifestações futuras podem ser denominadas pós-fascistas ou etnonacionalistas (MANN, 2008, p. 495)	O movimento passa a influenciar nas decisões políticas. Ainda que não chegue ao Executivo, pode obter parcelas consideráveis do Legislativo.	Retórica antiesquerda, retórica anticosmopolita, desumanização dos inimigos objetivos e crescimento da base de massas.	Alternative für Deutschland, camisas-verdes da França (PAXTON, 1998, p. 14).
<i>3- Chegada ao poder</i>	O ponto de inflexão do fascismo: tudo depende do quão dispostas as elites conservadoras estarão em conceder espaço e fazer concessões (PAXTON, 1998, p. 14).	Se as elites conservadoras estiverem dispostas a dar um voto de confiança (literal ou figurado) ao movimento, passam a enxergá-lo o como uma alternativa melhor do que a esquerda ou centro-esquerda.	Messianismo, intensificação da base de massas.	Falangismo (no início do Franquismo, logo absorvido e diminuído), Integralismo brasileiro.

	Nunca, até hoje, o fascismo chegou ao poder por um golpe de Estado (PAXTON, 1998, p. 16).			
<i>4- Exercício do poder</i>	Tendo ascendido graças aos conservadores, o fascismo é forçado a governar junto deles. Daí, abrem-se dois caminhos: se os conservadores prevalecerem, tende-se à entropia. Se os fascistas forem mais fortes, tende-se à radicalização.	Através de eleições democráticas ou com o Messias convidado pelo chefe de governo (PAXTON, 1998, p. 17).	Autoritarismo, cerceamento do espaço cívico, erosão democrática e ataques aos demais poderes, belicismo e militarização.	Bolsonarismo
<i>5a- Entropia</i>	O fascismo involui para um autoritarismo tradicional, mobilizando a sua base de massas apenas em situações específicas (ex.: as campanhas imperialistas de Mussolini) (PAXTON, 1998, p. 20).	As elites conservadores prevalecem sobre os fascistas.	Transformação gradual em um autoritarismo tradicional.	Fascismo (Mussolini).
<i>5b- Radicalização</i>	O fascismo assume forma totalitária: a liberdade do Messias passa a ser praticamente ilimitada e não há pensamento fora da seita (PAXTON, 1998, p. 20).	Os fascistas prevalecem sobre os conservadores.	O fascismo se totalitariza: emprega políticas abertas de segregação, passa a perseguir os inimigos demonizados de forma intensa e implacável. Em seguida, aniquila qualquer pretensão de livre-pensamento. Paxton (2007, p. 281) sugere que a radicalização é	Nazismo.

impossível de se
manter; por isso, em
algum momento,
acaba por se
autodestruir.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Paxton (2007 e 1998).

Tendo concluído o capítulo de apresentação teórica e apresentado uma definição do que se entende por fascismo nesse trabalho, os capítulos seguintes tratarão, se dobrando com particular atenção aos materiais discursivos, ainda que em diálogo com o que foi feito na prática, sobre o Fascismo, o Integralismo e o Bolsonarismo, trabalhando pontos de contato, dissensos e consensos entre esses três movimentos. O primeiro como espécie de método para entender os dois últimos, com frequência apontados como versões brasileiras do fascismo.

2. A síntese do machado: as mudanças discursivas de Mussolini em cinco ciclos

“tudo o que escrevem / não é nada comparado com a realidade / a realidade é tão perversa / que não pode ser descrita / nenhum escritor descreveu ainda a realidade / como ela realmente é / e isso que é terrível”
(BERNHARD, 2020, p. 128-129).

O que o fascismo diz de si próprio? Essa é uma pergunta complexa porque a resposta é variável. Da mesma forma que ações, discursos nem sempre não apenas não são condizentes, como podem ser contraditórios; o tempo modifica, em maior ou menor grau, qualquer discurso. No caso do Fascismo em específico, isso é notável conforme o movimento foi se deslocando pelos cinco estágios de Paxton (1998) e seus cinco ciclos idiossincráticos. O discurso de 1919, quando o Fascismo por pouco não desapareceu em seu primeiro estágio, é bastante distinto de seus últimos dias na formação da República de Saló. Este capítulo procura apreender os principais traços do Fascismo de Mussolini conforme aparecem em seus discursos, com particular atenção à *Doutrina*.

Conforme será visto durante o capítulo, o Fascismo se contradiz não apenas em relação a discurso e prática, ou conforme seu discurso trafega entre os estágios, mas mesmo quando limitado a apenas um material. A *Doutrina do Fascismo*, por exemplo, com sua ênfase no antiliberalismo, contradiz a adoção de medidas liberais nos primeiros anos de Mussolini no Executivo. Não obstante, há passagens em que a *Doutrina* contradiz a si própria, como quando Mussolini (2006, p. 246-248) critica a visão teleológica da História no marxismo e no liberalismo, para também aplicá-la; entre outros exemplos que serão discutidos mais para frente. Dessa forma, por mais que discurso e prática sejam por vezes incompatíveis, isso não significa que não estejam ligados. Entende-se aqui discurso em sentido *lato*, uma ferramenta da linguagem essencial à construção de sentido e reconhecimento entre sujeitos e objetos, intrinsecamente ligado à ideologia e à prática (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019, p. 30). Em outras palavras, o discurso não está isolado da prática, mas o influencia e vice-versa, por mais que entre o dito e o feito sempre existam diferenças (como também o há entre o dito em uma época e o dito em outra).

A versão inglesa original de *The political and social doctrine of Fascism*, utilizada neste trabalho, foi publicada em tradução autorizada pela editora do casal Virginia e Leonard Woolf, Hogarth Press, em 1932, quase 15 anos depois do surgimento do Fasci di Combattimento. Mussolini não via necessidade, inicialmente, de oferecer um material mais extenso e elaborado do que o manifesto da formação inicial. Foi apenas quando o Fascismo já estava estável no poder há anos, dentro do quinto estágio de Paxton e mutando em um autoritarismo tradicional, que Mussolini pensou ser o momento de tentar criar uma base

filosófica para o seu movimento. Para isso, como apontou Paxton, (2007, p. 39), a publicou em formato de artigo à *Enciclopedia Italiana* e foi escrito, ao menos parcialmente, pelo filósofo Giovanni Gentile. Em paralelo, no ano seguinte Hitler ascenderia ao poder na Alemanha e movimentos análogos ao Fascismo se espalhariam por todo o planeta, em particular pela Europa.

Uma doutrina era secundária porque o Fascismo surgira primeiro para ser pensado depois. Na prática, Mussolini não o criou. Apenas nomeou e conceitualizou a estrutura de um movimento que existiria com ou sem ele. Mussolini pode ter criado o Fascismo, mas não criou o fascismo. Sobre isso, Paxton (1998, p. 09, tradução nossa) lembra: “Devemos ter uma palavra e, na falta de outra melhor, devemos empregar a palavra que Mussolini pegou emprestado do vocabulário da esquerda italiana em 1919”. Conforme discutido no capítulo anterior, sendo uma manifestação ligada às democracias de massa, movimentos fascistas iriam, cedo ou tarde, aparecer. A criação da doutrina, mais de 10 anos depois, apenas explicita isso: o movimento surgiu primeiro, o conceito veio depois. Decorre daí a importância, quando do estudo do fascismo, de analisar ao mesmo tempo discurso e prática. Mussolini publicara até mesmo a sua autobiografia antes, em 1927:

Os líderes fascistas não faziam segredo de não terem um programa. Mussolini exaltava essa ausência. ‘Os Fasci di Combattimento’, escreveu ele nos ‘Postulados do Programa fascista’ de maio de 1920, ‘não se sentem presos a qualquer tipo particular de forma doutrinária’. Poucos meses antes de se tornar primeiro-ministro da Itália, respondeu de forma truculenta a um crítico que exigia saber qual era seu programa: ‘Os democratas do Il Mondo querem saber qual é o nosso programa? Nosso programa é quebrar os ossos dos democratas do Il Mondo. E quanto antes, melhor’. ‘O punho é a síntese de nossa teoria’, afirmou um militante da década de 1920. Mussolini gostava de declarar que ele próprio era a definição do fascismo (PAXTON, 2007, p. 40).

Mussolini, ainda que tenha começado sua carreira política no Partido Socialista, logo se distanciou por sua posição bélica. Inicialmente, foi contrário à participação italiana na Guerra, seguindo a linha do partido. Porém, de súbito, em cerca de apenas dois meses, alterou completamente a sua posição e passou a advogar pela entrada na Guerra, tornando-se contrário às estratégias e ideias do partido — uma mudança que se explica pelo financiamento da embaixada da França (FRESU, 2017, p. 27). Uma ideia compartilhada por vanguardas artísticas como o Futurismo — que depois viria a ser em parte absorvido pelo Fascismo —, dada sua crença na estética do bélico como fermento para o progresso²⁷ (FRESU, 2017, p.

²⁷ Os futuristas tinham forte vinculação com o nacionalismo, sendo, em sua maioria, intervencionistas. Justificavam que a Itália deveria participar da Guerra principalmente pela estética, pela beleza da morte e da

42). Expulso do Partido Socialista em 1914, fundou tanto o jornal *Il Popolo d'Italia* quanto o Fascio D'azione Rivoluzionaria em janeiro de 1915, que pode ser pensado como a gênese do Fascismo. Quando da entrada da Itália na Guerra, no ano seguinte, foi convocado, mas, ferido, retornou à Itália em 1917. Dois anos depois, findada a Guerra, fundou o Fasci di Combattimento, reunindo em larga medida os remanescentes do movimento intervencionista²⁸, veteranos²⁹ e grupos antissocialistas, efetivamente dando início ao Fascismo em seu primeiro estágio, como movimento (MUSSOLINI, 2006, p. 241).

Em 1895, 20 anos antes do surgimento do Fascio D'azione Rivoluzionaria, Friedrich Engels estava convencido da inevitabilidade histórica do comunismo. Em sua fase mais tardia, chega a afirmar que a ampliação da democracia com o sufrágio universal acabaria por confirmar a visão teleológica da História (PAXTON, 2007, p. 13). O que aconteceu, porém, foi o contrário: “Uma ditadura antiesquerdista cercada de entusiasmo popular — essa foi a combinação inesperada que os fascistas conseguiram criar no curto espaço de uma geração” (PAXTON, 2007, p. 14).

A Guerra, ela própria, facilitou na ascensão de Mussolini. A Itália encontrou dificuldade em readaptar sua economia de volta à produção e consumo civil, levando à crise e o empobrecimento maciço das camadas médias — a partir do qual se depreende esta ser a principal base de apoio do Fascismo (FRESU, 2017, p. 46). A recessão econômica nos anos seguintes acabou por fragilizar o *establishment* liberal-conservador, que não hesitou quando teve a oportunidade de aproveitar aquele movimento de massas sem precedentes. Da mesma forma que a recessão fragilizou os liberais, os anos de recuperação, “juntamente com preço relativo, estabilidade cambial e expansão monetária moderada” (FORSYTH, 1993, p. 272, tradução nossa) favoreceram na estabilização de Mussolini nos primeiros anos de governo, e sua progressiva guinada autoritária.

Dando prosseguimento a esta discussão histórica, a próxima seção se aprofundará sobre os materiais produzidos nos dois primeiros ciclos do Fascismo. Mas antes, é preciso trazer à baila *A retórica da intransigência*, de Albert Hirschman. Isto porque, de agora em

violência. Também pregavam que avanços tecnológicos e industriais possuíam mais relevância estética do que grandes artes do passado, uma dissonância parcial com os ideais reacionários do Fascismo (PAXTON, 2007, p. 18). Não à toa, das grandes vanguardas artísticas do início do século foi a única não considerada como *entartete Kunst*, arte degenerada, pelo Nazismo (ECO, 2018, p. 37).

²⁸ Conceito genérico para classificar os grupos nacionalistas e belicistas que defendiam a participação italiana na Guerra. Os intervencionistas se opuseram à neutralidade italiana, ante o argumento de que esta era uma traição à aliança com a Alemanha e o Império Austro-Húngaro. A aliança, porém, era apenas defensiva (FRESU, 2017, p. 43).

²⁹ Fresu (2017, p. 49) sugere que os veteranos não hesitaram em ir para o Fascismo por alguns motivos, como o imaginário nacionalista e bélico, a estrutura disciplinar tipicamente militarista e, principalmente, a incapacidade de retornar à normalidade civil.

diante, o livro de Hirschman aparecerá como coadjuvante no debate, na tentativa de corroborar na análise da retórica reacionária. *A retórica da intransigência* se propõe, limitada pelo escopo de menos de 200 páginas, a entender mais de 200 anos de retórica reacionária, suas principais reconstruções e estratégias.

Em resumo, Hirschman divide o reacionarismo em três largos grupos retóricos, cada qual ocupando um capítulo: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça. Para isso, o autor se dedica mais a estudar, como o nome evidencia, os aspectos retóricos e discursivos do que a prática reacionária em si, ainda que ambos estejam naturalmente relacionados, dividindo-os em três grandes grupos históricos: a reação à Revolução Francesa, ao sufrágio universal e ao Estado de bem-estar social. A tese da perversidade assume que qualquer grande mudança social terá o efeito contrário do que se pretendia. *Considerations on France*, de Joseph de Maistre, é um exemplo, em que o autor interpreta, com sadismo, que o ímpeto racionalista humano acabaria por autodestruí-lo ao afastá-lo de Deus. A seguir, Hirschman apresenta o que cunha como tese da futilidade, uma posição que defende que tentativas de alterações substanciais na ordem social estão fadadas ao fracasso; do qual inclui a teoria das elites, de autores como Mosca e Pareto, que esvazia o desejo de mudança como irrelevante porque as sociedades humanas são formadas por elites naturais (HIRSCHMAN, 2019, p. 63). E, por fim, a tese da ameaça, uma manobra retórica próxima da tese da perversidade. A principal diferença, entretanto, é posta em seu aspecto mais amplo: enquanto a perversidade critica o que enxerga como o perigo de um *backslash*, a ameaça argumenta que novas alterações colocarão em risco conquistas anteriores. A efeito de exemplo, conforme Hirschman (2019, p. 105-106), o argumento de que a democracia colocaria o crescimento econômico em risco, usual durante o crescimento dos movimentos pelo sufrágio.

Tabela 4 - As estratégias retóricas do reacionarismo

Formato	Efeito	Exemplo
<i>Retórica da perversidade</i>	A política terá efeito contrário a que ela deseja aplicar.	Medidas de distribuição de renda vão acentuar a desigualdade.
<i>Retórica da futilidade</i>	A política será inútil.	Alterações sociais são inúteis, porque na prática elites são apenas substituídas por outras.
<i>Retórica da ameaça</i>	A política destruirá avanços anteriores.	A democracia coloca o crescimento econômico em risco.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em *A retórica da intransigência*.

A seção seguinte trará uma discussão sobre os primeiros momentos do Fascismo, no programa do Fasci di Combattimento e do PNF. Ficará claro, já a princípio, alterações no discurso no curto espaço de dois anos que separam os dois materiais.

2.1 Primeiras movimentações

“*Eram pais de família, cidadãos exemplares*” (TOKARCZUK, 2019, p. 234)

Caso se tome a corrente de Paxton (1998), do conceito como predecessor do movimento, então o Fascismo data de antes de 23 de março de 1919. Contudo, por essa ser a data de fundação do Fasci Italiani di Combattimento — ainda não um partido, mas um movimento —, pode-se pensá-la como efeméride formal de criação do fascismo. O primeiro programa seria publicado alguns meses mais tarde, no dia 06 de junho de 1919, no *Il Popolo d'Italia*, jornal fundado por Mussolini em 1914 e transformado em órgão oficial do PNF conforme sua institucionalização em 1921-1922. Explicitando seu caráter anticomunista, uma das primeiras atitudes do Fasci, cerca de duas semanas depois de sua fundação, foi invadir a imprensa socialista e assassinar alguns dos trabalhadores do *Avanti* (ironicamente, Mussolini havia editado este mesmo jornal até 1914). Este grupo que invadiu o *Avanti* contava com amigos de Mussolini como Marinetti, criador do Futurismo (PAXTON, 2007, p. 19).

Figura 1 - Edição do Il Popolo d'Italia que traz no canto direito o pequeno programa do Fasci



Fonte: IL POPOLO D'ITALIA (1919, p. 1). Disponível na Biblioteca de Storia Moderna e Contemporanea.

Figura 2 - Programa em sua íntegra

Fasci Italiani di Combattimenti
Comitato Centrale
 Milano - Via Paolo da Cannobio, 37 - Tel. 715

ITALIANI !

Ecco il programma di un movimento internazionalmente italiano. Rivoluzionario, perché antidogmatico e antidemagogico; fortemente innovatore perché antipragmatismo.

NOI VOGLIAMO :

Per il problema politico

- Suffragio universale a scrutinio di lista regionale, con rappresentanza proporzionale, voto ed eleggibilità per le donne
- Il minimo di età per gli elettori abbassato ai 18 anni; quello per i deputati abbassato ai 25 anni.
- L'abolizione del Senato.
- La convocazione di una Assemblée nazionale per la durata di tre anni, il suo primo compito sia quello di stabilire la forma di costituzione dello Stato.
- La formazione di Consigli Nazionali tecnici del Lavoro, dell'industria, dei trasporti, dell'igiene sociale, delle comunicazioni, ecc., eletti dalle sottività professionali o di mestiere, con poteri legislativi, e con diritto di eleggere un Commissario Generale con poteri di Ministro.

Per il problema sociale :

NOI VOGLIAMO :

- La sollecita promulgazione di una legge dello Stato che sancisca per tutti i lavoratori la giornata legale di otto ore di lavoro.
- I minimi di paga.
- La partecipazione dei rappresentanti dei lavoratori al funzionamento tecnico dell'industria.
- L'affidamento alle stesse organizzazioni proletarie (che ne siano degne moralmente e tecnicamente) della gestione di industrie e servizi pubblici.
- La rapida e completa sistemazione dei ferrovieri e di tutte le industrie dei trasporti.

Per il problema militare:

NOI VOGLIAMO :

- L'istituzione di una milizia nazionale con brevi periodi di istruzione e completo esclusivamento difensivo;
- La nazionalizzazione di tutte le fabbriche di armi e di esplosivi.
- Una politica estera nazionale intesa a valorizzare nelle competizioni pacifiche della civiltà, la Nazione italiana nel mondo.

Per il problema finanziario:

NOI VOGLIAMO :

- Una forte imposta straordinaria sul capitale a carattere progressivo, che abbia la forma di vera ESPROPRIAZIONE PARZIALE di tutte le ricchezze.
- Il sequestro di tutti i beni delle congregazioni religiose e l'abolizione di tutte le mensue vescovili, che costituiscono una enorme passività per la Nazione e un privilegio di pochi.
- La revisione di tutti i contratti di forniture di guerra ed il sequestro dell'85 per cento dei profitti di guerra.

Fonte: IL POPOLO D'ITALIA (1919, p. 1). Disponível na Biblioteca di Storia Moderna e Contemporanea.

O programa pode ser pensado como um dos primeiros documentos oficiais do Fascismo. Entretanto, evidenciando a sua mutabilidade — e as pretensões de Mussolini, mais arrivistas do que ideológicas, ao contrário de Hitler — as propostas do Fascismo neste primeiro momento diferem do que seria adotado e proposto conforme se distribuiu para os estágios seguintes. Na prática, porém, não há muito neste programa, o que se revela por seu tamanho diminuto, ocupa menos de meia página da edição. Tampouco ele define as bases ideológicas do Fascismo, algo que só viria a acontecer de forma organizada em 1932 com a publicação da *Doutrina*. Ele pode ser definido como uma mistura de propostas nacionalistas com alguma preocupação progressista/social, remanescente do período socialista de Mussolini, e o discurso de fundação em que o *Duce* declarou que o Fasci surgia para “declarar guerra ao socialismo [...] em razão de este ter-se oposto ao nacionalismo” (MUSSOLINI apud PAXTON, 2007, p. 16). Não se pode esquecer, como bem lembra Gianni Fresu (2017, p. 61), que o Fascismo nessa época manifestava uma confusão ideológica que fundia, sob o pretexto do anticomunismo, correntes heterogêneas e contraditórias, até mesmo parcelas de intervencionistas e nacionalistas de esquerda.

Na verdade, Mussolini, na época da fundação do Fasci, não apenas ainda tinha reminiscências de seu período socialista, mas mesmo ainda se considerava como tal (PAXTON, 2007, p. 28). Há amplo debate historiográfico sobre o momento definitivo de ruptura de Mussolini com o socialismo, por mais que na prática, conforme o programa do Fasci exemplifica, tenha sido um processo lento e por etapas. Ou, talvez, a preocupação socialista de Mussolini não tenha, de fato, sido mais do que um método de ascensão carreirista, um ponto reforçado conforme fica claro o quanto o *Duce* não hesita em abrir mão de suas crenças conforme a conveniência em oportunidades futuras (PAXTON, 2007, p. 29).

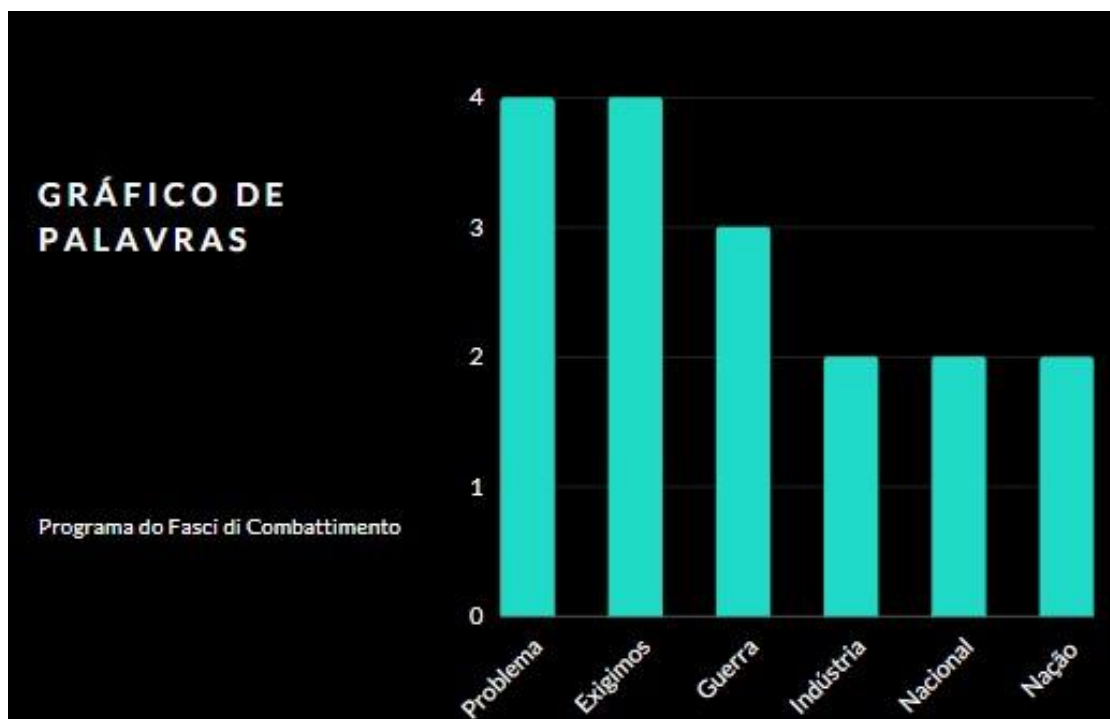
O primeiro programa não transparece mais do que a vontade de Mussolini em prosseguir com o seu discurso bélico mesmo quando findada a Guerra. Não é por coincidência, neste sentido, que seu movimento possuía um caráter bélico e com ênfase na ideia de ação em seu próprio nome, o mesmo machado de combate que se tornará o símbolo. Mesmo com o término da Guerra, Mussolini sentia-se em permanente combate, apenas deslocando o seu foco do estrangeiro à Itália. Em sua primeira manifestação, o Fasci di Combattimento (fascio de combate, em tradução livre) não era muito além de um amontoado de veteranos incapazes de se readaptar, fragmentos do lumpemproletariado e da boêmia artística de vanguarda seduzida por um discurso contrário ao *establishment*.

A Itália do início do século XX possuía uma estrutura predominantemente agrária e semifeudal, o que inspiraria, inclusive, a interpretação de que o fascismo surge em sociedades

com essas características. Aliado com a formação tardia do Estado-nação, o que, em teoria, dificultaria na formação de um sentimento nacional, a península viu florescer movimentos fortes de contestação: socialistas, comunistas e anarquistas. Como percebe Fresu (2017, p. 36), a Itália ao final do século XIX parecia ser a região com mais propensão para uma revolução anarquistas, “baseada no subproletariado urbano e nas massas amorfas dos trabalhadores rurais”. Mesmo que tivesse o princípio de um processo de industrialização, este limitava-se majoritariamente ao norte — um processo que geraria uma disparidade econômica, política e social do norte e do sul que temperaria o Fascismo em si, além de outras questões históricas como mesmo o *Risorgimento*. Membro de um desses diversos núcleos anarquistas, Alessandro Mussolini nomeou seu filho, Benito, em homenagem ao líder e presidente mexicano Benito Juárez. Desses movimentos anarquistas, iria surgir o Partido Socialista Italiano (PSI) em 1892 (FRESU, 2017, p. 36-37).

A crise econômica e social do pós-guerra aparecia como fermento (PACHUKANIS, 2020, p. 31). O Fascismo surgia como um método de expressar as insatisfações e ressentimentos de uma população frustrada com os resultados medíocres da Itália na Guerra. A partir disso, decorre o nacionalismo como ferramenta útil: o misto de medo do futuro econômico e ressentimento promove um programa que não é mais do que um discurso contra tudo. Não por coincidência o programa abre quase como um chamado às armas, com um garrafal “Italiani!”. Tampouco é coincidência que a palavra “problema” seja uma das quais que aparece com mais frequência, de acordo com a nuvem de palavras gerada abaixo. O programa é um chamado aos verdadeiros italianos, para realizarem aquilo que se afirmaria como uma das maiores características do Fascismo: o mito da nação degenerada. Mussolini o afirma de forma aberta, quando diz na abertura que “Aqui está o programa de um movimento genuinamente italiano” (IL POPOLO D’ITALIA, 1919, p. 1, tradução nossa). Esses pontos são exemplificados quando se analisa a nuvem de palavras criadas sobre o programa, nas imagens abaixo:

Figura 3 - Principais termos e quantidade de vezes em que aparecem no programa do Fasci



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *software* WordClouds e sobre o programa do Fasci.

Messias carismático e revolucionário. Incapaz de angariar essa massa de descontentes para o seu lado, o PSI observa amargo como, entre 1921 e 1922, um ex-membro passa a absorver a sua força em potencial.

Entretanto, ao contrário do que aconteceria alguns anos depois com o crescimento meteórico do PNF, o Fasci di Combattimento teve resultado medíocre nas eleições de 1919. Mussolini recebeu 4 mil votos por Milão, ao passo em que os dois rivais dos Fascistas, os socialistas e liberais, dividiram a hegemonia do Parlamento (CARON, 2015, p. 24). Todavia, o resultado também exemplificou outro aspecto importante: o enfraquecimento do Partido Liberal na crise do pós-Guerra, frente a alternativas como o *PSI* e o também recém-criado Partido Popular. Esse aspecto pode ser interpretado erroneamente como menor, mas é fundamental por exemplificar a crise que o liberalismo se encontrou, ao ser associado diretamente com as consequências da Guerra — e o consequente antiliberalismo do qual o Fascismo lançaria mão com tanto foco. Em suma, a crise do liberalismo não apenas na Itália, mas em toda a Europa, bem como a busca por alternativas.

O programa do Fasci di Combattimento, traz um ponto que seria retomado mais de uma década depois na *Doutrina*: a tentativa de Mussolini afirmar o seu movimento não como reacionário, mas como revolucionário. Em uma ironia que sua doutrina de 1932 traria em oposição a este programa, e a visão dogmática e teleológica que ela imprime, afirma no programa que o Fascismo é revolucionário porque antidogmático — ignorando, no processo, o dogma do mito da nação e da degeneração. Em outra ironia da História, afirma logo em seguida que além de revolucionário e antidogmático, o programa é “fortemente inovador contra o preconceito”. E, a despeito da retórica pseudo-revolucionária, o Fascismo em nenhum momento, em seus mais de 20 anos, empregou de fato um exercício revolucionário. Nem mesmo a sua chegada ao poder, através de um convite do chefe de Estado, poderia ser considerada revolucionária sob o maior dos malabarismos: caso se assumisse revolução como sinônimo de golpe, parecido com o que fazem as Forças Armadas brasileiras no que tange ao golpe de 1964 (COUTINHO, 2002). Tampouco alterou a infraestrutura ou o modo de produção capitalista. Ademais, o movimento cresce em parte financiado pela elite rural e conservadora/reacionária do Vale do Pó, como um método de combate ao biênio vermelho (ECO, 2018, p. 35).

Mussolini não escondia seu desprezo por doutrinas e programas, tampouco o caráter mutante do Fascismo. Em sua doutrina, como será visto algumas seções a frente, busca justificar a ausência programática ao argumentar que o Fascismo se baseia na fé da ação. Ou, como diz Umberto Eco (2018, p. 47): “A ação é bela em si e, portanto, deve ser realizada

antes de e sem nenhuma reflexão”. No programa original, não faz muito diferente. Em suma, esticando ao limite a máxima de Marx (2002, p. 103) sobre mudar o mundo ao invés de interpretá-lo, afirmava que programas e doutrinas são baseados em interpretações do mundo, quando o que importa é o binômio ação/reação (PACHUKANIS, 2020, p. 28). Caso por necessidade precise oferecer uma definição do Fascismo, o faz através da negação. O Fascismo, assim, de acordo com o próprio Mussolini, é um fenômeno que nega: nega o comunismo, nega o liberalismo, nega a democracia. Como reacionário, nega a herança da Revolução Francesa.

Assim, é sintomático que “Problema” seja um dos termos que mais aparecem no primeiro programa. Antes de cada exigência, o programa apresenta essa palavra. Problemas políticos, problemas militares, problemas econômicos e problemas sociais. A ideia de problema expressa a sensação de uma nação dominada por forças calamitosas, invisíveis e onipotentes. A palavra que se segue, “exigimos”, também não é evocada à toa: suscita uma imagem de força, inflexão. Exigir é mais do que pedir, mais do que querer, é pouco menos do que uma ameaça, do que forçar. Um vocábulo que expressa força, determinação e autoridade. “Problema” seguido de “exigir” resume a proposta do programa: a nação está corrompida, e é preciso seguir esses passos para endireitá-la.

Todavia, ainda que com sintomas do reacionarismo que se tornaria claro em sua *Doutrina*, é inegável que o programa do Fasci di Combattimento fosse, em certa medida, inovador e até progressista. Ou, como Paxton (2007, p. 16) diz, “uma espécie de ‘nacional-socialismo’”. Como método de absorver apoio das massas e ampliar o quadro do Fasci para além dos veteranos, o programa trazia em sua proposta um sistema eleitoral de representação proporcional, redução de idade mínima do voto masculino para 18 anos e 25 anos para se eleger deputado, sufrágio universal feminino e a possibilidade de mulheres se elegerem em cargos públicos. Ironicamente, o sufrágio universal feminino na Itália só foi de fato implantado em 1945 ao fim, portanto, do regime Fascista. Ainda assim, é uma distância da figura masculinista que Mussolini (2006, p. 245-247) assumiria, bem como do discurso presente em sua doutrina de que tanto o liberalismo quanto o comunismo corromperiam a nação ao produzirem homens apáticos e enfraquecidos que, por sua vez, fariam o mesmo com o Estado.

No que pode ser pensado como o prenúncio do sistema corporativista, que só se tornaria método de distribuição econômica com o fim da democracia e do período liberal do Fascismo, Mussolini (IL POPOLO D’ITALIA, 1919, p. 1) também propõe em seu primeiro programa a formação de Conselhos Técnicos Nacionais de diversos setores como trabalho,

indústria, entre outros. Tais conselhos deteriam poderes legislativos, com um Comissário Geral com poderes equivalentes ao de um Ministro, assim como seus representantes seriam eleitos pelas respectivas comunidades profissionais. Um embrião, portanto, da proposta de conciliação de classes que o corporativismo viria a propor anos depois. O corporativismo, quando instituído na prática, foi pensado como uma forma de combater e controlar o degenerado materialismo burguês, responsável por divisões de interesses por indivíduos o que, na prática, fragilizava a unidade nacional e enfraquecia o Estado. Tanto mais, no corporativismo “seria possível, pelo contrário, atenuar muito a luta de classes e estabelecer uma relação harmônica entre capital e trabalho” (FRESU, 2017, p. 13) — um argumento que retorna com muita força posteriormente no Integralismo, com sua proposta do Estado Integral. Na prática, porém, não era mais do que uma ferramenta de controle do operariado, que passava a ser intrinsecamente controlado pelo Estado.

Essa formação de Conselhos Técnicos Nacionais substituiria, em parte, o Senado. O programa do Fasci di Combattimento traz, em seus pontos políticos, a proposta de extinção completa da Câmara alta e a transformação, assim, da Itália em um sistema parlamentarista unicameral. O parlamentarismo italiano era assimétrico: o Senado era uma casa menor, não mais do que um conselho honorário do Rei em que o mandato era permanente. Como exemplo da diarquia entre Mussolini e Vitor Emanuel, a despeito da Câmara, que sofreu mudanças significativas em sua estrutura após o golpe, o Senado permaneceu praticamente inalterado. Apesar de, no primeiro programa, Mussolini sugerir fechá-lo, evitou fazê-lo posteriormente, pois isso o indisporia com a monarquia. Exatamente duas décadas depois, no dia 23 de março de 1939, a Câmara dos deputados italiana seria substituída pela Camera dei Fasci e delle Corporazioni (Câmara dos Fasces e Corporações, tradução nossa). Como o nome sugere, esta nova Câmara baixa na prática não foi mais do que a efetivação da proposta de seu primeiro programa: a concentração de força legislativa sobre um Parlamento corporativista, representando não regiões italianas, como tradicionalmente ocorre no Legislativo, mas setores industriais e comerciais.

Contudo, Mussolini não foi tão inovador quanto o senso comum crê. Seu jeito histriônico e teatral foi absorvido de seu predecessor, o poeta nacionalista Gabriele D’Annunzio, em sua campanha por Fiume (PACHUKANIS, 2020, p. 30-31). D’Annunzio abriu o caminho e ensinou o *know-how* para Mussolini, mostrando como movimentar paixões e ressentimentos por meio do nacionalismo. Não é coincidência que o principal setor de apoio de D’Annunzio, assim como do Fasci di Combattimento fosse justamente os veteranos da Guerra. Tampouco o é que a campanha tenha ocorrido no mesmo ano de fundação do Fasci.

Entretanto, Mussolini teve sucesso onde D'Annunzio fracassou, quando este segundo foi expulso de Fiume pelo próprio exército italiano. Fiume seria, inclusive, anexada posteriormente à Itália, ainda durante a primeira fase do Fascismo.

Como lembra Pachukanis (2020, p. 30), D'Annunzio aplicara estratégias similares aos presentes no programa do Fasci, ao propor concessões progressistas e trabalhistas, tais como salário mínimo e função social sobre propriedades privadas. Uma preocupação social (e mesmo pseudodemocrática), portanto, que aparece nos primeiros estágios do Fascismo, mas não permanece conforme o movimento passa para o quarto e quinto estágios. Todavia, as semelhanças da ocupação de Fiume por D'Annunzio com Mussolini não se limitam às propostas sociais. Ele também engendra, da mesma forma que o primeiro programa do Fasci, um sistema que se pode pensar como pré-corporativista:

Logo a seguir, vemos a introdução da estrutura de guildas ou corporativa. Toda a população se dividia por tipo de produção em dez guildas. Essas guildas contam com um amplo autogoverno e representam a base da organização política. Além disso, é curioso que a última guilda, a décima, é destinada às pessoas que não provêm de nenhuma profissão e devem, segundo o pensamento de D'Annunzio, representar a própria “força mística do progresso e da vanguarda”, constituindo os “gênios anônimos e as pessoas futuras” (!). É preciso dizer que Mussolini é uma pessoa de tempera bem diferente da do poeta D'Annunzio. Mussolini usou muito bem a aventura da Fiume e a emoção que então se levantou, mas não tomou parte dela, pois calculava seu inevitável fracasso. Aproveitou plenamente a conquista da Fiume para inflamar o chauvinismo, sem se colocar em uma empreitada arriscada e romântica (PACHUKANIS, 2020, p. 31).

Para além das mudanças sociais propostas sobre o sistema eleitoral, o programa também seguia as mesmas bases de D'Annunzio e, assim como ele, requisitava jornada de oito horas, salários mínimos, participação sindicalista, um sistema ferroviário moderno, sistematizado e competente, e reforma previdenciária diminuindo a aposentadoria por invalidez e velhice de 65 anos para 55. Assim, é perceptível, em particular nessas propostas sociais, um caráter progressista e uma preocupação comunitária bastante distinta do que será visto nos trabalhos posteriores. Por mais que traços do que viria a ser o Fascismo como ditadura já possam ser apreendidos, ainda se faz presente alguns traços da antiga vinculação ideológica de Mussolini (PACHUKANIS, 2020, p. 57). Uma preocupação que vai gradualmente diminuindo conforme o passar dos anos, ao ponto de, em sua doutrina, Mussolini (2006, p. 245-247) exaltar a desigualdade como valor essencial.

A seção seguinte, propostas militares, já é mais próxima do que se veria nos anos subsequentes. Mussolini exige o estabelecimento de uma organização paramilitar a nível nacional, o que de fato viria a ocorrer com os Squadristi (e a SS/SA no caso alemão). A

organização, tal qual o exército, demandaria alistamento e serviço por pelo menos um tempo, voltada “exclusivamente para funções defensivas”. O programa não explicita, entretanto, quais seriam essas funções defensivas e tampouco a função dessa milícia, ou o que justificaria a sua criação frente a instituições como as Forças Armadas e a polícia. De forma semelhante, sem entrar em detalhes dos motivos, Mussolini demanda a nacionalização de todas as fábricas de armas e explosivos.

Mas é no último ponto das exigências relacionadas ao exército que Mussolini revela um pouco das razões de suas demandas, ao intimar que a política externa italiana deveria ser “destinada a valorizar, nas competições pacíficas da civilização, a nação”. O paramilitarismo e o belicismo, desta forma, são tomados como justificativas necessárias para o nacionalismo. Como João Fábio Bertonha (2008, p. 144) sugere, Mussolini substituiu a lógica marxista de luta de classes, por uma lógica distorcida de luta de nações em que nações “proletárias” estão em permanente tensão com nações “plutocráticas”³⁰ — uma lógica que, sendo o Nazismo não mais do que um radicalismo fascista, não falha em encontrar eco na ideologia racial de Hitler. Nesse sentido, por mais que seus programas, discursos, doutrinas, ideologias, mudem conforme os anos, um ponto permanece imutável: a sensação de decadência da nação, e a necessidade de resgatá-la. Afirma, assim, a necessidade de alçar a nação italiana ao protagonismo no cenário geopolítico global.

Como Pachukanis (2020, p. 47-50) fala³¹, as preocupações progressistas iniciais do programa do Fasci são rapidamente abandonadas ou substituídas conforme o Fascismo passa a precisar se aliar a conservadores e liberais para poder ascender aos estágios seguintes. No programa original, constam propostas de taxação sobre o grande capital, redistribuição de riqueza e confisco de propriedades eclesiásticas. Não é preciso dizer que essas propostas, assim como grande parte das pretensões sociais e eleitorais do programa, são abandonadas. De fato, há um abismo entre as propostas do primeiro programa e tanto a prática dos anos seguintes, quanto mesmo os discursos, programas e a doutrina. Na *Doutrina* de 1932, Mussolini (2006, p. 245) não apenas valoriza a competição de todos contra todos, como defende a desigualdade como forma de fortalecer o caráter humano. Ademais, também abandona seu discurso anticlerical e afirma a importância da Igreja Católica como aliada ao Fascismo, traçando um paralelo de sua importância para o Império Romano. Uma grande

³⁰ Vale pensar o quanto do argumento de luta de nações não advém da frustração do resultado italiano sobre a Primeira Guerra, quando foi considerada um perdedor entre os vencedores. Ou, como dizia D’Annunzio, uma “vitória mutilada” (FRESU, 2017, p. 20).

³¹ Ainda que com certo exagero, ao enxergar o Fascismo como ditadura do grande capital.

distância, à vista disso, do início de sua carreira política, na qual militava contra a Igreja (ECO, 2018, p. 28) e chegou a escrever uma ficção histórica chamada *A amante do cardeal*³².

Em suma, o primeiro programa do Fascismo e as propostas do Fasci di Combattimento podem ser pensados de fato como um movimento nacionalista de esquerda, ou talvez uma terceira via. Há vínculos trabalhistas, sindicalistas e progressistas claros, bem como as pretensões bélicas, autoritárias e nacionalistas. Mesmo que bastante distinto do que o Fascismo viria a se tornar, alguns traços e embriões são perceptíveis, como o corporativismo, o belicismo, o nacionalismo e, em menor grau, fragmentos de reacionarismo e autoritarismo.

Um *software* como o WordClouds, ainda que seja insuficiente em si para uma análise, fornece insumos importantes para reforçar os argumentos hermenêuticos de uma estratégia de *close reading* teórica. Neste sentido, excluindo-se artigos, preposições, palavras que tiveram apenas uma menção, ou palavras que pouco contribuem, é possível apreender alguns termos ricos para o debate. Como foi dito antes, não é à toa que “problema” e “exigimos” apareçam como duas as palavras mais mencionadas, assim como “país” e “nacional”. Por todo seu reacionarismo, o Fascismo mesmo em seu início se coloca contra o que enxergava como o fracasso de uma nação corrompida pelo liberalismo. Havia, portanto, um problema a ser resolvido: a degeneração; e as exigências eram a forma de resolvê-lo. A essência do programa do Fasci reside neste binômio nação degenerada/exigências para salvá-la. E é igualmente sintomático que uma das propostas, resumida pela palavra “indústria”, apareça neste primeiro programa; precedendo, como foi dito, a estrutura corporativista de anos depois. Por fim, o termo “guerra” tampouco é gratuito, sugerindo ao mesmo tempo o caráter Fascista de obsessão com a guerra, e a insatisfação de Mussolini com os resultados frustrantes e o que enxergava como traição liberal sobre a Guerra.

Destarte, a tabela abaixo traz as principais características identificadas no programa:

³² Da mesma forma que alterou sua postura bélica neste mesmo meio-tempo. De militante contra a participação italiana na Guerra, ao completo oposito. Ao que a História indica, essa mudança brusca em relação a sua posição bélica se deu pelo financiamento da Embaixada da França (FRESU, 2017, p. 43).

Tabela 5 - Conceitos e características que aparecem no programa do Fasci di Combattimento

Programa do Fasci di Combattimento Primeiro ciclo (1915-1921): Fascismo social. Primeiro estágio: criação do movimento.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticlericalismo</i>	Confisco de bens da Igreja
<i>Autoritarismo</i>	Criação de uma milícia
<i>Corporativismo</i>	Proposta de setores industriais e extinção do Senado
<i>Nacionalismo</i>	Apelo ao verdadeiro italiano O exército deve ser forte e nacionalizado para proteger a nação italiana A nação italiana deve ser protagonista no cenário internacional Nacionalização de fábricas bélicas
<i>Outros</i>	Fascismo como revolução Mudança no sistema eleitoral, sufrágio universal feminino e masculino Propostas sociais progressistas Taxação sobre grandes fortunas
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada/problemas

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no programa.

A exemplo de seu antecessor, o Fasci di Combattimento também não durou muito. Dois anos depois, em novembro de 1921, Mussolini fundou o PNF, que durou até a Segunda Guerra. Entretanto, pouco antes, em maio de 1921, aconteceram eleições nacionais e 35 deputados vinculados ao Fasci, incluindo Mussolini, foram eleitos, em uma coligação anticomunista que englobava também conservadores e liberais. Na data da transformação do Fasci em PNF, o movimento incluía mais de 300 mil membros, cerca de 0,7% da população italiana da época (aproximadamente 40 milhões de pessoas) (PACHUKANIS, 2020, p. 37-38). O movimento também se torna mais plural, conforme cresce em tamanho. Vai além apenas dos veteranos do início, e começa a angariar apoio maciço na pequena burguesia empobrecida com a crise e “assustada pela dupla pressão do grande capital e do proletariado” (FRESU, 2017, p. 47). Também se dissemina entre jovens, capturados pela mística nacional e pela retórica heróica.

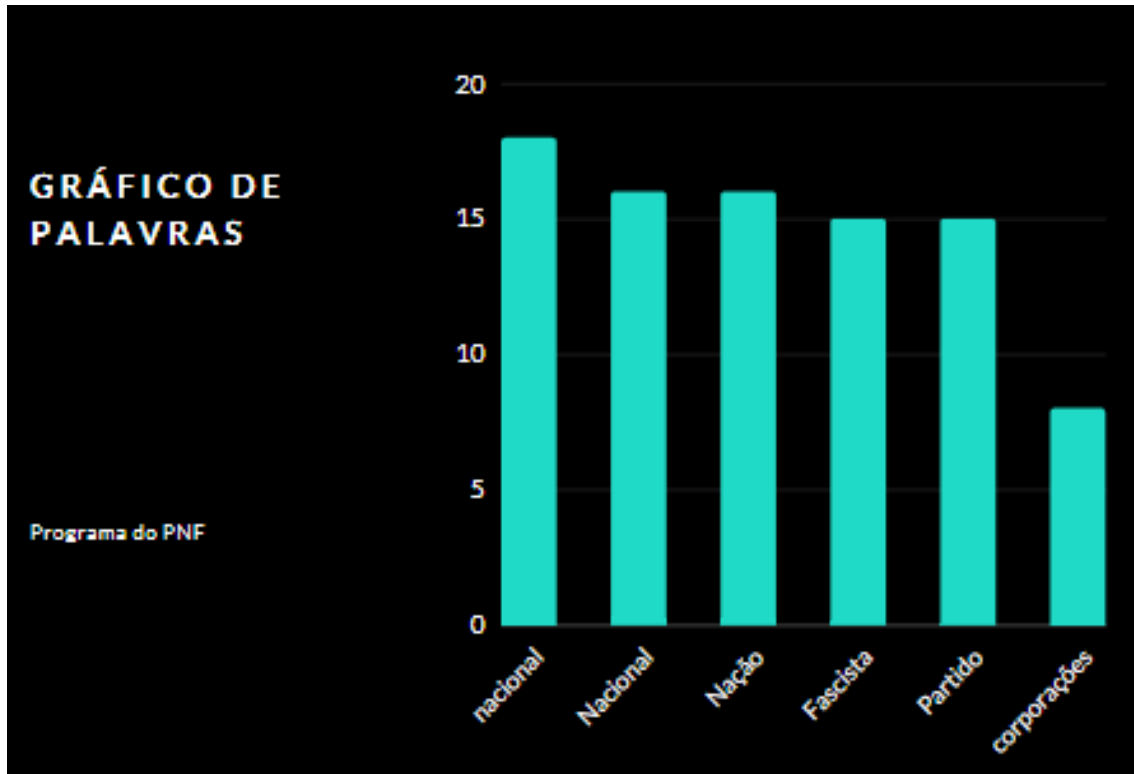
O Fascismo entra, neste momento, em seu segundo estágio na identificação de Paxton: o enraizamento político, ou o processo de institucionalização e penetração no Legislativo.

Em 1921, o fascismo já começa a se livrar de seu invólucro antiplutocrático e revolucionário. Propõe abertamente o programa de um poder forte e, ao mesmo tempo, liberdade de circulação para o capital. O programa fascista de 1921 coloca ênfase no definhamento do monopólio estatal, na previsão de condições mais favoráveis para a acumulação capitalista: o Estado deve ser reduzido a suas funções

essenciais; a atividade dos cidadãos, como produtores, deve estar submetida à competência de conselhos técnicos. Em seu primeiro discurso parlamentar (21 de junho de 1921), Mussolini pronuncia a seguinte apologia ao capitalismo: “Com base na novíssima literatura socialista, a qual não se pode contornar, declaramos que a história real do capitalismo está apenas começando, que capitalismo não é só um sistema de opressão, mas ele representa a seleção dos mais valiosos, a igualdade entre os mais capazes e o sentimento desenvolvido de responsabilidade individual”. É interessante submeter essas palavras à comparação com o programa dos fascistas publicado em março de 1919: inclui uma jornada de oito horas de trabalho, lei do salário mínimo, seguridade social, aumento pesado de impostos diretos, confisco dos bens da Igreja, confisco de 85% dos lucros de guerra e pesada taxação sobre o capital. Imediatamente antes da tomada do poder, Mussolini renuncia a suas crenças republicanas e anticlericais. Dá um passo no sentido da reconciliação com o trono e o altar. É preciso dizer que, ainda em 1921, sua declaração de que o fascismo, em essência, é uma tendência republicana não encontra simpatias nem nas fileiras dos próprios fascistas (PACHUKANIS, 2020, p. 38).

O segundo programa era bem maior e mais completo do que o primeiro. Ainda que ressaltasse com frequência seu desprezo por programas e doutrinas, Mussolini sabia da necessidade de um programa às eleições de 1921. Começa, por sinal, disfarçando suas reais motivações ao afirmar que “O fascismo se constituiu como um partido político para fortalecer sua disciplina e individualizar suas crenças” (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Logo em sua abertura o programa já transparece algumas palavras-chaves: “crença” e “disciplina”, exemplificando a importância da estrutura hierárquica e disciplinar para o Fascismo, seguindo os pontos discutidos no capítulo anterior.

Figura 5 - Quantidade de menções por palavras no programa do PNF



Fonte: Elaborado pelo autor, através da plataforma WordClouds e baseado no programa do PNF.

Figura 6 - Nuvem de palavras sobre o programa do PNF



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* WordClouds e baseado no programa do PNF.

Se o programa anterior trazia “problema” como o principal termo, este é ainda mais revelador: o WordClouds mostra que, excluindo-se preposições e artigos, “nazionale”, “Nazione” e “nazionale” são as palavras que aparecem com mais frequência. É significativo que esses sejam respectivamente os três termos mais repetidos no programa, chegando ao ponto de “nacionais” com maiúscula e minúscula serem os mais repetidos. Outrossim, Mussolini, ao explicar o seu entendimento de nação, começa o programa por logo rejeitar o discurso liberal de que a soma das muitas individualidades realiza o milagre do coletivo. Define nação como um organismo complexo que ultrapassa as barreiras do espaço-tempo. Uma perspectiva geracional que se aproxima, ao menos nesse aspecto, dos argumentos de

Burke (1982, p. 67-68), conforme será retomado na análise sobre a sua doutrina. Isso porque entende que a nação não deve ser uma ferramenta de partidos, mas a “síntese suprema de todo o valor material e imaterial de uma raça” (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Sobre este ponto vale um parêntesis: esta é a primeira e uma das únicas menções à ideia de “raça” no Fascismo, ausente tanto na *Doutrina* quanto no programa do Fasci. Não que o Fascismo não fosse racista ou antisemita, mas esses traços eram mais fracos quando comparados ao Nazismo, e não apareciam como ponto central nas ideias de Mussolini. Isso não impediu Mussolini de utilizar táticas de extermínio em seu projeto imperial na África semelhante às que seriam empregadas posteriormente por Hitler (PAXTON, 2007, p. 42).

Da nação, decorre outro ponto essencial que também começa a tomar forma neste segundo programa: a importância do Estado. Ainda que o Fascismo, nos anos seguintes, vá programar uma paradoxal política liberal; no programa do PNF se faz presente as primeiras odes à figura do Estado, intrinsecamente ligada à nação como uma espécie de protetor, de escudo material das tradições do povo. Ou, “personificação jurídica de uma nação” (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Para ele, as instituições políticas não são um fim, mais um meio de proteção e expressão desses valores nacionais. E é imprescindível um Estado e uma nação fortes, já que se opõe ao que se pode identificar como semelhante ao discurso contemporâneo de “globalismo”.

Mas a díade entre Estado e nação não é o único traço que é perceptível já neste segundo programa. Também aparece, uma vez mais, traços da proposta do que viria a se tornar o corporativismo, agora um pouco mais estruturado do que dois anos antes, com uma seção inteira dedicada a este ponto (SCHNAPP, 2000, p. 10). Tanto que “corporações” e “desenvolvimento” são dois dos termos que mais aparecem, conforme identificado pela nuvem de palavras. Mussolini alega a importância da divisão social em grandes grupos, em estruturas coletivas à nação, a quem devem se subordinar e adquirir uma relação simbiótica. A nação, por sinal, coloca-se acima de todos, e a liberdade individual deve ser restringida quando a ofende (SCHNAPP, 2000, p. 12).

Entretanto, dando início ao seu flerte com um período liberal, e se distanciando das propostas progressistas do programa anterior, Mussolini entende que ao Estado não cabe regular a vida social e o bem-estar dos cidadãos. Pelo contrário, a ele cabe apenas a defesa política e econômica da nação, devendo ser reduzido às suas funções essenciais. Chega a defender a privatização de determinadas indústrias que identifica como mal administradas, como os setores de telefonia, ferroviária, postal e telegráfico (SCHNAPP, 2000, p. 15). Também

reconhece o direito a propriedade privada como basilar (SCHNAPP, 2000, p. 16). Logo depois, exemplificando esse novo caráter liberal do Fascismo, Mussolini afirma que

O Partido Nacional Fascista defende um regime que se esforce para aumentar nossa riqueza nacional, ao libertar empresas e energias individuais [...] e abolindo, de uma vez por todas, a enferrujada, cara e improdutiva maquinaria voltada para um controle baseado no Estado, na sociedade e no município. O partido, portanto, apóia todos os esforços para aumentar a produtividade da Itália e eliminar as formas de parasitismo individual e de grupo (SCHNAPP, 2000, p. 15, tradução nossa).

Os demais processos devem ser deslocados da responsabilidade do Estado para as corporações e associações, para os “clãs econômicos” (SCHNAPP, 2000, p. 11, tradução nossa). Para isso, reforçando as propostas do programa do Fasci, funções parlamentares devem ser restringidas e substituídas pela participação corporativa, pela integração entre os diversos setores econômicos da nação e pela conciliação de classes. As corporações são pensadas, elas próprias, como meio de proteção da nação e forma de desenvolvimento de sua economia. Porém, ainda neste momento o apoio do proletariado era essencial para que o Fascismo se espalhasse como fenômeno de massas. Mussolini, ciente disso, não abandona totalmente as suas propostas progressistas quando em relação ao proletário. Mantém o argumento da jornada de trabalho de oito horas, já presente no programa do Fasci (mas inclui exceções sobre trabalhadores agrícolas e em casos especiais), reforma previdenciária e sindicalismo (SCHNAPP, 2000, p. 12).

Em outra brutal diferença em relação ao programa de apenas dois anos antes, seu anticlericalismo praticamente desapareceu. Tanto mais, afirma que ainda que a Igreja deva se submeter ao Estado, é essencial que a esta seja concedida liberdade de credo (SCHNAPP, 2000, p. 11). Será visto adiante na *Doutrina* que o discurso contra a Igreja se arrefece ainda mais conforme os anos passam, bem como as propostas progressivas.

A antipolítica e o reacionarismo também se apresentam com mais força do que no programa anterior. Mussolini enxerga uma Itália capturada por elites políticas invisíveis responsáveis por fragmentá-la. Há, nele próprio, um sentimento de antipolítica reacionária, de que o país foi sequestrado por uma quadrilha que governa apenas “em função dos interesses dos partidos políticos”, e não “em função do interesse supremo da nação” (SCHNAPP, 2000, p. 11, tradução nossa). Intrinsecamente maniqueísta, o Fascismo coloca o Estado, então, como um grande pai, o responsável por preservar uma donzela da grande mácula e impureza que recaiu sobre ela — e o Fascismo assumindo o papel de um paladino da justiça. Um imaginário que não é exclusivo deste programa, conforme aparece em outros, e não é absurdo pensá-lo

como interligado ao discurso belicista e masculinista³³ do grande homem: “O prestígio do Estado-nação deve ser restaurado. O Estado não vê com indiferença a eclosão de forças arrogantes que tentam ou ameaçam enfraquecer material e espiritualmente a sua estrutura. É um zeloso guardião, defensor e propagador da tradição, sentimento e vontade nacionais” (SCHNAPP, 2000, p. 12, tradução nossa). Ao Estado cabe não apenas defender a nação a todo custo, mas desenvolvê-la da melhor forma possível em suas diversas camadas.

O programa também demonstra os desejos imperialistas de Mussolini, para além do nacionalismo. Impulsos que ficariam claros alguns anos mais tarde, quando Mussolini promulgou o novo império italiano. No programa, afirma que a Itália deve ser um farol da “civilização latina na bacia do Mediterrâneo” (SCHNAPP, 2000, p. 12, tradução nossa), a quem cabe controlar assertivamente as nações periféricas anexadas à grande mãe, e integrar os italianos, filhos desgarrados, que se espalharam pelo exterior. Da mesma forma, o Fascismo rejeita os preceitos da Liga das Nações, arguindo que os países não possuem o mesmo nível de igualdade representativa, influência e poder decisório (SCHNAPP, 2000, p. 13). Propõe a difusão do que chama de *Italianità*, ou italianismo, como justificativa para manter e dominar colônias, afirmando seu desejo de disseminação de uma cultura italiana e unificação ultramarina.

Se esta nova versão do Fascismo possui notáveis traços de liberalismo — por mais que mantenha, paradoxalmente, fragmentos de uma retórica antiliberal que se intensificará nos estágios seguintes — este é secundário frente ao nacionalismo. Quando ambos entram em oposição, o segundo prevalece. O que se confirma nas propostas de Mussolini à educação, entendidas como essenciais à formação da nação e de novos soldados (SCHNAPP, 2000, p. 16). Mussolini chega a propor que escolas e universidades sejam tornadas públicas e gratuitas, já que “O objetivo geral das escolas deve ser a formação de indivíduos que possam contribuir para o progresso econômico e histórico da nação” (SCHNAPP, 2000, p. 16, tradução nossa). Também expõe pela necessidade de formação de professores que compartilhem do espírito nacionalista, dado a importância deles na formação das massas e elites futuras, e a importância de impregnar o espírito nacionalista em ambas. E em um curioso traço pontual de reacionarismo em suas propostas educacionais, aduz pelo latim como segunda língua a ser ensinada nas escolas, com relevância maior do que o francês. Vale ressaltar de passagem a abordagem paretiana tomada nessa passagem, na qual Mussolini reafirma a importância da

³³ Umberto Eco (2018, p. 54-55) sugere, bem como algumas das interpretações psicanalíticas do fascismo, que o machismo e a imagem do grande pai no fascismo decorrem justamente do belicismo, da transferência do fetiche da guerra permanente à esfera sexual.

divisão entre massa e elite, mas de uma forma que a primeira possa ser alçada à segunda, substituindo pedaços decadentes dela em uma “renovação contínua da elite governante por meio do treinamento dos melhores elementos dentro cada classe social” (SCHNAPP, 2000, p. 16, tradução nossa).

Por fim, o belicismo uma vez mais se acopla simbioticamente ao nacionalismo. As Forças Armadas representam um valor unitário da nação, sua maior linha de defesa e de ataque, o pináculo sobre o qual reside todos os esforços da indústria, da economia, da agricultura, dos indivíduos e do coletivo. As Forças Armadas são, assim, o grande amalgama que assegura que “a reserva nacional infinita de espíritos, homens e meios militares estejam sempre treinados, arregimentados e organizados para os tempos de perigo e glória” (SCHNAPP, 2000, p. 17-18, tradução nossa). Para isso, os homens devem estar sempre dispostos a sacrificarem-se pelo bem maior, de onde decorre a importância da educação nacionalista nas escolas (SCHNAPP, 2000, p. 18).

Mussolini termina seu segundo programa afirmando que o Fascismo é uma organização baseada na **ação** (uma palavra que será essencial para entender a sua doutrina alguns anos depois), voltada para três objetivos: político, econômico e combativo. As palavras “ação” e “combativo” não são evocadas sem mais nem menos, elas representam os preceitos Fascistas de agir contra a degeneração, fazendo-o através do combate (SCHNAPP, 2000, p. 18). Mussolini não esconde o caráter belicoso, ao contrário, o ressalta: “No que diz respeito ao caráter belicoso, o Partido Nacional Fascista é igual aos seus Squadristi. Os Squadristi são milícias voluntárias que lutam a serviço do Estado-nação” (SCHNAPP, 2000, p. 18, tradução nossa). Ironicamente, Mussolini diz que a função do Fascismo é justamente combater o sectarismo, mostrando-se aberto a qualquer um que defenda seus valores nacionalistas e defenda a sua doutrina — ainda que Mussolini, na prática, só vá efetivamente publicar uma doutrina 11 anos depois.

A tabela abaixo, para encerrar a seção, traz as principais características e conceitos identificados no exercício hermenêutico sobre o programa do PNF.

Tabela 6 - Características do programa do PNF

Programa do PNF (1921) Segundo ciclo (1921-1924): Fascismo liberal. Primeiro estágio: enraizamento.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Antiliberalismo</i>	Rejeição das individualidades
<i>Autoritarismo</i>	Belicismo Milícias paramilitares O Exército como educador dos valores nacionais Forças Armadas como escudo e lança nacionais Sacrifício em prol da nação O Fascismo como fundamento combativo baseado na ação
<i>Corporativismo</i>	Divisão social em grupos econômicos, relação simbiótica com a nação
<i>Imperialismo</i>	Itália como um império, grande centro sobre o qual nações periféricas orbitam Integração com as colônias
<i>Liberalismo</i>	Afirmação do Estado mínimo Privatizações Direito à propriedade privada como basilar
<i>Nacionalismo</i>	Palavras como “nação”, “Nacional” e “nacional” são as que mais aparecem no programa Nação e Estado estão interligados A nação representa o valor material e imaterial de uma raça Anticosmopolitismo, contra um Estado único, a nação acima de todos, rejeição dos princípios da Liga das Nações Escolas como formação de soldados, escolas como segurança da nação
<i>Outros</i>	Resquícios de propostas progressistas visando o proletariado
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada Antipolítica Latim como segunda língua

Fonte: Elaborado pelo autor, baseada no programa do PNF.

Através de uma análise em profundidade sobre o programa do Fasci e do PNF, esta seção buscou apontar suas principais características e como elas se alteram ou se mantêm conforme o Fascismo evoluiu para seus estágios seguintes. Por uma série de questões (espaço, ineditismo, singularidade) privilegiou-se na análise esses dois programas. Com características ainda descendentes do período de Mussolini no PSI, o programa do Fasci apresenta traços progressistas que seriam abandonados conforme a transição do Fascismo para os ciclos e estágios posteriores. O mesmo no caso do programa do PNF. Alguns desses traços, como o discurso sacrificial e bélico, ou o Estado como defensor da nação, se mantiveram; outros, em particular os traços liberais, como a afirmação de Estado mínimo, se enfraqueceram nos anos seguintes.

A seguir, a próxima seção se dobrará sobre os estágios 3 e 4 do Fascismo, a chegada e o exercício do poder.

2.2 O Fascismo chega ao poder e intensifica o seu autoritarismo

“nada via, entre ele e as ações mais heróicas, senão a falta de oportunidade” (STENDHAL, 2010, p. 92).

É bastante clara a divisão entre os dois estágios seguintes do Fascismo: a ascensão ao Executivo e o exercício do poder. O terceiro estágio ocorre em 1922, com o convite feito pelo chefe de Estado após a Marcha sobre Roma. O quarto, após o período de 1924 e 1926, com a crise criada pelo assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, que por pouco não acabou com o Fascismo em seu terceiro estágio, mas acabou por ter efeito contrário e impulsioná-lo. No terceiro, Mussolini chega ao poder, apesar de uma demonstração de força autoritária, de forma legal. No quarto estágio, realiza de fato uma ruptura e dá início ao terceiro ciclo do Fascismo: o ciclo corporativista e abertamente autoritário.

Giovanni Giolitti, longevo primeiro-ministro liberal da Itália, ajudou tanto quanto o rei na ascensão de Mussolini, ao dissolver o Parlamento em 1921 na intenção de enfraquecer o quórum socialista (FRESU, 2017, p. 61). Isto porque os socialistas haviam se dividido entre o PSI e o Partido Comunista da Itália (PCI). O efeito foi perverso: Giolitti não apenas falhou em sua intenção, como favoreceu a ascensão do PNF. Nas eleições de 1921, o Partido Nacional Fascista colocou apenas cerca de 5% de deputados no Parlamento e foi eleito fazendo parte da coligação de liberais e conservadores de Giolitti. Ainda assim, o movimento e o partido cresciam em velocidade inédita, controlando grande parte da região norte do Vale do Pó, além de apoio de alguns setores estratégicos como a polícia (PACHUKANIS, 2020, p. 36-38). Entre maio e dezembro de 1920 o movimento, ainda como Fasci di Combattimento, migrou de 30 mil para 150 mil membros e de 100 grupos locais para 8 mil (PACHUKANIS, 2020, p. 38); em 1922 de cerca de 8% da população italiana já era filiada ao PNF (BRAY, 2019, p. 264). Em paralelo, também crescia o seu autoritarismo, com ascensão da violência Squadristi. Mas, ao contrário do que se crê no senso comum, a Marcha sobre Roma não foi um golpe em si. Mussolini não rompeu com as instituições subitamente, mas utilizou a pressão de sua marcha de 30 mil homens para enfraquecer a credibilidade do governo liberal. O chefe de Estado, temendo uma guerra civil e uma alternativa à esquerda, achou por menor dos males tornar Mussolini chefe de governo, o entregando o Executivo Federal (FRESU, 2017, p. 62-65).

Mussolini, a essa altura, já havia suavizado o seu discurso, migrado à direita e abandonado a retórica anticlerical e antimonarquista. Neste primeiro momento, além do já discutido caráter liberal, Mussolini afirmou defesa da Constituição e da liberdade de imprensa, mas, pensando em sua autosssegurança, não dissolveu os Squadristi (PACHUKANIS, 2020, p. 41). Manteve alternativas para caso fosse preciso usar a força — como o seria, alguns anos mais tarde —, o que surpreendeu a elite conservadora-liberal (PACHUKANIS, 2020, p. 41). Esta, todavia, não se afastou completamente, pois “o fascismo italiano convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista” (ECO, 2018, p. 30-31). Para manter uma aparência de legalidade, transformou os Squadristi em órgão público.

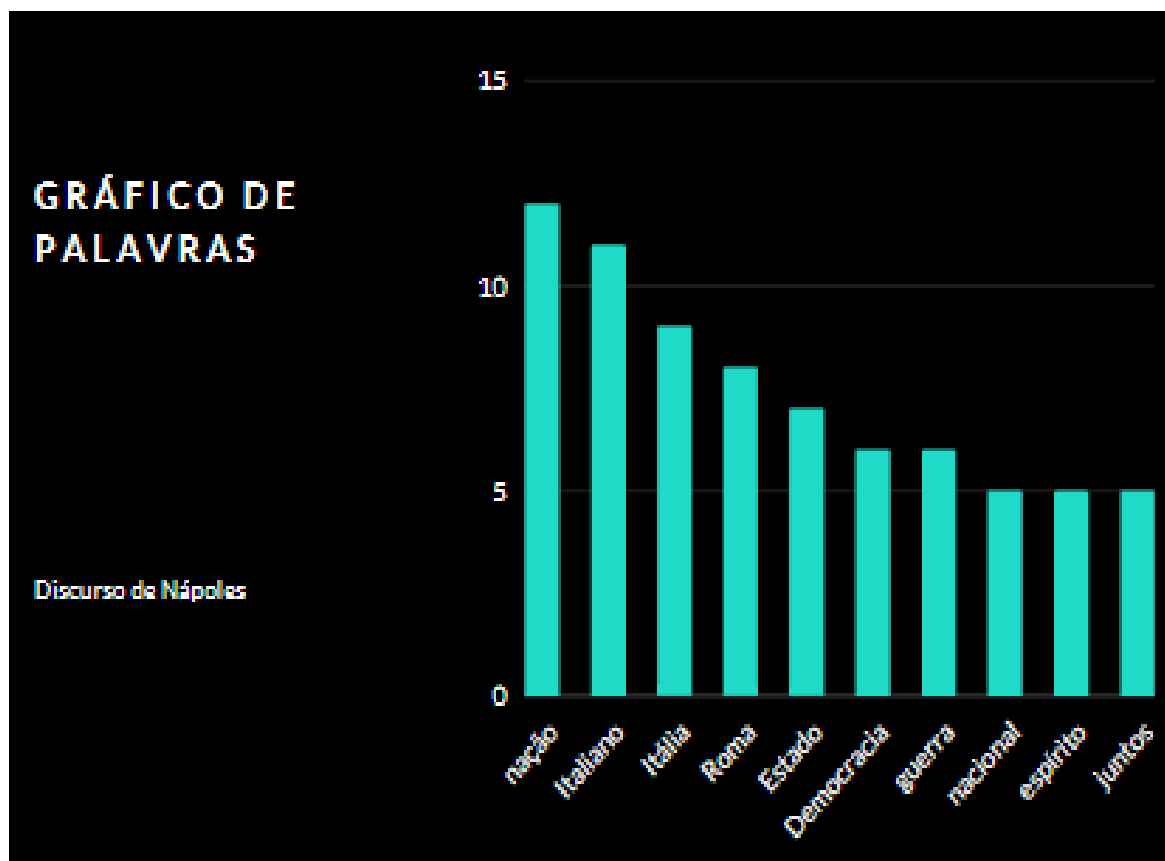
A fragilização do *establishment* liberal, discutido na seção anterior, em parte por sua imagem associada à Guerra, levou o eleitorado a buscar alternativas. Isso registra, na prática, um crescimento tanto do PSI quanto do PNF (PACHUKANIS, 2020, p. 36). Entretanto, o *establishment* ainda possuía poder mais do que suficiente para influenciar na escolha entre essas duas alternativas. E o Fascismo, com sua guinada para o liberalismo, se mostrava como a opção menos danosa, ainda mais porque greves, protestos e revoltas proletárias varreram a Itália durante todo o ano de 1920, o chamado Biênio Vermelho (PACHUKANIS, 2020, p. 37-38). Confirma-se, assim, ao menos no ponto italiano, o que Paxton (1998) falou sobre as elites conservadoras-liberais como ponto de inflexão necessário para o fascismo migrar para o terceiro e quarto estágio, algo que Pachukanis já havia percebido na década de 1920:

Está claro que, em tal situação, a burguesia industrial está pronta para fazer um acordo com qualquer um que lhe convenha, apenas para estabelecer a “ordem” [...] Nesse momento, os fascistas começam não apenas a investir contra as cooperativas socialistas e transformá-las em suas próprias cooperativas fascistas, não apenas investem contra as organizações operárias, mas ainda criam seus próprios sindicatos nacionais (PACHUKANIS, 2020, p. 35-36, 38).

Entre vários discursos possíveis para analisar da época, escolheu-se aplicar um método *close reading* sobre o discurso dado em Nápoles, apenas dois dias antes da Marcha sobre Roma, pela proximidade temporal (e mesmo espacial, dado que Nápoles está a uma província abaixo de Roma) com um marco temporal do Fascismo.

O discurso é, na prática, uma chamada à ação. Mais incisivo do que nos programas e ou na doutrina, Mussolini (2020, tradução nossa) convoca os Fascistas para “o momento em que a flecha deve abandonar o arco, ou a corda irá quebrar”. Uma metáfora pouco sutil à

Figura 8 - Palavras mais relevantes e quantidade de vezes em que aparecem no discurso



Fonte: Elaborado pelo autor, através da plataforma WordClouds e baseado no *Discurso de Nápoles*.

Com falsa humildade, inicia desculpando-se por ser deficiente na arte da retórica. A suposta falha tem razão em ser convocada: concede uma roupagem de moderação à proposta nada moderada que vem a seguir, para a oratória apocalíptica que aponta uma necessidade última. É como se Mussolini (2020) respondesse a um chamado divino: ele se vende não como o melhor homem àquele objetivo, mas como o homem disponível. E para isso, lança mão de palavras como “amor” e “fraternidade”, unindo Fascistas de todo o país através de uma ideia de urgência e amizade. Da mesma forma, utiliza imagens bélicas da Guerra para ressaltar irmandade através do nacionalismo, ao mesmo tempo em que culpa a democracia e o pacifismo pelo resultado insatisfatório e, mantendo seu traço de antipolítica, rotula a política romana como infame. Um fetiche que não é exclusivo de Mussolini, pois, como lembra Eco (2018, p. 51), para o fascismo “não há luta pela vida, mas antes ‘vida para a luta’. Logo, o pacifismo é conluio com o inimigo, o pacifismo é mau porque a vida é uma guerra permanente.”

Em uma passagem que adianta um ponto que se fará presente na sua doutrina, Mussolini (2020) levanta o seu movimento como o fenômeno político mais original do pós-Guerra em todo o mundo, o que não deixa de ser real. Como se discutiu no capítulo anterior,

de fato o Fascismo foi a maior invenção política do século XX, um método novo que, como este debate vem buscando mostrar, foi distinto de tudo o que havia sido criado antes. E voltando para o seu caráter messiânico, volta à falsa modéstia de desculpar-se por não ser a melhor pessoa possível para o que diz ser um momento “extremamente grave” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa), mas a melhor pessoa disponível. Para isso, afirma, o Fascismo precisa se apropriar e se tornar o Estado e, em um maniqueísmo autoritário e infantil, ainda que não sem seu tom ameaçador, declara que faz o mal a quem pratica o mal. Transparece esse desejo a quantidade de vezes em que “Estado” é mencionado, totalizando sete.

Aliás, o maniqueísmo autoritário não aparece apenas na posição que se coloca de mensageiro do apocalipse, responsável por avisar — e salvar — a nação e o Estado da decadência. Tanto mais, se repete pela divisão simples que cria da realidade política, diminuindo todo o complexo cenário da época em uma luta entre “as forças nacionais e as antinacionais” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa), exigindo que o Executivo abandone uma presumida posição neutra. A nação, desta forma, estaria refém dessas formas antinacionais. E caberia ao Fascismo agir para derrotá-las, daí a sensação de urgência e inevitabilidade presente em todo o discurso. Na prática, portanto, a essência dos programas de 1919 e 1921 (e da doutrina de 1932, posteriormente) reside no mesmo argumento, por mais que alguns pontos se difiram: a visão de uma nação refém de uma elite afeminada, que a degenera, e cabe apenas ao Fascismo resgatá-la.

Um ponto interessante é que, mesmo a apenas dois dias antes da Marcha sobre Roma, Mussolini (2020) revela ressentimento com o Executivo. Lembra de ter pedido que Fascistas fossem nomeados a pastas estratégicas: Relações Exteriores, Guerra, Almirantado, Trabalho e Obras Públicas, ele próprio supostamente sem tomar parte direta nisso, justificando por seu papel tanto como jornalista quanto como agitador. Mas que a força do Fascismo foi subestimada, com propostas de ministérios menores. Um insulto à visão teleológica do Fascismo como inevitabilidade Histórica (algo que o próprio Mussolini diz, ao argumentar que o Fascismo tem uma visão histórica, oposta a uma visão política ou parlamentar): “Nós, fascistas, não pretendemos chegar ao governo pela janela; não temos a intenção de desistir do nosso direito espiritual de liderança por restos de ministérios miseráveis” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). “História” é, inclusive, um dos termos que mais aparece no seu discurso, atrás de “nação” e equivalentes. Em suma, se antes o ofereceram pouco, agora era chegada a hora de perseguir o tudo, o que indica o messianismo de Mussolini. Igualmente o indica o destaque que o livro faz logo a seguir, ressaltando que esta passagem foi aplaudida em alto e prolongado som.

As ameaças à democracia, na passagem em seguida, ficam ainda mais virulentas e assertivas. Não obstante, todo o discurso pode ser lido como uma grande ameaça à democracia, que aparece, junto de “guerra”, como um dos vocábulos mais utilizados. Mussolini (2020) passa a falar em força. Em disputa de forças. Retornando o seu ressentimento, afirma que se o ignoraram por subestimarem sua força, é hora de mostrá-la. E a intimidação fica mais clara, pois salienta que — em uma referência tipicamente reacionária a um passado mitificado — assim como as legiões romanas, os Fascistas estão prontos para utilizar o “recurso à força”, se necessário, com a qual “nós venceremos” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). Abandona-se, nesta passagem, qualquer pretensão de verniz democrático que se mantinha até então. A mensagem é evidente: caso o Fascismo não consiga o que quer, irá recorrer à violência contra o que identifica como “incrustação parasitária do passado, que não pode se prolongar no presente, pois significaria a morte do futuro” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). Este fragmento pode parecer solto a priori, mas não o é. Ficará mais evidente no que talvez seja seu material mais rico, a *Doutrina*, o que Mussolini quer dizer com parasitas do passado: o comunismo e o liberalismo. Um parasita de duas cabeças (uma imagem que não à toa o Integralismo utiliza e aparecerá no próximo capítulo), que Mussolini (2006, p. 249) identifica como doutrinas do século XIX, decadentes, condenadas ao desaparecimento, ao passo em que o Fascismo responderia pelo futuro. Vale lembrar, porém, que em 1922 o Fascismo trabalhava dentro de uma lógica economicamente liberal, o que pode sugerir que, por mais que a ideologia antiliberal estivesse paradoxalmente presente, ela não poderia se manifestar tão abertamente quanto em 1932.

O antimonarquismo e o republicanismo dos primeiros momentos também desapareceram por completo. Ciente da necessidade de apoio de Vitor Emanuel, Mussolini (2020) passa a exaltar a monarquia como guardiã das tradições da nação sendo, portanto, essencial para a saúde desta. Manifesta, todavia, seu desejo de retirar o que entende por forças que acorrentam a monarquia e a impedem de desempenhar corretamente o seu papel. A mesma figura corruptora invisível que se manifesta em todos os seus materiais, seja a doutrina, os programas, ou os discursos, sempre corrompendo a nação, o Estado, as tradições. Lembra que a monarquia não se opôs à Guerra e, com uma ameaça velada, pergunta se ela teria agora motivos para se opor ao Fascismo, quando este não pretende atacá-la, mas “libertá-la de toda a superestrutura que ofusca sua posição histórica e limita a expansão do nosso espírito nacional” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa).

Revela logo após as forças que identifica como corruptoras tanto da nação, quanto da monarquia, esta segunda uma tradição da primeira: o Parlamento, o comunismo e a

democracia. Mais para frente, na doutrina, Mussolini iria explicitamente adicionar o liberalismo e mesmo a maçonaria neste caldo. Mas por enquanto, dado a proximidade com a Marcha sobre Roma, os alvos são a democracia e o Parlamento em particular. Argumenta que ambos estariam colocando uma faca sobre o pescoço da monarquia, impedindo que a instituição exerça suas funções. O Parlamento não seria mais do que um “brinquedo do povo” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa), ao passo que a democracia é descartável no século XX, pois, ainda que ela tenha sido útil no passado, pode ser que modelos melhores surjam e estes não devem ser rejeitados apenas por serem antidemocráticos.

Na prática, a nação é o centro ao redor do qual orbitam instituições como a monarquia e o exército. O que dialoga com a centralidade do nacionalismo para o Fascismo, a partir do qual partem o belicismo e o autoritarismo. Mussolini (2020) é transparente ao defender que o seu movimento se baseia em uma paixão religiosa pelas ideias nacionalistas, que assume uma centralidade mágica. Uma vez mais incorre ao imaginário reacionário do Império Romano para reforçar a sua defesa da nação como dotada de alma, de esferas espirituais corporificadas nas tradições de um povo (ou raça, no caso do programa do PNF). Assim como nos dois programas anteriores, e assim como será na doutrina, o WordClouds identifica “nação” — além de “Itália” e “Italiano” logo após — como o termo que aparece com mais frequência, indicando a manutenção da centralidade desta ideia através das reconstruções do Fascismo:

É fê e amor ardente [...] Nosso ideal é a nação. Nosso ideal é a grandeza da nação, e a isso subordinamos todo o resto. Para nós a nação tem alma e não consiste apenas em território. Existiram nações enormes em território e que não deixaram traços na História da humanidade ainda assim. Não é só o tamanho que conta, porque, por outro lado, houve estados minúsculos e microscópicos que deixaram marcas indelévels na História da Arte e da Filosofia. A grandeza de uma nação reside na agregação de todas essas virtudes e todas essas condições. Uma nação é grande quando sua força espiritual é transferida para a realidade. Roma foi grande quando, de sua pequena democracia rural, aos poucos, sua influência se espalhou por toda a Itália. Então ela conheceu os guerreiros de Cartago e lutou contra eles. Foi uma das primeiras guerras da História. Pouco a pouco ela estendeu o seu domínio até os limites do mundo conhecido. O Império Romano é uma criação do espírito, e foi o espírito que inspirou as legiões romanas a lutar (Aplausos) (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa).

O discurso não se faria completo sem um aceno duplo: ao anticomunismo e ao proletariado. Intensificando o processo que começou no programa do PNF e vai crescer na doutrina, Mussolini (2020) reforça o sindicalismo como ferramenta de proteção à nação, ao mesmo tempo em que propõe sutilmente as noções do que virá posteriormente a se tornar o corporativismo e sua conciliação de classes. Em outras palavras, há aqui os primórdios da ideia que desenvolverá sobre substituição da luta de classes pela ideia de luta de nações,

rejeitando a ideia de ditadura do proletariado e o que chama de “mitos do tipo inferior de literatura socialista” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa). Mas, ciente da importância do apoio do proletariado, elogia as virtudes dessa classe e destaca sua importância à nação.

Vale apontar uma curiosa passagem, logo depois da exaltação ao proletariado, na qual Mussolini demonstra uma de suas características que, ao menos até agora, passara despercebida: o machismo. Ao comparar suas preocupações com as disputas políticas, nega que o Fascismo seria como “mulheres histéricas” (MUSSOLINI, 2020, tradução nossa, preocupadas com um possível futuro catastrófico. E, em uma simplificação absurda, proclama que os problemas financeiros são facilmente resolvíveis: basta um homem forte disposto a dizer não. Não para os pedidos de financiamento dos diversos pedidos do que percebe, paranoicamente, como forças ocultas e a quem cabe a eliminação (MUSSOLINI, 2020).

Para concluir, uma tabela sintetizando algumas das principais características identificadas no *Discurso de Nápoles*:

Tabela 7 - Características identificadas no *Discurso de Nápoles*

Discurso de Nápoles (1922) Segundo ciclo (1921-1924): Fascismo liberal. Terceiro estágio: a chegada ao poder.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Autoritarismo</i>	Messianismo: não é a melhor pessoa, mas a pessoa disponível, o único capaz O Fascismo como o Estado, “Porque nós desejamos nos tornar o Estado!” Maniqueísmo Ressentimento, “restos de ministérios miseráveis” Messianismo: Fascismo como inevitabilidade Disputa de forças Ameaça à democracia Culpa a democracia e o pacifismo pelo resultado insatisfatório da Guerra Anticomunismo Belicismo: Utiliza imagens da Guerra para ressaltar irmandade através do nacionalismo
<i>Corporativismo</i>	Substituição da luta de classes por luta de nações
<i>Machismo</i>	Figura do homem forte, masculinista, capaz de colocar limites Imagem de mulheres histéricas
<i>Nacionalismo</i>	A nação como grande sol Monarquia e exército como instituições para salvaguardá-la Nação como personificação das tradições de um povo
<i>Reacionarismo</i>	Antipolítica Nação degenerada, dominada por forças antinacionais A monarquia como refém das forças corruptoras Conspiracionismo paranoico (nação tomada por forças ocultas)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Discurso de Nápoles*.

Este segundo ciclo do Fascismo — e o primeiro no poder — é caracterizado por uma série de concessões às elites liberais e conservadoras, o que já era aventado no programa do PNF visto na última seção. Mussolini colocou o economista liberal Alberto de' Stefani no Ministério da Fazenda. Mussolini iniciou seu governo concentrando-se inicialmente em realizar políticas de livre-comércio, redução de impostos, privatizações e cortes de gastos e empregos públicos (SINGER *et al*, 2020). A guinada de fato ao corporativismo e ao peso em um Estado grande, voltado para o desenvolvimento nacional, ocorreu apenas depois do golpe em 1926 e intensificado com a Grande Depressão.

As eleições de 1924, ao contrário de 1921, foram marcadas por uma vitória esmagadora do Fascismo. Uma vitória que suscitou questionamentos, dado que o sistema eleitoral foi alterado pouco antes de forma a beneficiar o PNF. Começaram a surgir denúncias de irregularidades e fraudes eleitorais, arranhando a imagem do partido. A representação proporcional foi substituída por uma lei eleitoral conhecida como Lei Acerbo, voltada para dar maioria parlamentar a Mussolini que, mesmo no poder, só tinha 35 deputados e dependia

da coligação. Fragilizado, poderia facilmente ser destituído pelo Rei. A Lei Acerbo, assim, garantia que o partido com a maior parte dos votos, desde que tivesse pelo menos 25%, receberia dois terços do Parlamento. O restante era dividido proporcionalmente entre os demais partidos. Dessa forma, de 5% do Parlamento, o PNF passou a ter 65% em 1924, com 374 deputados.

A mudança no sistema e as fraudes eleitorais não ficaram sem denúncias. Matteotti, deputado socialista, foi a principal voz. Encontrado morto pouco tempo depois, seu assassinato deu início a uma crise que colocou em xeque a credibilidade do partido conforme a opinião pública começou a virar-se contra. Deputados de diversos partidos e correntes ideológicas, com exceção dos comunistas liderados por Antonio Gramsci, retiraram-se do Parlamento em protesto, dando início a um movimento conhecido como Secessão Aventina, batizada em referência ao movimento de mesmo nome que ocorreu na Roma antiga, em que, descontente com a marginalidade econômica e política, a plebe tentou fundar uma nova cidade. Os partidos esperavam limitar e deslegitimar a transformação da democracia em autocracia. Acreditavam que, ao se retirarem, a opinião pública se radicalizaria e o chefe de Estado, o Rei Vitor Emanuel III, seria pressionado a destituir Mussolini (PACHUKANIS, 2020, p. 46). As ações não vieram. Vitor Emanuel se omitiu, a opinião pública arrefeceu, o Fascismo voltou a crescer e Mussolini aproveitou a oportunidade para dar o seu autogolpe, na prática iniciando a tradição fascista de chegar ao poder por vias legais e só depois realizar um autogolpe. Com a ausência da oposição, o PNF blindou seu líder do voto de desconfiança. A partir de 1928, o PNF passou a ser o único partido italiano autorizado a participar do processo eleitoral. A maior parte dos deputados que participaram da Secessão acabaram presos ou exilados. Uma guinada autoritária que veria ainda mais dois ciclos: o imperial, entre 1932 e 1943, e, por fim, o de dominação Nazista, de 1943 a 1945.

A promulgação das *Leis Fascistíssimas*, uma série de normas legais entre 1925 e 1926 que, na prática, deram início à institucionalização do golpe e do processo de fascistização do Estado, também geraram uma série de perseguições internas e externas (PACHUKANIS, 2020, p. 47). Com o fracasso da oposição na estratégia de esvaziar o Parlamento e o consequente crescimento e centralização do Fascismo, em 1926 Mussolini acabou por sofrer o quarto e mais próximo atentado à sua vida. Uma irlandesa de meia-idade atirou em Mussolini a queima-roupa no nariz logo após um discurso (MCNAMEE, 2021). Todo esse cenário serviu de justificativa para Mussolini intensificar o seu autoritarismo³⁴:

³⁴ Semelhante fez Hitler e o Nazismo, quando do incêndio do Reichstag por um neerlandês. Da mesma forma, Bolsonaro capitalizou o esfaqueamento que sofreu, utilizando-o para crescer nas pesquisas. Independente da

Casos de pogroms e espancamentos que tiveram lugar no período da última onda de terror fascista, em novembro de 1926, depois do quarto atentado contra Mussolini [...] o próprio Mussolini começou a falar que o perigo ameaçava o fascismo. Antes disso, porém, destacou que a causa do fascismo é inquebrantável [...] Temos declarações de líderes responsáveis, como Turatti, o atual secretário-geral do partido fascista, de que “o linchamento é algo tão legal quanto a justiça comum”. Temos declarações na imprensa fascista, tais como “o linchamento representa o imperativo da salvação nacional” (PACHUKANIS, 2020, p. 48, 54).

Tem início, por fim, o terceiro ciclo do Fascismo, o ciclo autoritário. Os chocalhos progressistas e liberais foram completamente abandonados e o Fascismo, ainda que não abandone completamente as elites conservadoras-liberais e precise delas, se energiza em um autoritarismo declarado. Por fim elabora e implementa suas propostas corporativistas que já estavam presentes nos dois programas anteriores, com a criação de organizações e sindicatos Fascistas por lei. Os deputados começam a ser substituídos por corporações e seus representantes, em um processo que assume formato literal em 1939, quando a Câmara é transformada em Câmara de Fasces e Corporações. Tornando clara a sua autocracia, Mussolini retira a necessidade de responsabilidade do governo em prestar contas ao Parlamento, na prática tornando o rei o único capaz de destituí-lo. Da mesma forma, termina com os partidos de oposição, colocando-os todos em clandestinidade, e com a liberdade de crença, associação, expressão e midiática.

Porém, mesmo com todos esses métodos tipicamente autoritários, Mussolini (PACHUKANIS, 2020, p. 52) permaneceu insistindo, como será visto na seção seguinte, que o Fascismo promovia a verdadeira democracia — chegando ao ponto de empregar o oxímoro “democracia autoritária”. Em um discurso no final de 1926, portanto em um momento em que o autoritarismo já estava institucionalizado, utilizou um *argumentum ad populum* para justificar o porquê do Fascismo não ser autoritário. Diz ele que o fato das massas apoiarem o Fascismo implicaria que é, na prática, defensor de uma democracia pura, não oligárquica: “Que tirania — exclamou ele — seria essa, em que 1 milhão de pessoas se unem em torno de um partido, em que 3 milhões se unem em outras organizações a ele ligadas e em que 20 milhões aceitam que o Estado os garante e os protege” (PACHUKANIS, 2020, p. 51-52). Na

abertura que tais atentados fornecem para teorias conspiratórias das mais variadas, o fato é que políticos de viés autoritário tendem a utilizar politicamente esses atos de violência contra eles, útil por permitir colocar-se como um mártir.

concepção de Mussolini, por ser um movimento de massas, Fascismo e autoritarismo seriam antíteses³⁵.

Ademais, é como se o seu autoritarismo se justificasse não somente pelo apoio maciço, mas também pela necessidade de proteger o ponto central de todos os materiais aqui analisados: a nação. O novo estatuto do PNF traz, em 1926, escrito com todas as palavras que o Fascismo é não mais do que uma milícia. Uma milícia de defesa da nação, um grande mecanismo de defesa, portanto, ativo em permanente estado e vontade de guerra (PACHUKANIS, 2020, p. 50). E que isso explica, inclusive, seu vazio programático e doutrinário, sempre baseados na negação e sem muitas propostas reais, já que o Fascismo é um processo sobre o qual se deve crer, não compreender. É uma religião, sobre a qual Mussolini não poupa o substantivo “fé”.

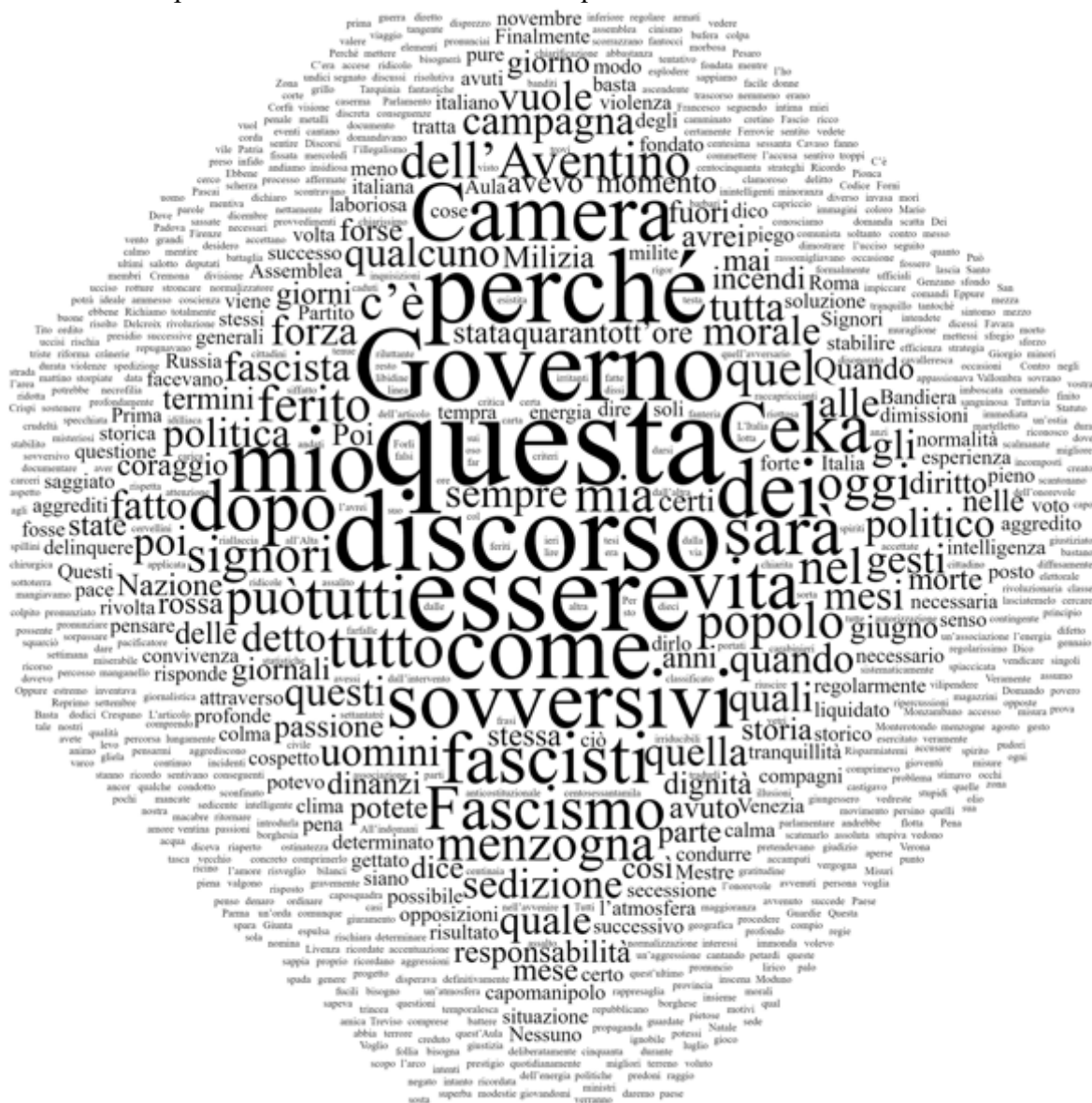
E para essa fé, dois personagens exercem papel fundamental: o partido e, acima dele, o Messias. O partido assume função disciplinadora, organiza através de regras e hierarquias, mas ele próprio está subordinado ao líder. Como mostra Pachukanis, “o juramento que deve prestar qualquer fascista ingressante (artigo 27 do estatuto): ‘Juro cumprir incondicionalmente todas as ordens do líder e servir à causa da revolução fascista com todas as minhas forças e, se necessário, com o meu sangue’” (PACHUKANIS, 2020, p. 51). Em suma, como se falou no capítulo anterior, o Fascismo possui uma estrutura hierárquica bem definida. Cabe ao líder e, em menor grau, à cúpula de elite a reflexão, as táticas e o pensamento. Aos demais, cabe apenas a obediência, como exemplifica uma matéria em um dos jornais Fascistas em 1926: “A partir desta noite, deve-se pôr fim na utopia estúpida de acordo com a qual cada um pode pensar com a própria cabeça. A Itália tem uma única cabeça, e o fascismo tem um único cérebro; estes são a cabeça e o cérebro do ‘líder’” (PACHUKANIS, 2020, p. 51).

Para exemplificar esse estágio de intensificação do autoritarismo, será tomado como ferramenta o discurso de Mussolini na Câmara em 03 de janeiro de 1925, sobre o assassinato de Matteotti. Um discurso que marca uma ruptura, conforme Mussolini (2019, p. 76) assume a responsabilidade moral do acontecido e encerra qualquer maquiagem de normalidade democrática. Representa um ponto de inflexão, porque a partir dele arrefece o clima antifascista da opinião pública e ascende a repressão à oposição. Assim, caso possa ser pensado em uma efeméride para o início do Fascismo abertamente autoritário, esta seria essa

³⁵ Não por coincidência, como será visto no último capítulo, o mesmo argumento utilizado por Bolsonaro. A efeito de exemplo, uma fala sua para apoiadores após manifestações contrárias: “Bolsonaro ainda leu aos apoiadores presentes o artigo 1º da Carta Magna. ‘Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’, frisou o chefe do Planalto, pedindo aos presentes intensificação de estudos sobre a realidade País. ‘Alguns idiotas não aprendem nunca, mas temos de dar conhecimento às pessoas que não têm ainda’” (GAYER, 2021).

data. Não tanto pelo incidente em si, mas por conseguir, através da retórica, dobrá-lo. Mussolini (2019, p. 77) consegue tornar o próprio Fascismo a vítima, como se a violência fosse uma necessidade infeliz para manter a unidade nacional. A nuvem de palavras abaixo apresenta alguns traços desse discurso:

Figura 9 - Nuvem de palavras sobre os termos mais frequentes do discurso sobre Matteotti



Fonte: Elaborado pelo do autor, utilizando o aplicativo WordClouds.

Um discurso que inicia em tom de ameaça velada, disfarçada, com Mussolini (2019, p. 76) perguntando, com todas as letras, se alguém na Câmara teria coragem, após o ocorrido com Matteotti, de acusá-lo pelo acontecido. Lembra que de acordo com o artigo 47 do Estatuto, a Câmara teria poder de acusar o chefe de governo e levá-lo à Suprema Corte. Como

que desafiando, beirando o deboche, ameaça: “Pergunto formalmente se nesta Câmara, ou fora dela, há alguém que queira fazer uso do artigo 47” (MUSSOLINI, 2019, p. 77).

Traça um paralelo com a Rússia, argumentando que, ao contrário das acusações, não fundou uma polícia secreta como a Cheka. Lançando mão do espantalho russo, diz que eles já haviam executado quase 200 mil pessoas sem julgamento (MUSSOLINI, 2019, p. 77). Em autoelogio narcísico, exalta suas supostas qualidades de coragem, inteligência e desprezo por valores materiais, para se defender das comparações com a polícia secreta russa. Pois, objetiva, sempre foi a favor de uma “violência cirúrgica e inteligente”, ao passo que a violência russa seria “estúpida” (MUSSOLINI, 2019, p. 77, tradução nossa). Utiliza-se do pressuposto da violência inteligente para questionar as acusações que recebeu sobre Matteotti, apelando à imagem religiosa de Cristo para colocar-se como um suposto conciliador, um grande democrata que — com a ironia que História traz de tal discurso acontecer pouco antes da guinada autoritária³⁶ — defende os direitos da oposição (MUSSOLINI, 2019, p. 77-78). Pois, não sendo um idiota, tal violência explícita opõe-se ao que sempre defendeu.

Em um malabarismo, Mussolini (2019, p. 79-80) assume a figura de mártir. Após defender-se das acusações de envolvimento direto no crime, assume sua responsabilidade como criador do Fascismo. Isto é, ainda que não tenha sido mandante ou tenha envolvimento direto, como Messias cabe a ele, mais uma vez ecoando Cristo, pagar pelo pecado dos outros. Mas, não sendo Cristo, Mussolini aproveita-se dessa retórica para dar uma volta. Admite, sim, o crime do Fascismo. Mas logo após elabora uma narrativa de autodefesa, de que o Fascismo não teria feito mais do que se proteger. Em declarado belicismo, o Fascismo é deslocado à posição de verdadeira vítima. Matteotti não seria mais do que apenas uma das várias consequências dessa guerra invisível, muito mais fatal para os Fascistas:

Mas afinal, senhores, que borboletas procuramos sob o arco de Tito? Pois bem, declaro aqui perante esta assembleia, perante todo o povo italiano, que assumo, só eu, a responsabilidade política, moral, histórica por tudo o que aconteceu. Se frases, mais ou menos mutiladas, bastam para enforcar um homem, então que venha o laço! [...] Se o Fascismo foi uma associação criminosa, se toda a violência resultou de delinquência histórica, política, moral, a responsabilidade por isso é minha, porque eu o criei e o gastei com minha propaganda desde o tempo da intervenção até este momento. [...] Esta Secessão Aventina teve consequências, porque agora na Itália os fascistas correm risco de vida! (MUSSOLINI, 2019, p. 79-80, tradução nossa).

Se a situação é de guerra, o uso da força se justifica. A retórica de uma guerra invisível não é, destarte, casual. A figura de um espantalho é pertinente para fundamentar o uso da

³⁶ Ainda mais ironicamente, pouco depois ataca os que o acusam não só de autoritarismo, mas também de cinismo, chamando-os de “cérebros de grilo” (Dei cervellini di Grillo).

força, o que o próprio Mussolini (2019, p. 80-81) admite ao dizer que não há outra solução na História quando dois grupos disputam entre si. Semelhante ao que foi feito no Golpe de 1964 no Brasil, uma suposta ameaça de ruptura do outro lado atua como ferramenta para legitimar uma fábula de contragolpe. Pois, então, o autoritarismo se torna um mecanismo de defesa. Baseados em possibilidades, no contrafactual, o autoritário injeta no imaginário a ideia paradoxal de que o autoritarismo é necessário para, ele próprio, impedir o autoritarismo. Como se houvesse, neste sentido, um autoritarismo moralmente mais digno, superior.

Se começa em tom de ameaça velada, ao final a ameaça já é declarada. Alega que o governo é forte o suficiente para superar a crise parlamentar e a retirada dos partidos do Parlamento, que acusa ser anticonstitucional. E que se não for, bem, então “Se eu usasse uma centésima parte da energia que usei para conter os fascistas, para liberá-los. Vocês veriam” (MUSSOLINI, 2019, p. 82, tradução nossa). Para isso, os Fascistas darão paz e tranquilidade à Itália. Por amor, se for possível. Mas por força, se for preciso.

Por fim, cabe pensar no teor deste discurso. Ele não é nacionalisticamente inflamado como os dois primeiros programas, o *Discurso de Nápoles* ou a *Doutrina*. Praticamente não há menção à nação, ou termos que aparecem nos anteriores com frequência. O seu diabo mora nos detalhes. Se os outros apresentam um nacionalismo nítido, neste destaca-se o autoritarismo e a manobra discursiva para legitimá-lo. De todos os materiais, por conseguinte, este é, sem dúvida, o mais complexo à análise. Pois, se os demais são explícitos, neste discurso Mussolini ainda busca disfarçar suas reais intenções, ainda que uma leitura atenta à luz da História revele um evidente cinismo demagógico. A tabela abaixo sintetiza as características encontradas sobre este discurso:

Tabela 8 - Características identificadas no *Discurso sobre Matteotti*

<i>Discurso sobre Matteotti</i> Terceiro ciclo (1921-1924): Fascismo ditatorial. Quarto estágio: o exercício do poder.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Autoritarismo</i>	Pergunta se alguém tem coragem de impedi-lo Argumenta que a violência é um mal necessário Messianismo Narcisismo — exalta as qualidades do líder Exalta o que chama de violência cirúrgica e inteligente Retórica de guerra invisível Na véspera do autoritarismo aberto, afirma-se democrata Guerra invisível como justificativa para uso da força <i>Argumentum ad populum</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no Discurso sobre Matteotti.

A próxima e última seção se dobrará sobre a *Doutrina*, possivelmente o seu material mais rico. Uma doutrina que surge apenas no início da fase imperial do fascismo, e do quinto e último estágio de Paxton. Uma doutrina que volta a colocar a nação como centro, e o autoritarismo como método.

2.3 Entropia e doutrina

“*Sem ser onisciente, sei bastante*” (GOETHE, 2011, p. 71).

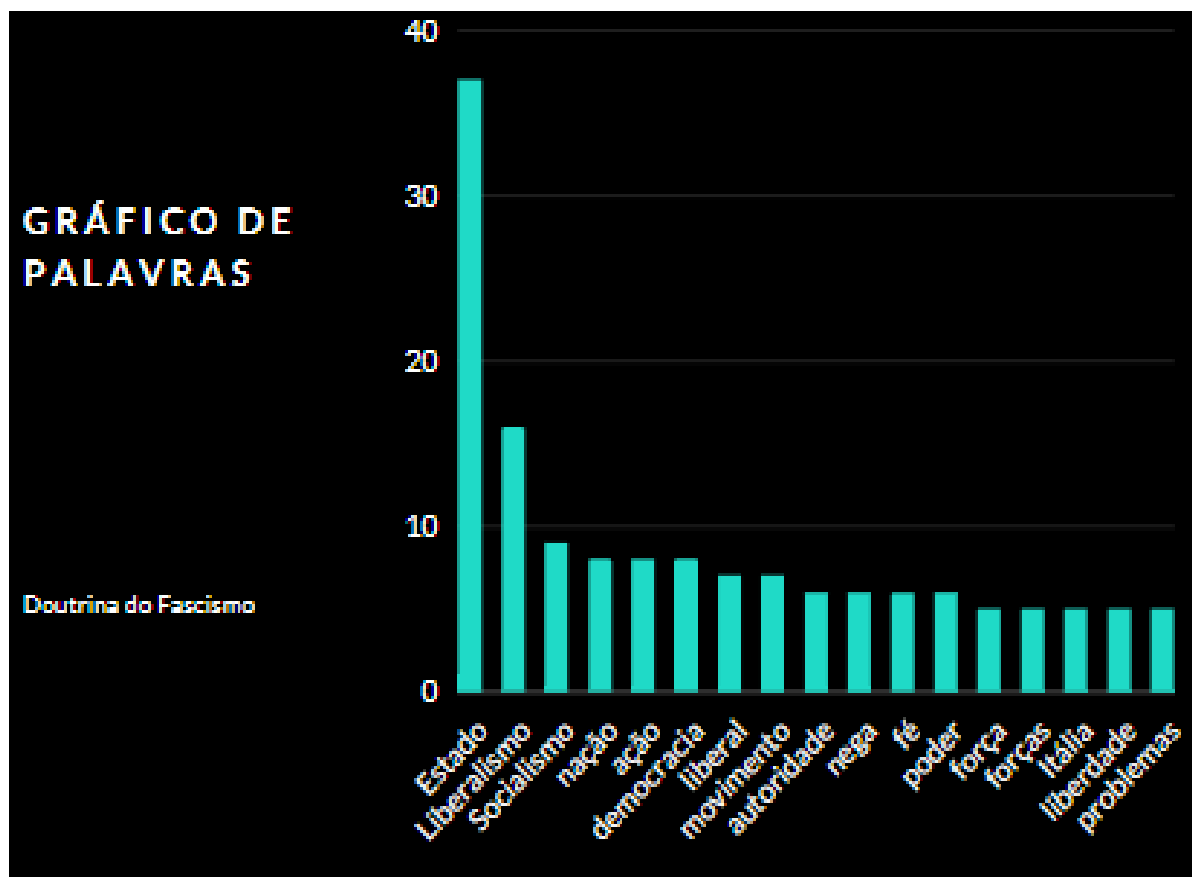
Mussolini (2006, p. 241) não apenas não esconde, como, na verdade, abre a sua doutrina deixando claro que ela surgiu muito depois de seu movimento. Reforçando os argumentos de Paxton (1998) de que o Fascismo surge como sintoma de seu tempo, para ser pensado apenas muito depois, Mussolini (2006, p. 241, tradução nossa) afirma que, mesmo em sua época no Partido Socialista, sempre fora motivado por um movimento contra o que identificava como degenerado, em particular o pacifismo: “Minha doutrina, mesmo nesse período, sempre foi uma doutrina de ação”. Destaca que sua “doutrina da ação”, mesmo em seus tempos socialistas, se colocava em oposição ao que compreendia como deturpações de ideias como reforma, revolução e centralização, enfraquecidas no seio socialista após sua divisão em diversas doutrinas e movimentos, ao que atribui a gênese à social-democracia de Bernstein (MUSSOLINI, 2006, p. 241).

Em um ponto seguinte, Mussolini (2006, p. 241) elenca alguns pensadores que interpreta como fundantes do pensamento fascista, do qual vale destacar Georges Sorel, Ernest Renan, Charles Péguy e Hubert Lagardelle. Sobre Sorel em específico, vale uma breve introdução. A admiração seria recíproca — ainda que breve, dado que Sorel morreu em 1922. Sorel, ainda que marxista, crítico do jacobinismo e liberalismo, flertou com todos os lados do espectro político. Dedicado ao estudo do que chamava de mitos³⁷ políticos, “um ideal estimulante — capaz de instigar as pessoas a um desempenho além de suas capacidades cotidianas” (PAXTON, 2007, p. 66), encontrou em dois personagens distintos a personificação desse ideal: Lenin, principalmente, mas também Mussolini. Não surpreende, portanto que o discurso messiânico de Sorel, aliado ao seu antiliberalismo, tenha sido absorvido por Mussolini. Tanto mais, Sorel havia profetizado ainda em 1908 que uma crise poderia levar a um caldo cultural reacionário confundido com revolucionário (PAXTON, 2007, p. 14).

Ainda que rejeite Maistre, Mussolini (2006, p. 242) não esconde o reacionarismo de seu movimento; ao contrário, é explícito em afirmar que o Fascismo surge como reação ao socialismo ou, mais precisamente, ao que identifica como represália da corrente pacifista. Afirma que, após a Guerra, o socialismo morrera como doutrina, existindo apenas como ódio. Seria papel dos fascistas, portanto, combater esse ódio. Não é sem motivo que a palavra “ação”, segundo a nuvem de palavras criada pelo aplicativo WordClouds, é uma das mais mencionadas, com oito menções. O Fascismo, para Mussolini (2006, p. 242), surge do binômio ação/reação, contra o que enxerga como perseguição, por parte dos socialistas, daqueles que defendiam a entrada italiana na Guerra. Dessa paranoia de perseguição, decorre uma parcela do seu reacionarismo. Como o nome do conceito indica, e conforme foi previamente debatido no capítulo anterior, o reacionarismo implica na necessidade de reação. O reacionário tende a sentir que o seu movimento — ou ele próprio — é perseguido por forças opositoras, do qual decorre a necessidade de impor uma ação contrária. Ou, como diz Mussolini (2006, p. 242, tradução nossa), uma oposição a virtualmente todo o cenário político da época, a todos os partidos estabelecidos: “O fascismo não era uma doutrina elaborada e detalhada de antemão; nasceu da necessidade de ação e foi, desde o início, mais prático do que teórico”.

³⁷ Isso será elaborado com mais detalhe no último capítulo, mas é interessante notar como o epíteto de mito é o mesmo aplicado ao Bolsonarismo.

Figura 11 - Palavras mais relevantes da doutrina e quantidade de vezes em que aparecem



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na plataforma WordClouds e na *Doutrina do Fascismo*

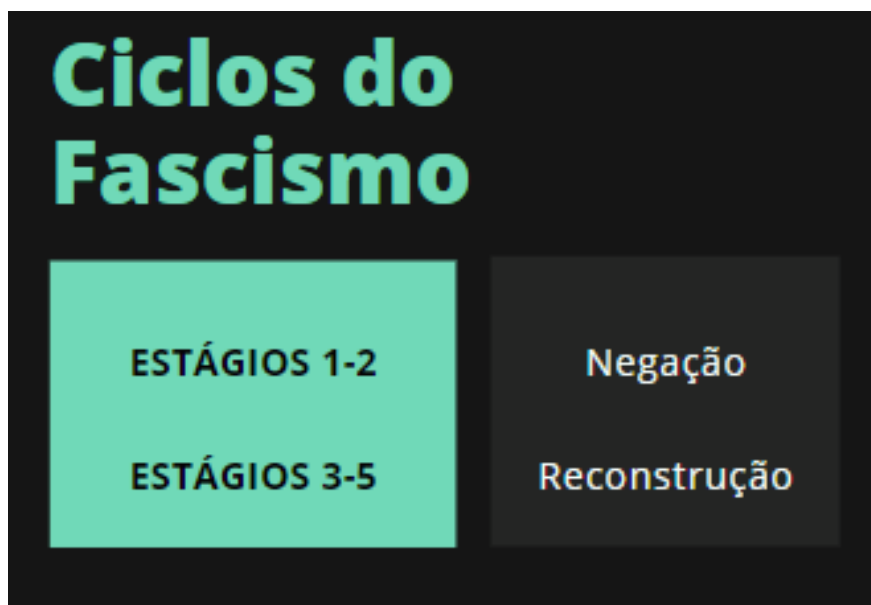
Mussolini (2006, p. 243) justifica, inclusive, a ausência por mais de dez anos de uma doutrina sobre o Fascismo pela necessidade de ação e reação. Sua doutrina é, em larga medida, uma ode à guerra e à violência. De onde decorre a ação: em uma nação mergulhada em degenerescência, em “anos de grande dificuldade” (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa), afirma que é preciso agir primeiro, pensar depois. Mas essa grande dificuldade da qual Mussolini (2006, p. 243) fala é, na prática, louvada. Encarnando uma das características mais presentes do fascismo, o belicismo e a rejeição ao pacifismo — na prática a fagulha que levou o barril do Fascismo a explodir — o ditador louva a morte. Afirma que os homens sabiam morrer (MUSSOLINI, 2006, p. 243) e que, por isso, havia estética em suas mortes. Mussolini (2006, p. 243) justifica, assim, a publicação tardia de sua doutrina afirmando que ela só poderia ser produzida em tempos de estabilidade e normalidade, um cenário, portando, que não condizia com o pós-guerra de 1922.

Não obstante, também incorre ao messianismo, ao afirmar que a fé é mais importante do que uma doutrina elaborada. Como movimento secular, e como movimento que projeta a imagem de um profeta exemplar do homem médio, não é complicado compreender o que ele

quer dizer por fé: o mito duplo, do Fascismo e dele próprio. Encarnando uma visão teleológica da História, a fé na inevitabilidade do Reich de Mil Anos, para utilizar a imagem de outro fascista clássico. A fé na vitória do Fascismo, na força sobre-humana do Messias, e em sua capacidade de terminar a degenerescência. E, tão importante quanto, a fé na violência e no antagonismo, na estética da violência que busca exaltar. Uma fé que era, ela própria, a real doutrina, como ele defende ao dizer que os fundamentos estavam dados nesses anos de conflito: “a vontade e a liderança de um Duce era o que um povo moderno necessitava, não uma doutrina” (PAXTON, 2007, p. 39).

Seguindo esse caminho, busca mostrar que a verdadeira doutrina do Fascismo não poderia ser resumida em um papel, já que ela “crescia e tomava forma” através da ação (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa). Admite, inclusive, que essa formação de uma doutrina a partir do binômio ação/reação era “tumultuosa” e “inevitavelmente um vácuo” (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa), o que não apenas evidencia o oco intelectual de seu movimento, como também uma capitalização de sentimentos difusos através de energia política, ou, como diz, “fé” (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa). Não obstante, generaliza ao afirmar que toda ideia em seu início se legitima através de uma negação “violenta e dogmática” (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa), na tentativa de legitimar a ausência inicial de ideias em seu movimento, motivado pela rejeição de tudo que identificava como aspectos de decadência nacional. Como abreviado por Mussolini (2006, p. 243), o Fascismo, conforme se movimenta entre os primeiro e segundo estágios de Paxton (1998), se baseia no que o ditador italiano chama de negação violência e dogmática. Para, posteriormente, conforme chega por fim aos últimos estágios, aplicar, na própria opinião de Mussolini (2006, p. 243, tradução nossa) uma “construção positiva que encontrou sua realização nas leis e instituições do regime promulgadas sucessivamente nos anos de 1926, 1927 e 1928”. Ou seja, é preciso renascer, reestruturar o modelo de Estado para que caminhe para o que defende por estabilidade. Negar, para reconstruir. A doutrina escrita, institucionalizada de fato vem, assim, como uma tentativa de legitimar intelectualmente o regime após dez anos no poder, uma tentativa de “normalizá-lo” (PAXTON, 2007, p. 39). Mussolini (2006, p. 243, tradução nossa) diz na doutrina que agora o Fascismo era uma “entidade completa, não apenas como regime, mas como doutrina”. Em suma, “o poder vinha em primeiro lugar, a doutrina, depois.” (PAXTON, 2007, p. 39).

Figura 12 - Ciclos do reacionarismo fascista



Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando o *software* Canva e baseado na página 243 da *Doutrina do Fascismo*.

O Fascismo propõe, portanto, uma fé que rejeita o conceito de político; a clássica noção, como Mouffe (2003, p. 06) lembra, de que política consiste na arte de controlar o impulso destrutivo e individualista tipicamente humano de querer se impor sobre os demais. A arte, com todas as suas inevitáveis dificuldades, de domar a emoção pela razão, de tolerar o discurso alheio, desde que ele também não incorra a autoritarismos, por mais estapafúrdio que este discurso possa ser. Nesse sentido, também não é a toa que alguns autores como Deleuze e Guattari (1996, p. 104) pensem no fascismo como um “Estado suicidário” e, da mesma forma, Paxton (2007, p. 281) pense que o fascismo é insustentável em longo prazo.

Em uma passagem do romance *Ele está de volta*, Hitler, de volta aos vivos, lembra com nostalgia das décadas de 1930 e 1940, expandindo o seu reacionarismo para além da idealização apenas de seu próprio movimento. Mesmo a esquerda, para Hitler, sabia “como estilhaçar o crânio do adversário político com uma caneca de cerveja” (VERMES, 2014, p. 110). Ao passo que a democracia liberal, para esse anacrônico Hitler contemporâneo, forma homens fracos e efeminados, acostumados a uma vida de facilidades. A guerra seria, assim, ferramenta necessária à formação do caráter do homem e da nação.

Ele está de volta, uma vez mais, não foi invocado a despropósito: em sua mimésis do fascismo, Vermes buscou emulá-lo tanto em sentimento, quanto em discurso — deslocando-o para o contemporâneo na tentativa de mostrar que ambos permanecem presentes. Assim como o Hitler da ficção, o Hitler do real culpava a República de Weimar pelo que enxergava como uma nação degenerada, apática por homens fracos. Igualmente, Mussolini via nas elites

liberais — do qual decorre grande parte do antiliberalismo dos fascismos — como frágeis, apáticas, presas a um materialismo distante do mitológico. Dois de seus aforismos mais conhecidos exemplificam bem esse sentimento: “melhor viver um dia como leão do que cem anos como cordeiro” e “só um povo armado é forte e livre” (AZEVEDO, 2020).

Esta curta passagem da página 243 da doutrina, que se discutiu nas últimas duas páginas, é mais reveladora do que se pode pensar à primeira vista. Escancara não apenas o belicismo e o messianismo, conforme se discutiu, mas até mesmo o machismo, reacionarismo e antiliberalismo. Em apenas algumas frases, algumas das características mais presentes em qualquer fascismo. Todas ligadas por uma cadeia de causalidade cíclica: a sensação de uma nação degenerada (reacionarismo/nacionalismo), tomada por uma elite liberal, materialista e cosmopolita (nacionalismo/antiliberalismo) de homens efeminados (reacionarismo/machismo), do qual desdobra o dever de um líder escolhido (autoritarismo/messianismo) retornar a nação à grandeza através de um elogio à guerra (autoritarismo/belicismo). O diagrama abaixo ilustra essa cadeia:

Figura 13 - Cadeia de causa e efeito baseado na página 243 da Doutrina de Mussolini



Fonte: Elaborado pelo autor, por meio do *software* Canva.

Mussolini (2006, p. 243) é sincero ao relembrar da importância dos anos que antecederam a Marcha sobre Roma para o seu movimento. Pois, segundo ele, esses anos foram decisivos para gestar alguns dos pontos que identifica como chave em sua doutrina: a relação entre o indivíduo e o Estado, os problemas de autoridade e liberdade, problemas sociais, políticos e nacionais, entre outros. Afirma que o Fascismo se colocou como uma solução para todos esses, ao mesmo tempo em que “lutava contra o liberalismo, a democracia, o socialismo e a maçonaria” (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa). Em uma frase curta, Mussolini abrevia uma de suas principais propostas: se colocar como uma terceira via entre liberalismo e comunismo, retirar a democracia de seu formato liberal.

Quase à revelia, disfarçado ao meio dos demais, aparece a maçonaria. Pode parecer despropositado, mas não é sem motivo: teorias da conspiração maçônicas são seculares. Também aparecem no *Mein kampf* e são vistas por Hitler (1941, p. 699) como uma estratégia

dos judeus à dominação mundial. Nesse sentido, o *Protocolo dos Sábios de Sião* seria um fragmento produzido por essa elite secreta maçônica. A despeito da menção solta, colocar a maçonaria no mesmo patamar do que enxerga como alguns de seus principais inimigos — democracia, liberalismo, comunismo — mostra o conspiracionismo paranoico de Mussolini. A maçonaria foi proibida na Itália alguns anos antes, junto de todas as sociedades secretas, na promulgação das *Leis Fascistíssimas* após o golpe. Na prática, um aceno para o Vaticano (PACHUKANIS, 2020, p. 50). É possível influir que, para ele, esses quatro elementos se tornam sinônimos (e não sem motivos são alguns dos que aparecem com maior frequência na nuvem de palavras), da mesma forma que comunismo, judaísmo e maçonaria o eram para Hitler. Isto é, a doutrina do Fascismo, sendo ela a própria ação em si, surge da necessidade de reação dos problemas apontados nos parágrafos anteriores, problemas desenvolvidos por essa hidra, uma criatura que Mussolini (2006, p. 243) enxerga com quatro cabeças.

O político italiano não exagera, todavia, ao afirmar, pouco depois, que o Fascismo era diferente de tudo que havia existido politicamente até aquela data. Da mesma forma, é sintomático a frequência com que Mussolini (2006, p. 242) não apenas utiliza a palavra “ação”, mas reafirme que seu movimento não surgiu de uma doutrina, mas, ao contrário, sua doutrina surgiu de seu movimento (e muito depois). Sendo o Fascismo um reacionarismo nacionalista de massas, é natural que sua pauta se siga principalmente pela ação, e não pelas ideias. A discordância, a discussão, imprescindível em uma democracia, é, assim, substituída pelo irracionalismo, por aquilo que Walter Benjamin (1994, p. 196) chamou de estetização da política. Isto é, uma política quase limitada às paixões, às emoções, destruindo o processo reflexivo necessário. Uma estética abertamente voltada à violência bélica, para o desejo e valorização da morte e da (auto)destruição.

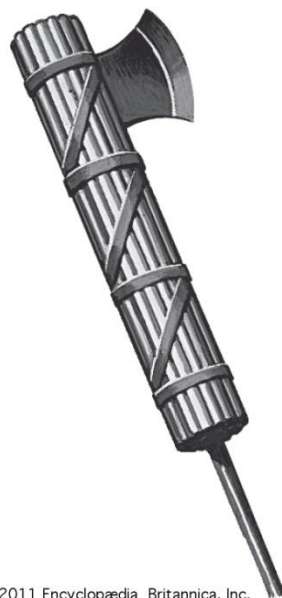
Vale destacar como, em mais de uma passagem, Mussolini (2006, p. 242) afirma a importância do nome para o caráter a organização³⁸. Uma imagem que não é despropositada: a metáfora do machado de fâsces³⁹ sintetiza algumas das características mais explícitas. Como lembra Mann (2008, p. 131), o machado representava, ao mesmo tempo, um grupo coeso e

³⁸ Mussolini sempre jogou com simbologias e signos que remetiam ao caráter de seu movimento. Alguns explícitos, como o machado de fâsces, outros mais sutis, como o filhote de leão que por vezes desfilava em seu colo (PAXTON, 2007, p. 30).

³⁹ Todavia, faz-se mister ressaltar que Mussolini não foi o primeiro a utilizar a imagem do machado de fâsces. Na realidade, era uma imagem comum a grupos de esquerda na virada do século, como lembra Paxton (2007, p. 15), por simbolizar união e companheirismo. Mesmo o nome, Fascismo, também não é de todo novo. Para além do Fascio Rivoluzionario d’Azione Interventista, o grupo dos dissidentes do PSI do qual Mussolini fez parte, outros grupos utilizavam nomenclaturas semelhantes, como os Fasci Siciliani, movimento camponês na Sicília. Mussolini apenas, ainda que habilmente, adicionou o sufixo “ismo”, que denota ideologia, escola, corrente de pensamento, etc., dando forma ao movimento.

unido — as amarras — e um símbolo de autoridade unida por um poder centralizado — a lâmina, ao topo do cabo. Por se tratar de um símbolo romano, e considerando a idolatria do Império Romano por Mussolini, é possível pensar em um terceiro e um quarto, não sugeridos por Mann: o reacionarismo e o nacionalismo. O desejo de retorno a uma Itália idealizada, de tornar a Itália grande novamente, sintetizada em um símbolo romano que remonta a autoridade. Em suma, não é absurdo ler, quando Mussolini (2006, p. 242) afirma que “o nome que dei à organização fixou o seu caráter”, a importância de um ícone que retoma a uma Itália forte, relevante no contexto geopolítico. Tendo derivado dessa imagem, o fascismo, portanto, resume em seu próprio nome, em apenas uma palavra, o autoritarismo, o nacionalismo e o reacionarismo que lhe são típicos.

Figura 14 - Machado de faszes



© 2011 Encyclopædia Britannica, Inc.

Fonte: ENCYCLOPEDIA BRITANNICA.

Encarnando o que foi dito no capítulo anterior sobre a oposição conflituosa entre a alta burguesia e o fascismo, o combate incessante de ambos pelo poder, uma vez que o fascismo é alçado a política de Estado, Mussolini (2006, p. 242) ressalta que o Fascismo não é um método de política do alto capital. Se afastando, ao menos no plano discursivo, das ideias de Pachukanis (2020, p. 14) do fascismo como ditadura do grande capital, Mussolini procura destacar a qualquer custo a independência de seu movimento. A História aponta o contrário, porém: conforme o Fascismo foi caminhando à entropia, as elites conservadoras progressivamente passaram a concentrar mais poder, “normalizando” o movimento. Da mesma forma, por mais desconfortável que tenha sido essa associação, e sem totalizá-la como faz Pachukanis, o Fascismo foi, sim, utilizado como método pelas elites, da mesma forma que ele também utilizou essas elites como método.

Se por um lado, no plano discursivo, procura se afastar dessas elites, também busca se aproximar da classe trabalhadora. Mas em uma forma completamente distinta da proposta pelo marxismo. O Fascismo, como proposto na doutrina, não está disposto a empreender uma ditadura do proletariado e a alçar essa classe ao domínio, mas simplesmente utilizá-la como força bruta para o Messias, como Mussolini (2006, p. 242, tradução nossa) não faz questão de esconder: “Queremos acostumar a classe trabalhadora a uma liderança real e eficaz, e também convencê-la de que não é fácil dirigir uma indústria ou uma empresa comercial com sucesso”.

Em outras palavras, não apenas sugerir a importância de seu sistema corporativista, mas também ressaltar seu próprio messianismo.

Um aspecto interessante, que dialoga com esse messianismo e explicita o seu belicismo, é a visão que o Messias possui de si próprio. Mussolini (2006, p. 242) praticamente reencarna o Direito Divino dos Reis, dada a devida proporção, ao afirmar que os fascistas deveriam ter direito permanente e sucessivo ao controle governamental, já que foram os responsáveis por forçar o país à Guerra e liderá-lo à vitória. Ou seja, a liderança do Fascismo e o controle do Estado assumem uma forma de recompensa divina pela iniciativa belicista. Iniciativa belicista esta que absorve, uma vez mais, uma visão predominantemente negativa do homem já descrita por Maistre (1974, p. 51). Mussolini (2006, p. 244) praticamente reedita Maistre, quando este último afirma que o homem é um ser viciado e belicoso, que se alimenta e precisa da guerra. Deus, para Maistre (1974, p. 51) contém os impulsos destrutivos do homem ainda que sem escravizá-lo, mostrando, assim, a verdadeira liberdade. E, se Maistre (1974, p. 51) defende que Deus é o único capaz de conter esses instintos violentos, Mussolini (2006, p. 244), adapta o mesmo argumento ao deixar majoritariamente implícito (ainda que explícito, em algumas passagens) que ele próprio assume o papel que Maistre relega a Deus.

Mussolini (2006, p. 244) abraça orgulhoso o belicismo. Bem como Maistre (1974), entende que o homem é um ser degenerado por natureza, tornando impossível e intolerável qualquer tentativa de paz. Nesse sentido, a democracia em si é insustentável, bem como qualquer pretensão de distribuição mais igualitária entre os homens, dado que se baseiam em preceitos mínimos de igualdade. De forma explicitamente sequencial, Mussolini deixa evidente que o Fascismo busca abraçar os instintos mais primevos do humano, afastar o que o filósofo conservador britânico Roger Scruton (apud ALONSO, 2019) chama de verniz civilizatório, conforme discutido no capítulo anterior na oposição entre conservadorismo e reacionarismo. Mussolini (2006, p. 244, tradução nossa) reduz o pacifismo a um “ato de covardia frente ao sacrifício” e defende que apenas a guerra pode conceder honra ao homem que a merece, ao canalizar a tensão da energia humana. Associa, outrossim, o liberalismo, a democracia e o pacifismo à covardia. Não é sem motivo que o lema Squadristi era “Eu não me importo” (MUSSOLINI, 2006, p. 244, tradução nossa). Por sua doutrina baseada na ação, tão repetida ao longo das pouco mais de dez páginas, e sua tanatofilia, o Fascismo prega justamente que é preciso homens sem medo de morrer para levar a Itália para “um novo modo de vida” (MUSSOLINI, 2006, p. 244, tradução nossa).

Mais do que apenas bélico, percebe-se o quão tanatofílico é o Fascismo. Seguindo as ideias de Paxton (2007) e Deleuze e Guatarri (1996, p. 104) de que o fascismo emprega um

desejo suicida, uma ode à morte, Mussolini (2006, p. 244) não esconde que, encarnando o aforismo do escritor francês Stendhal (2010, p. 311), “só a condenação à morte honra um homem”⁴⁰. Defende, com todas as palavras, que o homem se torna grande quando não teme e deseja a morte. E que uma doutrina fundada sobre o “postulado prejudicial da paz é hostil ao Fascismo” (MUSSOLINI, 2006, p. 244, tradução nossa). A paz forma homens fracos, efeminados, degenerando a nação. E, assim, é preciso incentivar essa pulsão pela morte, em uma melancolia febril. Sim, pois, o Fascismo é melancólico. Ao sacralizar o *memento mori*, substitui a tanatofobia natural de qualquer ser humano⁴¹ por uma tanatofilia típica dos melancólicos, conforme o Eros dá lugar para a abstração da morte como ideal último e sacro. Como Freud (2013, p. 52, 60) mostra em *Luto e melancolia*, o melancólico surge a partir da perda de um objeto inundado de libido, identificável ou não. Mas essa perda não é a simples ausência, na verdade é o contrário, a abundância; pois o objeto, não encontrando substituto, abunda os pensamentos, conscientes ou não, do indivíduo. E o melancólico é, acima de tudo, masoquista, pois não deseja abandonar o objeto, mas sim morrer com ele: “uma superação — extremamente notável do ponto de vista psicológico — da pulsão que compele todo ser vivo a se apegar à vida” (FREUD, 2013, p. 33). Ora, o objeto abundante no Fascismo é facilmente identificável na doutrina de Mussolini, e tem aparecido aqui com frequência: a nação. Assim, o movimento emprega uma tentativa desesperada de reverter essa degeneração. Nada mais natural, portanto, que enxergue o pacifismo — e o que interpreta por seus associados, o liberalismo e a democracia — como um câncer.

⁴⁰ Ou, como Nelson Rodrigues (2004, p. 23) ironiza em *Viúva, porém honesta*, ele próprio com requintes reacionários através do exagero da farsa, “Ivonete: - Agora me responda: já viu algum cadáver chato? / Dr. Lupicínio: - Não. / Ivonete: - Ou burro? / Dr. Sanatório: - Não. / Ivonete: Ou analfabeto? / Madame Cri-Cri: - O morto é sempre boa-praça! / Ivonete: - Portanto, só a viúva é que deve ser fiel, só. As outras não. As outras não precisam”.

⁴¹ Como sugere Blaise Pascal (apud BAUMAN, 2005, p. 122), “Sendo incapazes de curar a morte, ... os homens resolveram, a fim de serem felizes, não pensar nessas coisas.”

Figura 15 - Melancolia reacionária no Fascismo



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na página 244 da Doutrina de Mussolini e utilizando o *software* Canva.

Em outro ponto, Mussolini (2006, p. 244) busca justificar o seu nacionalismo, como uma espécie de *mea culpa*. Afirma que o Fascista ama o vizinho, mas está preparado para atacá-lo se assim for o caso. Em outras palavras, o nacionalismo seria ele próprio um mecanismo de defesa, pois o “Fascismo repudia qualquer razão universal, e para viver dignamente na comunidade dos povos civilizados, toma nota de seus estados de espírito e, na evolução de seus interesses, não se deixa ser enganado por aparências falaciosas ou temporárias” (MUSSOLINI, 2006, p. 244-245, tradução nossa). Ou seja, ainda que diga amar seus vizinhos, defende a necessidade de mantê-los sobre permanente vigilância, de modo que não ameacem a Itália. Pois, como está claro, as verdadeiras intenções das nações vizinhas podem se esconder sob a maquiagem de boas intenções.

Conforme foi discutido no capítulo anterior, o Fascismo, assim como seria com grande parte dos fascismos posteriormente, se enxergava como uma terceira via. Uma alternativa entre liberalismo e o Bolchevismo. Como lembra Schumpeter (1961, p. 287), os comunistas, ao se colocarem contra a democracia burguesa, argumentavam, paradoxalmente, que a verdadeira democracia somente poderia advir da ditadura do proletariado. Ainda que rejeite a ideia de ditadura do proletariado, o Fascismo igualmente se colocava contra o que enxergava como uma falsa democracia burguesa degenerada. Mais do que apenas isso, elevando o oximoro à última potência e ignorando seu viés explicitamente autocrático, o Fascismo

defendia que o seu autoritarismo era, na prática, a verdadeira democracia (MUSSOLINI, 2006, p. 242, 247).

Mussolini (2006, p. 245), inclusive, declara abertamente que o Fascismo é, em sua essência, completamente o oposto do marxismo, precisamente por seu belicismo⁴². Defende que a luta de classes e o desenvolvimento dos meios e instrumentos de produção são insuficientes como motor explicativo da História, ainda que tenham alguma importância. Mas que tomá-los como chave explicativa única é uma “ilusão absurda” (MUSSOLINI, 2006, p. 245, tradução nossa). Para Mussolini (2006, p. 245), o verdadeiro motor da História é o belicismo em si. O que chama de honra e heroísmo, a vida à conquista, em oposição à visão da economia como catalisador. De certa forma uma visão antropocêntrica, colocando a natureza humana como *leitmotiv*. O homem faz o seu meio, e não o inverso. Não por motivos econômicos, mas por honra e heroísmo. E, como foi visto, sendo uma natureza predominantemente negativa e viciosa, depreende-se essa necessidade de um heroísmo suicida.

Sendo um movimento heterogêneo e interclasse, é natural que, no plano discursivo, o Fascismo rejeite a ideia de luta de classes e busque uma conciliação inorgânica (MUSSOLINI, 2006, p. 245). Um discurso que não se aplica à prática, conforme foi analisado na discussão sobre Pareto no capítulo anterior. Rejeita, por conseguinte, que a luta de classes também possa ser utilizada para transformação da sociedade. Mesmo dedicando somente um parágrafo à questão, afirma ter refutado os fundamentos básicos do socialismo, deixando apenas não mais do que “a aspiração sentimental — tão velha quanto a humanidade em si — por uma convenção social em que as dores e sofrimentos dos humildes sejam aliviados” (MUSSOLINI, 2006, p. 245, tradução nossa). Assim, ao esvaziar-se dois dos preceitos básicos do socialismo, resta não mais do que um ideal utópico de igualdade. Da mesma forma, rejeita a visão teleológica marxista da História (MUSSOLINI, 2006, p. 245) e, indo além, rejeita até mesmo a própria noção de que qualidade de vida se refletiria em felicidade, comparando o que chama de “concepção materialista da felicidade” (MUSSOLINI, 2006, p. 245, tradução nossa) com uma vida animalesca. O homem, preocupando-se apenas em seu bem-estar, levaria a degradação de uma “existência puramente física” (MUSSOLINI, 2006, p. 245, tradução nossa). Em resumo, a desigualdade deve ser incentivada, não combatida em sua

⁴² Uma visão que não por coincidência se aproxima da de Hitler, exemplificado em sua declaração “Trinta centímetros de granada” — escreveu ele — “soam mais forte do que mil jornais de judeus sujos. Assim, deixe que assobiem as granadas” (apud ACHUKANIS, 2020, p. 78)

essência. Ou, como diz o título do nono capítulo de *O vermelho e o negro*, “pensar faz sofrer” (STENDHAL, 2010, p. 132).

Figura 16 - Antimarxismo/belicismo



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na página 245 da *Doutrina de Mussolini* e utilizando o *software Canva*.

A partir do quarto e quinto estágios, Mussolini subverte a democracia. Mas, em um processo que seria emulado por Hitler alguns anos mais tarde, ainda que abertamente antidemocrático, como claro em sua doutrina, seu regime mantém algumas aparências de legalidade. Mussolini não ascendeu por um golpe, a despeito da Marcha sobre Roma, mas por regras constitucionais. Elementos como tradição nacional autoritária, resiliência institucional, e disposição das elites à democracia, tendem a ser decisivos à sobrevivência democrática. Da mesma forma que Paxton (1998) aponta a disponibilidade das elites conservadoras em tolerar o fascismo como elemento chave para a ascensão deste, Levitsky e Ziblatt identificam que “o teste essencial para a democracia não é se essas figuras surgem, mas, antes de tudo, se líderes políticos e especialmente os partidos políticos trabalham para evitar que eles acumulem poder” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 18). Em resumo, a disponibilidade da elite política em conceder flancos para os movimentos autoritários; da mesma forma que ocorreu na Itália com o chefe de Estado convidando Mussolini para ser chefe de governo.

Ainda que evitem o termo fascismo, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 19) repetem alguns dos argumentos de Paxton (1998). Da mesma forma que enxergam a cooperação das elites

como crucial na ascensão de movimentos antidemocráticos, também descrevem o mesmo processo sobre o quarto e quinto estágio, ao afirmarem que: “Uma vez que um aspirante a ditador consegue chegar ao poder, a democracia enfrenta um segundo teste crucial: irá ele subverter as instituições democráticas ou ser constrangido por elas?” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 19). Deste modo, uma vez no exercício do poder, o sonho totalitário do Messias é posto em choque com as instituições nacionais, enquanto busca gradualmente aparelhá-las. Como os pesquisadores analisam, a democracia passa a ser corroída por dentro por ela própria⁴³, em um processo lento que mantém uma aparência de que as instituições estão funcionando próximas da normalidade. Ou, como Mussolini dizia, depenar uma galinha pena por pena, até nada restar (ALBRIGHT, 2018, p. 124).

Levitsky e Ziblatt (2018, p. 24), então, reforçam os argumentos de Paxton da disponibilidade das elites como elemento chave da ascensão dos fascismos. Em um movimento cíclico que se repete *ad infinitum* desde o século XX, os fascistas, ainda que não sejam a escolha primordial desses grupos, são vistos como um dano menor. Na Itália, para o *establishment* liberal-conservador, uma figura como Mussolini era útil na tentativa de capitalizar as insatisfações das massas no pós-Guerra sem correr o risco de perder o poder, como seria o caso no comunismo. Mussolini era, assim, visto como massa de manobra, não mais do que uma ferramenta necessária a ser descartada assim que fosse possível. Da mesma forma, com o consequente esvaziamento do comunismo/socialismo no seguinte a ascensão de Mussolini, não apenas figuras do *establishment* italiano liberal como Giovanni Giolitti, primeiro-ministro por cinco mandatos, e Antonio Salandra, primeiro-ministro durante a Guerra, enxergaram Mussolini com bons olhos, mas também o mercado reagiu positivamente. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 24).

Em qualquer democracia, políticos irão às vezes enfrentar desafios graves. Crise econômica, insatisfação popular crescente e declínio dos partidos políticos estabelecidos podem pôr à prova o discernimento até mesmo dos insiders mais experientes. Se surge um outsider carismático, ganhando popularidade ao desafiar a velha ordem, é tentador para os políticos do establishment, que percebem que seu controle está se desfazendo, buscar cooptá-lo. Se um insider se rebelar para seguir o insurgente antes que seus rivais o façam, ele pode usar a energia e a base do outsider para sobrepujar seus pares. Em seguida, esperam os políticos do establishment, o insurgente poderá ser redirecionado para apoiar o programa deles (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 26).

⁴³ O que lança luz sobre o que foi discutido sobre consenso sobreposto rawlsiano: a necessidade de que a democracia não seja absoluta, bem como a liberdade. Do contrário, por mais paradoxal que possa soar, ela termina por suicidar-se. Ou, como Levitsky e Ziblatt (2018, p. 19) dizem: “ O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia — gradual, sutil e mesmo legalmente — para matá-la.”

Semelhante ocorreu na Alemanha Nazista, com o diferencial que, se o *establishment* conservador-liberal italiano conseguiu, em certa medida, controlar o Fascismo conforme a passagem dos anos, na Alemanha ocorreu o inverso. O católico conservador Franz Von Papen⁴⁴, chanceler e vice-chanceler nos últimos anos da República de Weimar, foi um dos principais responsáveis pela nomeação de Hitler, como um dos conselheiros do chefe de Estado, o presidente Paul Von Hindenburg. Apostou que as configurações políticas alemãs seriam suficientes para dominar Hitler, como ele próprio disse: “Nós o recrutamos para nós mesmos [...] Em dois meses, nós [o] teremos colocado contra a parede de tal modo que ele vai gritar” (apud LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 26). Na tentativa de emular o que acontecera na Itália, Von Papen acreditou que, a despeito do autoritarismo de Hitler, as elites, o mercado e a política alemã seriam suficientes para domá-lo. No caso alemão, ao contrário do italiano, como recorda Paxton (1998), ocorreu o contrário: Hitler prevaleceu sobre o *establishment*, o que permitiu a radicalização do fascismo de uma forma ainda hoje inédita. Von Papen foi marginalizado e, junto com o líder da SA, Ernst Röhm, e tantos outros, deixou o governo com a *Noite das Facas Longas*. Joseph Goebbels chegou a escrever em seu diário no dia 5 de junho de 1933, em respeito a Von Papen e seu gabinete: “Devemos nos desassociar o mais rápido possível deste gabinete de transição burguês” (SHIRER, 2011, p. 147, tradução nossa). Já Hitler disse a Von Papen que “Eu considero o seu gabinete apenas como uma solução temporária e continuarei meus esforços para fazer com que meu partido seja o mais forte do país” (SHIRER, 2011, p. 147, tradução nossa).

Mas por mais que o Fascismo tenha tentado dar uma aparência de normalidade democrática ao seu regime, ao menos em seu início, Mussolini (2006, p. 246) é explícito em sua rejeição à democracia. Chega a dizer que é fundante do Fascismo o combate à democracia. Reafirma que rejeita qualquer governo decidido pela ideia de maioria, precedendo as ideias de outro reacionário, Nelson Rodrigues, quando este diz que “toda unanimidade é burra” (GOMES, s.d.)⁴⁵. Ou seja, quando Mussolini reafirma que quer reacender a democracia, como o faz em algumas passagens, em verdade está defendendo uma

⁴⁴ De acordo com Shirer (2011, p. 155), Von Papen ter assumido o cargo de primeiro-ministro um ano antes da ascensão de Hitler foi também uma surpresa. Von Papen era considerado uma figura patética, superficial, falsa, ambiciosa, dotado da “peculiaridade de não ser levado a sério nem por seus amigos e nem por seus inimigos”. Seu Ministro da Justiça, Franz Guertner, foi governador da Bavária e protetor de Hitler durante a tentativa frustrada do *Putsch da Cervejaria*. Von Papen, “mais responsável do que qualquer outro indivíduo na Alemanha pela chegada de Hitler ao poder” (SHIRER, 2011, p. 1034, tradução nossa), chegou a ser julgado no Tribunal de Nuremberg, mas foi absolvido de todas as acusações.

⁴⁵ A inspiração de Nelson para esta frase foi o assassinato de seu irmão, Roberto Rodrigues, pela jornalista, escritora e militante política Sylvia Serafim (GOMES, s.d.). Sylvia foi absolvida por defesa à honra. Ironicamente, apesar da votação do júri ter terminado com cinco votos a favor e dois contra, Nelson cunhou esta máxima. Mas essa é uma discussão ampla e para outro trabalho. C.f. Schargel, 2021.

distorção democrática apenas — se muito — à seita. Uma democracia paradoxalmente não democrática.

Para justificar isso, lança mão uma vez mais de sua ideia da importância da desigualdade na formação do homem e das sociedades. Encarnando a segunda tese de Hirschmann, a tese da futilidade, Mussolini (2005, p. 246) justifica que o sufrágio universal e a democracia são fúteis, mecanismos artificiais insuficientes para controlar a ambição e o belicismo. Ainda nesse sentido, que a democracia não é mais do que a ilusão de poder para o povo, mas na prática uma ferramenta oligarca que é cooptada pelas elites financeiras, sociais e políticas que se tornam mais absolutas e tirânicas do que um autocrata:

Além do socialismo, o Fascismo combate todo o complexo sistema de ideologia democrática e o repudia, seja em suas premissas teóricas ou em sua aplicação prática. O Fascismo nega que a maioria, pelo simples fato de ser maioria, pode dirigir as sociedades humanas; nega que a quantidade por si mesma possa governar por meio de uma consulta periódica e afirma a desigualdade imutável, benéfica e fecunda da humanidade, que nunca pode ser nivelada permanentemente pela mera operação de um processo mecânico como o sufrágio universal. O regime democrático pode ser definido como uma ilusão que concede de vez em quando soberania ao povo, enquanto a real soberania está nas mãos de outras forças ocultas e irresponsáveis. A democracia é um regime nominalmente sem rei, mas governado por muitos reis — mais absolutos, tirânicos e barulhentos do que um único rei, mesmo que este seja um tirano de fato (MUSSOLINI, 2006, p. 246, tradução nossa)

Mussolini (2006, p. 246, tradução nossa) defende que o Fascismo, ainda que tenha tido até 1922 “uma tendência ao republicanismo” por “questões de conveniência”, abandonou essa posição antes da Marcha sobre Roma, convencido de que a forma de governo é irrelevante. Ou melhor, que é indiferente uma configuração republicana ou monárquica e não é possível deslocar uma superioridade de uma sobre outra, mas que sua relevância se depreende a partir das idiossincrasias de cada nação. Há nações mais propensas a funcionarem de acordo com formas republicanas, seguindo suas características, e outras mais propensas à monarquia. A forma se adequa ao país, e não o contrário, tornando insignificante o debate sobre a melhor forma possível: “Hoje, pode-se ver que existem repúblicas inatamente reacionárias e absolutistas, e também monarquias que incorporam as mais ardentes esperanças sociais e políticas do futuro” (MUSSOLINI, 2006, p. 246, tradução nossa). Declara que o Fascismo superou essa dicotomia entre república e monarquia, ao passo que a democracia continua acorrentada à ideia ultrapassada de que a república é sempre o regime perfeito.

É possível pensar, seguindo as afirmações de Mussolini, no Fascismo como uma ideia que ele vende como pós-política. Pós-política no sentido de transcender todas as limitações e dicotomias clássicas. Segundo ele, o Fascismo supera díades como esquerda e direita,

autoritarismo e democracia, república ou monarquia. O Fascismo se enxerga como um objeto que transcende, portanto, a política em seu formato estabelecido, para formar uma nova política. Torna-se claro que, ao menos no plano discursivo, Mussolini (2006, p. 248-249) busca vender a sua ideia como uma terceira via sobre ideias tradicionais do debate público, uma dialética entre socialismo e liberalismo. Exagerando, no processo, a ideia de que os fascismos foram a maior inovação política do século XX. Já que, por mais que o tenha sido de fato, tampouco foi capaz de superar as configurações políticas habituais:

Dado que o século XIX foi o século do socialismo, do liberalismo e da democracia, não se segue necessariamente que o século XX deva ser também um século do socialismo, do liberalismo e da democracia: as doutrinas políticas passam, mas a humanidade permanece; e pode-se esperar que este seja um século da autoridade, um século da esquerda, um século do Fascismo. Pois se o século XIX foi um século de individualismo (liberalismo sempre significa individualismo), pode-se esperar que este seja o século do coletivismo e, portanto, o século do Estado. É uma dedução perfeitamente lógica que uma nova doutrina pode utilizar todos os elementos ainda vitais de doutrinas anteriores (MUSSOLINI, 2006, p. 249, tradução nossa)

Ainda que seu movimento dependa da massa, Mussolini (2006, p. 246) expressa desdém por ela — razão da qual decorre sua antipatia à democracia. Como explicitado nos parágrafos anteriores, via a democracia como um irremediavelmente negativa, dado o poder das pessoas sobre ela e a sua visão igualmente negativa da natureza humana. Citando Ernest Renan, que identifica como um filósofo pré-fascista, defende que ainda que a razão e a ciência sejam especificidades do ser humano, é pretensioso e falacioso esperar que os indivíduos sejam guiados por elas. Motivo pelo qual, simplificando, é preciso um movimento que seja abertamente voltado à ação, irracionalismo, belicismo e emoção, já que “não é necessário para a existência da razão que todos a compreendam” (RENAN apud MUSSOLINI, 2006, p. 246, tradução nossa). Isto é, a razão deve ser limitada a um grupo seletivo, à grande massa resta a ação, o agir, não o pensar. E um governo guiado pelo e para o povo, pela e para a grande maioria, “terminaria em uma condição da sociedade em que um rebanho degenerado não teria outra preocupação senão a satisfação dos desejos mais baixos do homem comum” (RENAN apud MUSSOLINI, 2006, p. 246-247). A nação e a democracia se tornam degeneradas, portanto, porque o homem comum em si também o é. Porque são baseadas e voltadas para esse indivíduo medíocre, o pior dos piores, a lendária figura do homem médio. Do qual decorre, inevitavelmente, a desigualdade não como um mal, mas como um valor a ser louvado. Já que a mentira convencional de igualdade política, o mito da felicidade e do progresso infinito acabam por enfraquecer o indivíduo, o coletivo, e o produto de ambos: a nação (MUSSOLINI, 2006, p. 247).

Tabela 9 - Retóricas da reação na *Doutrina*

Retóricas da reação	Tema	Argumento	Exemplo
<i>Retórica da perversidade</i>	Democracia	Democracia gera homens fracos	“afirma a desigualdade imutável, benéfica e fecunda da humanidade”
<i>Retórica da perversidade</i>	Liberalismo	Liberalismo gera homens efeminados	“postulado prejudicial da paz é hostil ao Fascismo”
<i>Retórica da perversidade</i>	Liberalismo	Liberdade leva à ruína, à guerra e anarquia	“à ruína certa, como já levou antes”
<i>Retórica da perversidade</i>	Comunismo	Igualdade gera homens animalescos	“existência puramente física”
<i>Retórica da perversidade</i>	Pacifismo	O homem possui uma natureza negativa: é belicoso e ambicioso	“ilusão absurda”
<i>Retórica da futilidade</i>	Comunismo	A desigualdade é inevitável	“concepção materialista da felicidade”
<i>Retórica da futilidade</i>	Democracia	Sufrágio universal é inútil	“A democracia é um regime nominalmente sem rei, mas governado por muitos reis”

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na *Doutrina do Fascismo*.

Desta forma, Mussolini (2006, p. 247, tradução nossa) afirma que o Fascismo forneceria a verdadeira democracia para o povo: a democracia de uma dominação carismática, com as escolhas limitadas à seita. Alargando a seu bel prazer o conceito de democracia, afirma que se a democracia possui diversas formas, interpretando-a como “um estado da sociedade em que a população não é reduzida à impotência no Estado”, então o Fascismo é uma “democracia organizada, centralizada e autoritária”. Empregando uma imagem antitética de democracia autoritária, em um malabarismo para justificar a ideia de que o Fascismo seria democrático, Mussolini (2006, p. 247), como em uma dialética deformada, busca colocar seu movimento como uma terceira via. Nem de direita e nem de esquerda, nem democracia e nem autoritarismo, tudo simultaneamente. Por mais contraditório e absurdo que possa soar, o paradoxo de democracia autoritária ajuda a fornecer uma maquiagem de normalidade ao regime, não sendo, portanto, criada sem propósito. Retornando aos argumentos de Adorno *et al* apresentados no último capítulo, a democracia se tornou um espantalho retórico do qual mesmo os mais autoritários hesitam em abrir mão.

Na página seguinte, após atacar o marxismo e a democracia, Mussolini (2006, p. 247) volta-se para outro de seus antagonistas preferidos: o liberalismo. Afirma que o Fascismo, da mesma forma que se opõe completamente a democracia e ao marxismo, também o faz quanto o liberalismo, seja em seu formato político ou econômico. Porém, Mussolini, a despeito das bravatas antiliberais, colocou um ministro da economia liberal nos primeiros anos do

Fascismo no poder Executivo. Alberto de Stefani ficou três anos no cargo, empregando políticas pró-mercado e, inclusive, aproveitando-se do autoritarismo do regime e da recuperação econômica da Itália para passar reformas liberais que antes tinham sido obstruídas pelo Parlamento (FORSYTH, 1993, p. 272).

Ainda que Mussolini (2006, p. 247, tradução nossa) defenda a importância do marxismo e do liberalismo, em particular este último, para o século XIX, acredita que essas ideologias são incompatíveis com o progresso e o futuro. Ambas seriam, portanto, doutrinas ultrapassadas, úteis para um contexto anterior, mas anacrônicas para o século XX. Em outra contradição de seu trabalho, após dedicar páginas definindo o Fascismo com termos abertamente religiosos, como fé, e de assumir uma persona messiânica, o autor critica a transformação do liberalismo em uma religião secular; e, algumas frases depois, faz o mesmo com o socialismo, classificando o *Manifesto comunista* de “evangelho da religião socialista”. Entende que o liberalismo não é mais do que uma entre as diversas ideologias políticas que floresceram no século XIX, e não deve ser tomada como central.

Em uma apologia à Alemanha, antecedendo em um ano os laços que se formariam com o Nazismo, Mussolini (2006, p. 248, tradução nossa) elogia Bismarck e a participação deste em superar a “religião da liberdade”, a qual ignorava. Argumenta que uma civilização avançada como a alemã ignorar o liberalismo era sinal da decadência desta religião. Elogia a Alemanha por, em sua argumentação, possuir uma “mente essencialmente monárquica”, o que afastaria uma doutrina baseada no ideal de liberdade, um “predecessor lógico e histórico da anarquia”. Ademais, faz uma reconstrução histórica da unificação da Alemanha e, com mais atenção, da Itália, assumindo a importância de líderes antiliberais na conquista de regiões como a Lombardia e Veneza.

Mussolini (2006, p. 248) acredita que o liberalismo como doutrina torna-se ultrapassado e decadente na virada para o século XX, frente a outras ideologias como o nacionalismo, o Futurismo e o Fascismo. Essas seriam, por consequência, as verdadeiras ideologias e doutrinas apropriadas para o período moderno — um período em que a Guerra esmagou as pretensões de igualdade e liberdade, provando que ambas não apenas são inúteis, mas, tanto mais, causam efeitos perversos, para utilizar a imagem de Hirschman (2019). Em outra passagem contraditória, após elogiar a Guerra por diversas páginas e exaltar o belicismo, utilizando-o até como argumento para criticar o Marxismo e os ideais de igualdade, declara que o liberalismo é o culpado pela Guerra⁴⁶. Em tom debochado, diz que “o

⁴⁶ Ainda que não seja um argumento sem fundo, lembrando que Karl Polanyi (2021) escreve em *A grande transformação* que as configurações liberais inorgânicas do século XIX, junto de vários outros fatores (incluindo

liberalismo tentou desatar uma infinidade de nós na carnificina da Guerra — nenhuma outra religião exigiu tamanho sacrifício. Talvez os deuses liberais estivessem sedentos por sangue?” (MUSSOLINI, 2006, p. 248, tradução nossa).

Encenando o mesmo erro profético de Marx quase um século antes, e deslocando uma visão teleológica da História para o Fascismo, Mussolini (2006, p. 248, tradução nossa) acredita que seu movimento está destinado a triunfar. E, tanto mais, que o liberalismo e o comunismo estão destinados a desaparecer em “templos religiosos” esvaziados, desertos porque as pessoas iriam perceber que essa crença levaria “à ruína certa, como já levou antes”. Em adicional contradição, critica uma suposta visão teleológica da História sobre o liberalismo, “como se o liberalismo fosse o veredicto final de uma civilização”, da mesma forma que havia anteriormente criticado o determinismo histórico por parte do marxismo.

Conforme diversos traços de reacionarismo fascista foram apontados neste capítulo — irracionalismo, rejeição dos preceitos de 1789, visão negativa do humano, utopia regressiva, o foco no binômio ação/reação, entre outros —, seria de se esperar que Mussolini (2006, p. 248) aceitasse a condição de reacionário. Não é o que acontece; ao menos não na *Doutrina*, já que em outros discursos chegou a afirmar sê-lo (PACHUKANIS, 2020, p. 28). Da mesma forma que emprega um malabarismo para defender uma antitética democracia autoritária, sua rejeição do comunismo, da democracia e do liberalismo, implica no que determina como uma necessidade para o futuro. Isto é, por mais que manifeste admiração pelos ideais pré-1789, e pela reação que se seguiu, reitera que não deseja o retorno aos antecedentes absolutistas da Revolução. De onde se decorre, a despeito de semelhanças, uma rejeição de Joseph de Maistre: “O fascismo não escolheu De Maistre para seu sumo sacerdote” (MUSSOLINI, 2006, p. 248, tradução nossa). Nisso, afirma que o Fascismo “não é reacionário, mas revolucionário” (MUSSOLINI, 2006, p. 251, tradução nossa). De fato, Mussolini (2006, p. 248) rejeita alguns pontos essenciais do pensamento maistreano — a valorização do absolutismo monárquico e a autoridade eclesiástica — porém, a essência do pensamento de ambos se assemelha. Assim como o fascismo se reinventa conforme sua manifestação se espalha pelo tempo-espço, o mesmo ocorre com o reacionarismo. Da mesma forma que um fascismo brasileiro em 2021 não será o mesmo que um fascismo italiano em 1930, um reacionarismo italiano em 1930 não será igual ao reacionarismo francês de 1790. Os pontos-chaves do reacionarismo, já explicitados, permanecem os mesmos, porém.

o nacionalismo que Mussolini defende ser uma das doutrinas do progresso), acabaram por levar à Primeira Guerra.

A tentativa de se afastar de Maistre, não é despropositada, mas uma forma de afirmar que o autoritarismo do Fascismo se difere do absolutismo feudal (MUSSOLINI, 2006, p. 248), um ponto inegável, dado as configurações de massa e a ênfase tanto no partido quanto na figura messiânica. O oxímoro “democracia autoritária” não foi empregado por Mussolini (2006, p. 247) sem razão: as configurações de um autoritarismo fascista são nitidamente distintas de um autoritarismo feudal, ou mesmo de um autoritarismo militar. Não é absurda, portanto, a afirmação de Mussolini (2006, p. 248-249, tradução nossa) de que um “partido que governa inteiramente uma nação é um fato novo na História”. O Fascismo — e outros movimentos do período, como a Revolução Russa —, de fato implicaram uma importância inédita para o partido, bem como às massas. Tampouco é inverídico sua afirmação de que o Fascismo absorve elementos do liberalismo, do marxismo e da democracia para cuspir uma versão distorcida de fragmentos destes. Na verdade, Mussolini (2006, p. 249) mostra bastante consciência desse traço do Fascismo, corroborando o argumento do capítulo anterior do fascismo como *doppelgänger* da democracia liberal de massas. Incorre, para isso, em uma incongruência, ao declarar que apesar de absorver traços dessas doutrinas, rejeita “a concepção de que pode haver qualquer doutrina de eficácia inquestionável para todos os tempos e todos os povos” (MUSSOLINI, 2006, p. 249, tradução nossa), embora ele mesmo reafirme a inevitabilidade do Fascismo.

A doutrina do Fascismo seria, desta forma, o suprassumo das doutrinas, o pináculo ideológico. Ao defender que novas doutrinas nascem do ponto em que anteriores morreram — como o socialismo científico a partir do socialismo utópico —, implica que o Fascismo surge como uma fênix da decadência da democracia, do liberalismo e do comunismo. Assim, a doutrina deve ser maleável conforme a vontade humana, e não o contrário. Isto é, a doutrina não deve ser estanque, mas sim adaptável de modo a absorver novas experiências, não apenas palavras descartáveis, mas um “ato vivo”. Em outra de suas constantes justificativas para a doutrina do Fascismo ter sido elaborada quase 15 anos depois da criação do movimento, Mussolini (2006, p. 249, tradução nossa) alega que a inexistência se deve ao caráter pragmático do Fascismo, por ser voltado à ação, para o poder, à vida em si.

Mas nenhuma análise da doutrina do Fascismo estaria completa sem discussão sobre um aspecto essencial que Mussolini (2006, p. 249-253) deixa para o final: a importância do Estado. Conforme foi discutido, a eleição de um Executivo fascista não implica, necessariamente, em um Estado fascista. Ao contrário, o processo de fascistização do Estado é lento, da mesma forma que o foi sob Mussolini. Mas o Fascismo, como Pachukanis (2020, p. 19) percebeu, transforma o Estado em uma organização terrorista, conforme vai

fragmentando e erodindo o Estado de Direito. Mussolini (2006, p. 249, tradução nossa) coloca a noção de Estado como fulcral de sua doutrina, ao defender que “O fundamento do Fascismo é a concepção do Estado, seu caráter, seu dever e seu objetivo”.

O Estado forte, naturalmente, implica em perseguição às minorias desumanizadas, os inimigos objetivos, fazendo valer a hegemonia da violência estatal da forma mais literal possível. O que é indicado por Mussolini (2006, p. 249, tradução nossa), quando afirma que para o Fascismo não existe vida fora do Estado. O que ele chama de “Estado ético”⁴⁷, na prática não é mais do que a captura e transformação do Estado liberal, que ele classifica como uma força passiva, em um Estado “terrorista” (PACHUKANIS, 2020, p. 19) e suicidário (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 104). Na prática, Mussolini (2006, p. 250) enxerga o que chama de Estado ativo, ou Estado “ético”, em oposição ao Estado passivo liberal, como o guardião da nação. O responsável, portanto, por recuperar, salvaguardar e proteger a nação da degenerescência. Uma entidade que transcende a política, a qual ele chama também de “espiritual” (MUSSOLINI, 2006, p. 250, tradução nossa). Ecoando os argumentos de Burke (1982, p. 61), Mussolini (2006, p. 250) proclama que o Estado encarna o espírito dos seus múltiplos indivíduos, como um guardião que protege passado, presente e futuro, os que já morreram, os que vivem e os ainda por nascer. Uma instituição que ultrapassa as barreiras do tempo, supera qualquer indivíduo e, assim, é apropriado para incorporar as paixões da nação. Um Estado frágil significa uma nação frágil, razão que corrobora com o que foi dito antes sobre o liberalismo como corrupção nacional: “quando a concepção de Estado declina, e tendências divisoras e centrífugas prevalecem, sejam de indivíduos ou grupos, a nação entra em declínio” (MUSSOLINI, 2006, p. 250, tradução nossa).

Após criticar as doutrinas do Estado mínimo por uma página, Mussolini (2006, p. 251, tradução nossa) argumenta que o Estado deve atuar como uma espécie de força controladora para coibir as “contradições dramáticas do capitalismo”, chegando mesmo a afirmar que se o liberalismo implica em individualismo, então o Fascismo implica em Estado. Uma vez mais aludindo a diferença da sua “democracia autoritária” para o absolutismo pré-1789, anuncia que um Estado no qual milhões de individuais não apenas reconhecem a sua autoridade, mas desejam a dominação, cria uma nação legítima (MUSSOLINI, p. 2006, p. 251).

A constante ênfase que Mussolini coloca sobre sua oposição ao liberalismo e, mais precisamente, à individualidade liberal, não é acaso. Ao lançar mão da figura da massa, quando afirma que “o individual no Estado Fascista não é anulado, mas multiplicado” (não

⁴⁷ Pertinente ressaltar, porém, que Mussolini não criou essa imagem de “Estado ético”, mas sim resgatou uma interpretação dos hegelianos (ECO, 2018, p. 28).

por coincidência comparando-o ao exército), evidencia-se não somente a importância da massa amorfa para o seu movimento, mas também da necessidade de criar um coletivismo inorgânico que persiga a pretensão de individualidade, entendendo-a como nociva (MUSSOLINI, 2006, p. 252, tradução nossa). Em adicional paradoxo, argumenta que o Fascismo priva toda a “liberdade inútil e possivelmente nociva”, mas mantém “o que é essencial [...] deixando uma margem de liberdade para o individual”. Na prática, porém, fica claro o que ele quer dizer com isso. Em sua “democracia autoritária”, bem como em outros formatos tradicionais de autoritarismo, a liberdade torna-se limitada ao frugal. Isto é, ao pequeno, ao cotidiano. Como um grande pai, um colossal Supereu, o Estado fascista, nas ideias de Mussolini (2006, p. 252), atua unilateralmente na estrutura decisiva e política, controlando e disciplinando seus filhos. A liberdade crítica, como não esconde, é aniquilada.

Em seu final, Mussolini (2006, p. 252) transparece alguns de seus traços mais reacionários, presentes, como foi dito anteriormente, no símbolo de seu movimento. Ao defender abertamente que o Fascismo é herdeiro da tradição do Império Romano, constituindo ele próprio em um império, evidencia seu fetiche de poder com as glórias do passado mitificado. Mussolini (2006, p. 252) justifica que o Estado Fascista é a personificação da vontade de poder, para utilizar a imagem criada por Friedrich Nietzsche (2011). Uma vontade de poder baseada em uma admiração que projetava o passado sobre o futuro, pois “a tradição romana é um ideal de força em ação” (MUSSOLINI, 2006, tradução nossa). O machado de fúcses e seus múltiplos significados — valorização do passado, símbolo de força — não deu nome ao movimento sem razão. E, para isso, é preciso a expansão do império *ad infinitum* (MUSSOLINI, 2006, p. 252).

Para além de seu reacionarismo, os últimos parágrafos de sua doutrina também indicam outro traço importante do Fascismo, que até então ficara apenas subentendido: o imperialismo. Para alguns pensadores, especialmente contemporâneos ao Fascismo ou da geração seguinte, como Hannah Arendt (1978), o imperialismo é posto como um dos — talvez o — ponto central do Fascismo. Um ponto que, por mais que seja de fato associado ao Fascismo italiano e aos fascismos europeus da primeira metade do século XX, perde tração conforme se desloca para outros contextos e mesmo para outros tempos. Naturalmente, a tentativa de um fascismo brasileiro, como o Integralismo tentou ser, dado o contexto periférico não colocaria tanta ênfase sobre o imperialismo. Da mesma forma, autores contemporâneos como Paxton (2007) e Albright (2018) já não dedicam tanta atenção sobre essa questão. Ainda que o imperialismo seja um traço inevitável do Fascismo, é possível pensar que não o é necessariamente do fascismo. Mais do que o imperialismo em si, importa a

desumanização e a perseguição dos inimigos objetivos, sejam eles internos ou externos à nação.

Mas se tratando do Fascismo italiano, Mussolini (2006, p. 252-253) não esconde o seu imperialismo. Vale lembrar que a doutrina foi escrita três anos antes da invasão da Etiópia, do qual se compreende a necessidade de justificar as pretensões imperiais. A comparação com o Império Romano, na tentativa de justificar a criação de seu próprio império, tampouco é despropositada. A sombra do passado aparece como guia para o futuro, como ideal a ser alcançado e repetido. Mesmo que para isso incorra a outro malabarismo, quando defende que um império é uma nação que “governa direta ou indiretamente outras nações, sem a necessidade de conquistar um único metro quadrado de território” (MUSSOLINI, 2006, p. 252, tradução nossa). Outrossim, diz que povos que se colocam contra a decadência estatal/nacional — que, vale lembrar, advém dos preceitos do pacifismo, da igualdade e da liberdade, sendo, assim, vista como uma decadência dos indivíduos em si — são sempre imperialistas.

Como fênix⁴⁸, a Itália em sua doutrina ergue-se após supostos muitos séculos de dominação e servidão estrangeira (MUSSOLINI, 2006, p. 252). Para tal, deve ela própria dominar. E, desta forma, nada mais apropriado do que uma doutrina, um movimento, um método de política e uma ideologia — pois o Fascismo pode ser tomado como tudo isso, bem como até uma personalidade como se discutiu brevemente no capítulo anterior — que seja aspiração viva dos italianos. Uma doutrina que simplifique a nação em palavras, portanto, que signifique a Itália em si. Pois, para Mussolini (2006, p. 252), como movimento de massas sem precedentes até então, era o fenômeno mais apropriado para representar o que entendia por verdadeiros italianos. Mas Mussolini (2006, p. 252, tradução nossa) não tarda a expressar uma vez mais o seu autoritarismo e o belicismo, onipresentes por seu trabalho, ao constatar que um império demanda disciplina, senso de dever e sacrifício: “pois nunca antes a nação precisou tanto de autoridade, de direção e de ordem”.

Sem esconder a sua admiração por seu próprio movimento, encerra sua doutrina reafirmando a importância do Fascismo para o século XX, da mesma forma que o marxismo e o liberalismo o foram do século anterior:

Se cada época tem sua doutrina, existem mil sinais que apontam para o fascismo como a doutrina característica de nosso tempo. Pois se uma doutrina deve ser algo vivo, isso é provado pelo fato de que o Fascismo criou uma fé viva; e que essa fé é muito poderosa na mente dos homens, é demonstrado por aqueles que sofreram e

⁴⁸ Uma imagem que não sem motivo vai ser de particular importância no capítulo sobre Bolsonarismo.

morreram por ela. O Fascismo aplica a mesma universalidade de todas as doutrinas que, ao se realizarem, representaram uma etapa na história do espírito humano (MUSSOLINI, 2006, p. 252-253, tradução nossa).

Irônica esta última passagem vista à luz da História, quando o Fascismo de fato ficou associado ao seu tempo, ao seu século, porém não da forma idealista que Mussolini projetou. Mas como sinédoque de genocídio — um sinônimo que, contudo, dificulta na identificação de fascismos contemporâneos. É inegável que o Fascismo personificou o sentimento de seu século, com todas as consequências que isso trouxe. Repete-se, por todo seu trabalho, a impressão de que há uma grande catástrofe inevitável no horizonte, um discurso messiânico, personalista e salvacionista de que apenas o Fascismo é capaz de salvar a Itália de uma iminente destruição.

Por uma questão de espaço, não será possível detalhar a radicalização do Fascismo com a dominação Nazista da República de Saló. Cabe, para um trabalho futuro, explorar o *Manifesto de Verona*, efeméride que marca o início deste período.

O Fascismo é um caso único, pois experimentou tanto a entropia, dita por Paxton (1998), quanto a radicalização, por mais que esta última tenha vindo sob a dominação estrangeira. Poucos anos depois da publicação da *Doutrina do Fascismo*, com a campanha da Etiópia, Mussolini transformou Vitor Emanuel em imperador. No auge do seu fetiche reacionário, tentou reeditar o Império Romano no século XX. Alguns anos mais tarde, com a Guerra, a popularidade do Fascismo decresce a ponto do imperador destituir *Il Duce*. Ele é, entretanto, reconduzido ao cargo com a invasão alemã, radicalizando e totalizando o regime Fascista de forma inédita e inaugurando uma república fantoche.

Em 1946, temendo o fim da monarquia, Vitor Emanuel abdica em função de seu filho, Humberto. A monarquia é considerada cúmplice do fascismo, seus descendentes são exilados (e assim permaneceram até a década de 2010). Mas, afinal, o que mantém as autocracias? O que explica a queda do Fascismo em 1943, e sua ascensão autoritária em 1924? Johannes Gerschewski (2012) afirma que existem três pilares da estabilidade autocrática: legitimação, repressão e cooptação. Legitimação responde por reforço interno, por exemplo, quanto melhor a economia e a segurança responderem, mais a população tende a legitimá-la. A repressão, o método mais famoso, aplica um reforço externo; isto é, controla os que não a legitimam, mas não é suficiente para mantê-la. Por fim, a cooptação. Cooptação aplica um reforço recíproco, a capacidade de convencer os atores da elite como empresariado e forças militares. Em 1924, o Fascismo tinha os três. Em 1943, com a campanha desastrosa na Guerra, havia perdido todos.

Um ponto que será retomado no último capítulo, mas que apareceu nas entrelinhas deste, é a diferença das autocracias de massa do século XX em relação a seus antecessores. João Fábio Bertonha (2008) aponta como o Fascismo foi, em larga medida, desejado. Pois essa é uma das diferenças de algumas das autocracias de massa pós-século XX: sua legitimidade advém da própria população dominada. São autocracias carismáticas, ou autocracias messiânicas, pautadas na figura do profeta exemplar weberiano que ocupará um papel essencial da discussão do último capítulo deste trabalho. O regime de Mussolini se baseou menos na repressão generalizada, e mais no desejo de dominação.

Em 1943, até mesmo os membros do PNF passaram a pressionar o Rei pela sua destituição de Mussolini. A Câmara dos Fasces chegou a emitir voto de desconfiança em Mussolini, que foi substituído por um general. Mussolini foi imediatamente preso. O general Pietro Badoglio banuiu o PNF, os Squadristi haviam se fundido com o exército e não reagiram. A Câmara dos Fasces e os demais controles judiciários e legislativos dos fascistas foram desmantelados. A Itália assinou um armistício com os Aliados. Mas esse não seria, ainda, o fim do Fascismo, pois Hitler não deixaria a Itália ser tomada pelos Aliados. Mussolini é resgatado do cárcere e conduzido a líder de um Estado fantoche no norte e no centro da Itália: a República de Saló. Outrora autodeclarado admirador de Mussolini, a ponto de ter um busto do *Duce* “em seu gabinete na sede do partido nazista” (PAXTON, 2007, p. 20), Hitler passa a controlá-lo.

O Estado fantoche ao norte criou uma guerra civil: os monarquistas, o Rei e o general Badoglio, junto dos antifascistas, lutaram pelo sul a favor dos Aliados. Outra parte das Forças Armadas, majoritariamente os Squadristi incorporados, continuaram a lutar pelo norte. Vale lembrar que o norte da Itália sempre foi a região mais rica, e justamente de onde partiu tanto o Fascismo quanto o *Risorgimento*. Em 1945 Mussolini foi capturado e assassinado por antifascistas próximos da fronteira com a Suíça. Logo após a Guerra, criou-se um referendo para saber se seria adotado monarquia ou república. O norte votou em massa na república, o sul em massa na monarquia. Esse foi, enfim, o final do Fascismo. Mas o fascismo permaneceria vivo.

Tabela 10 - Principais características identificadas na *Doutrina do Fascismo*

Doutrina do Fascismo (1932) Quarto ciclo (1932-1939): Fascismo imperial. Quinto estágio: entropia.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	Rejeição da visão materialista da História, da economia como motor Rejeição da luta de classes Busca por uma conciliação inorgânica interclasses
<i>Antiliberalismo</i>	Rejeição do individualismo liberal / apologia do coletivismo Estado como soma dos coletivos humanos Liberalismo e comunismo como religiões
<i>Autoritarismo</i>	Doutrina da ação Ênfase em “ação” O nome do Fascismo fixa o seu caráter Messianismo — Mussolini se declara o único líder possível Abertamente antidemocrático Ausência de doutrina: nasceu da necessidade de ação “Democracia autoritária” Ode à guerra, rejeição ao pacifismo Antielitismo: a democracia é dominada por uma elite invisível
<i>Corporativismo</i>	Conciliação de classes Adoção como sistema econômico nacional Resgate do Corporativismo na gênese do movimento, desde os Fasci
<i>Imperialismo</i>	Direito da Itália em explorar nações “menores”
<i>Nacionalismo</i>	Imagem do machado de fúscas Substituição de luta de classes por luta de nações
<i>Reacionarismo</i>	O homem como um viciado Louvor à desigualdade e à morte Liberalismo força uma paz impossível e insustentável justamente pelo homem ser belicoso A paz como câncer forma homens fracos/nação degenerada/homens efeminados Ênfase nas palavras “ação” e na ideia de “reação” Igualdade e liberdade formam homens degenerados Paranoia conspiracionista / mania de perseguição

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na *Doutrina do Fascismo*.

Por fim, diversos materiais poderiam ter sido tomados como objetos neste capítulo. Mas por uma questão de espaço, limitou-se a análise a momentos históricos do Fascismo, visando colocá-los dentro dos cinco estágios de Paxton. No processo, identificou-se também que o Fascismo italiano perpassou ele próprio por cinco ciclos: 1) o ciclo progressista (1915-1921); 2) o ciclo liberal (1921-1924); 3) o ciclo ditatorial/corporativista (1924-1932); 4) o ciclo imperial (1932-1943); 5) o ciclo de dominação Nazista (República de Saló) (1943-1945). Visando também perceber como o Fascismo se reinventa, mas mantém bases em comum, a escolha de um material heterogêneo (discursos, programas, doutrina) em um recorte

temporal amplo permitiu evidenciar essas reconstruções e perceber suas principais características. Características essas essenciais para desenvolver o estudo de aplicabilidade nos próximos dois capítulos, conforme o Integralismo e o Bolsonarismo serão postos em diálogo com elas. Para sintetizar a discussão, seguem três tabelas — uma sobre os ciclos e estágios do Fascismo, uma resumida com os conceitos discutidos no capítulo anterior e outra ampla com mais atributos - trazendo as principais características encontradas.

Tabela 11 - Estágios e ciclos do Fascismo

<i>Estágios</i>	<i>Ciclo</i>	<i>Material analisado</i>
<i>Criação</i>	Progressista: 1915-1921	Programa do Fasci
<i>Enraizamento</i>	Liberal: 1921-1922	Programa do PNF
<i>Chegada ao poder</i>	Liberal: 1922	Discurso de Nápoles
<i>Exercício do poder</i>	Liberal: 1922-1924	-
<i>Entropia</i>	Ditatorial: 1924-1932	Discurso sobre Matteotti
<i>Entropia</i>	Imperial: 1932-1939	Doutrina
<i>Radicalização</i>	Nazifascismo: 1939-1945	-

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Paxton (1998) e nos materiais de Mussolini

Tabela 12 - Aparição dos principais conceitos simultâneos do Fascismo

Conceito	Programa de 1919	Programa de 1921	Discurso de 1922	Discurso de 1925	Doutrina de 1932
Autoritarismo	Fraco	Médio	Médio	Alto	Alto
Nacionalismo	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
Reacionarismo	Fraco	Médio	Alto	Fraco	Alto

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos materiais discursivos de Mussolini

Tabela 13 - Tabela ampliada com principais características dos materiais

Características	Programa de 1919	Programa de 1921	Discurso de 1922	Discurso de 1925	Doutrina de 1932
“Conciliação de classes”	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte
“Luta de nações”	Fraco	Médio	Forte	Ausente	Forte
Anticlericalismo	Fraco	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Anticomunismo	Fraco	Médio	Forte	Forte	Forte
Anticospopolitismo	Forte	Forte	Forte	Fraco	Forte
Antielitismo	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte
Antiliberalismo	Médio	Ambíguo (paradoxal)	Ambíguo (paradoxal)	Forte	Forte
Antipolítica	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte
Autoritarismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Belicismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Corporativismo	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Forte
Ênfase no partido	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte
Imperialismo	Fraco	Fraco	Forte	Fraco	Forte
Liberalismo	Ausente	Forte	Médio	Ausente	Ausente
Louvor ao Estado	Médio	Forte	Ambíguo (paradoxal)	Forte	Forte
Machismo	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte
Maniqueísmo	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte
Messianismo/personalismo	Fraco	Médio	Forte	Forte	Forte
Nacionalismo	Forte	Forte	Forte	Médio	Forte
Narcisismo	Fraco	Forte	Forte	Forte	Forte
Niilismo	Médio	Forte	Médio	Forte	Forte
Paranoia conspiracionista	Fraco	Médio	Forte	Forte	Forte
Progressismo social	Forte	Médio	Ausente	Ausente	Ausente

Reacionarismo	Forte	Forte	Forte	Médio	Forte
Retórica da ameaça	Forte	Médio	Forte	Forte	Forte
Retórica da futilidade	Fraco	Médio	Ausente	Médio	Forte
Retórica da perversidade	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte
Visão negativa do homem	Fraco	Médio	Forte	Forte	Forte

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos materiais de Mussolini e do Fascismo

Para encerrar este capítulo, outra parábola literária: Mussolini em sua doutrina assemelha-se ao protagonista do clássico da literatura italiana, *O deserto dos Tártaros*, não por coincidência publicado em 1940. Em um romance kafkiano, Dino Buzzati apresenta um protagonista ansioso por uma guerra que nunca chega. Há um desastre por vir, uma invasão que parece inevitável. E assim parece, por anos. Sempre na iminência da destruição, do apocalipse que nunca se manifesta. Até que, por fim, a invasão ocorre. Mas, após desperdiçar toda sua vida na espera infinita, quando os Tártaros finalmente chegam o protagonista está idoso. E morre.

3. Um fascismo periférico? O Integralismo

“Se ser fascista é defender a Pátria, se é evitar que ela caia na maior escravidão do mundo, então todos os homens de bem serão fascistas” (SALGADO, 1961, p. 15).

No início de 2020, o Brasil lembrou com surpresa que o Integralismo, movimento político surgido no início dos anos 1930 e inspirado no Fascismo, apesar de ter se fragmentado, não havia desaparecido. Após a transmissão de um filme na Netflix com um Jesus Cristo que supostamente teve relações homossexuais, alguns membros de uma das várias facções integralistas contemporâneas lançaram um coquetel *molotov* na produção da empresa em uma ação que quase vitimou um segurança. Supostamente o mesmo grupo vandalizou a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) removendo e queimando bandeiras antifascismo levantadas pelos estudantes, bem como os ameaçando. Outros grupos integralistas tentaram se desvincular do ataque, por mais que digam entender seus motivos dado o ataque do Porta dos Fundos aos “símbolos sagrados nacionais” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 197); ainda que depois se tenha descoberto que um dos responsáveis pelo ataque também era vinculado a parte dessas outras organizações.

Figura 17 - Reprodução de um quadro do vídeo em que uma facção Integralista queima bandeiras antifascismo expostas na Unirio, enquanto diz “viva a pátria nacionalista”



Fonte: KAPA (2018).

Plínio Salgado inspirou-se no Fascismo italiano ao criar o Integralismo, após um encontro com Mussolini. Mussolini chegaria a financiar o Integralismo de Plínio em seu início (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 13). E, até seu exílio com a perseguição do Integralismo pelo Estado Novo, não é absurdo interpretar o Integralismo como sendo, de fato, uma versão brasileira do fascismo. Seus aspectos nacionalistas foram os mais marcantes, desde as roupas que destacam as cores da bandeira brasileira, ao lema Anauê do tupi “você é meu parente” — o que também, pela valorização do indianismo, exemplifica um traço de reacionarismo (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 19). Como reacionário, o movimento buscava retornar a um passado supostamente glorioso, que ia da monarquia até, e mais fortemente, ao indianismo. Como autoritário, e seguindo o que era pregado pelo Fascismo italiano, afirmou-se contra a democracia em seu formato liberal e a favor do que entendia por novas formas de democracia. Nesse ponto, o Integralismo herdou um discurso antielite semelhante ao Fascismo, sugerindo que o poder deveria ser devolvido aos verdadeiros brasileiros, um poder que foi distorcido por elites corruptas ligadas ao comunismo e/ou judaísmo internacional — dependendo da corrente interna, se vinculado mais a Salgado ou Gustavo Barroso — e restaurar a glória nacional. Como movimento popular, estendeu-se a todos os setores e classes sociais, perpassando o proletariado, a classe média e as elites financeiras (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 51). Em muitos aspectos, portanto, se aproximou da conspiração paranoica que o Bolsonarismo mais tarde absorveria, no devaneio de imaginar uma conspiração mundial por uma elite financeira comunista. Em outras palavras, o Integralismo, como o Fascismo italiano, projetou-se como uma terceira via, uma alternativa entre o comunismo e o liberalismo, que via as duas cabeças do mesmo parasita. Lembra discursos contemporâneos semelhantes, além de Bolsonaro, como Orbán, com sua defesa de uma suposta democracia iliberal, ou de um novo formato democrático.

Marilena Chaui (2014, p. 52-53), pensando no que levou o Integralismo a se disseminar pelo Brasil, entende sua força majoritariamente ligada à classe média. De forma parecida ao Fascismo e o Bolsonarismo, que possuíram na pequena burguesia sua principal base de apoio ao venderem uma escolha muito difícil entre um fascismo real e um comunismo imaginário. Chaui (2014), em diálogo com Trindade (1974), analisa que o Brasil, ao contrário da Itália, possuía uma classe média em franca ascensão financeira e social, em nada ameaçada de fato por uma alternativa à esquerda: “Frustrada como burguesia e sob a influência do clima ideológico europeu, a classe média brasileira teria posto para si o dilema ‘fascismo ou comunismo?’ sem que, no entanto, este correspondesse a uma situação realmente vivida pela classe” (CHAUI, 2014, p. 53).

Figura 18 - Um parasita de duas cabeças



Fonte: GONÇALVES; NETO (2020, p. 170).

3.1 O início

“Pois a contradição, quando perfeita, / Para sábios e tolos é mistério” (GOETHE, 2011, p. 108).

Por mais que posteriormente fosse tentar se afastar do Fascismo, o fato é que a *Ação Integralista Brasileira* surgiu abertamente inspirado por ele — e por outros movimentos de matriz semelhante, como o Integralismo lusitano⁴⁹ (GONÇALVES, 2013). Plínio Salgado o cria dois anos após uma viagem à Europa em que tem uma audiência com Mussolini, em meados de 1930 (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 09). Como grande parte dos líderes da época, inclusive alguns que depois viriam a se opor ao Fascismo, como Winston Churchill (RIEMEN, 2020), Salgado creditava a Mussolini uma nova forma de fazer política, cedendo -o uma genialidade revolucionária, “o profeta do mundo contemporâneo” (GONÇALVES;

⁴⁹ Sem adentrar na discussão sobre se o Integralismo Lusitano era ou não fascista, o fato é que o movimento foi fundado anos antes do Fasci di Combattimento e possui elementos fascizantes próximos da AIB, como a própria advocacia do Estado Integral. Isso corrobora, em parte, o argumento de que Mussolini apenas nomeou um caldeirão de características aglutinadas que já se movimentavam em diversos países mesmo antes. Por sua matriz reacionária, o movimento defendia a restauração da monarquia absoluta portuguesa, em oposição a uma monarquia constitucional. Também arguia por um sistema corporativista, a ideia de corpo único tipicamente fascista, de um Estado que seja tornado coletivo em seus vários segmentos unificados, ao invés da democracia liberal individualista (GONÇALVES, 2013, p. 07).

NETO, 2020, p. 09). Também como grande parte dos líderes políticos da época, importaria e adaptaria os métodos de Mussolini — que, bem lembrar, também as importou em parte de D’Annunzio —, como a indumentária, o símbolo e o nome, todos com significados análogos. Para além dos métodos políticos, Salgado também compartilhava com Mussolini as profissões: ambos eram jornalistas e literatos.

Tanto o jornalismo quanto a literatura, foram fundamentais para ambos os líderes. Se foi através do jornalismo que Mussolini deu início ao Fascismo, com a criação do *Il Popolo D’Italia* após a sua expulsão do PSI, foi pela literatura que Salgado começou a alimentar o seu nacionalismo. Da mesma forma, uma parcela das vanguardas artísticas foi cooptada por ambos os movimentos, o Futurismo, na Itália, o Modernismo, no Brasil. De reconhecimento literário, tendo sido membro da Academia Paulista de Letras, a prosa nacionalista e ufanista de Salgado encontrou seu espaço na Semana de 22, casando com as pretensões modernistas de ruptura artística com os padrões europeus e criação de uma arte genuinamente brasileira. Chega a fundar, junto de outros intelectuais, um movimento artístico que pode ser pensado como o embrião do Integralismo: o Movimento Verde-Amarelo, uma resposta à antropofagia de Oswald de Andrade, vista como contaminada por traços europeus (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 11). Por mais que tenha fundado um movimento inspirado diretamente em um paralelo europeu, Salgado defendia uma noção de brasileiridade independente de influências estrangeiras.

Quando do encontro de Salgado com Mussolini, o Brasil vivia o ápice da Revolução de 1930. Salgado, na época, se colocava contra Getúlio Vargas e sua Aliança Liberal, seu futuro algoz (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 10). Todavia, sua viagem era financiada pelo banqueiro Alfredo Egídio de Sousa Aranha, primo do diplomata e político Osvaldo de Sousa Aranha, que viria a ser braço direito de Vargas. Nesta época, Salgado era deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Da viagem, não esconde suas impressões positivas com o cenário político italiano e com Mussolini, reencarnando o mesmo argumento do *Duce*, discutido no último capítulo, sobre a substituição de luta de classes por luta de nações (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 11). Também da mesma forma que Mussolini, atribuía a liderança e a construção dessa nação idealizada a uma elite, um grupo seletivo encarregado de resgatar o país da degeneração e liderados, como não poderia deixar de ser, por ele próprio. Mas, diferente de Mussolini, há em Salgado uma nítida pretensão intelectual, um “apelo à participação dos intelectuais na política” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 11). Se em Mussolini os intelectuais eram vistos como efeminados, Salgado desloca a eles um papel fundamental no resgate da nação: “É

preciso que nós, intelectuais, tomemos conta do Brasil. Definitivamente. Temos de romper com a tradição medíocre da política. Estamos fartos de vivermos, nós, intelectuais, à sombra dos poderosos. Queremos mandar” (apud GONÇALVES; NETO, 2020, p. 11). Um apelo a um intelectualismo estranho ao Fascismo, que se dedicava a explorar mais o imaginário da violência da Guerra⁵⁰. Em comum, o discurso antidemocrático que enxerga a democracia (e seus sanguessugas, o liberalismo e o comunismo) como corruptora do ideal de nação⁵¹.

O intelectualismo de Salgado, porém, é localizado. Ainda que ele diga no *Manifesto de outubro* que os intelectuais devem ser a elite responsável por engrandecer o nacional, é evidente a que grupo ele se refere. Ainda que apele a intelectuais nacionalistas, Salgado é tão anti-intelectual quanto Mussolini em relação aos demais. Na prática, apesar da pretensa valorização da intelectualidade em seu manifesto, Salgado não fez mais do que prosseguir com a tradição fascista de limitar a reflexão em seu movimento sobre um fenômeno de negação, rejeição e acusação de todo pensamento que foge do nacionalismo. Rejeita, portanto, o dissenso que não é apenas base da democracia agonística, mas, tanto mais, da própria criação intelectual, artística ou científica (ECO, 2018, p. 49).

O mesmo Alfredo Aranha iria, após o retorno de Salgado, financiar o seu jornal *A Razão*. O jornal pode ser pensado como o início de um protoIntegralismo, pois, ainda que o Integralismo se inicie de fato com o *Manifesto de outubro*, foi a partir do jornal que Salgado formou outro grupo, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), voltado, assim como o Movimento Verde-Amarelo, à disseminação dos ideais nacionalistas. Como Leandro Gonçalves e Odilon Neto (2020, p. 13) apontam, já estavam em gestação, na época, outras organizações inspiradas no Fascismo italiano no Brasil, como o Partido Nacional Fascista e o Partido Nacional Sindicalista. Posteriormente o Integralismo viria a absorver grande parte delas. A Ação Integralista Brasileira (AIB) surge de uma reunião da SEP no início de 1932, quando Salgado propõe “a criação de uma entidade política” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 14).

⁵⁰ Como dito por autores como Paxton (2007) e Eco (2018), o fascismo tende a explorar o imaginário de sua época e lugar. A Itália acabava de sair da Guerra, quando da fundação do Fascio. O Brasil em 1930 não tinha uma preocupação bélica neste nível. Por outro lado, vinha de um efervescente crescimento intelectual e artístico, um motivo pelo qual pode explicar, parcialmente, o apelo ao intelectualismo. Miguel Reale e Gustavo Barroso, por exemplo, tiveram ampla atuação intelectual antes e depois do movimento. Enquanto o primeiro foi reitor da Universidade de São Paulo (USP), o segundo fundou o Museu Histórico Nacional e foi presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL).

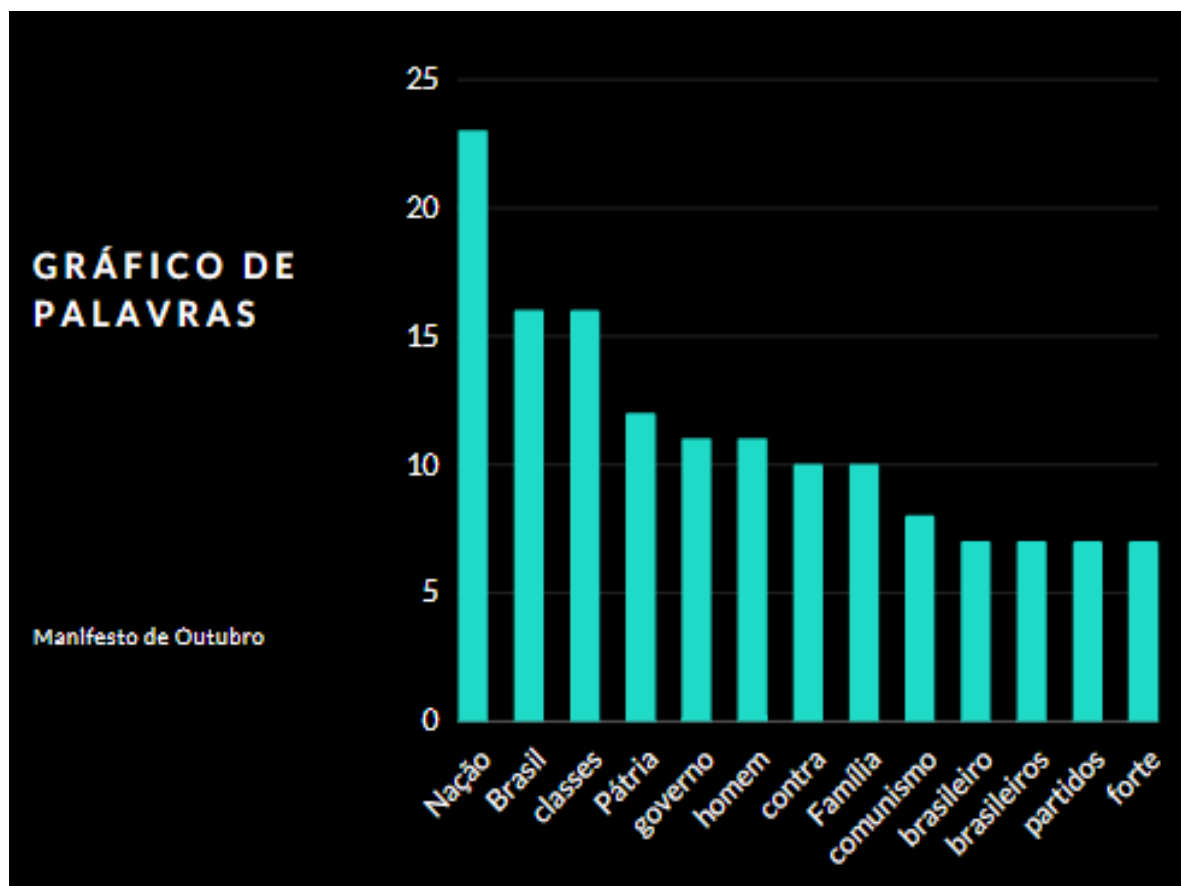
⁵¹ Contam Gonçalves e Neto (2020, p. 37), que a obsessão do Integralismo com a grandeza da nação chegava ao ponto do movimento se recusar a cantar o trecho do hino brasileiro “deitado em berço esplêndido”, pois uma nação verdadeiramente grandiosa não poderia se deitar, mas deveria estar sempre em pé, pronta à luta.

Por mais marcante que tenha sido o encontro, bem como do resto do contato de com outros movimentos nacionalistas europeus, Salgado afirmava que o Integralismo era fruto de sua genialidade independente (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 12). Defendia que o nacionalismo brasileiro não poderia ser contaminado pelo estrangeiro, mas sim uma corrente autônoma. Como se houvesse surgido do vácuo, sem qualquer tipo de influência. Um discurso que não corresponde aos fatos. Para além do prestígio do Fascismo sobre o Integralismo, Salgado também se relacionava com outros movimentos nacionalistas e reacionários análogos, como o Integralismo português e a *Action Française* (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 12). Salgado iria transitar ao longo de sua trajetória, como será visto nas próximas seções, entre aproximações declaradas com o Fascismo e tentativas de distanciamento — essa última especialmente após a Segunda Guerra, por razões óbvias. No início, a aproximação era mais explícita, em particular porque Mussolini financiou o Integralismo, “pois enxergava no movimento brasileiro uma possibilidade de expansão política e doutrinária nas Américas”⁵² (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 12). Da mesma forma, mais para o final da década, fazia-se clara a aproximação de outro líder do Integralismo, Gustavo Barroso (comandante-geral das milícias), com o Nazismo. Barroso se juntou ao Integralismo entre o final de 1932 e o início de 1933, mais ou menos na mesma época que o outro líder, Miguel Reale, e chegou a traduzir para o português o *Protocolo dos Sábios de Sião*, documento falso que serviu como tentativa de legitimar o Holocausto. Em outra obra, *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, Barroso relaciona os três e os coloca como responsáveis pela precariedade econômica brasileira.

Se o dia 23 de março de 1919 marca a fundação do Fasci di Combattimento, o Integralismo também tem uma efeméride para chamar de sua: 07 de outubro de 1932. No mesmo ano da publicação tardia da *Doutrina do Fascismo*, com os ânimos ainda tensos pela Revolução Constitucionalista, o Integralismo lançou sua própria doutrina: o *Manifesto de outubro*. Escrito pelo próprio Salgado, o manifesto foi lançado em um evento no Teatro Municipal de São Paulo; contando com ampla repercussão: tiragem inicial de 20 mil exemplares (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 14).

⁵² Este tampouco foi o único exercício de *soft power* da Itália Fascista sobre o Brasil. Para além da relação óbvia com a comunidade italiana brasileira, Mussolini também doou monumentos para o país. A exemplo, São Paulo e Natal têm logradouros públicos doados no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 com o símbolo do machado de fâsces, as chamadas Colunas Capitolinas. Em 1924, uma comissão de imigrantes italianos chegou a solicitar à Câmara Municipal de São Paulo permissão à construção de um monumento em homenagem a Mussolini, abandonado pela reação negativa da época, ainda que tenha sido discutido pela Câmara. Explicitando o fetiche reacionário do Fascismo, o escultor afirmou na época da inauguração que “A junção ideal da época da Roma antiga às modernas conquistas que renovam e perpetuam a grandeza do passado, constitui a concepção geral da obra” (CIDADE DE SÃO PAULO, 2008). Os monumentos foram alvo de escrutínio público em algumas oportunidades, como quando foram derrubados na Intentona de 1935 ou pichados no final dos anos 1980.

Figura 20 - Palavras relevantes mais mencionadas no *Manifesto de outubro*



Fonte: Elaborado pelo autor, sobre o *Manifesto de outubro* e gerado pelo aplicativo WordClouds.

Em consonância com a *Doutrina do Fascismo* — e com virtualmente todos os materiais analisados sobre o Fascismo —, há o sentimento de urgência por todo o manifesto. A sensação de que uma grande catástrofe, uma hecatombe acometerá a nação caso algo não seja feito. Uma nação capturada por uma elite corrupta e degenerada, destituída de legitimidade política. O Integralismo se coloca não somente como mensageiro do apocalipse, mas também como o Messias capaz de retornar o Brasil à grandeza. Para isso, Salgado se dirige, ao abrir, nominalmente a três grupos: o proletariado, os intelectuais e aos funcionários do aparato da violência estatal, policiais e soldados.

Como foi dito extensivamente no primeiro capítulo, o fascismo absorve características conforme se dissemina para nações e tempos distintos. Ele acentua traços dos povos em que aparece. Na Itália, surge anticlerical, mas logo, por conveniência, se aproxima da Igreja Católica. Em um país com forte religiosidade como o Brasil, maior nação católica do mundo, é natural que a religião desempenhe papel fundamental em sua expressão. Da mesma forma, como será discutido no capítulo seguinte, que o neopentecostalismo assume função primordial para o Bolsonarismo, dado o crescimento dessas vertentes, o catolicismo, religião histórica do

país, era peça-chave para o Integralismo (ainda que ele também tivesse, em seus quadros, grupos protestantes e espíritas). Posteriormente, inclusive, lideranças católicas viriam a apoiar candidatos Integralistas e alguns seriam conhecidos por “batinas-verdes” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 19, 20). Assim, nada mais espontâneo do que Salgado começar o *Manifesto de outubro* tratando da importância de Deus à sua visão.

O *Manifesto de outubro* começa de forma quase mística, abrindo com “Concepção do universo e do homem” (SALGADO, 1950, p. 07). Para ele, o homem deve estar em permanente aperfeiçoamento de suas qualidades, sejam elas laborais ou intelectuais. Sendo a nação formada por essa soma coletiva, o aprimoramento moral, intelectual e físico dos indivíduos imprime o aperfeiçoamento nacional. Nesse sentido, é sintomático do catolicismo de Salgado — em oposição, como será discutido, ao Bolsonarismo e seu discurso libertário/evangélico da teologia da prosperidade — a teologia do sofrimento e a ojeriza, ao menos no plano discursivo, a bens materiais. Pois, assume que o materialismo esvazia o ser humano e, por consequência, a nação, sendo sua principal fonte de degeneração (SALGADO, 1950, p. 07). O materialismo, ademais, seria o ponto de união entre os dois parasitas: liberalismo e comunismo (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 18). Em *O integralismo na vida brasileira*, Salgado vai além, ao afirmar que “o comunismo é apenas um desdobramento do capitalismo” (SALGADO, s.d., p. 31). O homem deve viver para se aprimorar constantemente, mas não voltado para a riqueza monetária. Uma aproximação teórica com Mussolini — apesar do viés intelectualista estranho a este segundo — considerando a ênfase que o italiano colocava sobre os valores bélicos, sacrificais e suicidas, sobre o que enxergava como materialismo degenerado. Da mesma forma que Mussolini classifica o homem sob princípios de liberdade e igualdade como próximo do animalesco, Salgado (1933, p. 15), em *O que é o Integralismo*, fala que quando absorto por essas convicções, o homem “se torna um ser miserável, sem capacidade de respeitar coisa alguma, a não ser o seu próprio orgulho ridículo, a sua vaidade fútil e os impulsos de seus instintos dissociativos” (SALGADO, 1933, p. 15-16). Um homem animalesco, dividido, um homem que “perde o senso de obediência ao Eterno” (SALGADO, 1933, p. 16), forma Estados e nações igualmente fragilizados e divididos. O materialismo é, em suas duas vertentes, o maior inimigo do Estado integral.

Chama atenção, logo após, outra consonância importante com Mussolini: o discurso de conciliação interclasses: “Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual”. Da mesma forma que o *Duce*, Salgado (1950, p. 07), prega que a nação está acima de individualismos classistas mesquinhos, e que a luta de classes — termo que aparece

no topo, repetido em dezesseis oportunidades — emprega um desfavor à construção da integridade nacional. O lema do Integralismo, à vista disso, é igualmente revelador: Deus, pátria e família⁵³. Leandro Gonçalves e Odilon Neto lembram que:

O documento foi aberto com a expressão ‘Deus dirige o destino dos povos’, o que deixava clara a importância da questão religiosa e espiritualista do discurso no imaginário Integralista, assim como o caráter messiânico estabelecido no movimento em torno da imagem de Plínio Salgado, visto como um profeta (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 15).

No ponto seguinte, sem dúvida um dos mais importantes, Salgado detalha como o Integralismo percebe o seu ideal de Brasil. Uma visão que está resumida no próprio nome do movimento. Se o corporativismo de Mussolini evoca a imagem de um corpo único, dos diferentes setores sociais cooperando na conciliação de classes que se coaduna em uma massa uniforme; ou, da mesma forma, se o nome que Mussolini deu ao seu movimento evidenciou sua função, como discutido antes, Salgado vai além. A noção de Fascismo já implica em união, no machado unido por ligas, os vários pequenos que fazem a fusão da força. O Integralismo trabalha com uma imagem semelhante: a noção de Estado integral (PEREIRA; NETO, 2020, p. 15). A unificação em um corpo homogêneo, a soma de infinitas partes que formam o uno, da qual decorre a letra grega sigma, símbolo matemático para soma. Da mesma forma, a indumentária, o equivalente brasileiro aos camisas negras italianos, camisas azuis espanhóis ou camisas marrons alemães, empregava cores tipicamente associadas ao imaginário nacionalista⁵⁴. O uniforme corroborava a ideia de unificação sob um mesmo

⁵³ Não por coincidência reciclado pelo Bolsonarismo, posteriormente.

⁵⁴ Se a indumentária, nome e estrutura do movimento traziam para o imaginário brasileiro uma inspiração clara em Mussolini, isso fica ainda mais evidente na saudação ser praticamente idêntica à saudação romana. Apesar do “Anauê” revelar traço de um nacionalismo tipicamente brasileiro, bem como de um reacionarismo — próximo do imaginário romântico ou mesmo, em dada medida, modernista — de valorização do indianismo, a saudação Integralista era ainda menos original (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 19). A valorização idílica do nativo brasileiro, misturado a um nacionalismo extremado, gerou uma rejeição pontual de aspectos identificados com estrangeirismos como, por exemplo, a figura do Papai Noel. Nas noites de natal, contam Gonçalves e Neto (2020, p. 39), as crianças Integralistas recebiam seus presentes (entre eles, produtos e objetos do cotidiano feitos com os símbolos do Integralismo) não do Papai Noel, identificado com o imperialismo estadunidense, mas do “Vovô Índio”. O personagem visitava escolas trazendo presentes, e chegou a ser protagonista de uma peça em que encontrava o seu equivalente “imperialista” (VEIGA, 2021). Apesar de não ter sido criado por Integralistas, o personagem foi apropriado pelo nacionalismo tanto Integralista quanto do Estado Novo. Ao que tu do indica, e vale lembrar, o Vovô Índio foi fruto da preocupação comum entre os dois movimentos em reforçar não apenas uma identidade nacional — da qual decorrem mitos como o da democracia racial, do brasileiro como miscigenação pacífica entre três raças —, mas em criar um passado mítico e heróico, o que acabou por elevar a uma categoria mitológica personagens como Tiradentes. A ficção política, como de praxe, satiriza o real: mostrando que o ataque de nacionalismos extremos a pequenas instituições culturais estrangeiras é comum, em *Ele está de volta* o Hitler ficcional ataca o mesmo Papai Noel, que, segundo ele, “ganhou uma importância desproporcional, sem dúvida, em consequência da infiltração cultural anglo-americana” (VERMES, 2014, p. 297).

corpo, uma massa idêntica. O individualismo é absolutamente rechaçado, portanto, dado sua identificação com o ideário liberal. Ou, como diz o próprio idealizador:

O sinal que adotamos [...] Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo nem nos perdendo na esfera exclusivista da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo (SALGADO, 1933, p. 16).

A ideia de muitas somas formarem o uno se faz presente logo no início de sua proposta à nação, quando afirma que “A nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos” (SALGADO, 1950, p. 08). Tanto para Salgado quanto para Mussolini, a nação transcende configurações mesquinhas como luta de classes. Como diz logo em seguida, a divisão por meio da luta de classes fragiliza a integralidade nacional, exacerba o individualismo, ou o que ele chama de “estados dentro dos estados [...] indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo” (SALGADO, 1950, p. 08). Em uma manobra, então, o individualismo liberal se associa com a luta de classes tipicamente marxista. Uma nação dividida por interesses pessoais diversos é uma nação dividida e enfraquecida.

Apesar do nome, o próprio Integralismo estava longe de ser integral dentro de si. Havia cisões consideráveis dentro de seus quadros, inclusive entre os seus líderes⁵⁵. Com o passar dos anos, por exemplo, fica claro que se a ideologia, programa e doutrina de Salgado eram mais próximas da de Mussolini, Gustavo Barroso se inspirava mais em Hitler. Não que Plínio Salgado⁵⁶ e Miguel Reale não tivessem traços de antissemitismo, mas as vinculações antissemitas eram muito mais fortes em Barroso, ao ponto dele ter traduzido para o português o *Protocolo dos Sábios de Sião* — documento falso que contava de uma suposta conspiração de dominação mundial judaica e acabou sendo utilizado como justificativa para o Holocausto.

⁵⁵ Olímpio Mourão Filho, que depois viria a ser um dos idealizadores do golpe militar de 1964, foi um dos líderes dos Integralistas — era dirigente da força paramilitar — a se opor à simbologia empregada por Salgado (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 17). Talvez seja possível pensar, em uma hipótese, que o vínculo militar de Mourão Filho o tenha feito rejeitar os símbolos espalhafatosos em função da valorização da rígida estrutura disciplinar: “Plínio Salgado era categórico e dizia que acabar com a simbologia representaria o fim do Integralismo, pois identificava que era esse o elemento de motivação da população, vista por ele como ignorante e sem condição alguma de compreender a doutrina, mas que, no entanto, tinha orgulho em vestir a camisa verde” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 17).

⁵⁶ Salgado tinha rampantes de antissemitismo, conforme a conveniência. Ainda que não seja uma constante em seus materiais, como o é nos de Barroso, vale citar sua publicação no jornal *A Offensiva*, em 11 de outubro de 1934, no seguinte a Batalha da Sé, em que culpava “o judaísmo organizado” pela confusão. Prossegue Salgado: “Fomos agora atacados, dentro de São Paulo, por uma horda de assassinos, manobrados por intelectuais covardes e judeus. Lituanos, polacos e russos, todos semitas, estão contra nós, empunhando armas assassinas contra brasileiros” (SALGADO apud DORIA, 2020). Sobre o mesmo caso, Barroso culpou uma “emboscada judaico-comunista na Praça da Sé” e declarou “guerra aos judeus” (BARROSO apud DORIA, 2020).

Enquanto Reale e Salgado voltavam suas atenções para o materialismo liberal, o comunismo, o cristianismo e mesmo a maçonaria — repetindo os alvos de Mussolini —, Barroso se dedicava a adicionar o judaísmo a este caldo.

Salgado propõe uma estrutura parcialmente inspirada no corporativismo Fascista, ao afirmar que esta conciliação interclasses — e o conseqüente fortalecimento da nação — se daria pela participação de classes profissionais nos corpos legislativos. Como percebe Marilena Chaui (2014, p. 33) ao fazê-lo, Salgado está utilizando a noção de categoria profissional como se fosse sinônimo de classe social, esvaziando o conceito marxista e substituindo-o por “imagens facilmente reconhecidas na experiência cotidiana”. É mais importante, deste modo, a participação e divisão de acordo com setores industriais e comerciais no Legislativo, do que por regiões. Uma proposta que ecoa nas medidas de Mussolini sobre a transformação da Câmara baixa italiana em uma Câmara de corporações. Em sua teoria, esses setores passam a não competir entre si, mas a se auxiliarem mutuamente para o reforço do Estado integral e da nação. Em sua proposta de redistribuição do sistema brasileiro, defende que esses representantes de classes nas Câmaras elegeriam, por sua vez, o Executivo municipal e federal.

Talvez por se tratar de um país periférico, Salgado (1950, p. 08) demonstra uma preocupação bem maior do que Mussolini em relação ao cosmopolitismo e ao que identifica como contaminação estrangeira. Mussolini, em especial em sua doutrina e no início do ciclo imperial, demonstra forte vinculação imperialista. A Itália deveria assumir uma posição de liderança na “luta de nações”, disseminar o *Italianità* e impor, através de uma de suas imagens paradoxais, uma paz bélica. Por mais que Mussolini demonstre clara oposição ao cosmopolitismo, em Salgado esta ansiedade se torna mais visível. Em outras palavras, Mussolini procura afirmar o nacionalismo italiano “contaminando” outras nações, Salgado procura evitar que o Brasil sofra essa “contaminação”: “O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever” (SALGADO, 1950, p. 08). Um defende aplicar o imperialismo, outro defende lutar contra o imperialismo⁵⁷.

Mas da mesma forma que Mussolini, com o seu postulado de paz bélica, Salgado (1950, p. 08-09) reafirma que se colocar contra o cosmopolitismo não implica em atacar outras nações ou etnias. Pelo contrário, diz, pois a nação brasileira é formada justamente desta mistura entre povos distintos — incorrendo ao mito da integração étnica e racial: “Sem

⁵⁷ Incorrendo, neste ponto, em uma passagem curiosa em que Salgado (1950, p. 09) fala que é contra “o capitalismo soviético”, amalgamando anti-imperialismo com anticomunismo.

menções ao passado escravocrata, os Integralistas discursavam sobre a miscigenação em defesa do valor do trabalho negro na construção nacional” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 23). Havia, inclusive, núcleos do Integralismo formados por militantes negros, com relação em parte simbiótica com a Frente Negra Brasileira (FNB)⁵⁸. Enfim, como ele mesmo diz (SALGADO, 1950, p. 08), tolera outras etnias e culturas desde que elas sejam essencialmente brasileiras. Não há problema, neste sentido, em uma ascendência alemã ou italiana, o problema é a afirmação e permanência desta identidade. Uma contaminação sobre a burguesia liberal e cosmopolita, que a torna um fantoche das grandes potências estrangeiras.

O discurso nacionalista periférico acabou por levar parte dos comunistas brasileiros a rejeitar que o Integralismo seria um equivalente do Fascismo. Isto porque, para eles, com base nos preceitos da III Internacional, não seria possível um fascismo fora dos grandes centros europeus, por ser um fenômeno de países imperialistas e do controle do grande capital (FRESU, 2017, p. 14). Mas mesmo os Integralistas eram ambíguos quanto à proximidade em relação ao Fascismo. Por mais que tenham se inspirado abertamente, e Salgado tenha feito diversas apologias ao longo de sua vida, também em mais de uma oportunidade os Integralistas afirmaram que não eram fascistas (FRESU, 2017, p. 14).

Para Salgado (1950, p. 09), sendo a democracia uma ferramenta das elites burguesas, ela estaria contaminada: “Tendo-nos dado o regime político inadequado, preferem, diante dos desastres da pátria, acusar o brasileiro de incapaz, em vez de confessar que o regime era incapaz”. E que o racismo em si seria uma importação dessas elites a partir das metrópoles. Daí decorre um aspecto curioso: apesar de se colocar, em certa medida, como crítico do que defende ser uma visão divisora da nação, também incorre a estereótipos raciais (e regionais) para justificar o seu pretense antirracismo; isso sem falar no vínculo antisemita de Gustavo Barroso. No fim de contas, toda a nação deveria se unir, racialmente, regionalmente, etnicamente, para defender as “nossas tradições gloriosas” (SALGADO, 1950, p. 09). Somente através da união, da nação integral, da soma de infinitas individualidades em um uno, o país pode fazer frente às pretensões imperialistas estrangeiras — em especial a Rússia que, de acordo com Salgado (1950, p. 09), planejava transformar o Brasil em capitania de influência comunista soviética.

Salgado (1950, p. 09) não hesita em lançar mão da paranoia do comunismo — que conta com oito menções. Contrariando as ideias de autores como Renzo de Felice (1976, p.

⁵⁸ Como contam Gonçalves e Neto (2020, p. 24), lideranças negras como João Cândido, líder da Revolta da Chibata, se filiaram a AIB. O racismo era tratado pelo movimento como uma manifestação ideológica típica da burguesia liberal e cosmopolita.

277-280), de que o medo da ameaça Bolchevista seria uma idiossincrasia da Europa do entreguerras que faria com que apenas movimentos europeus fossem fascistas, o Integralismo se dissemina precisamente, em amplo aspecto, graças a paranoia com a ameaça comunista, em especial após a Intentona Comunista de Luís Carlos Prestes em 1935. Como mostram Gonçalves e Neto (2020, p. 18-20), a imprensa — na época, sem qualquer pretensão de imparcialidade — desempenhou papel fundamental ao alimentar o imaginário comunista; o *Jornal do Brasil* chega a publicar “O comunismo infernal! Fogo nele!”. A religiosidade forte do Integralismo incentiva esse anticomunismo por alimentar a visão, para além do materialismo e internacionalismo, que o comunismo afastaria o homem de Deus.

Se a nação e o nacionalismo ocupam os pontos dois e quatro do manifesto, é natural que o terceiro ponto se dedique a outro ponto essencial de qualquer fascismo: o autoritarismo. Como coadunado nos dois capítulos anteriores, em particular o primeiro, por mais autoritário que seja um indivíduo ou um movimento, dificilmente ele se assume como tal. Mussolini emprega o oxímoro “democracia autoritária”, Salgado (1950, p. 08) não faz muito diferente. Ainda que não diga, com todas as letras, ser autoritário, é sintomático que “o princípio de autoridade” receba uma seção inteira para si. Pois, afirma, é preciso um líder forte — palavra que aparece em cinco oportunidades de acordo com a tabela do WordClouds —, uma autoridade, para evitar que a nação seja contaminada pelos bacilos que sempre a rondam.

Da mesma forma que com Mussolini — e com Bolsonaro, posteriormente —, o autoritarismo e o princípio disciplinar de uma autoridade forte são utilizados como método de defesa da nação. O autoritarismo é uma forma de protegê-la, portanto. O que é justificado pela paranoia conspiracionista. Como há inimigos invisíveis dispostos a destruí-la por dentro e por fora, é preciso que o líder atue com mão de ferro para protegê-la. Um discurso que não falha em se aproximar do de Mussolini, ao reciclar o imaginário masculinista e moralista do Messias fascista como um grande e autoritário pai, responsável por proteger sua filha de entidades que tentam desvirtuá-la:

Uma nação, para progredir em paz, para ver frutificar em seus esforços, para lograr prestígio no interior e no exterior, precisa ter uma perfeita consciência do princípio de Autoridade. Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da pátria: Como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o que precisamos no Brasil (SALGADO, 1950, p. 08).

Em outro aspecto de autoritarismo e, neste caso, de antipolítica, Salgado (1950, p. 09) rejeita se associar a outros partidos. Porque, em sua interpretação, todos os demais partidos estariam contaminados por essa influência materialista estrangeira. Igualmente, não estavam em consonância com a criação de um ideal “genuinamente brasileiro”, mas imersos em preocupações mesquinhas relativas a seus respectivos estados. A divisão por estados, em síntese, prejudica a unidade nacional por enfraquecer a ideia de soma, com sua distribuição de poderes entre governadores, prefeitos e partidos regionais. Apenas através do uno, seria possível “escapar do domínio estrangeiro [...] e salvar-se do comunismo internacionalista que está entrando no seu corpo, como um cancro” (SALGADO, 1950, p. 09). No hipotético estado permanente de guerra é preciso a formação de um Estado único para defender a nação da incessante ameaça do internacionalismo/cosmopolitismo e materialismo comunista, burguês e liberal.

Salgado (1950, p. 10), na passagem a seguir, é explícito em seu viés autocrático, ameaçando diretamente as instituições políticas. Afirma que, caso a doutrina Integralista não seja empregada pelo poder público, caso o Governo Provisório⁵⁹ ignore as pautas da AIB, então o movimento irá, quando tiver poder e força suficiente, empregar uma ruptura institucional⁶⁰. Para resumir, rejeita quaisquer princípios pautados no dissenso de uma democracia e busca impor, unilateralmente, sua vontade através da ameaça. Uma ameaça que fundamenta na necessidade de resgate da nação, já que, para ele, uma ruptura poderia vir a ser um mal necessário. Um argumento semelhante ao de Bolsonaro, quando este diz explicitamente que “Temos um presidente que não deseja nem provoca rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida” (VARGAS; GARCIA, 2021). Uma retórica da ameaça em que o emissor lava as mãos, colocando a responsabilidade sobre terceiros.

Durante grande parte dos últimos dois capítulos, tentou-se mostrar algumas das características do fascismo, tanto como conceito quanto como movimento/regime. Dentre elas, vale voltar agora a duas: o conspiracionismo paranoico e a inversão. Isto porque os

⁵⁹ À luz da História, se torna irônico o primeiro período Vargas ser rotulado de provisório, considerando a longevidade com que permaneceu no poder. Contudo, assim foi nomeado por se ter pretendido servir como espécie de pacificação e transição do poder, na tentativa de diluí-lo para além das oligarquias de Minas e São Paulo. Tanto mais, o processo de deposição do presidente, Washington Luis, partiu majoritariamente de uma revolta militar advinda do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que colocou o antigo Ministro da Fazenda do próprio Luis, Getúlio Vargas, no Executivo. Como diz Leandro Gonçalves (2013, p. 04) o processo foi rápido, com resistência desorganizada das oligarquias paulistas — que viriam a de fato se organizar dois anos depois, com a Revolução Constitucionalista de 1932.

⁶⁰ Ainda assim, o Integralismo elegeu apenas um parlamentar à Assembleia Nacional Constituinte de 1933; não como partido, mas como associação civil (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 19). Miguel Reale chegou a se candidatar, mas não foi eleito (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 25).

fascistas não somente criam as teorias da conspiração mais estapafúrdias — uma dominação mundial judaica, uma vacina para controlar a mente —, mas as exageram de tal ponto em que a seita fascista, ela própria, se enxerga como vítima. Este ponto é essencial para entender o fascismo: pois na visão do fascismo, mesmo de um fascismo totalitário como o Nazismo, o perpetrador é a vítima e sua violência é legítima defesa. As conspirações variam, mas a sua estrutura narrativa permanece inalterada. Há sempre uma elite invisível — judaica, maçônica, comunista — controlando e corrompendo a nação a partir das sombras.

Sendo assim, há uma seção inteira do *Manifesto de outubro* dedicada às conspirações. Para além do clima de corrupção e messianismo que permeia todo o conteúdo, Salgado (1950, p. 10) dedica alguns parágrafos para tratar diretamente das conspirações, arrazoando que o Integralismo é inimigo de qualquer conspiração e, por este motivo, é transparente em suas motivações e objetivos. Um ponto que faz sentido, dado que seu raciocínio é transparente em seu manifesto: a nação está degenerada, capturada por forças corruptoras, o Integralismo é o único capaz de uni-la e retomá-la à grandeza, e fará isso à força caso seja necessário. Ou, como diz, “Quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas. Quem marcha em nome das ideias nítidas, definidas, não precisa de máscaras. A nossa pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas” (SALGADO, 1950, p. 10).

Como aparenta até este ponto, as proximidades discursivas de Salgado com Mussolini são muito maiores do que suas diferenças. Os campos semânticos são virtualmente idênticos, os argumentos idem. As mudanças, quando há, são sutis. Da mesma forma que o Fascismo, o Integralismo, ao menos no *Manifesto de outubro*, é um movimento da negação. Nega o liberalismo, nega o comunismo, nega a democracia. Suas ideias são frágeis, no sentido de não possuir grandes inovações programáticas ou proposta de resolução de problemas sociais ou econômicos. A economia, por exemplo, mal é mencionada em seu manifesto. Tampouco questões sociais aparecem, quando muito tratadas superficialmente com soluções simplistas a partir da união da nação.

Por ironia, Salgado (1950, p. 10) aponta justamente o que identifica como vácuo programático sobre os políticos da época. Um vácuo que, junto com a conspiração, captura e desfibra “o caráter do povo brasileiro” e eleva o individualismo e o personalismo (SALGADO, 1950, p. 10). Em suma, sintetiza uma crítica típica dos fascismos: de que o *establishment* político, em especial liberal, estaria suficientemente preocupado com o materialismo e o individualismo para dar atenção ao que de fato importa, a nação: “Civis e militares giram em torno das pessoas, por falta de nitidez de programas. Todos os seus programas são os mesmos e esses homens estão separados por motivos de interesses pessoais

e de grupos” (SALGADO, 1950, p. 10). Na falta de uma unidade, de um bem maior para se lutar por, os homens “tramam contra os outros (SALGADO, 1950, p. 10). Daí decorre o maior perigo. Presos em suas realidades individuais, os homens se tornariam cegos para a grande ameaça: o comunismo. O materialismo individualista e liberal degenera a nação, a divide, acaba com o integral. O comunismo a destrói definitivamente (SALGADO, 1950, p. 10).

Assim como o Fascismo, o Integralismo se afirma revolucionário (SALGADO, 1950, p. 10). Mas, também como Mussolini, Salgado (1950 p. 11), ainda que antiliberal, certamente não é anticapitalista. O Integralismo, como ele próprio defende, não deseja subverter a estrutura social. Para ele, a propriedade privada é “fundamental tal para nós”, um direito inalienável de qualquer ser humano. Mas, em um malabarismo, diz que o liberalismo atenta contra o direito à propriedade individual. Isto porque, no individualismo desenfreado, forma-se “desequilíbrios nocivos à estabilidade social” (SALGADO, 1950, p. 11). Para tal, é preciso intervenção estatal. A economia não pode, segundo Salgado (1950, p. 11), ficar totalmente livre sob o risco de retorno ao estado de natureza. Um estado que, para ele, fomenta justamente o comunismo. E, com o comunismo, destrói-se instituições basilares da nação: a família⁶¹ e a religião; em nome de uma visão futura da História com verniz científico que pode nunca se realizar (SALGADO, 1950, p. 11). Não por coincidência “família” e “Deus” aparecem no lema do Integralismo, para além de ser um dos termos mais frequentes no *Manifesto*, com dez menções.

O Integralismo afirma oportunidades ao proletariado de ascender a partir de suas qualidades. Insistindo na conciliação interclasses, alega que, a despeito de cada classe ter sua contribuição fundamental à nação, aqueles que desejarem transitar entre elas, em uma nação integral, teriam disponibilidade para tal, de acordo com suas qualificações. Pois o Integralismo não se baseia na submissão, como no comunismo, ou na apatia, como na democracia liberal (SALGADO, 1950, p. 11). Apela às paixões do proletariado, assim como Mussolini fazia em seus programas, ciente da necessidade de apoio desta parcela. Argumenta que, assim, somente em um Estado integral o operário será livre de fato, com sua relevância reconhecida e elevada, retirando “o operário e pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo [...] Ao Estado, compete a proteção de todos” (SALGADO, 1950, p. 11).

⁶¹ Plínio Salgado chega a afirmar que o trabalho feminino era um dos responsáveis, bem como a *efeminização* do homem, pela degeneração da família brasileira (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 31). Tal qual o nazifascismo, a mulher para o Integralismo assumia o papel reacionário de reprodutora e dona do lar.

O Estado integral é essencialmente paternalista. Salgado (1950, p. 11-12) coloca tanta ênfase na instituição da família quanto na religião, ao ponto de receber uma seção inteira em seu manifesto. O Estado uno, integral, a soma de milhões de filhos, controlados por um pai autoritário: “define-se a Nação como uma reunião de famílias” (CHAUI, 2014, p. 37). A família se torna o diferencial do homem sobre o animal. O afeto familiar e a amizade, a noção de irmandade, tão cara em estruturas militaristas, fornece grande valor para o nacionalismo de Salgado. Isto porque afasta os princípios individualistas e divisores, regionais e idiossincráticos. O Estado é, desta forma, a transposição da família para uma perspectiva ampla. Para isso, o primeiro deve ser suficientemente forte para resguardar a segunda, “Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à nação” (SALGADO, 1950, p. 11). Uma imagem que Salgado (1950, p. 11) lança mão, na tentativa de apelo emocional ao trazer figuras corruptores como “a desorganização e a ruína”. Figuras que ameaçam famílias, em seu argumento, e, por consequência, também a nação.

O ponto derradeiro talvez seja o mais importante: a estrutura do Estado integral. Como reafirmou durante todo o manifesto, um Estado “livre de toda e qualquer princípio de divisão” (SALGADO, 1950, p. 11). Uma união que pressupõe, contudo, a exclusão inclusive de partidos políticos. Ao menos sobre o *Manifesto de outubro*, o Integralismo destila um autoritarismo mais explícito do que o Fascismo. Se Mussolini utiliza de voltas retóricas, Salgado (1950, p. 13) é mais aberto ao assumir que uma nação só será livre de fato sob um partido único, ou mesmo ao ameaçar uma ruptura caso o governo não incorpore suas demandas. Aliás, a imagem utilizada pelo Integralismo em si já destila um autoritarismo mais aberto. Se o Fascismo utiliza um símbolo que remete a força, união, volta ao passado e nação, o Integralismo é mais literal com o seu sigma. Mas ambos reforçam a ideia de que o indivíduo é irrelevante frente às entidades do Estado e da nação, sobre a qual o Messias deve ser intérprete (ECO, 2018, p. 55).

Salgado (1950, p. 13) tampouco esconde que pretende moldar os demais poderes à sua vontade. Na prática, tornando-os não mais do que ferramentas à unidade nacional, tomado como valor supremo. Todo o autoritarismo se justifica, desta forma, ante o argumento de resiliência nacional. Uma grandeza à qual, como grande uno, todos os demais setores, classes e poderes devem se sujeitar. À qual, como messiânico, tanatofílico e belicista, coloca o Integralismo como o único capaz de realizar tal exercício. Pois o Integralismo praticamente reedita o mito do “independência ou morte”, ao dizer que “conosco morrerá ou vencerá uma pátria” (SALGADO, 1950, p. 14). Se bem sucedido, o Brasil caminhará à grandeza, para

ponto central na luta de nações. Se fracassar, o país morre com o movimento. Uma morte bela, melancólica, mas exaltada. Porque, no imaginário bélico e nacionalista de Salgado (1950, p. 14), a morte na luta é honorífica. Aliás, de acordo com Leandro Gonçalves e Odilon Neto (2020, p. 20), o Integralismo rejeitava a morte como fim da atividade humana. Como religioso, admitia a existência de um *post mortem* em seu sentido mais literal possível, dado que afirmava que o comandante do Integralismo no pós-morte era Deus em si. A morte física era louvada, desta forma, porque elevava o espírito em uma sensação de permanência e continuidade.

Sobre esse ponto, Umberto Eco (2018, p. 53) sugere que o fascismo promove um paradoxal “elitismo popular”. Isto é, dado o seu natural “desprezo pelos fracos” e a necessidade de construir um imaginário de homem forte, de nação prometida, o fascismo substitui o elitismo natural classicista por um elitismo nacional em que a elite não está principalmente sobre uma classe, mas sobre uma nação. Toda a nação forma, assim, uma elite; e os indivíduos que nela nascem são os mais fortes, os melhores. Claro que, como dito no capítulo anterior, o fascismo mantém uma estrutura hierárquica bem definida, próxima do militarismo, com o Messias e o partido ocupando o topo (ECO, 2018, p. 53). Pelo mesmo motivo, como aparece no final do manifesto de Salgado (1950, p. 14), o fascismo, em sua tanatofilia, recria o mito do herói. Em um cenário bélico em que a nação está tomada por forças corruptoras, a morte honorífica, a morte heróica, é sacralizada como razão de viver: “Em qualquer mitologia, o ‘herói’ é um ser excepcional, mas na ideologia Ur-Fascista o heroísmo é a norma. Este culto do heroísmo é estreitamente ligado ao culto da morte: não é por acaso que o mote dos falangistas era: ‘!Viva la muerte!’” (ECO, 2018, p. 54)

Por fim, antes entrar na próxima seção, segue o quadro sintetizando as características do Integralismo identificadas sobre o *Manifesto de outubro*:

Tabela 14 - Características do *Manifesto de outubro*

Manifesto de outubro (1932) Primeiro ciclo: embrionário (1922-1932) Primeiro estágio: criação do movimento	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	Conciliação interclasses Comunismo destrói a família tradicional
<i>Antiliberalismo</i>	Rejeição do individualismo Materialismo como câncer da nação
<i>Autoritarismo</i>	Valorização do princípio de autoridade Messianismo e personalismo Imaginário bélico Ameaça de uma ruptura institucional Partido único Tanatofilia A soma de diversas individualidades na criação do uno Unificação sob um mesmo corpo a responder pela vontade do líder Inimigos objetivos
<i>Corporativismo</i>	Participação das classes sociais nas Câmaras
<i>Fundamentalismo cristão</i>	Religião como essencial à nação
<i>Intelectualismo (parcial)</i>	Intelectual como elite responsável pela construção nacional
<i>Liberalismo</i>	Direito à propriedade privada
<i>Nacionalismo</i>	Nação como pilar das sociedades humanas Anticospolitismo
<i>Racismo (parcial)</i>	Ao mesmo tempo em que se posta contra o que chama de herança racial cosmopolita da burguesia, descreve e acentua estereótipos raciais
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada Paranoia conspiracionista — inimigos da nação dispostos a destruí-la Antielitismo

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Manifesto de outubro*.

3.2 Institucionalização e tentativa de cargos executivos

“A lua estava cheia e minha vida não tinha sentido” (BUKOWSKI, 2011, p. 158).

Plínio Salgado seguiu bem a cartilha e as dicas do *Duce*: primeiro criar um movimento, depois um partido. Por mais que no início tenha insistido que o Integralismo não era um partido, mas um “movimento de cultura e uma ‘mística nacional’” (CHAUI, 2014, p. 61), em 1937, com a ascensão do Integralismo como movimento de força nacional, Salgado fundou o partido e se lançou como candidato à presidência. Antes disso, por mais que não tenha tido uma ascensão tão acelerada quanto à de Mussolini, a AIB protagonizou um crescimento que tampouco pode ser ignorado: em 1934 o movimento saltou de 24 mil para 160 mil membros (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 27). Salgado gostava de dizer que seu movimento chegou a um milhão de associados, mas Gonçalves e Neto (2020, p. 27) contestam essa propaganda, sugerindo que o movimento nunca teria passado dos 200 mil⁶². Demonstrando seu crescimento e sua força, a AIB obteve bons resultados nas eleições de 1936, com a eleição de parlamentares (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 30).

Em 23 de maio de 1937, Plínio Salgado deu um discurso essencial para entender o seu movimento, pois pode ser pensado como efeméride do início do processo de institucionalização da AIB em partido. Por meio de um plebiscito interno, a AIB definiu Salgado como seu candidato presidencial, em uma votação aberta que, de acordo com as estatísticas do partido, contou com uma diferença absurda entre os candidatos, 60.483,6%. Salgado recebeu mais de 800 mil votos, enquanto Gustavo Barroso, segundo colocado, apenas 1.397 (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 56). Logo depois, Salgado se lançaria como candidato à presidência, retirando a candidatura em novembro do mesmo ano para apoiar o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas. Entendia que havia similitudes programáticas, doutrinárias e ideológicas entre a AIB e o Estado Novo, principalmente um inimigo em comum, o que tirava a necessidade de chefiar o Executivo federal nesse momento⁶³. Uma retórica que voltaria a aparecer, conforme será visto na seção seguinte, quando a AIB falha em seu levante e Salgado é forçado a pedir uma trégua. Ademais, Vargas teria prometido a ele cargo como Ministro da Educação.

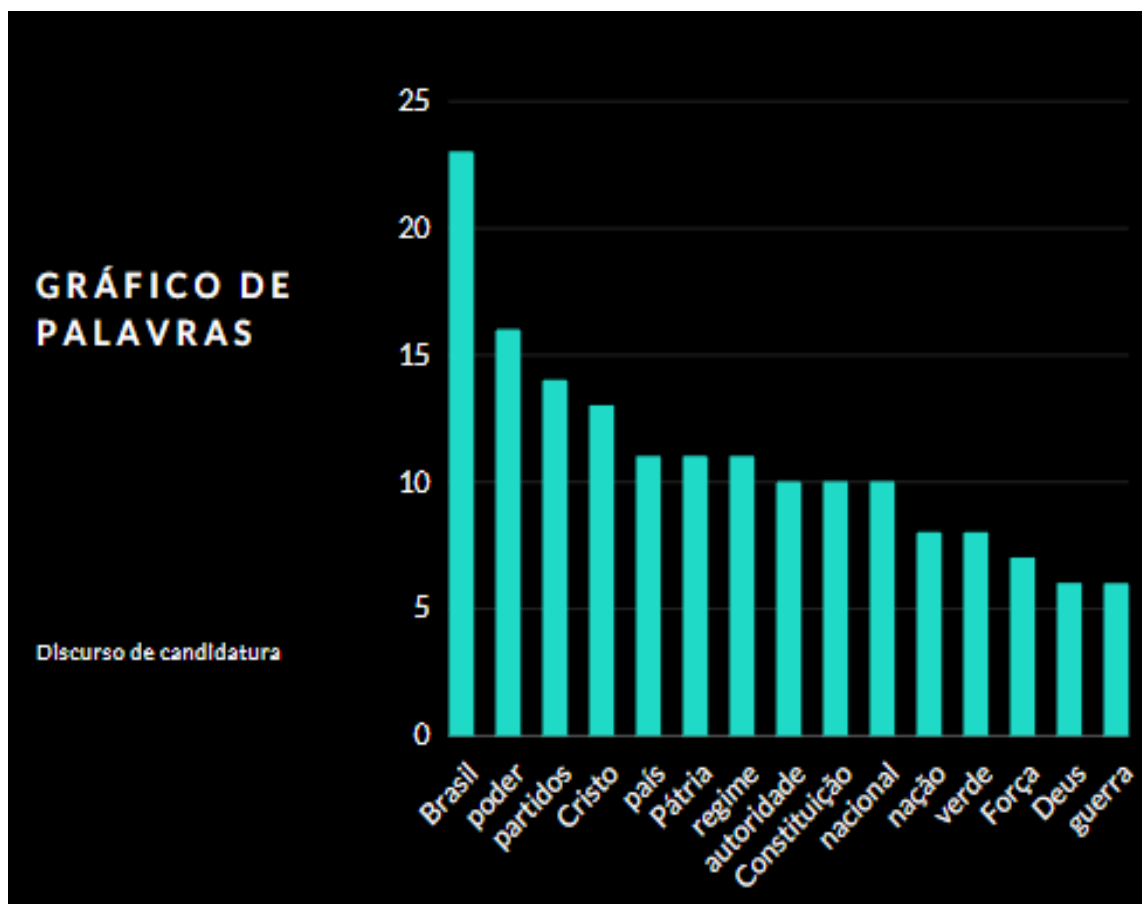
O clima messiânico persiste, como de praxe, durante todo o discurso; que não à toa é denominado *Salvemos a democracia!* (SALGADO, 1950, p. 39). Somente o título já é suficiente para apreender o tom do discurso, bem como suas similitudes com os materiais anteriores tanto do Integralismo quanto do Fascismo. Interessante, todavia, que Salgado

⁶² O que tampouco demonstra fragilidade, dado que, ainda assim, era o maior movimento de matriz fascista na América Latina.

⁶³ Evidenciando o apoio inicial do Integralismo e a aderência ao Estado Novo, foram organizadas marchas e manifestações do movimento em favor do regime. Em um deles, entre 35 e 50 mil pessoas saudaram Vargas no Palácio do Catete com um “Anauê” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 57).

escolha começá-lo não com a tradicional imagem da nação — ainda que esta receba a devida atenção logo depois, tanto que alguns dos termos mais frequentes são “Brasil”, “país”, “pátria”, “brasileira” e “nação” —, mas com a democracia que ele próprio ataca. Um discurso que não ocorre por despropósito, considerando o contexto: Salgado anuncia, neste discurso, o registro da AIB como partido político e o desejo de lançar um candidato do movimento à presidência nas eleições seguintes. Para tal, ecoando o oxímoro Fascista de “democracia autoritária”, Salgado (1950, p. 39) defende que a candidatura da AIB é, na prática, apesar de seus flertes ao autoritarismo explícito como evidenciado na discussão sobre o *Manifesto*, o “primeiro ato insofismável de democracia pura”. Uma frase reveladora, já que exemplifica o argumento típico dos fascismos de que a democracia deve ser remodelada à feição do movimento. Em outra manobra, ainda que tenha defendido explicitamente uma ruptura democrática no *Manifesto*, afirma aqui que o Integralismo tem no “espírito democrático” a sua essência (SALGADO, 1950, p. 42).

Figura 22 - Gráfico com palavras relevantes presentes no discurso



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no discurso de candidatura e através do software WordClouds.

Um suposto espírito democrático que não tarda em encontrar contradição no âmago do discurso, para além dos demais materiais. Uma seção inteira é dedicada à “autoridade no Integralismo”, o que é, no mínimo, sintomático; como também o é “autoridade” ser um dos termos mais repetidos. Salgado (1950, p. 42) defende uma disciplina partidária rígida, baseada na “autoridade máxima do Integralismo”, no caso, ele próprio. É claro, no discurso, a relação orgânica entre Messias-massa. O Messias depende da massa, mas, em simbiose, deve influir sobre ela, deve se impor sobre ela através de seus poderes sobrenaturais e messiânicos: “a criação da autoridade suprema do partido e na afirmação da sua mística, [...] esse processo, genuinamente democrático realiza o milagre da ordem em nossas fileiras” (SALGADO, 1950, p. 42). A disciplina e a autoridade se desprendem do Messias, a quem, como Salgado (1950, p. 42) explicita, recai uma mística e um princípio unificador. Assim, a nação deve ser unida a partir do partido e do Messias, que como o grande pai afastará as divisões, cisões e brigas na formação do integral. Para Salgado (1950, p. 42), a verdadeira democracia, ou o “espírito democrático”, advém precisamente de uma figura unilateral e centralizada dentro até mesmo do partido. Pois só ele, em consonância com o partido e com a massa, pode ter “a força

necessária para a salvação na unidade da pátria e defesa das instituições sagradas que vieram de nossos maiores” (SALGADO, 1950, p. 42), reencenando o reacionarismo clássico dos fascismos no que o Messias e o movimento colocam-se como únicos capazes de salvar uma nação degenerada, de resgatá-la. Um tom salvacionista literal, conforme Salgado (1950, p. 44) diz que seu movimento se coloca “para salvar a democracia em nosso país e a unidade da pátria”.

Salgado (1950, p. 43) prossegue atacando aqueles que enxergam incoerência no movimento pregar o espírito democrático, mas manter uma estrutura hierárquica e autoritária. Para ele, o Integralismo consegue concatenar liberdade e disciplina, sem que uma canibalize a outra. Isto porque, em sua lógica militarista, a verdadeira liberdade e democracia só podem existir através de uma estrutura hierárquica e disciplinar rígida. Na retórica de Salgado (1950, p. 43), a verdadeira liberdade só existe quando são esmagadas as idiosincrasias e individualidades, quando a “disciplina torna impotentes os apetites pessoais sequiosos”. Uma vez mais ecoando a “democracia autoritária” de Mussolini, Salgado (1950, p. 43) afirma que “Democracia e autoridade se afinam por um só ritmo”. Tampouco é coincidência que “força”, “poder” “ato” e “ação” estejam entre alguns dos termos mais mencionados. No discurso de Salgado se fundem, deste modo, os regimes autocrático e democrático, com sua retórica deslocando traços típicos de autocracia — poder concentrado em um indivíduo ou grupo específico, baseado em princípios de coerção, cooptação e legitimação — para o que chama de verdadeira democracia. Como diz Riemen (2020), não há autoritário que não tenha clamado defender uma verdadeira democracia. Por fim, para destilar seu anticomunismo e antiliberalismo, defende que a autoridade e a disciplina, bem como a liberdade e a democracia, na prática não são condizentes com “as oligarquias prepotentes e as patrulhas de Moscou!” (SALGADO, 1950, p. 43).

Uma vez dado esse preceito, não é surpreendente que Salgado (1950, p. 40) retorne, alguns pontos adiante, a um aspecto fundamental de suas ideias: os preceitos corporativistas. Salgado reforça que entende como essencial, à verdadeira democracia, a existência de participação política e social das divisões setoriais, industriais e comerciais. Assim, que os indivíduos sejam representados e participem a partir de seus “interesses econômicos, intelectuais e morais” (SALGADO, 1950, p. 40), uma representação que só pode atingir formato orgânico sob o corporativismo. De acordo com Salgado (1950, p. 40) essa representação inorgânica em partidos não ligados a interesses diretos seria responsável pela causa da instabilidade política brasileira, tendo sido motivo tanto da proclamação da

República, pondo fim à “monarquia democrática e parlamentar”, quanto da Revolução de 1930.

Em curiosa consonância com o Bolsonarismo, parte considerável do discurso se destina a atacar o poder dos governadores — uma das palavras que mais aparecem —, e o que Salgado (1950, p. 41) identifica como desvirtuação da unidade, da “coesão política do país”. Bem como no *Manifesto*, a nação, quando dividida, se enfraquece. O foco do país se dilui, se desloca, e o próprio conceito de brasilidade se fragiliza como consequência. Bem como no *Manifesto*, então, Salgado reafirma a necessidade de um Estado integral para afastar essa divisão nacional, a qual os governadores — mas também os prefeitos e vereadores — são exemplo. Para ele, a democracia não pode existir integralmente enquanto partidos regionais e governadores dividirem e enfraquecerem a nação. É possível pensar, destarte, no Integralismo como um movimento antifederalista. A união de fato viria do Estado integral, que acabaria com a fragilização nacional dada pela fragmentação dos partidos regionais, “simples máscaras de papel de oligarquias e tiranias (SALGADO, 1950, p. 44). Uma unidade que, nos preceitos Integralistas, surgiria das corporações, estas sim representando “a legítima soberania do povo” (SALGADO, 1950, p. 44). Igualmente, ecoa Mussolini, quando este substituiu a representação por regiões na Câmara por representações por indústrias.

O messianismo sacrificial — literal, quando Salgado (1950, p. 45) diz que o Integralismo é um “sacrifício permanente” —, fruto do autoritarismo reacionário, retorna logo à frente. De fato, se o *Manifesto de outubro* destilava mais nacionalismo do que os demais conceitos que formam o fascismo, neste discurso torna-se claro, dado o sinal dos tempos e semelhante ao que aconteceu com Mussolini em relação ao *Discurso de Nápoles* e o *Discurso sobre Matteotti*, o autoritarismo como ponto focal. A nação ainda desempenha papel fundamental, naturalmente, mas aparece como pano de fundo, como o motivo pelo qual se justifica o autoritarismo. Um discurso que ecoa o imaginário belicista e militarista, quando Salgado (1950, p. 44-45) declara melancolicamente que com o líder escolhido à candidatura à presidência — no caso, seria ele próprio —, o movimento seguirá “sejam quais forem as consequências, as perseguições, os martírios, porque nos cumpre defender, a todo transe, a legítima democracia daqueles que a separam do povo, fingindo resguardá-la”. Uma vez mais ecoando Mussolini (2006, p. 246), quando este segundo afirma que a democracia é um regime sem rei, mas com muitos reis, Salgado (1950, p. 45) proclama que a democracia foi capturada e está sendo esmagada em palácios luxuosos. Democracia e oligarquia, portanto, se fundiram em uma só, e o Integralismo é capaz de levá-la para o povo. O Integralismo se coloca,

destarte, como em uma permanente guerra — um dos termos mais mencionados, segundo o WordClouds — contra uma elite oligárquica invisível, que agita o seu belicismo tanatofílico.

Se o anticomunismo não havia recebido, até então, mais do que algumas piscadelas, logo recebe uma seção inteira dedicada. E uma das seções mais importantes, conforme identifica, enfim, a grande sombra por trás dos inimigos invisíveis. Os governadores, os partidos regionais e os prefeitos, não são mais do que ferramentas do comunismo internacionalista na tentativa de fragmentar e fragilizar a integridade nacional (SALGADO, 1950, p. 45). Os agentes invisíveis do Bolchevismo teriam capturado não apenas os poderes regionais, mas também estariam por trás das demais candidaturas às eleições de 1938. Na prática, a conspiração do comunismo internacional acabaria por levar à não realização das eleições de 1938 e ao consequente golpe do Estado Novo⁶⁴, baseado no *Plano Cohen*⁶⁵. O pânico do comunismo no discurso de Salgado, por conseguinte, é calculado: ao incutir a suposta influência do comunismo nos candidatos de 1938, aliado à histeria após a Intentona de 1935 (que fez Vargas declarar Estado de Guerra e intensificar a perseguição de rivais

⁶⁴ Ainda que as eleições de 1938 tivessem sido proclamadas, Vargas acabou se aproveitando do pânico anticomunista para dar um golpe ao fechar o Parlamento, controlar a imprensa e proibir o funcionamento de outros partidos (GONÇALVES, 2013). Há uma longa discussão historiográfica e política se o Estado Novo varguista seria fascista ou não. O Estado Novo brasileiro, da mesma forma que a AIB, inspirou-se na sua contraparte portuguesa. E da mesma forma que o regime varguista, há também amplo debate sobre a fascistação ou não do regime salazarista. Sem entrar em profundidade nesta ampla discussão por falta de espaço, este trabalho assume majoritariamente a interpretação de Paxton (2007) de que ambos os regimes (bem como muitos outros) tinham algumas características fascistas, mas se aproximavam mais de um autoritarismo tradicional. Como sugere Paxton (2007), tanto Salazar quanto Vargas, e também Franco, utilizaram os fascistas como método quando foi necessário, mas se livraram deles assim que foi possível. Ou, como diz quando propõe os estágios, as elites conservadoras prevaleceram sobre os fascistas. Uma discussão que reaparece quando das ditaduras militares na América Latina. No Brasil, há ampla discussão a partir do momento de radicalização da Ditadura sobre um processo ou não de fascistação. No caso particular da ditadura brasileira, ainda que possua alguns traços semelhantes ao fascismo, falta um aspecto chave: “uma força organizada de massas pequeno-burguesas. No Brasil, a ditadura militar foi alimentada muito mais pela filosofia positivista do que pelas raízes ativistas e irracionais do fascismo clássico” (FRESU, 2017, p. 14).

⁶⁵ O *Plano Cohen* foi um documento falso “supostamente apreendido pelas Forças Armadas” e divulgado pelo governo Vargas na tentativa de legitimar o golpe do Estado Novo (FGV CPDOC, s.d.). Supostamente de autoria da Internacional, e aproveitando o clima gerado pela Intentona, o *Plano* descrevia métodos de uma tomada de poder pelos comunistas: atentados a prédios públicos, greve geral, manifestações físicas e assassinatos planejados. Na verdade, o documento foi forjado pela própria AIB, por meio do capitão Olímpio Mourão Filho. Segundo o próprio Filho, o *Plano Cohen* era, na prática, um “estudo de como seria uma revolução comunista”, com a intenção de angariar fundos e financiamentos ao mostrar, às elites econômicas, o meio pelo qual os comunistas chegariam ao poder; mas que acabou sendo utilizado para um propósito maior pelo chefe do Estado-Maior de Vargas, general Góes Monteiro. Salgado estava supostamente ciente da falsidade do documento — que teoricamente motivou justamente a retirada de sua candidatura, para apoiar o Estado Novo. Argumentou que não havia denunciado sua falsidade por “receio de desmoralizar as Forças Armadas, única instituição, segundo ele, capaz de fazer frente à ameaça comunista” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 58). Desta forma, como uma roda, o medo da ameaça invisível comunista acaba por gerar um documento falso atribuído aos comunistas e utilizado como justificativa para o anticomunismo (FGV CPDOC, s.d.). Como será discutido no próximo capítulo em profundidade, o Bolsonarismo não reencarna o anticomunismo e a paranoia, a ponto dela própria justificar o autoritarismo, por despropósito. Há, no Brasil, uma longa e violenta tradição de anticomunismo no meio militar. Não é sem motivo, como aponta Trindade (1974, p. 130) que o Integralismo contava com entusiasta participação das Forças Armadas, tendo “núcleos Integralistas compostos exclusivamente por militares no Exército e sobretudo na Marinha, onde a maioria, senão Integralista, era ao menos simpatizante do Integralismo”.

políticos), o Integralismo ajuda a legitimizar o golpe. O próprio Integralismo iria influenciar na criação do *Plano Cohen*.

O comunismo é vendido como grande ameaça à nação, a qual, por fim, Salgado (1950, p. 46) lança mão de um imaginário reforçado. Isto porque a fragiliza em duas frentes: o internacionalismo/cosmopolitismo, por “vendê-la” às potências estrangeiras, e o separatismo/fragmentação, por fragilizar o sentimento de brasilidade em função de regionalismos: “Todos aqueles que desejam a grandeza da pátria Unida virão a nós, porque não sustentamos uma candidatura nem de São Paulo, nem do Rio Grande, nem do Nordeste, nem de Minas: sustentamos uma candidatura do Brasil”. Salgado utiliza imagens tipicamente nacionais: “verde”, “bandeira” e “cores” estão entre as palavras mais comuns. Vale lembrar que movimentos separatistas ou regionalistas ainda eram relativamente recentes na época, como a Revolução Constitucionalista⁶⁶ não falha em recordar; o que explica em parte o foco de Salgado sobre este ponto.

Apelando para o *argumentum ad populum*, Salgado (1950, p. 46) levanta que apenas o Integralismo é o verdadeiro defensor da democracia, do povo e da nação, que somente o seu movimento protege o povo daqueles que atacam a democracia ao mesmo tempo em que juram defendê-la: “o Integralismo é a única corrente que consulta essa vontade popular” (SALGADO, 1950, p. 46). Para tal, anuncia que um Estado e uma nação fortes, ainda que liderados por um Messias e um partido, precisam consultar e dialogar com a vontade popular, dado que ambos são formados por essas milhões de individualidades amalgamadas no uno. Somente assim, se terá um Estado capaz de levar dignidade à população, de “impedir que os humildes sejam pisados e maltratados” (SALGADO, 1950, p. 46).

Em um ponto curioso, Salgado (1950, p. 46) dedica uma seção inteira à bandeira do Brasil, defendendo-se dos que atacavam o Integralismo por priorizar apenas o verde. Proclama que o verde, ainda que preponderante, está em consonância com as demais cores. Mas o verde é, porém, o principal, o que exprime de fato o sentimento de brasilidade, “o sentimento profundo da terra do Brasil, na sua juventude, eterna primavera” (SALGADO, 1950, p. 46). Para o seu argumento, traz à baila a mesma visão teleológica de Mussolini: o Integralismo é uma inevitabilidade Histórica, “O destino reserva, porém, sempre, ao Integralismo, a última palavra [...] Essa civilização será criada pelos camisas verdes [...] que se transformou em fenômeno histórico irremovível” (SALGADO, 1950, p. 46). Uma visão

⁶⁶ Movimento majoritariamente paulista que demandava, entre outras coisas, uma nova Constituição. Ainda que não tenha obtido sucesso direto, conseguiu forçar uma Assembleia Constituinte que aprovou uma nova Constituição em 1934 (GONÇALVES, 2013, p. 05).

teleológica que casa com o seu messianismo e autoritarismo, quando, logo em seguida, diz que o Integralismo se tornou “a última esperança de salvação nacional” (SALGADO, 1950, p. 46). Por fim, lembra que há, no centro da bandeira, uma estrela chamada sigma; o que seria não mais do que “uma profecia dos positivistas” (SALGADO, 1950, p. 46). Uma profecia que se torna irônica à luz da História, conforme o próprio Salgado retirou sua candidatura para apoiar o golpe do Estado Novo — tanto mais após este dizer que a vitória nas urnas em 03 de janeiro de 1938 era inevitável (SALGADO, 1950, p. 47).

Repetindo o estilo bélico, o Integralismo transforma em guerra todas as esferas políticas e sociais. A eleição é metamorfoseada em uma “luta”, a qual o Integralismo ou sairá vencedor ou morrerá com honra. Para tal, evoca novamente a imagem do “espiritualismo cristão e de Unidade da Pátria”, fundindo nação e religião em um único pretexto: a luta contra “o fantasma Bolchevista” (SALGADO, 1950, p. 47). Não há alternativa. Ou o Integralismo vence nas eleições, ou “sepultada terá sido a democracia” (SALGADO, 1950, p. 47). Ou seja, em uma manobra retórica, para Salgado só há democracia sob um regime autoritário do Integralismo. No prenúncio do *Plano Cohen*, o Integralismo coloca-se como único baluarte possível à defesa da nação contra o comunismo internacional. Um baluarte encarnado nos preceitos de Deus em si, reencarnando Cristo na figura de Salgado (1950, p. 47), dado que “só Deus poderá inspirar-los”. O Integralismo é, para Salgado (1950, p. 47), não somente inevitável como imprescindível para o resgate da nação, da brasilidade e à manutenção dos valores cristãos.

O Integralismo perante a nação inclui ainda um pequeno discurso, proferido pouco depois deste, e que vale trazer para o debate. Declamado um mês depois do anterior, quando da decisão de Salgado de concorrer à presidência, há um foco maior sobre a figura messiânica do líder — tanto que o discurso é denominado *O cristo e o Estado Integral*. O título dita o tom: Salgado (1950, p. 48) alega que o Estado Integral é “o Estado que vem de Cristo, inspira-se em Cristo, age por Cristo e vai para Cristo”; fundindo, de uma só vez, religião e Estado. Em apropriação, comparando-se à imagem de Cristo, o Integralismo se enxerga como a voz do cristianismo — por mais que, como mostra Marilena Chaui (2014, p. 60-61), a relação entre ambos nem sempre fosse orgânica.

Assim, essas foram as características e conceitos identificados sobre os discursos que antecedem a candidatura de Salgado à presidência e, por consequência, o processo de institucionalização da AIB:

Tabela 15 - Características identificadas no discurso de candidatura

Discurso de candidatura (1937) Segundo ciclo: disseminação (1932-1937) Segundo estágio: enraizamento	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Autoritarismo</i>	Alta frequência de termos ligados ao autoritarismo, como “Força” e “Autoridade” Messianismo: só o Integralismo pode salvar a democracia A democracia só existe sob domínio Integralista Disciplina e autoridade do líder Belicismo, tanatofilia Guerra permanente contra elites invisíveis A verdadeira liberdade/democracia só existe na disciplina Messias como único capaz de resgatar a nação Visão teleológica da História Somente um regime autoritário Integralista poderá promover a verdadeira democracia
<i>Corporativismo</i>	Representação de corporações e comércios A verdadeira democracia vem quando o regional é substituído pelo industrial
<i>Fundamentalismo cristão</i>	O Estado Integral é o Estado de Cristo
<i>Corporativismo</i>	Conciliação de classes Adoção como sistema econômico nacional Resgate do Corporativismo na gênese do movimento, desde os Fasci
<i>Nacionalismo</i>	Alta frequência de termos ligados ao nacionalismo, como “Nação” e “Pátria”
<i>Outros</i>	Anticomunismo Antiliberalismo
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada Mitificação do bandeirante como herói nacional em <i>O estado moderno</i> de Miguel Reale (1935) A democracia está ameaçada pelas forças que se dizem democráticas

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no discurso de candidatura.

A próxima seção prosseguirá na discussão sobre os materiais do Integralismo, agora dedicando a análise sobre o período de Salgado no exílio em Portugal.

3.3 O exílio

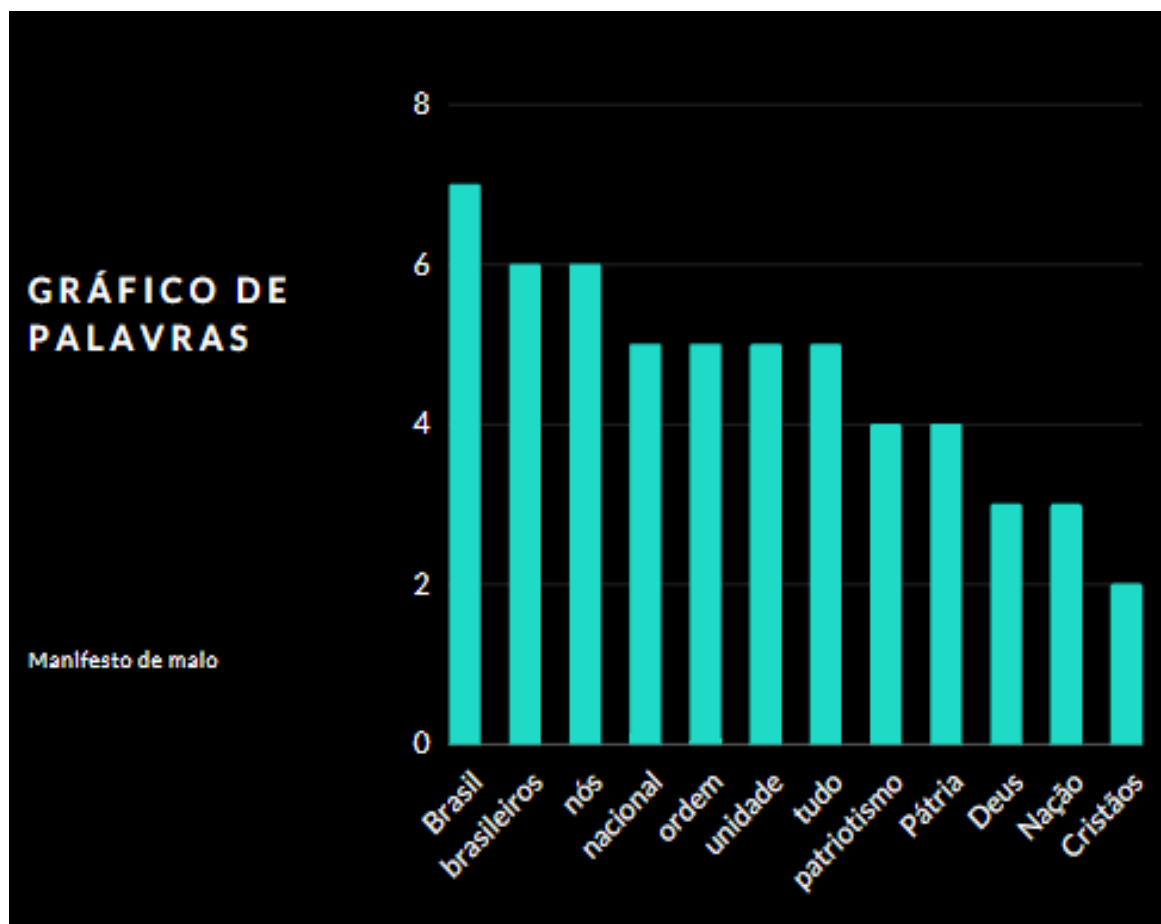
“claro que sim, chefe. em Deus, Pátria, Família, Tradição” (BUKOWSKI, 2013, p. 70).

Insatisfeitos com o que enxergaram como uma marginalização do Integralismo depois das promessas e da colaboração com o golpe do Estado Novo — e, para Salgado em particular, com Vargas não tendo cumprido sua promessa de Ministério —, Salgado e seu movimento deram início a uma série de manifestações, culminando na tentativa de golpe com o Levante Integralista de 11 de maio de 1938. A tentativa de golpe foi consequência de um decreto de Vargas que tornava o Integralismo, bem como quaisquer outros movimentos políticos, ilegal. Este momento pode ser pensado como ápice do Integralismo, que não teria a mesma força novamente e iria direto do terceiro estágio de Paxton (1998), a chegada ao poder, à entropia. O regime varguista se utilizou do Integralismo e o descartou tão cedo teve oportunidade, semelhante ao que foi feito por Franco em relação ao Falangismo. Mas, repetindo a História, o fascismo tradicionalmente não chega ao poder Executivo por um golpe. E o de Salgado também viria a falhar. O levante terminou com mais de mil Integralistas presos — majoritariamente o baixo escalão (CALIL, 2010, p. 77), e o autoexílio de Salgado em Portugal, onde viria a ter contato tanto com o Integralismo português quanto com o Estado Novo salazarista.

Um mês antes de partir para o autoexílio, Salgado publica o *Manifesto de maio*, uma tentativa de *mea culpa* sobre o levante. Apesar da tentativa de se desvincular do levante, Salgado foi preso um ano depois da tentativa de golpe, sendo brevemente encarcerado na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, de onde partiu para Lisboa no mês seguinte. É neste cenário que surge o *Manifesto de maio*, uma recomendação para que os Integralistas não fizessem novos levantes e para que se submetessem ao Estado Novo. Como mostra Calil (2010, p. 77-78), Salgado manteria essa posição no exílio, escrevendo cartas para líderes do Estado Novo brasileiro, incluindo Vargas, na tentativa de estabelecer um diálogo. O *Manifesto de maio* surge, assim, de forma paradoxal: ao mesmo tempo em que aparece logo após a tentativa de radicalização do Integralismo, também implica no início do seu processo de entropia. A partir de então, tem início um processo de gradual normalização no qual o Integralismo se torna constante na cena política brasileira, mas sempre como coadjuvante.

Apesar da tentativa de apaziguar os ânimos, *O manifesto de maio* não se difere muito dos materiais antecessores. “Brasil”, “brasileiros”, “nacional”, “nação”, “patriotismo e “pátria” entre algumas das palavras mais frequentes, de acordo com a nuvem de palavras, já deixa claro que o tom que guia o manifesto é em larga medida semelhante ao que foi feito

Figura 24 - Gráfico de palavras relevantes do *Manifesto de maio*



Fonte: Elaborado pelo autor, sobre o Manifesto de maio e através do *software* WordClouds.

Mas o verdadeiro chamado surge logo após. Dirigindo-se nominalmente ao seu movimento, Salgado (1950, p. 73) afirma que o cenário de 1938 transbordava preocupações. Não que as preocupações tenham desaparecido no período de um ano, mas as estratégias se alteraram. Depois do ano em silêncio, e de sua perseguição tardia, Salgado (1950, p. 73) justifica sua ausência por medo de que seus ditos fossem tomados como uma defesa em causa própria, e não como uma voz do movimento integral. Mas chegara a hora, com a crescente “ameaça Bolchevista e a anarquia dos espíritos” (SALGADO, 1950, p. 73) de estabelecer as diretrizes estratégicas do Integralismo em este novo ciclo. Um ciclo em que Salgado, ciente da ausência de poder para destituir Vargas, aceita a posição de coadjuvante do regime.

Como o grande pai que sempre se propôs a ser, Salgado (1950, p. 73) afirma que ensinou aos seus filhos “a fé em Deus, o amor a pátria, o ideal de unidade nacional, as virtudes cristãs; o culto dos heróis brasileiros e dos episódios militares da nação”. Uma passagem curta, na qual Salgado (1950, p. 73) elenca e resume alguns dos principais valores do Integralismo: o cristianismo, o nacionalismo, o autoritarismo, o messianismo e a ideia

suprema de homogeneização nacional através do Estado Integral. Mesmo o belicismo tanatofílico aparece, conforme destaca a “renúncia pessoal” como essencial ao Integralismo. Ou seja, pouco importa o indivíduo e suas motivações ou personalidades individuais, frente à massa única da grande nação, guiada pelo grande pai heróico e escolhido por Deus.

Esses valores são elencados em lista não sem motivo. Salgado (1950, p. 73) os utiliza para lembrar aos Integralistas sobre o que eles estão lutando e, dessa forma, por quais motivos é preferível, no momento, se acalmar. Isto porque, segundo ele, os inimigos invisíveis exigiam no momento uma pacificação, uma união, “O panorama sombrio do mundo exige que todos os brasileiros se unam no terreno comum do amor à pátria” (SALGADO, 1950, p. 73). No *Manifesto de maio*, a ameaça do comunismo, do liberalismo⁶⁷ ou do regionalismo aparecem de tal forma que se torna preciso, em prol do bem da nação, abrandar as pretensões autoritárias do Integralismo, pois “O Brasil vale todos os sacrifícios pessoais por maiores que sejam” (SALGADO, 1950, p. 73).

A retórica da ameaça invisível, tão presente nos materiais anteriores, se intensifica. É ela, na prática, que justifica a pacificação e a retirada das pretensões explicitamente golpistas. Incapaz de instituir um Executivo Integralista, resta a Salgado (1950, p. 74) colocar suas pretensões de lado e unir-se ao seu algoz sob a interpretação deste ser menos danoso do que as demais alternativas. Não sendo capaz de liderar ele próprio a unificação nacional, que seja outro a fazê-lo; o importante é que essa divisão não seja acentuada pelas pretensões da esquerda. Pretensões que geram “tenebrosas catástrofes” sobre “nações sem unidade, sem mística, sem coesão dos espíritos” (SALGADO, 1950, p. 74). Não faz sentido, assim, “perturbar a ordem interna, criando dificuldades a confraternização nacional em torno dos supremos interesses da pátria comum” (SALGADO, 1950, p. 74). Repetindo a retórica do messianismo sacrificial⁶⁸, Salgado aceita sua impotência para colaborar com o que enxerga como uma necessidade, o menor dos males: “Se, neste momento, promovemos agitações, corremos o risco de sermos acusados, no futuro, como responsáveis pela desunião dos brasileiros, ou como empecilhos àqueles que, acima de tudo, queiram firmar na unidade espiritual da Pátria” (SALGADO, 1950, p. 74). Não sendo possível formar o Estado Integral em sua totalidade, há de se contentar ao menos com o Estado Novo.

⁶⁷ É importante ressaltar, entretanto, um ponto que fica explícito em *Palavras novas aos tempos novos*, também de Salgado: o antiliberalismo do Integralismo não significa anticapitalismo, bem como também não o significava para Mussolini. Como diz, “Não rompemos ofensiva contra a burguesia, mas contra o espírito do século do qual ela é um produto concreto” (SALGADO, 1937, p. 85). Isto é, o que incomoda o Integralismo não é a burguesia, mas a sua visão materialista, cínica e a sua falta de paixão para com a nação.

⁶⁸ No autoexílio, Salgado, mais do que nunca, se utilizou do messianismo. Em paralelo com a imagem de Cristo, o “profeta”, como os Integralistas o chamavam, assumiu os pecados humanos e sofreu as consequências para purificá-los (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 75).

Em apologia clara e direta aos fascismos europeus do entreguerras, Salgado (1950, p. 74) afirma que retira a sua intenção de chefiar o Executivo pela necessidade de emular as estratégias europeias. De acordo com o Messias Integralista, a Europa de 1938 enxergava a erosão das potências liberais por suas divisões internas, ao passo em que os regimes fascistas ascendiam como aurora de uma nova política que compreendia a importância do espírito nacional na formação de um Estado homogêneo e único. Como desbravadores, repetindo a imagem dos bandeirantes, esses regimes fascistas “traçam o mapa das nacionalidades com a ponta das baionetas”, mostrando ao mundo a forma de governo do futuro, em oposição ao passado liberal “sem vibração mística pelas aspirações nacionais” (SALGADO, 1950, p. 74).

Inclusive Miguel Reale (1935, p. 47) em *O estado moderno* cita os bandeirantes nominalmente como heróis nacionais, utilizando esta imagem para sugerir que os Integralistas seriam herdeiros deste ideal. Mais do que isso, Reale (1935, p. 47) identifica uma ausência de ideal no Brasil. A Alemanha teria o ideal da raça, a Rússia o ideal proletário, a Itália o império, mas o Brasil estava distante de uma paixão mobilizadora. Estava, pois o ideal de nação surge para preencher esse vácuo: “A grandeza do Integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da Nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da terra e de nós mesmos” (REALE, 1935, p. 47). Os bandeirantes, tornados uniformes na retórica de Reale, desbravavam o território físico em busca de riquezas; já o Integralismo, seu herdeiro moderno, desbrava a espiritualidade nacional na busca de riquezas para formar uma “civilização tropical, cheia de delicadeza e de espiritualidade cristã” (REALE, 1935, p. 47).

Mas por mais que olhe com admiração para os regimes fascistas europeus, tampouco Salgado abandona o seu nacionalismo e a retórica anti-imperialista que ecoa os preceitos mussolinescos de luta de nações. Pois com a prevalência dos fascismos no velho continente, unificados em seus respectivos Estados homogêneos, massificados e integrais, recai a necessidade de que o Brasil também siga o mesmo caminho. Do contrário, se fará fragilizado e presa fácil para a influência estrangeira. Uma nação brasileira dividida e um povo “enfraquecido pelas dissensões” seria “fácil presa de seus apetites” (SALGADO, 1950, p. 74). Do qual decorre a importância do Integralismo não tomar parte nas lutas que dividem a nação, mas afirmar a sua contribuição para o fortalecimento nacional. A nação se sobressai sobre o Integralismo em si, em outras palavras, dado que é preciso sacrificar temporariamente o movimento para fortalecê-la. Isso não significa abandonar o movimento e se adaptar comodamente ao materialismo liberal-burguês, mas uma tregua temporária estratégica:

Não julgueis que estas minhas palavras encerram quaisquer intuítos de vulgar adesão, de mudanças, um milímetro sequer, da linha de dignidade que me impus e vos tracei. Nem a mim, nem a vós, nos anima o interesse mesquinho das posições cômodas e tranquilas, muito menos o gesto indecoroso dos oportunistas, estendendo a mão para pedir, seja o que for, em troca de atos de consciência. Longe de nós uma atitude de fatigados e vencidos, acendendo no olhar, onde sempre fulgurou a centelha do patriotismo, o fumo das ambições torpes. Nunca nos seduziram partilhar, ou compensações, porque o nosso patriotismo não tem preço. O que estas palavras, portanto, querem significar é, tão somente, a perfeita compreensão da hora internacional, que exige tréguas nas lutas internas. Qual a orientação, pois, que vos recomendo? A orientação da paz, da ordem, da abstenção de quaisquer agitações. (SALGADO, 1950, p. 74).

Para Salgado (1950, p. 75), dado a trégua ser imprescindível, é preciso que o Integralista continue na luta. Como melancólico, prevendo seu exílio, afirma que é preciso atuar através da moralidade, “a base da grandeza de um povo” (SALGADO, 1950, p. 75). Que na incapacidade de um golpe integralista, a mudança para o Estado Integral virá através dos valores que o Integralismo defende: Deus, nação, pátria, ordem, unidade — essas duas últimas também algumas das palavras mais repetidas ao longo do manifesto. Precedendo um imaginário típico do Bolsonarismo, Salgado (1950, p. 75) chega a afirmar, no maniqueísmo típico dos fascismos, que um Integralista moralmente íntegro, que respeita os valores ditos, é um “homem de bem”, inspirado e reflexo dos grandes heróis nacionais. Aliás, “homem de bem” é uma expressão que aparece em mais de um de seus trabalhos, sendo repetido também no *Manifesto-diretiva*.

Reafirmando a importância dos preceitos Integralistas, Salgado (1950, p. 75) encerra o seu manifesto uma vez mais lembrando que o perigo invisível do materialismo das nações não integrais está mais do que nunca a postos. Para o verdadeiro integralista, cabe reconhecer que o momento é delicado e que é indispensável a trégua com o Estado Novo em função da união nacional. Na prática, portanto, o *Manifesto de maio* não é muito mais do que um pedido melancólico para que os Integralistas não busquem um novo levante, mas permaneçam fiéis aos seus princípios nacionalistas e cristãos. Um pedido para que a entropia seja parcial, não total, conforme o Integralismo se enfraquece definitivamente, mas lança raízes sobre a política nacional que nunca vão desaparecer completamente:

Estas são as minhas palavras a um milhão de brasileiros que ensinei e eduquei duramente seis anos. Digo-as, desinteressadamente, e, com a maior solenidade, porque falo do outro lado da vida política da Nação, reafirmando os meus propósitos, tantas vezes repetidos, de nada quer do Brasil a não ser que ele seja grande e respeitado. O momento internacional é de uma gravidade sem precedentes nestes últimos cem anos da História Universal. Diante dele e dos perigos que ameaçam nossa Pátria, direi, para que não caia sobre mim, um dia, a acusação de haver concorrido para a subversão da ordem e as divisões dentro do país: - Uni-vos, brasileiros, respeitando as autoridades constituídas e não perturbando, de forma

alguma, a ordem pública. E, se apesar disso, a minha palavra e a vossa atitude não forem compreendidas no presente, restar-nos-á a certeza de que, sempre fieis ao mais alto pensamento de patriotismo, a posteridade saberá julgar-nos nas páginas da História (SALGADO, 1950, p. 75).

Por fim, essas foram as principais características identificadas sobre o *Manifesto de maio*, que dá início ao terceiro ciclo do Integralismo: a fragilização e o exílio de Salgado:

Tabela 16 - Características apreendidas no *Manifesto de maio*.

Manifesto de maio (1938) Terceiro ciclo: Estado Novo (1937-1938) Terceiro estágio: chegada ao poder	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	Paranoia conspiracionista, ameaça comunista
<i>Anticomunismo/antiliberalismo</i>	Materialismo afasta os homens de Deus
<i>Autoritarismo</i>	Apologia dos fascismos europeus Belicismo Tanatofilia Culto do messias Maniqueísmo Messianismo sacrificial: sacrificar o movimento em prol da nação Salgado como o grande patriarca que ensina seus filhos sobre valores nacionais e cristãos Unificação da nação integral
<i>Fundamentalismo cristão</i>	“Deus” e “cristão” como algumas das palavras mais utilizadas Deus como guia da moralidade
<i>Nacionalismo</i>	Culto dos heróis nacionais “Brasil”, “brasileiros”, “nacional”, “nação”, “patriotismo” e “pátria” como termos mais frequentes Preceitos da integração nacional Homogeneização nacional
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada Necessidade de reação contra a degeneração Retórica da ameaça e conspiracionismo paranoico: ameaça invisível catastrófica

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Manifesto de maio*.

É perceptível que o Integralismo transpõe as etapas propostas por Paxton (1998). Ainda que não desapareça nunca do cenário político brasileiro, após 1938 caminha

progressivamente à marginalização e entropia. Retornando aos argumentos de Paxton, neste caso as elites tradicionais, conservadoras e liberais prevaleceram sobre os fascistas, não permitindo que os segundos ascendessem ao Executivo porque, na prática, não havia necessidade para tal. O cenário político brasileiro da época fornecia campo para um autoritarismo tradicional como o Estado Novo, ainda que com alguns traços de imitação fascistizante que Vargas absorveu tanto do Integralismo quanto do Fascismo, mas não tanto para um fascismo em si. Algo que mudaria décadas depois, em 2018, como será visto em breve.

3.4 O retorno

“Nothing besides remains. Round the decay / Of that colossal wreck, boundless and bare / The lone and level sands stretch far away” (SHELLEY, 2009, p. 40)

Salgado não ficaria permanentemente no exílio, retornando ao final de 1945, quando o Estado Novo colapsava. Mas, do retorno, seu movimento já não era o mesmo. Não apenas o Integralismo havia se esfarelado, como também no pós-guerra e depois do Holocausto um movimento de matriz abertamente fascista não seria bem visto. Como consequência, Salgado fundou um partido com a mesma sigla do antigo PRP, pelo qual havia sido eleito deputado estadual duas décadas antes. O novo partido, porém, chamava-se Partido da Representação Popular. Lançou-se candidato à presidência nas eleições de 1955 e, ainda que tenha ficado em quarto lugar, angariou 8% dos votos, apenas a pouco mais de dois milhões de votos do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Seu *jingle* de campanha sintetizava a sua visão do Integralismo nesta nova fase: “O homem vem aí / Está na hora de mudar / Vem o Plínio Salgado / Pro Brasil endireitar” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 89).

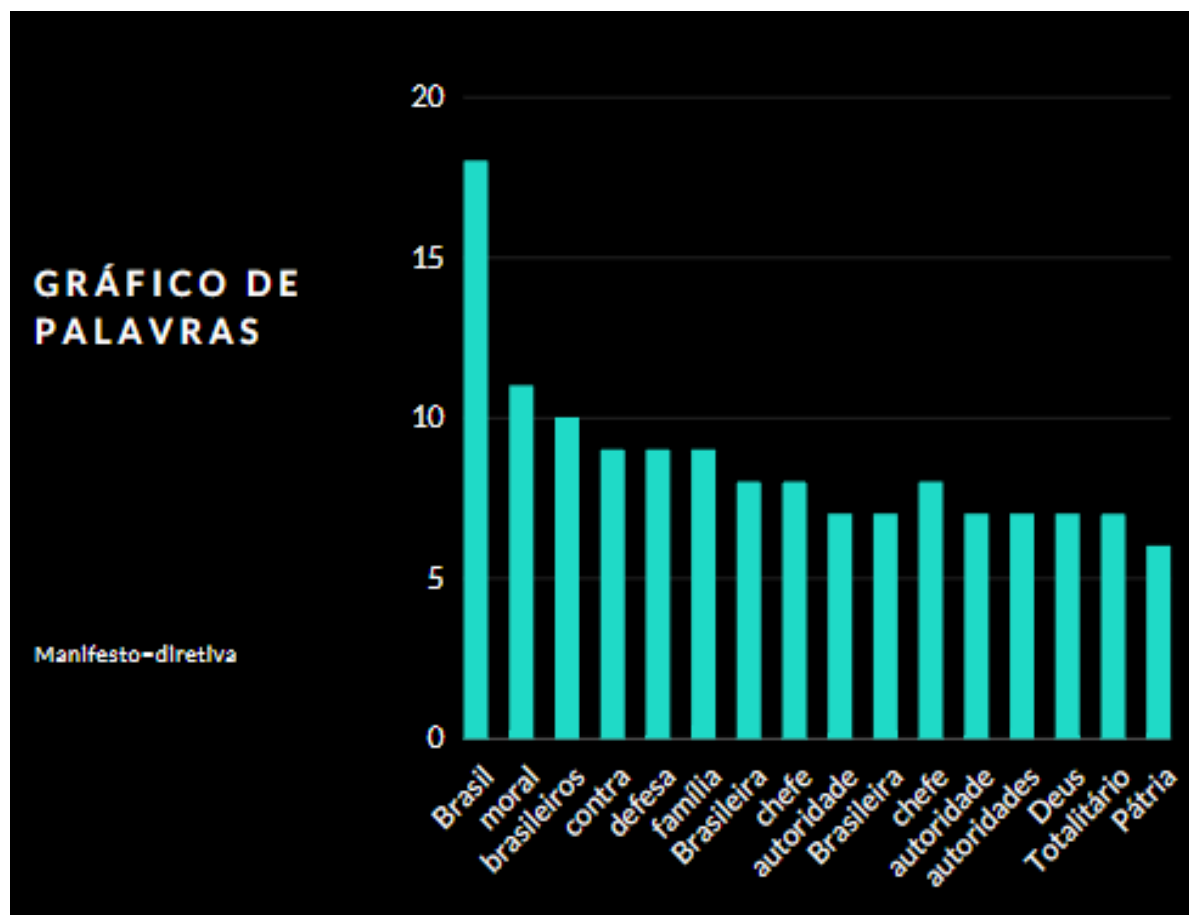
Com a dissolução do Estado Novo e a volta de Salgado do exílio, o Integralismo entra em uma nova fase. Não tem a mesma força de antes, quando foi o maior movimento de inspiração fascista da América Latina. Não é mais um movimento antissistema, pelo contrário, se afirma em defesa da jovem e curta democracia brasileira. Ou seja, é institucionalizado por meio do PRP. De certa forma, não é absurdo dizer que o Integralismo foi absorvido pelo *establishment*, que não toleraria mais, no cenário democrático e pós-guerra, incursões abertamente fascistas. Os discursos de Salgado se tornam menos antissistema, menos inflamados e mais políticos. Ele não pregava mais, ao menos não com tanta virulência, contra a destruição de uma elite. O discurso contra o perigo vermelho permanece e seu autoritarismo retorna com força com o sinal dos tempos, quando, no início dos anos 60, apóia o golpe militar.

Em um ponto curioso, o período em Portugal influenciou Salgado a ponto de afirmar que era “lusobrasileiro”. Certamente uma distância em relação ao que dizia nos materiais iniciais do Integralismo, quando pregava um nacionalismo sectário que jamais admitiria uma fusão sobre outra nacionalidade. Se admirar o nazifascismo não seria tolerado com a mesma complacência após 1945, o mesmo não se pode dizer do Salazarismo. Assim, Salgado passou “a ser um defensor supremo da política de António de Oliveira Salazar, imagem que seguiu até o fim da vida” (GONÇALVES, 2013). Salgado, desta forma, apenas desloca a imagem inspiradora do velho-novo Integralismo do Fascismo para o Estado Novo português.

O *Manifesto-diretiva* surge nesse cenário. É um dos últimos documentos que Salgado escreve no exílio, e pelo mesmo motivo fecha *O Integralismo perante a nação*, livro de 1950 que aglutina grande parte desses materiais. É publicado quinze dias antes da fundação do novo PRP — que viria a fracassar nas eleições de 1945, com apenas um deputado eleito entre 147 candidatos (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 79). O nome antecipa o tema: trata-se de um manifesto com as diretrizes para este novo Integralismo, que ressurgiu, para distorcer a máxima de Gramsci, quando o velho não morreu completamente, mas o novo ainda assim precisa nascer. Pois ainda que o Integralismo continuasse a existir em segmentos marginais, foi notório o seu enfraquecimento com a ida do Messias à Europa. E, como foi dito, era preciso que o novo Integralismo se afastasse da imagem do nazifascismo. Salgado abandona parte da simbologia Integralista que poderia ser rapidamente identificada como análoga ao nazifascismo, como a saudação. Com a falha na aproximação com o Nazismo durante a Guerra e a derrota do regime, o Integralismo busca se afastar de sua tradição fascista ao mesmo tempo em que busca se aproximar de um conservadorismo religioso e tradicional. Nada mais natural, portanto, que um manifesto fornecendo essas direções.

Mas, na prática, o *Manifesto-diretiva*, ainda que mais suave e dissimulado do que os materiais anteriores, repete muitos dos traços, como pode ser notado na nuvem de palavras abaixo. Se o *Manifesto de maio* tinha uma intenção explicitamente apaziguadora, a função do *diretiva* é igualmente óbvia: reconduzir a AIB para uma nova formação no pós-guerra. O que é ilustrado pela alta presença de palavras como “nazista”, “nazistas” e “totalitário”. O imaginário sobre o fascismo ficou intrinsecamente relacionado ao Holocausto, a partir do qual se entende a necessidade de movimentos fascistas do pós-guerra, por mais semelhantes que fossem aos do entreguerras, buscassem se afastar da incômoda imagem. Um processo, como discutido no primeiro capítulo, que está longe de ser exclusivo do Integralismo: quase todo movimento com características fascistas após 1945 se nega fascista ou inspirado pelo fascismo, por mais semelhante que possa ser.

Figura 26 - Palavras relevantes no *Manifesto-diretiva*



Fonte: Elaborado pelo autor, sobre o *Manifesto-diretiva* e através do software WordClouds.

Salgado (1950, p. 98) dá início lembrando um de seus pontos em comum com os outros trabalhos: o Integralismo não é somente um movimento, mas uma filosofia. Ou, melhor dizendo, uma “nítida concepção do Universo e do Homem”. Uma cosmovisão que dita preceitos morais sobre os quais se rege o viver. O partido é meramente a representação dessa filosofia em formato de agremiação política. Salgado (1950, p. 98) afirma que essa cosmovisão é baseada em quatro preceitos básicos, a saber: I) a personalidade humana; II) a família; III) a economia, e; IV) o Estado. A junção dos quatro, em troca e diálogo permanente, forma a ideologia do Estado Integral. Sobre o segundo e o quarto ponto, os materiais anteriores já haviam deixado claro a preocupação do Integralismo em relação à família — vista como sustentáculo da nação, ela em si uma grande família — e o Estado — a união dos milhões sobre o uno. Chama atenção, então, a inclusão de personalidade humana e economia, traços que não foram discutidos nos demais manifestos, doutrinas e discursos analisados. Em particular o primeiro, personalidade humana, considerando o quanto isso contradiz o seu preceito de formação de massas homogêneas e suas afirmações anteriores da eliminação das individualidades.

Sobre esses preceitos básicos, reina Deus — termo que, uma vez mais, é um dos mais utilizados. Se há mudanças em seu discurso, em larga medida os argumentos essenciais permanecem inalterados. Como a já estabelecida hierarquia de Deus acima do Estado Integral (e este acima das milhões de individualidades), ou melhor, Deus como guia do Estado Integral. Deus acima de tudo, Brasil acima de todos, portanto. O que justifica, para Salgado (1950, p. 98) a condenação de “todas as ideologias materialistas”. Repete-se, assim, o discurso anticomunista e antiliberal, com prevalência para o primeiro, de que o materialismo em suas distintas formas ameaça o bem-estar da nação e até mesmo a crença em Deus. A retórica da ameaça do comunismo, mais do que nunca está presente, e a ideologia de Moscou procura desvirtuar “os fundamentos religiosos da Pátria” (SALGADO, 1950, p. 98), com o seu ateísmo corrosivo e divisor. Afirma, assim, que o Integralismo “adota uma concepção espiritualista da história, da economia, da sociedade e do Estado” (SALGADO, 1950, p. 98), em franca oposição ao materialismo econômico/histórico.

Figura 26 - Visão espiritualista e visão materialista



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software Canva* e baseado no *Manifesto-diretiva*.

Ante a visão espiritualista da História, o homem se transforma em um ser, ele mesmo, espiritual. Uma vida no espírito, por assim dizer. E, sendo o homem feito à imagem de Deus, também possui fragmentos do espírito. Esses fragmentos, elenca Salgado (1950, p. 99), são a família, a propriedade, a profissão, a política e a religião, cada um ligado a um campo de ação específico. Advoga, portanto, pelo direito à propriedade privada, ponto que já aparece em alguns dos trabalhos de antes. Da mesma forma, a presença do vocábulo “profissão”, indica a

preocupação corporativista típica de Salgado, a ideia de dividir as sociedades humanas em estamentos profissionais e industriais.

Salgado (1950, p. 100) logo depois, paradoxicalmente, defende pela “Liberdade religiosa”. Paradoxal não apenas pela forte vinculação antissemita do Integralismo, em particular com Gustavo Barroso, mas mesmo pelo ataque nada tolerante que emprega àqueles sem religião, ateus ou agnósticos neste mesmo manifesto, os legando o que enxerga como responsabilidade pelo bacilo do materialismo. A ausência de religião, para Salgado (1950, p. 99-100), é culpada, a longo prazo, pela degenerescência nacional, já que ela fornece o campo necessário para os materialismos se disseminarem. Em especial o Estado, que não deve ser, de nenhuma forma, laico, pois a ausência de religião desumaniza o homem: “uma sociedade sem Deus deixa de ser uma sociedade de homens, para se transformar num rebanho de animais que tiranos conduzem facilmente” (SALGADO, 1950, p. 100). Um pressuposto, então, bem distante da liberdade religiosa que alega defender. De fato, por mais que o cristianismo estivesse presente também nos demais materiais analisados, o *Manifesto-diretiva* apresenta um Salgado mais fundamentalista do que antes, colocando Deus em diversos fragmentos no centro de sua argumentação.

Dessa forma, é pertinente quando ele começa, logo em seguida, a interceder pela família tradicional, colocando os termos em todas as suas palavras: “Indestrutibilidade da família e sua constituição nos moldes tradicionais” (SALGADO, 1950, p. 99). Tão mais sintomático quando consolida o que é a família tradicional: uma família constituída por um homem forte, a autoridade do grande pai. Do qual decorre a mesma projeção para o Estado: o Messias a liderar a nação à grandeza também deve ser, ele próprio, um grande pai dotado de autoridade para corrigir os desvios de seus filhos. O autoritarismo patriarcal é, na prática, “o alicerce da vida nacional brasileira”. Cabe a este grande pai proteger a família das influências malignas e corruptoras dos agentes de Moscou, do materialismo desagregador que corrói a religiosidade por dentro.

A propriedade privada, ainda que tenha sido anteriormente afirmada de forma mais tímida por Salgado, aqui aparece em destaque. Isto porque Salgado (1950, p. 99) argumenta que ela é método de defesa das instituições familiares — e em consequência macro, da nação, sendo ela constituída por essas famílias — contra as influências materialistas. Em uma família com estrutura patriarcal e uma figura paterna forte, não há perigo da ideologia comunista espalhar seus tentáculos ímprobos (SALGADO, 1950, p. 99). Em uma passagem pouco adiante, Salgado (1950, p. 100) retorna a argumentos anteriores contraditórios, que uma vez mais emulam o princípio Mussolinesco de “democracia autoritária”, de que autoridade e

liberdade devem ser sinônimos. Para ele, a autoridade é criada pela liberdade, ao passo que é a autoridade que permite que a liberdade exista. Pois, sem autoridade, reina a anarquia, instaura-se uma liberdade absoluta que acaba por canibalizar a si mesma. Dessa forma, é preciso a estrutura de um pai forte, de um Messias para impor autoridade disciplinar — e, por consequência, liberdade — a seus rebentos. Novamente, é revelador sobre esse ponto que termos como “família”, “autoridade”, “autoridades”, “defesa”, “contra”, “ação” e “chefe” apareçam como alguns dos mais comuns.

No primeiro capítulo deste trabalho, falou-se brevemente, em uma nota de rodapé, como o PVV neerlandês coloca um parêntese em (nacional)socialismo, ressaltando a segunda palavra em detrimento da primeira. Uma ferramenta não muito diferente do que fazem outros partidos ou políticos contemporâneos similares, como o próprio Bolsonarismo, com um revisionismo que desloca o nazifascismo à esquerda. Pois não basta, após a Guerra, se afastar da imagem aberta do nazifascismo. É preciso acusar os inimigos de terem sido os verdadeiros perpetradores, ignorando o traço fundante do nazifascismo: o nacionalismo extremado. Já tendo a esquerda a sua cota de pecados, recai a ela também o crime do Holocausto. E os fascismos do pós-guerra, por mais semelhantes que sejam com seus antecessores — e, no caso do Integralismo, abertamente semelhante por um período — utilizam a manobra retórica do epíteto “socialista” no Nazismo para justificar que não podem ser fascistas, já que são absolutamente anticomunistas — e ignorando, no processo, a essência anticomunista de todos os fascismos. Mas esse processo não surge no século XXI. Plínio Salgado já trazia exatamente esse argumento no *Manifesto-diretiva*:

A atividade política para ser plena, há de se basear-se na garantia do culto religioso e da capacidade econômica, único meio de impedir a exploração eleitoral dos fracos pelos fortes, dos crédulos pelos mentirosos, dos honestos pelos desonestos, dos pobres pelos ricos, dos timoratos pelos audazes, pois foi por falta de fundamento moral e luz espiritual que em muitos países o povo se transformou em massa amorfa e esta levou ao poder os fundadores dos estados totalitários, tanto nacional-socialistas como internacional-socialistas (SALGADO, 1950, p. 100).

Tão cedo a Guerra acabou, considerando que o manifesto é publicado ainda em 1945, os fascismos sobreviventes trataram de buscar se afastar o mais rapidamente possível do Nazismo. O “socialista” fornecia o caldo perfeito para isso, permite não somente se distanciar, mas também empurrar os crimes Nazistas para o outro lado. O comunismo se divide, nesse discurso, em dois tipos: o tradicional, internacionalista, e o Nazista, nacionalista. Ambos, totalitários. Ambos, espreitam como um animal faminto sobre a “massa amorfa” (SALGADO,

1950, p. 100), desejosos de destruir a família tradicional, impor a divisão sobre os indivíduos e, no processo, enfraquecer a unidade nacional.

Vale ressaltar que apesar da tentativa de distanciamento do Nazismo no pós-guerra, o Integralismo, para além de proximidades ideológicas e doutrinárias, tinha uma aproximação de fato com o Nazismo. Não obstante a figura antissemita de Gustavo Barroso, que aproximava o Integralismo mais ao Nazismo do que ao Fascismo, outros militantes do movimento transitavam entre afiliações nazistas no Brasil. O próprio Plínio Salgado, em 1942, tentou uma aproximação discreta com o regime alemão, na tentativa dúbia de não se indispor com Vargas, mas tampouco abandonar a possibilidade de ser benquisto pela possível nação vencedora da Guerra. Salgado sempre negou a relação, principalmente depois da derrota Nazista na Guerra, quando o regime se tornou a encarnação do mal no imaginário popular e político: “Sem acordo com Vargas e Hitler, buscou o estabelecimento de um discurso seguro e incontestável para a reconstrução do integralismo: o cristianismo e a utilização da palavra de Deus como justificativa de práticas políticas” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 73-74).

Salgado (1950, p. 101) coloca o Integralismo, neste novo ciclo, contra o que identifica como Estados totalitários, deslocando o mesmo adesivo para o Nazismo e para o comunismo. Visto que, para ele, ambos seriam baseados em formas de materialismo histórico e uma visão distorcida do darwinismo. Isto é, enquanto o comunismo impõe uma luta de classes, na qual a classe mais forte sagra-se historicamente vencedora, o Nazismo pratica o mesmo com a raça. Por mais que admita que o Nazismo seja de direita — o que não surpreende, considerando que os fascismos tradicionalmente se colocam como uma terceira via, algo que o Integralismo sempre fez — deduz que Nazismo e comunismo são equivalentes de sinal trocado não apenas pelo materialismo histórico, mas tanto mais pelo ateísmo de ambos. Os dois, então, são ameaças contra o cristianismo e visam “a destruição da personalidade”, em curiosa alegoria ao individualismo que contradiz a apologia ao coletivismo dos trabalhos de antes.

Em revisionismo de seu movimento, Salgado (1950, p. 112) replica que a AIB sempre fora antitotalitária e que, injustamente, fora classificada como totalitária exatamente pelos inimigos totalitários. É interessante perceber a ausência do vocábulo “fascismo” no *Manifesto-diretiva*, e sua substituição por totalitarismo. É notar como já nessa época a noção de totalitarismo se tornara ferramenta para classificar esquerda e direita como sinônimos, através da teoria da ferradura, por mais ligado que um movimento fosse com a própria extrema-direita até pouco antes. A ideia de fascismo, por sua vinculação direta à extrema-direita, é relegado em função de totalitarismo, mais útil por permitir englobar da mesma

forma movimentos absolutamente discrepantes entre si. Na prática, bastante semelhante ao que é feito contemporaneamente com a ideia de populismo.

Curioso, contudo, que Salgado (1950, p. 102) relate que a semelhança indumentária e simbolista do Integralismo com o nazifascismo era, na prática, uma forma de rejeição do segundo. Isto é, que o Integralismo não teria se inspirado no Fascismo, mas adotado estratégias semelhantes como forma de proteger o Brasil da influência estrangeira deste e, principalmente, do Nazismo posteriormente. A adoção de cores e o nacionalismo brasileiro viriam de um mecanismo de defesa da soberania brasileira:

É preciso lembrar que, quando o Integralismo surgiu no Brasil, a nossa Pátria estava ameaçada pela infiltração de doutrinas estrangeiras, a tal ponto que os nazistas usavam impunemente os seus distintivos, as suas bandeiras e as suas camisas kaki, chegando mesmo a fazer desfiles em certos pontos do país, sob os olhos complacentes das autoridades, o que lhes facilitava conquistar prosélitos entre elementos descendentes da raça alemã, determinando por parte dos antitotalitários nacionalistas o uso de exterioridades semelhantes para captar, nacionalizar brasileiromente tais elementos e impedi-los de formar quistos raciais que poderiam ser utilizados pelo imperialismo nazista. [...] O meu argumento para os que dirigiam perguntas sobre a camisa-verde Integralista e antitotalitária, era o de que a circunstância de alguém usar licitamente na sua defesa a mesma arma que o adversário emprega no ataque, longe de identificar esse alguém ao adversário, mas o diferencia dele, pois o que importa não é a roupa nem o instrumento em uso, e sim a atitude e a doutrina de cada qual. Tanto assim é que, na própria Alemanha, o partido comunista usava um uniforme e tinha uma milícia, em tudo igual a nazista, uniforme e milícia que só se extinguiram quando os comunistas alemães (em quanto nós, Integralistas, sustentávamos no Brasil uma doutrina antitotalitária), confraternizaram com os hitleristas, tanto no reichstag, como depois nas próprias eleições, o que é do domínio da História (SALGADO, 1950, p. 102-103).

Fica claro, na prática, que se o *Manifesto de maio* é uma tentativa de trégua com o Estado Novo, o *Manifesto-diretiva* é uma tentativa de afastar o mais rápido possível qualquer associação do Integralismo com a imagem do Nazismo e do Holocausto. É sintomático, desta forma, que o Nazismo tenha praticamente substituído o liberalismo como inimigo secundário, após o comunismo. Não há quase menção ao liberalismo, exceto o que se pode induzir a partir de suas críticas ao materialismo. Pelo contrário, chega a afirmar, com perceptível orgulho, que Getúlio Vargas o chamara de liberal, quando se defendeu dizendo que não tinha ligações nazifascistas (SALGADO, 1950, p. 104). O ataque ao materialismo prossegue, mas substituí um de seus alvos por outro alvo mais útil.

Em outro ponto curioso, Salgado (1950, p. 103) justifica que o Integralismo não pode ser totalitário porque mantinha uma relação amigável com Vargas. Isto é, por ter tido a presença de Vargas em eventos Integralistas de 1937, o movimento não teria ambições de um Estado totalitário, por maior que fosse a paridade da ideia de um Estado total com a de um

Estado Integral. Em outra manobra, transforma seu exílio em Portugal em um convite de Vargas para “ocupar um cargo diplomático” e que havia sido ele a rejeitar o cargo de Ministro da Educação, por ter uma preocupação democrática que não via refletido no Estado Novo (SALGADO, 1950, p. 103-104). Salgado (1950, p. 103) conclui, então, que “Apontar, pois, o Integralismo como totalitário ou inspirado em ideologias exóticas será ofensivo ao Sr Presidente Vargas, assim como à idoneidade das autoridades públicas do Brasil”. Ou seja, dado a proximidade de Vargas com o Integralismo, afirmar que a AIB seria totalitária seria afirmar que Vargas também o era. Também utiliza, entre outras, como justificativa para não ser totalitário não ter tido força para chegar ao Executivo federal (SALGADO, 1950, p. 104).

Os seus malabarismos continuam nas páginas seguintes, quando fala que o Levante Integralista na verdade foi um protesto geral, que apenas por coincidência tinha algumas centenas de Integralistas — chega a colocar um parêntese “(bem poucos)” —, desejosos que o Estado Novo transitasse à democracia. Também lava as mãos, ao dizer que só soube do Levante quando este já havia terminado (SALGADO, 1950, p. 105). Em outra alteração dos fatos, disserta por parágrafos sobre como o Integralismo jamais aceitaria financiamento, armamento ou apoio estrangeiro, quando ele próprio recebeu financiamento de Mussolini em seu início (SALGADO, 1950, p. 105).

É claro, no *diretiva*, não apenas a tentativa do Integralismo em se afastar do nazifascismo, mas também de se aproximar da democracia liberal e dos Estados Unidos. O que faz sentido, considerando o deslocamento de poder para os EUA no pós-guerra e o colapso do que Salgado anteriormente havia enxergado como o método político do futuro. Retorna para o *Manifesto de maio*, lembrando da trégua que foi forçado a reconhecer com o Estado Novo, gentilmente solicitado por Vargas e concitando os Integralistas a “não criarem dificuldades ao governo e a se manterem pacíficos e ordeiros afim de não perturbar a união nacional, numa hora que se renunciava a agressão nazista e a desordem comunista aliada ao nazismo” (SALGADO, 1950, p. 106). Ironicamente, porém, não há qualquer menção ao Nazismo no *Manifesto de maio*, sendo este fator só adicionado após a Guerra. De resto, como visto na seção anterior, de fato o manifesto buscou, pela pressão do Estado Novo, uma conciliação nacional em prol do que enxergava como um mal necessário.

Em seguida, reforça sua aproximação com os EUA a, uma vez mais, praticar um *retcom* incluindo no *Manifesto de maio* elementos que não estavam presentes. Pois afirma que Vargas (e ele, por conseguinte), naquela altura, tinha um compromisso com os EUA. E era preciso, para o bem do Brasil, dos EUA e do continente americano, “uma sólida união de todos os brasileiros, a concorrer com o máximo esforço pela causa da democracia”. Um

paradoxo, não apenas pela ausência de qualquer preocupação democrática no *Manifesto de maio*, mas igualmente por ter acabado de dizer que mesmo o Estado Novo era contra a democracia, razão pela qual havia recusado o ministério. Por fim, chama de loucos e mentirosos vis aqueles que clamam que o Integralismo não seria democrático (SALGADO, 1950, p. 106) — enquanto no *Manifesto de outubro* dizia explicitamente que o Integralismo promoveria uma ruptura democrática, caso fosse necessária; e mesmo no próprio *diretiva* defende a estrutura disciplinar e autoritária de um Messias inspirado no pai forte.

Em destacável ponto tardio de aproximação com Mussolini, Salgado repete o argumento do *Duce* de que a felicidade forma homens bestializados. Contradizendo sua defesa da democracia liberal alguns trechos antes, retoma a ideia de que a verdadeira felicidade é obtida através da pressão de uma estrutura disciplinar e autoritária. Uma vida voltada para os bens materiais e individualistas — no que talvez seja o mais perceptível resquício de antiliberalismo remanescente no *diretiva* — se “funde com a escravidão, mesmo sob a forma do conforto e dos prazeres materiais” (SALGADO, 1950, p. 107). Isto porque um homem materialista, um homem que não segue a disciplina, se afasta de Deus e se aproxima da besta — o que, por consequência, degenera a nação.

Salgado (1950, p. 108) encerra reafirmando que o Integralismo não é apenas um partido político ou uma doutrina, mas uma cosmovisão. Uma filosofia que transcende a figura de seu criador e que sobreviverá mesmo quando ele estiver morto — um ponto que, inegável, ele acertou. Mais do que isso, identifica no Integralismo a expressão maior de brasilidade, da mesma forma que Mussolini afirmava o Fascismo como a personificação do *italianità*:

Vive e viverá, porque existindo o Brasil, existe o Integralismo, que é um modo de ser, tão essencialmente ligado à economia íntima da nacionalidade, como folhas, as flores e os frutos à árvore materna [...] A “Ação Integralista Brasileira” era um partido e foi fechado; mas o Integralismo é uma doutrina e ninguém o pode fechar (SALGADO, 1950, p. 108-109).

É interessante perceber, ao se pegar materiais com um recorte espacial e temporal amplo, não apenas como o Fascismo e o Integralismo se alteram dentro deles mesmos, mas também como contradizem seus argumentos em si. Salgado passa de ser abertamente a favor do Fascismo, por tentar de qualquer forma se afastar. Sem considerar outras tantas contradições menores. Por fim, essas foram as características apreendidas no *Manifesto-diretiva*:

Tabela 17 - Características apreendidas no *Manifesto-diretiva*

Manifesto-diretiva (1945) Quarto ciclo: exílio (1938-1945) Quinto estágio: entropia	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	O ateísmo comunista irá destruir “os fundamentos religiosos da Pátria” Nazismo como equivalente ao comunismo
<i>Antiliberalismo</i>	O materialismo degenera o homem e o afasta de Deus Utiliza a imagem de Deus como forma de atacar os materialismos
<i>Antitotalitarismo</i>	O Nazismo surge como novo inimigo, enquanto o liberalismo é quase esquecido Tentativa de se afastar da imagem do fascismo — alta frequência de menções ao Nazismo Medo de o associarem ao Nazismo: discorre em largas passagens sobre como o Integralismo é antitotalitário
<i>Autoritarismo</i>	Estado emula a família tradicional e a autoridade do grande pai Maniqueísmo: “homem de bem” Altera fatos: diminui o Levante Integralista, afirma que rejeitou o ministério, diz que foi para Portugal não como exilado Felicidade material forma homens bestializados, a verdadeira felicidade vem da disciplina Inimigos objetivos
<i>Fundamentalismo cristão</i>	Homens sem Deus são animais Exaltação de Deus como guardião do Estado Integral
<i>Liberalismo</i>	Propriedade privada como defesa da família contra o materialismo Defesa da propriedade privada, afirma que Vargas o chamou de liberal, apaga o antiliberalismo Aproximação com os Estados Unidos e tentativa de se reinventar como democrata-liberal
<i>Nacionalismo</i>	Família como sustentáculo da nação Estado como preceito básico do Integralismo O Integralismo não é só um movimento, mas uma cosmovisão O homem sem Deus enfraquece e degenera a nação
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada Paranoia conspiracionista — inimigos da nação dispostos a destruí-la Os materialismos ameaçam a nação permanentemente Retórica da ameaça: o comunismo vai destruir a nação

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Manifesto-diretiva*.

Por fim, a próxima e última seção irá tratar do último ciclo do Integralismo sob Salgado, bem como a fragmentação que o movimento sofreu após a morte do Messias.

3.5 (Neo?)Integralismo

“Toda a História do Brasil, desde o Império até a República, é uma sucessão de equívoco” (SALGADO, 1961)

Seria preciso uma pesquisa inteira para explorar os motivos pelos quais o Integralismo fracassou enquanto o Fascismo e o Nazismo, ou mesmo o Bolsonarismo, tiveram sucesso. Mas, por efeito da discussão destes capítulos, é possível traçar algumas hipóteses. Para além de um possível caldo cultural não totalmente receptivo ao fascismo na época, mais propenso a um autoritarismo positivista nos moldes do Estado Novo, talvez a própria figura de Salgado tenha contribuído para o fracasso. Salgado era um homem franzino, pequeno, intelectualizado, tímido e indeciso. Bem distante das figuras histriônicas de Mussolini e Hitler, por mais que o Chefe tentasse imitá-los. Aliás, o viés intelectualista do Integralismo também pode ter ajudado a enfraquecê-lo, considerando a dificuldade no acesso à educação na época. Por fim, em outro ponto, o Integralismo era um fenômeno da alta burguesia, ao passo que o nazifascismo, assim como o Bolsonarismo, encontrou eco principalmente entre a baixa burguesia.

Em 1950, Salgado se candidatou ao Senado pelo PRP — a essa altura um partido institucionalizado que, por mais que aglomerasse os remanescentes da AIB, não era apenas um movimento disfarçado de legenda — em uma frente cristã, nacionalista e conservadora com o Partido Social Democrático (PSD) (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 83)⁶⁹. Não foi eleito. Tentou novamente em 1955, agora à presidência, e novamente fracassou. Conforme a candidatura de Salgado à presidência nas eleições de 1955 falhou, o Integralismo sofreu uma entropia definitiva. Ainda que tenha continuado a existir, foi relegado, como o próprio Salgado, a um plano menor. Sempre com algum respaldo e apoio popular, Salgado passou o resto de sua vida como deputado federal, contando com votos constantes para se reeleger ciclicamente. Também passou a atuar em outros campos além da política, tendo fundado uma editora (na qual realizou compêndios sobre o Integralismo em diversos volumes) e migrado à mídia com programas de rádio na Globo e em uma rádio de Assis Chateaubriand

⁶⁹ Essa não foi de longe a frente mais peculiar que seria formada pelo PRP, tendo o partido apoiado e recebido apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) à campanha de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul. Brizola chegou a declarar que não considerava o PRP um partido de direita, principalmente em relação a outros partidos como a União Democrática Nacional (UDN); além de promessas de cargos por parte de João Goulart (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 101). Esses exemplos evidenciam o quão institucionalizado o PRP se tornara, disposto a uniões pragmáticas que seriam impensáveis em sua época de AIB.

(GONÇALVES; NETO, 2020, p. 88). Suas posições nacionalistas e autoritárias tampouco desapareceram, e Salgado não hesitou em migrar para o Aliança Renovadora Nacional (Arena) quando do Golpe de 1964. Antes disso, porém, em 1962, já falava da necessidade de uma “revolução, para repor a ordem em nosso país” (apud GONÇALVES; NETO, 2020, p. 105), diante da crise institucional e política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. Uma contrarrevolução, portanto, um autoritarismo do real para impedir o autoritarismo do possível, algo que será retomado posteriormente no revisionismo militar de Sérgio de Avellar Coutinho, Araújo, Bolsonaro, entre outros. O Integralismo logo encontra consonância no anticomunismo da Ditadura Militar, que posteriormente seria, uma vez mais, reaproveitado no Bolsonarismo.

A Câmara dos Deputados registra diversos de seus discursos dessa época. O farto material, em oposição ao espaço escasso, torna impossível analisá-los todos. Por essa questão, será escolhido como derradeiro material sobre o Integralismo o discurso de Plínio Salgado na antevéspera da renúncia de Quadros. Isto pela relevância histórica de um discurso proferido a poucos dias tanto da renúncia quanto da alteração para o sistema parlamentarista, bem como das preocupações, sempre presentes, de Salgado com o que via como ameaça internacional do comunismo. Vale lembrar que nas eleições de 1960 o PRP não apenas se colocou contra Quadros, como também o taxou de aliado do *comunismo internacional* (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 104).

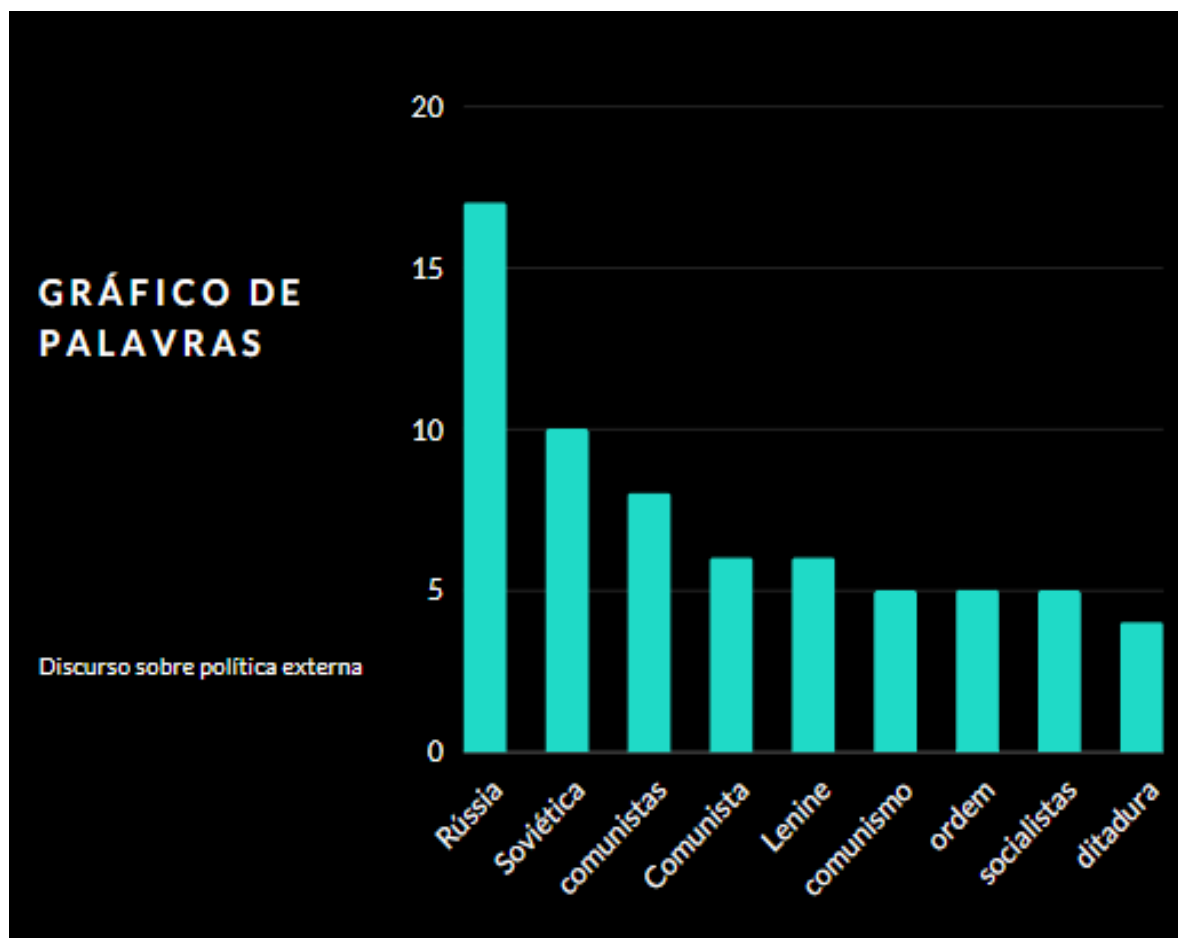
Salgado (SALGADO, 1961) não hesita em começar seu discurso proferindo o PRP como herdeiro direto do Integralismo, afirmando-o como forma atual de um legado de mais de 30 anos de vinculação doutrinária. Um dos pontos mais interessantes dessa reconstrução sobre os materiais de Salgado é perceber a constância do que talvez seja o principal ponto de congruência entre todos: o anticomunismo⁷⁰. Mas, da mesma forma, como ele se altera sutilmente. Por mais que o espantinho geral de 1932 seja o mesmo de 1961, os alvos menores mudaram. E Salgado se adapta a eles. Se no *Manifesto-diretiva* equipara o Nazismo ao comunismo, como iguais, e no *Manifesto de maio* defende a necessidade de união nacional para combater esse mal, no discurso de 1961 o seu anticomunismo aparece sobre o país ter relações diplomáticas com nações do comunismo real — ao que ele se opõe veemente. Para Salgado (SALGADO, 1961), manter relações diplomáticas com a URSS seria vender-se para o totalitarismo ateu e internacionalista, remodelando seu velho argumento de que o comunismo ameaça a unidade da nação, agora lançando mão também de defesa pelos

⁷⁰ Contam Gonçalves e Neto (2020, p. 86) que na década de 1950 alguns centros ligados ao Integralismo em sua fase institucionalizada promoviam “cursos de combate ao comunismo”, “comunologia”.

“regimes democráticos”. Relações diplomáticas implicaria uma ameaça não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina.

O *Manifesto-diretiva*, em particular, talvez possa ser pensado como ponto de inflexão sobre o último ciclo do Integralismo. É a partir dele, como o nome indica, que o Integralismo manifesta suas diretrizes após a entropia e a Guerra. Diretrizes que mantêm em larga medida neste discurso, e sobre as quais Salgado seguiria pelo resto da vida. Pois também aqui ele jura o Integralismo menos como um partido político e mais como uma cosmovisão, uma filosofia doutrinária baseada nos preceitos estabelecidos no *diretiva* (SALGADO, 1961, p. 06). E, também neste discurso, retoma as afirmações que o Integralismo não é totalitário, mas antitotalitário, colocando-se em essência contra o comunismo e seus equivalentes (como o Nazismo). A nuvem e a gráfico de palavras, como de praxe, ajuda a compreender um pouco o tom do discurso:

Figura 28 - Palavras principais do discurso



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* WordClouds.

Salgado é interpelado por um colega, Celso Brant, ex-Ministro da Educação de Juscelino Kubitschek, que questiona a preocupação com a política externa. Brant sugere que os comunistas que se devem temer estão dentro da nação, não fora dela. E que, nesse sentido, a crítica de Salgado sobre a política externa de Jânio Quadros é despropositada. Porque, segundo Brant, é culpa do próprio Quadros a existência de uma ameaça comunista: “se essa política levar o povo à miséria, terá contribuído muito mais para que o povo se encaminhe para uma solução de extrema esquerda do que o fato de haver, no Brasil, a embaixada soviética”, ou, como diz, “O comunismo vive dos nossos erros” (SALGADO, 1961).

Retornando um dos traços clássicos de sua ideologia, Salgado, como um *mea culpa* por criticar a política externa do presidente, reafirma o seu respeito por uma estrutura hierárquica e disciplinar. Mais do que apenas isso, declara que o Integralismo é, em si, obediência “à autoridade constituída e da manutenção das hierarquias sociais e políticas” (SALGADO, 1961). Por mais que seja uma distância do *Manifesto de outubro*, no qual assume que essa autoridade somente pode ser ele próprio, ainda mantém os mesmos traços de

autoritarismo, hierarquia e estrutura disciplinar. O que explica, mantendo o padrão, “ordem” ser uma das expressões que mais aparece de acordo com o WordClouds.

Um ponto que mostra o sinal dos tempos decorre de outra interferência sobre o discurso de Salgado, partindo do deputado Tristão da Cunha. Após Salgado dizer a nação e está acima de tudo, razão pela qual apoiará qualquer líder eleito democraticamente, também anuncia que, mesmo assim, divergirá caso esse líder vá de encontro com os preceitos de sua doutrina. Daí incorre a intervenção de Cunha, que sugere que essas divergências são inevitáveis de um sistema presidencialista, e que este seria caracterizado pelo personalismo, com o qual Salgado concorda (SALGADO, 1961). Para Cunha e Salgado, o sistema presidencialista, pelo personalismo consequente do voto direto das massas, acaba por se colocar em “crise permanente [...] Ela decorre do poder pessoal do Presidente da República. No mesmo regime, o presidente não vai ao governo executar o programa de um partido ou as ideias daqueles que o elegeram” (SALGADO, 1961). Vale lembrar que pouco mais de uma semana depois, no dia 02 de setembro de 1961, a Câmara iria aprovar uma emenda constitucional instituindo o sistema parlamentarista no Brasil. A colocação tanto de Cunha quanto de Salgado, desta forma, não é coincidência, por mais que a renúncia de Quadros e a necessidade de controlar João Goulart ainda não tivesse efetivamente tomado lugar.

Para Cunha e Salgado, segundo as configurações do presidencialismo, o presidente estaria preocupado com os seus interesses, colocando os da nação em segundo plano. Em consonância com os preceitos do Estado Integral, portanto, Cunha ressalta que os interesses pessoais do líder no presidencialismo entram em choque com os interesses coletivos nacionais, enfraquecendo a nação em si ao propagar divisões sobre o individualismo. A crise em relação ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países comunistas é tomada como exemplo sobre este ponto: Quadros, sugere Salgado, foi eleito pelo sentimento anticomunista da população e está, no momento, contrariando seus próprios eleitores. Por isso, diz Cunha, que o Parlamento fica de mãos atadas, pois “o Presidente tem o prazo determinado de cinco anos para permanecer no governo. Daí as revoluções constantes que tem sido história do Brasil”. Uma mudança para parlamentarismo se justificaria, para Cunha e Salgado, então, em três frentes: I) reforço da unidade nacional, dado que o presidente segue o seu programa e não um programa coletivo; II) instabilidade gerada por um chefe de governo com mandato fixo; III) democratizar o país, ao aumentar o nível de representatividade democrática, acelerar as decisões e mitigar o personalismo. Diz Salgado, concordando com Cunha e antecedendo parte dos argumentos que se disseminariam na Nova República sobre o presidencialismo de coalizão e uma suposta ingovernabilidade no país:

Agradeço o oportuno aparte de V. Exa. que exprime realmente a verdade. Quando, na Inglaterra, sobe o Partido Conservador ou Partido Trabalhista, nós, de antemão, sabemos que programa vai ser executado. O mesmo se dá nos Estados Unidos e em outros países. No Brasil, não havendo nenhum partido que possa sozinho eleger o Presidente da República, realizam-se coligações, alianças, donde a dificuldade do exercício do governo num sentido programático, ideológico (SALGADO, 1961, p. 05).

Salgado é interpelado também por outro deputado, Eloy Dutra, vice-líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Resgatando o raciocínio do *Manifesto-diretiva*, e de acordo com preceitos que carregaria pelo resto da vida, Salgado defende-se das acusações de Dutra de que o Integralismo e o PRP seriam totalitários e antidemocráticos (SALGADO, 1961, p. 05). Dutra havia apontado a contradição entre o PRP apoiar um candidato como o Marechal Lott em oposição a Quadros nas eleições de 1960, quando este também era apoiado por Luiz Carlos Prestes. Salgado, ecoando o material anterior, anuncia que o Integralismo não apenas não é totalitário, como, em sua essência, é antitotalitário; afastando as acusações do colega como uma confusão típica do Brasil, onde não se sabe distinguir a forma e conteúdo dos partidos. Para isso, uma vez mais repetindo suas ideias, Salgado (SALGADO, 1961, p. 06) lança mão do imaginário do “homem de bem”.

No Brasil, como diz Salgado, “vive-se de equívocos. Toda a História do Brasil, desde o Império até a República, é uma sucessão de equívocos” (SALGADO, 1961, p. 08). Justifica o seu apoio a Lott por uma confusão do eleitorado: a massa havia votado em Quadros tomando-o por anticomunista quando, na realidade, não o era. Mas, contraditoriamente, afirma que dessa forma a massa que votou em Quadros tomando-o por anticomunista não está de acordo com os laços diplomáticos com a URSS. Uma contradição que é apontada por José Sarney: “Portanto, o povo brasileiro votou no Sr. Jânio Quadros conhecendo o pensamento de Sua Excelência, que está, assim, sendo mandatário da vontade do povo brasileiro” (SALGADO, 1961, p. 08).

O debate se torna progressivamente mais virulento, conforme o verniz de civilidade vai sendo borrado. Crescem as acusações de que o Integralismo e Salgado estariam aliados a países fascistas como a Espanha, como sugere o deputado Paulo Freire, ou, no mínimo, revelando uma hipocrisia de preocupar-se apenas com a violência de ditaduras comunistas. Tanto Paulo Freire quanto Eloy Dutra retornam à questão das matrizes fascistas do Integralismo, sugerindo a contradição de Salgado se colocar como antitotalitário. Como uma competição, afirmam que ditaduras de direita como a de Franco mataram “mais gente do que Fidel Castro” (SALGADO, 1961, p. 12). Justifica o deputado Freire que se o Brasil mantém

relações com países como o Paraguai, então não pode escolher arbitrariamente se afastar de relações com nações comunistas: “não há motivo para combater as relações com as repúblicas socialistas, quando as mantemos com países fascistas, como a Espanha” (SALGADO, 1961, p. 12).

Eloy Dutra compartilha e reforça o pensamento do colega, argumentando que importa menos o partido do que a ideologia. O que forma, no processo, a contradição de se colocar a favor da democracia ao mesmo tempo em que se aplaude os “genocidas Franco e Stroessner” (SALGADO, 1961, p. 13). Dutra vai além, reiterando que, no Brasil, a retórica do anticomunismo é utilizada como espantinho “para que os grupos econômicos e as forças reacionárias mantenham o Brasil nesse estado de escravidão e miséria” (SALGADO, 1961, p. 13). As relações com os países comunistas, portanto, desde que com respeito sobre a soberania brasileira, seriam perfeitamente naturais; e a oposição hipócrita a este ponto apenas revelaria a verdadeira função do anticomunismo: uma histeria baseada em manter intactas as estruturas de poder seculares do país.

Salgado se esquivava ao admitir-se, ao menos parcialmente, como fascista. Pois, diz, que se ser anticomunista e nacionalista é ser fascista, então ele o é perfeitamente (SALGADO, 1961, p. 15). A grande diferença, para o Chefe, dos países autoritários/fascistas em relação aos países comunistas, é que os segundos estabelecem a Internacional com influências e partidos sobre a soberania das demais nações. Ou seja, esquivando-se da contradição de apoiar autoritarismos e se afirmar democrata, Salgado proclama que os partidos fascistas não ameaçam a unidade e soberania brasileira, ao contrário da Rússia — ecoando, no processo, o velho imaginário dos “agentes de Moscou”, tão visto nos outros materiais. É preciso, para isso, impedir que o Brasil “seja contaminado pela doutrina pior, mais anti-humana e sanguinária que registra a história da humanidade” (SALGADO, 1961, p. 15). Dutra pergunta se o comunismo seria mais violento do que o regime de Franco, ao que Salgado responde afirmativamente — ainda que diga ser “execrável a ditadura de Franco” —, pois, para além da violência, o comunismo, como ateu, a direciona sobre a religião:

Aceito que devemos ser contrários à ditadura de Salazar. Aceito porém pergunto: têm organização internacional do tipo de Kominform? Eles têm partidos dentro de nosso País? Não! [...] Quem representa perigo é quem mantém partido dentro de outros países. E é a Rússia que a mantém, Senhor Deputado [...] Se ser fascista é defender a Pátria, se é evitar que ela caia na maior escravidão do mundo, estão todos os homens de bem serão fascistas [...] Estou adotando a terminologia do Komintern, dicionário enciclopédico, onde se lê: Fascismo — toda realização contra a revolução do proletariado (SALGADO, 1961, p. 15-16).

Outro deputado, Osvaldo Lima Filho, questiona Salgado, já que seu argumento se baseia na violência que a Rússia impõe sobre a religião, sobre as relações do Brasil com a África do Sul. Salgado, por sua vez, alega que Lima Filho está fugindo do argumento principal, evocando uma imagem que não contribui ao debate. Perto da violência que a Rússia impõe, a África do Sul é praticamente irrelevante. Consolida, por fim, os princípios nacionalistas e cristãos do Integralismo, ratificando que a oposição à Rússia se dá pelo interesse deste país influenciar e dividir a união nacional e afastar o país “sob a égide de Cristo” (SALGADO, 1961, p. 16). Salgado encerra, como não poderia deixar de ser, com o seu tradicional “Anauê!” (SALGADO, 1961, p. 16).

Nota-se, assim, como o discurso mantém grande parte das estruturas discursivas e retóricas dos materiais anteriores, a despeito das inevitáveis modificações e “suavizações” que o Integralismo sofreu com os anos. Persiste o anticomunismo como preceito essencial, o nacionalismo, o cristianismo e a relação ambígua com o fascismo. Adiciona-se elementos novos, como o parlamentarismo. Mas, assim como foi visto no Fascismo, o grosso argumentativo se mantém em constância. Por fim, essas foram as principais características apreendidas sobre o discurso de 1961:

Tabela 18 - Características identificadas no discurso

Discurso sobre política externa Sexto ciclo: parlamentar (1957-1964) Quinto estágio: entropia	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	Contra o estabelecimento de relações diplomáticas com países “totalitários” Sugere que a violência comunista é pior do que a dos demais autoritarismos Comunismo como ameaça ao cristianismo
<i>Autoritarismo</i>	Exalta a autoridade e as hierarquias políticas Maniqueísmo: utiliza o imaginário do homem de bem Afirma o Integralismo como antitotalitário
<i>Democracia liberal</i>	Defende a democracia liberal sobre forças comunistas
<i>Fascismo</i>	Afirma que se fascismo é se opor ao comunismo, então todo homem de bem, nacionalista e anticomunista será fascista PRP como personificação do Integralismo
<i>Nacionalismo</i>	Destila a paranoia da destruição nacional pela ofensiva comunista Comunismo como ameaça às “tradições cristãs da nacionalidade”
<i>Parlamentarismo</i>	O presidencialismo impõe interesses individuais em detrimento do coletivo uno O presidencialismo favorece o personalismo
<i>Reacionarismo</i>	Retórica da ameaça: o comunismo como ameaça invisível contra a nação Retórica da perversidade: manter relações diplomáticas com países comunistas irá enfraquecer a soberania nacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mas, como diz a máxima: nada se perde, tudo se transforma. Após a morte de Salgado na década de 1970, o Integralismo foi fragmentado em vários grupos independentes. A ausência do Messias como elo de união permitiu a ascensão de dissidências, cada qual com uma interpretação idiossincrática da doutrina do sigma. O Integralismo nunca desapareceu completamente da vida pública (assim como o Fascismo na Itália e, em menor grau, o Nazismo na Alemanha). Com a redemocratização, houve a tentativa de refundar um partido integralista, o Partido de Ação Integralista (PAI). O projeto fracassou, mas antes o PAI ainda tentou cooptar Miguel Reale e lançá-lo como candidato — na tentativa frustrada de aglomerar as facções em torno de um novo Messias, intrinsecamente identificado com o auge do Integralismo —, mas o jurista, que há muito buscava se afastar do Integralismo, rechaçou a ideia (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 132).

Alguns desses grupos são mais extremistas, associados a grupos nazistas e antissemitas, outros mais contidos e afirmam ser democráticos⁷¹. Um desses grupos, o Comando da Insurgência Popular Nacionalista, foi o responsável pelos ataques à Unirio e à produtora Porta dos Fundos. Integralistas contemporâneos fragmentados foram absorvidos por outros partidos e movimentos políticos nacionalistas, como o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) e o Partido Social Liberal (PSL), ex-partido de Bolsonaro. Um dos terroristas dos ataques era filiado ao PSL (G1, 2020). Outro ativista Integralista faz parte de um dos ministérios do governo Bolsonaro (ALVES, 2020). Carlos Jordy, deputado Bolsonarista, afirmou em 2018 que o Integralismo “teve importância muito grande para o nosso país enquanto vigorou. Vivíamos sob ameaça do comunismo, que vilipendiava os valores morais, da família e religião. Era uma proposta genuinamente brasileira” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 188-189). Grupos Integralistas realizaram passeatas e manifestações de apoio ao presidente brasileiro, considerado como “ao candidato menos distante dos valores cristãos e brasileiros consubstanciados no lema ‘Deus, pátria e família’” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 19). Ou seja, por mais que tenha diminuído em poder e influência, resquícios do Integralismo foram absorvidos pelo Bolsonarismo.

Aliás, o Bolsonarismo, ele próprio, não é uma causa, mas um sintoma de uma tradição nacional autoritária, como será discutido a seguir. Movimentos de extrema direita que vão do simples nacionalismo autoritário ao nazismo vêm sendo gestados e ganhando força no Brasil há pelo menos 20 anos, desde que o Enéas, considerado um herói pelos Bolsonaristas, foi eleito em recorde em 2002, com 1,5 milhão de votos. Pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Adriana Dias (2018), registrou aumento exponencial de células do Nazismo na última década no país, chegando a pelo menos mais de 300. Mas faltava um Messias com apelo personalista para encarnar esses sentimentos e com foco para além de pequenos círculos⁷². Assim, Bolsonaro surge como um *outsider* apesar de seus 30 anos de política, conseguindo o apoio de setores fundamentais do centro e da direita tradicional, de liberais a conservadores.

⁷¹ A Frente Integralista Brasileira (FIB), principal entidade Integralista na atualidade, por exemplo, censura os textos de Gustavo Barroso, excluindo os termos antissemitas (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 174). A FIB, inclusive, em oposição a outras facções Integralistas como o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), defende a participação política direta dos Integralistas, mesmo dentro de outros partidos. Em suma, propõe uma mudança a partir do próprio sistema político, em vez de uma ruptura (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 178).

⁷² Grupos abertamente nazifascistas já viam Jair Bolsonaro como esse líder em potencial há bem mais tempo, conforme uma manifestação realizada em 2011 de apoio ao então deputado, no Museu de Arte de São Paulo. Bolsonaro era considerado como “o único Deputado que bate de frente com esses libertinos e Comunistas!!!” (UOL, 2011).

Embora não esteja diretamente ligado ao Integralismo, o Bolsonarismo recicla aspectos tradicionais de seu antecessor. Além de diversos pontos em comum, como será discutido, até mesmo os lemas são reciclados. “Deus, pátria e família”, lema do Bolsonarismo, aparece originalmente no Integralismo (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 221). O mesmo vale para “Deus acima de todos”, enquanto “Brasil acima de tudo” não pode deixar de lembrar “Deutschland über alles” da Alemanha Nazista. Suas repetidas citações de sentenças e frases de Mussolini, se não implicam que Bolsonaro seja de fato uma versão brasileira do fascismo, indicam pelo menos proximidade ideológica.

A seita Bolsonarista, entretanto, é paradoxalmente heterogênea. Uma seita que engloba grupos absolutamente distintos e contraditórios, de reacionários a fascistas, de conservadores a libertários, de neopentecostais a católicos, cada um com sua própria agenda de interesses unidos pelo desejo de mudança por meio de um homem forte. Embora seu apoio seja especialmente forte em alguns setores, como entre os neopentecostais e a pequena burguesia, o Bolsonarismo se espalha por toda parte em uma onipresença ideológica que conseguiu capturar, em um de seus muitos oximoros, até porções de lulistas e eleitores geralmente identificados com a esquerda. Bolsonaro foi eficaz em amalgamar o ressentimento e a frustração desses diferentes grupos, bem como suas esperanças e projeções, transformando-os em energia política, a ponto de os liberais, por exemplo, não hesitarem em, ao contrário de sua própria ideologia, desistir seu ideal de liberdade, mesmo que tentem se vender como uma ala técnica dissociada do resto da seita.

Para concluir, duas tabelas. A primeira traz os estágios de Paxton distribuídos sobre o Integralismo, bem como os respectivos ciclos temporais. A segunda, um resumo das principais características apreendidas sobre os materiais, mostrando as reconstruções, ausências e permanências no pensamento Integralista.

Tabela 19 - Ciclos e estágios do Integralismo

<i>Estágios</i>	Ciclo	Material analisado
<i>Criação</i>	Embrionário: 1922-1932	Manifesto de outubro
<i>Enraizamento</i>	Disseminação: 1932-1937	Discurso de candidatura
<i>Chegada ao poder</i>	Estado Novo: 1937-1938	Manifesto de maio
<i>Entropia</i>	Exílio: 1938-1945 Retorno e nova tentativa de voltar ao terceiro estágio: 1945-1957	Manifesto-diretiva
	Parlamentar: 1957-1964 Ditadura: 1964-1974	Discurso sobre política externa
	Cisão: 1974-2018 Bolsonarismo: 2018-	
<i>Entropia</i>	Ditatorial: 1924-1932	Discurso sobre Matteotti
<i>Entropia</i>	Imperial: 1932-1939	Doutrina
<i>Radicalização</i>	Nazifascismo: 1939-1945	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 20 - Características identificadas nos materiais analisados

Características	Manifesto de outubro	Discurso de candidatura	Manifesto de maio	Manifesto-diretiva	Discurso sobre política externa
Antiateísmo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Anticomunismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Antiliberalismo	Forte	Forte	Forte	Fraco	Fraco
“Antitotalitarismo”	Ausente	Ausente	Ausente	Forte	Forte
Autoritarismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Autoritarismo - Estrutura hierárquica do “grande pai”	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Autoritarismo - Messianismo	Forte	Forte	Forte	Fraco	Ausente
Belicismo/tanatofilia	Forte	Forte	Forte	Forte	Fraco
Conspiracionismo paranoico	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Corporativismo	Forte	Forte	Médio	Fraco	Ausente
Cristianismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Desumanização de inimigos objetivos	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Estado Integral	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Integralismo como cosmovisão e filosofia	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Liberalismo	Fraco	Fraco	Fraco	Médio	Médio
Maniqueísmo - “homem de bem”	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Massificação	Forte	Forte	Forte	Forte	Fraco
Nacionalismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Nacionalismo - Família como sustentáculo nacional	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Parlamentarismo	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Forte
Retórica da ameaça	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Reacionarismo - nação degenerada	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para encerrar, o próximo e último capítulo fará similar ao que foi feito com este e o anterior, mas agora com materiais de e sobre o Bolsonarismo.

4. Um fascismo brasileiro no século XXI? Uma análise da retórica do Bolsonarismo

“Aconteceu, portanto pode acontecer de novo; é este o âmago do que temos para dizer” (LEVI, 2008, p. 200).

Apesar da recessão democrática global, alguns cientistas políticos assistiram com surpresa a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, um candidato assumidamente antidemocrático. Mas o que autores como Leonardo Avritzer (2019) apontam é que o Brasil já enfrentava um processo de fragilização democrática e apoio ao autoritarismo cujo marco inicial pode ser entendido como o questionamento que Aécio Neves incutiu acerca dos resultados das eleições anteriores, em 2014, ferindo um dos preceitos mais básicos de uma democracia: a capacidade de adversários se reconhecerem como legítimos.

Muita tinta tem sido gasta na tentativa de explicar a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. E com razão: como é possível que o Brasil, que em passado recente experimentou crescimento econômico inédito e conseguiu diminuir parte de seus seculares problemas sociais, passou a vivenciar um processo tão veloz de esvaziamento democrático e cerceamento do espaço cívico? Como explicar que após 30 anos de consolidação de sua democracia, o país se encontre ameaçado novamente de ruptura?

Mas, afinal, o que explica o desejo de dominação pelas massas bolsonaristas, a paixão incondicional pelo Messias? É uma coincidência fortuita que Bolsonaro possua como sobrenome justamente Messias. Para o seu séquito de seguidores mais fanáticos, ele é de fato a encarnação do Messias, uma imagem e retórica que o capitão lança mão com frequência. Como o Pastor Silas Malafaia afirmou em conhecido vídeo (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2020, p. 33), Bolsonaro é visto por uma parcela como um escolhido de Deus para encaminhar a nação à prosperidade. Não é, assim, apenas mais um líder. Mas o líder.

Para os que estão fora de sua seita, Bolsonaro está embebido em autoritarismo, sendo forçados a aceitá-lo em grande parte como dominação racional, considerando sua eleição e a concordância, ainda que frustrante, com as regras do jogo democrático. Mas para o seu séquito a dominação é puramente carismática. Revivendo a frase de Foucault, os Bolsonaristas desejam a dominação, ainda que, como no caso da pandemia, ela seja em última instância uma dominação suicida. Como lembra Pierre Bourdieu, citando Weber (2004, p. 92): “o poder carismático subsiste em virtude de uma submissão afetiva à pessoa do mestre e aos seus dons de graça — carisma —, qualidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito ou do discurso”. Outrossim, a dominação carismática não se impõe pela força, mas por uma noção própria de messianismo que impõe a um indivíduo aspectos mitológicos.

Jair Bolsonaro é um exemplo da imagem de Messias, conforme foi dito anteriormente. Bolsonaro é, acima de tudo, um sinal dos tempos. Um homem que se colocou disponível na hora certa, que soube aproveitar uma oportunidade única na sua vida: quando a massa estava desesperada, para voltar às frases de Foucault (1979, p. 45), por uma dominação, por uma estética da violência, pelo niilismo em forma de política, conforme Riemen (2020). Como Messias, ele é o único capaz de “mudar tudo que tá aí”, de onde se compreende suas constantes frustrações com os freios democráticos que o impedem de ser totalitário, bem como os ataques aos demais poderes que se sucedem como consequência. É pertinente pensar que além de contra-ataques da democracia contra os arroubos autoritários de Bolsonaro, talvez as ferramentas de controle mais eficientes tenham sido, ironicamente, os próprios vieses autoritários tradicionais do Brasil. As oligarquias seculares estatais e suas filiais em Brasília forçaram o presidente a fazer seguidas concessões à elite política tradicional, a fim de conseguir se manter até o final do mandato. Essas concessões, porém, o enfraquecem paulatinamente. Sem dúvida, Bolsonaro perdeu muito do seu aspecto messiânico de 2018, se mostrou “mais do mesmo” para uma parcela de arrependidos e corre o risco de não conseguir a reeleição em 2022.

Levitsky e Ziblatt (2018, p. 182-184) reforçam a importância da opinião pública em relação à força de um presidente, inclusive no que tange ao seu potencial de autoritarismo. Utilizando o exemplo da Virgínia Ocidental, estado com maior apoio a Donald Trump, evidenciam o quão mais confortável fica a posição de um presidente conforme o apoio da opinião pública. No caso brasileiro, isso se torna claro quando se lembra da quantidade de políticos que tentou capitalizar sobre a onda bolsonarista, mas que romperam com o presidente assim que ele arrefeceu em popularidade, com o exemplo mais clássico de João Dória e Wilson Witzel, governadores dos dois maiores estados da federação. De acordo com os autores, um presidente com grandes taxas de aprovação popular influencia também na cobertura da mídia e aos efeitos dos outros poderes, que tendem a se mostrar mais suaves (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 182). Em suma, quanto mais popular um autoritário em potencial é, maiores as suas chances de promover uma ruptura. Os exemplos também podem ser vistos na História, e o segundo capítulo exemplificou isso. Mussolini não teve problema em se manter no poder, conforme seu regime se mantinha estável, mesmo no período da Secessão Aentina. Foi expulso assim que sua popularidade entrou em acelerada decadência em decorrência da Guerra.

Por mais que os militares busquem a confortável imagem de “ala técnica” do governo, o Bolsonarismo está intrinsecamente ligado ao imaginário militar e absorveu muitas de suas

características, a começar pelo anticomunismo. Como lembra Eduardo Costa Pinto, os militares se fundiram ao Bolsonarismo por demandas corporativas, como a blindagem à reforma previdenciária, travestidas de luta pela nação (KLEIN, 2020). Por tudo que se discutiu no capítulo anterior sobre o Integralismo e a herança que este legou para o Bolsonarismo⁷³, é imprescindível dar início ao *close reading* sobre os materiais Bolsonaristas com outra de suas principais influências: a Ditadura Militar. Assim, a próxima seção se dobrará sobre a obra de um dos mais influentes autores do anticomunismo militar após a Ditadura, Sergio Augusto de Avellar Coutinho.

4.1 O protobolsonarismo: anticomunismo militar

“‘como disse Karl Marx, há muita ruína numa nação.’ ‘Foi Adam Smith.’ ‘Então ainda mais verdadeiro’”
(MCEWAN, 2020, p. 43).

Talvez o maior elo de ligação entre Fascismo, Integralismo e Bolsonarismo seja o anticomunismo. Mas no caso particular do Brasil, e ainda mais do Bolsonarismo, há uma tradição de anticomunismo que remonta a uma construção de um século nas Forças Armadas. Para além do atual momento ou da Ditadura Militar, o próprio *Plano Cohen* e o Estado Novo são exemplos dessa tradição. A partir dos anos 1930, o anticomunismo se tornou uma ideologia unificadora e essencial das Forças Armadas, culminando, na Ditadura, em uma perseguição interna intensa dentro de seus próprios quadros — as Forças Armadas foram as instituições mais atingidas pela repressão da Ditadura. Sendo um militar formado durante a Ditadura, é natural que Bolsonaro herdasse e absorvesse grande parte desse imaginário, que não apenas não morre com a Nova República, mas, tanto mais, se atualiza.

Foram os militares, em grande parte, responsáveis por lançar mão de um novo espantinho: Antonio Gramsci. Após 1985, desenvolve-se, primeiramente no meio militar, e depois transbordando para outras esferas (como será visto na próxima seção), uma obsessão da extrema-direita brasileira com as ideias de Gramsci. Se dissemina a ideia de marxismo cultural, resumida como a noção de que a esquerda, no novo século, lutaria não mais através de armas tradicionais, mas de uma lenta, gradual e permanente revolução através da tomada

⁷³ Sobre as aproximações entre ambos, o último capítulo do livro de Gonçalves e Neto é revelador. Apenas para pegar alguns exemplos pontuais: Bolsonaro assinou um projeto de lei junto de um deputado Integralista. Outro deputado Integralista, Dario Di Martino, no início dos anos 2000, não falha em preceder o Bolsonarismo ao defender que direitos humanos deveriam ser limitados a “cidadãos de bem” e sugerir a proibição do comunismo (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 178-179). Eduardo Bolsonaro, posteriormente, voltaria a sugerir a proibição de partidos de esquerda no Brasil, incorrendo à tradição (já feita por Plínio Salgado, como visto no *Manifesto-diretiva*) de equivaler comunismo ao Nazismo (SAID, 2020). Vale lembrar ainda que o PRONA foi o lar encontrado por parte dos Integralistas no século XXI.

de diversos setores estatais, culturais e sociais. Da formação, portanto, de uma nova hegemonia comunista. Esta seção se dobrará sobre um dos livros pioneiros nessa ideia, *A revolução gramscista do Ocidente*, do general da brigada Sergio Augusto de Avellar Coutinho. Ironicamente, Coutinho sugeria que Bolsonaro fazia “o jogo das esquerdas”, por difamar as Forças Armadas com sua figura histriônica através de “iniciativas desastradas” (GODOY, 2019b). A participação política de Bolsonaro era, para Coutinho, um desfavor para o exército, dado que subvertia as hierarquias tradicionais e criava “lideranças informais” personalistas (GODOY, 2019b).

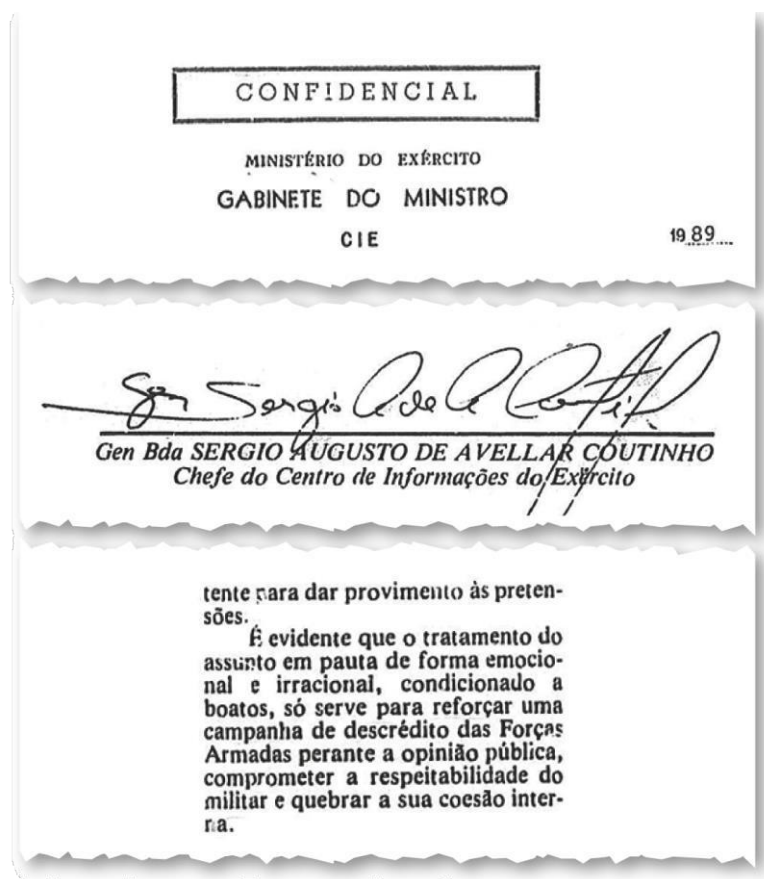
O material de Coutinho, bem como o *Orvil*, são fundamentais por evidenciar o que o próprio Bolsonaro enxerga como pilar do pensamento bolsonarista. Por uma questão de espaço, e considerando a importância elevada dos dois materiais, privilegiou-se aqui a obra de Coutinho que, como o editor Pedro Schirmer afirma, “é o primeiro livro publicado no Brasil que descreve o processo revolucionário concebido pelo italiano Gramsci, para realizar a transição para o socialismo e a tomada do poder” (COUTINHO, 2002, p. 06). O Bolsonarismo, como será reafirmado com frequência neste capítulo, é um movimento amplo, múltiplo, multifacetado. Mas talvez a principal via de ligação entre os seus vários núcleos de apoio, assim como a simbiose que pratica com movimentos anteriores como a Ditadura, o Integralismo e o Fascismo, seja o anticomunismo.

Coutinho foi um dos pioneiros nas ideias sobre o marxismo cultural no Brasil, oferecendo uma das primeiras análises da extrema-direita sobre a obra de Gramsci, seguido posteriormente por outros como Olavo de Carvalho — a quem, inclusive, presta homenagem ao final de *A revolução gramscista*. Olavo, desde a década de 1990, proferia palestras às Forças Armadas ecoando em simbiose o discurso de Coutinho, o que reforça o quão falaciosa é a separação de uma “ala militar” e uma “ala técnica” no governo Bolsonaro (KLEIN, 2020). Ou, como diz Pinto, “Bolsonaro e os militares são peças da mesma engrenagem” (KLEIN, 2020). Evidenciando a proximidade, unida pelos elos do anticomunismo e do nacionalismo, o I Congresso Integralista para o Século XXI reuniu lideranças Integralistas, militares e do Prona; no qual um dos palestrantes, Marcelo Silveira, além de destilar negacionismo sobre o Holocausto, reforçou as teses de Coutinho (2002) sobre o gramscismo como estratégia de disseminação comunista (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 160).

Coutinho dedicou parte de sua vida à publicação de livros sobre o que enxergava como um novo viés estratégico das esquerdas na virada do milênio (GODOY, 2019b). Nas palestras reforçava o conteúdo de seus livros, defendendo que estava em curso um processo internacionalista de formação de uma nova hegemonia através do “marxismo cultural” e do

“politicamente correto” (GODOY, 2019b), argumentos que não falham em encontrar eco no Bolsonarismo.

Figura 29 - Relatório do CIE de Coutinho sobre Bolsonaro, na época vereador



Fonte: GODOY (2019).

A revolução gramscista do Ocidente reconstrói típicos argumentos do anticomunismo, alguns dos quais vistos nos dois capítulos anteriores, atualizando-os para o século XXI. Permanece a presença invisível de um inimigo com forças muito superiores às que possui de fato. Como Dom Quixote combatendo moinhos de vento, Coutinho (2002, p. 05) dá início à sua leitura de Gramsci com uma fábula, a qual retoma nas últimas páginas do livro. A parábola, que não parece fazer sentido à primeira vista, se torna clara conforme o leitor entra na última parte da obra: o Brasil está se autodestruindo. Repetindo a mesma linha argumentativa de Plínio Salgado e Mussolini, Coutinho (2002) enxerga o campo político como degenerado, em permanente tensão com um comunismo/socialismo onipresente e fragilizado. O livro e sua denúncia do suposto marxismo cultural, ele assume, é como um pequeno sabiá que carrega água para apagar um incêndio: pouco, quase inútil, pequeno, mas uma parte. Uma parte que, caso outros milhares de sabiás façam o mesmo, pode enfim apagar

avançado, estão matando a nação a “incrível velocidade, sem que as elites brasileiras e a própria Nação como um todo [...] estejam percebendo” (COUTINHO, 2002, p. 06). O comunismo não morreu, na visão de Coutinho e seus partidários, mas se modificou para empregar “uma revolução surda” (COUTINHO, 2002, p. 06)

Em outro de seus livros, *Cadernos da liberdade — uma visão do mundo diferente do senso comum modificado* assume, beirando o messianismo, que o senso comum foi hegemonicamente modificado por um pensamento de esquerda, e que é preciso uma visão contra-hegemônica para promover a liberdade. Viria, posteriormente, a ampliar este trabalho em *Cenas da nova ordem mundial* — com prefácio de Jarbas Passarinho que, entre outros cargos, foi governador do Pará, presidente do Senado e Ministro em diversas pastas durante e após a Ditadura — que, como o nome indica, analisa a formação de uma teórica esquerda globalista baseada em preceitos gramscistas (GODOY, 2019a). Este último livro continha um teste para que o leitor medisse o seu próprio nível de contaminação pela esquerda, ou “pré-socialista”, contendo questões como “Acredita que a medicina é muito adiantada em Cuba?”, “Acredita que os Estados Unidos são opressores dos países pobres?”, “Acredita que o presidente George W. Bush é um autoritário de direita, um novo Hitler?”, entre outras que retornarão conforme o desenvolvimento da discussão.

Supostamente, a esquerda estaria construindo uma nova hegemonia, ou “senso comum”, baseada na destruição de pilares que Coutinho (2002, p. 105) enxerga como fundantes da civilização Ocidental, como a família e a religião. Um senso comum que, longe de ser um projeto utópico ou distante, já está em curso e estabelecido conforme a nação é tomada por grupos que a degeneram e a fragmentam. Em uma guerra permanente, a esquerda corrompe a opinião pública para tornar apazível valores como ambientalismo, ateísmo e amor livre. Credita, por exemplo, à esquerda a destruição do casamento por meio da disseminação do divórcio e da igualdade entre gêneros (GODOY, 2019b). Senso comum é definido por Coutinho (2002, p. 52) como “conjunto de valores, história, tradições, hábitos e costumes, conceitos e expectativas (culturais, religiosas, cívicas, sociais, filosóficas, etc) aceito, consciente ou inconscientemente e praticados pelos membros de uma sociedade em geral”.

Em um relatório de quando chefiava Centro de Informações do Exército (CIE), de acordo com matéria do *Estado de S.Paulo*, Coutinho incluiu um comentário sobre a:

permissividade da sociedade brasileira, pacientemente elaborada nos últimos 10 anos, através dos meios de comunicação social, infiltrados pela esquerda, tem criado uma aceitação ‘sem preconceitos’ e ‘democrática’ de tudo: da destruição da família

ao desamor à Pátria, da tolerância ao crime à complacência aos antigos terroristas (GODOY, 2019a).

De acordo com Coutinho (2002, p. 19), o modelo gramscista permite uma corrosão lenta das tradições ocidentais como método de substituição da tomada violenta pela via leninista — ainda que uma ruptura violenta também não esteja descartada nessas estratégias, ela é secundária. Gramsci dividiria o mundo sob dois formatos de nações: ocidentais e orientais (não necessariamente relativos aos espaços geográficos). As ocidentais, de capitalismo avançado e desenvolvido, tenderiam a revoluções fracasadas através do método leninista, como foi o caso da Alemanha, dado o caráter reforçado da sociedade civil e Estado estável (COUTINHO, 2002, p. 33). As de tipo oriental, com capitalismo atrasado, como a Rússia em 1917, poderiam se beneficiar dessa ferramenta. A estratégia de subversão da sociedade civil e conquista da hegemonia não pode, portanto, ser a mesma internacionalmente, mas se adequar às especificidades de cada nação (COUTINHO, 2002, p. 22, 33). Através dessa subversão forma-se um consenso, ou a captura do senso comum por uma nova hegemonia (COUTINHO, 2002, p. 24).

Essa formação de um novo consenso se dá, segundo Coutinho (2002, p. 34), a partir da guerra de posição. O modelo leninista de guerra de movimento, que pressupõe um assalto ao Estado e uma ruptura violenta e revolucionária, não seria adequado às nações de capitalismo estável e avançado (COUTINHO, 2002, p. 34). Isto porque o próprio Estado conseguiria se defender do assalto, ecoando as palavras de Mussolini de que o Estado é lança e escudo da nação. A guerra de posição, ao contrário da de movimento, parte do princípio de uma lenta tomada dos aparatos estatais, para subvertê-lo por dentro, para penetrar cada trincheira, cada fragmento da sociedade civil burguesa (COUTINHO, 2002, p. 34). Ou, como diz Coutinho (2002, p. 35), a “fase gramscista é predominantemente construtiva; a etapa leninista é destrutiva”.

Como a luta pela hegemonia se espalha por todos os setores, classes e esferas sociais, Coutinho (2002, p. 37) interpreta que o passo inicial da estratégia gramscista é disseminar “intelectuais orgânicos” para subverter o senso comum em favor do socialismo/comunismo. Formar, então, uma hegemonia de pensamento de esquerda, tornando aceitável à sociedade ideais degenerados como divórcio ou ateísmo. Um trabalho que se dá através das universidades, de Organizações Não Governamentais (ONGs), dos veículos midiáticos. Uma guerra cultural, constante e permanente, para utilizar o próprio termo bolsonarista, sobre todas as esferas sociais.

Em outro ponto, Coutinho (2002, p. 90), reforçando os ideais libertários de Hayek, afirma que o socialismo/comunismo é insustentável a longo prazo porque o seu Estado “totalitário” apenas promove a “socialização da pobreza”. Para ele, a esquerda gira como em uma roda de *hamster*, presa em um ciclo infinito de centralização e autoritarismo sobre o qual não consegue escapar por se pautar em um futuro idílico, uma “utopia” (COUTINHO, 2002, p. 93). A catarse, isto é, a purificação com o advento final da visão teleológica da História, não é, na prática, alcançável, daí ser uma utopia. A União Soviética é exemplo de nação que ficou encarcerada no “reino da necessidade” (COUTINHO, 2002, p. 90), sem conseguir alcançar seus objetivos distributivos e se limitando a aumentar a concentração de poder. Seus avanços tecnológicos e industriais se deram pela centralização do poder, não pelo formato de regime. Coutinho (2002, p. 93) compara o marxismo com o *eldorado*, “cujo atingimento se pode assemelhar à conquista dos impérios pré-colombianos na América e à tragédia que a acompanhou”. Ou seja, a tentativa da utopia terminaria por gerar distopia.

Chama atenção, em uma passagem, um dos comentários de Coutinho (2002, p. 39) sobre Gramsci. Para além das seções finais, com caráter explícito de seu viés, Coutinho (2002, p. 39) desloca, durante algumas passagens do grosso de sua análise sobre Gramsci, alguns comentários pontuais que indicam sua posição em relação à política brasileira e, em particular, ao golpe de 1964. A exemplo, em uma passagem comenta que “a sociedade capitalista pode estar vivendo [...] ou por contigência ou conveniência eventual, pode estar conformada a uma ditadura, geralmente efêmera, representando momentaneamente uma oligarquia burguesa dominante” (COUTINHO, 2002, p. 39). Uma passagem escondida em meio aos comentários sobre Gramsci, mas que revela mais do que se pode apreender à primeira vista. Particularmente a ideia de “geralmente efêmera” corrobora o que vai aparecer posteriormente, ao final de seu livro, de que a Ditadura não foi mais do que uma reação, um mecanismo de defesa contra uma inevitável tomada de poder pela esquerda. Inclusive, Coutinho justifica os Anos de Chumbo pelo mesmo motivo: a escalada na violência ditatorial teria se dado pela reação da esquerda. A ditadura brasileira, sintetizada no epíteto “ditabranda”, foi menos danosa do que uma potencial ditadura do proletário, mais “efêmera”, dada pela necessidade, pela “contigência” ou “congeniência” (COUTINHO, 2002, p. 39). Contra uma suposta barbárie do imaginário, aplica-se a barbárie do real.

Em outro dos traços que revelam pontos caros ao Bolsonarismo, Coutinho (2002, p. 51) desloca um ataque para ONGs, que entende como ferramentas para a apropriação da hegemonia, junto de sindicatos e outros. Na prática, isso torna as ONGs supostamente um método para a corrupção da sociedade civil, fomentando o senso comum à esquerda através

da justificativa de atuar para suprir flancos do Estado. Para substituir o Estado em alguns pontos em que o Estado é incapaz de agir. Ou melhor, como indica Coutinho (2002, p. 51), para competir com o Estado, “assumindo certas funções estatais no seio da sociedade civil” e expandindo sua esfera de influência contaminada pelo pensamento da esquerda. Isso permite que atores, contando com financiamento obscuro “cuja sustentação financeira nunca tem sua origem muito bem conhecida” (COUTINHO, 2002, p. 122), espalhem seus tentáculos ideológicos de esquerda através de rótulos como especialistas, pesquisadores, ambientalistas, “defensores disto e daquilo [...] Enfim, um exército de intelectuais orgânicos assalariados, alguns dos quais vêm ganhando notoriedade nacional e assídua presença nos meios de comunicação” (COUTINHO, 2002, p. 122-123). Ainda afirma que a associação entre ONGs e o Estado é uma etapa avançada e preocupante da disseminação do gramscismo (COUTINHO, 2002, p. 123).

O método gramscista de contaminação ataca as instituições tradicionais, identificadas por Coutinho (2002, p. 58) como pilar do pensamento Ocidental. Espaços tradicionais do saber, como as universidades, são dominadas por ideólogos da esquerda que reproduzem, em círculo vicioso, suas noções de mundo. A mídia, a partir do momento em que concede espaço para esses ideólogos, ou intelectuais orgânicos no idioma gramsciano, também passa a ser gradualmente corroída por dentro⁷⁴. Mesmo a igreja ou as Forças Armadas não são poupadas, com fatias vinculadas à esquerda.

O processo de contaminação se dá por frentes distintas: enfraquecimento, esvaziamento, constrangimento e, por fim, abandono dos valores tradicionais (COUTINHO, 2002, p. 58). O enfraquecimento ataca a opinião pública, retirando a sustentação aos valores tradicionais. O esvaziamento consiste no que Coutinho (2002, p. 58) chama de “denuncismo”, isto é, isolamento social dos que desviam da hegemonia de um pensamento de esquerda. O constrangimento, semelhante ao esvaziamento, ataca ideologicamente por meio do patrulhamento dos desviantes, os inibindo ou prejudicando de diversas formas. E, por fim, o último estágio: a perda dos “valores religiosos, morais, cívicos e da tradição histórica e cultural da nação” (COUTINHO, 2002, p. 58).

De acordo com Coutinho (2002, p. 73), o comunismo reconstruiu suas experiências revolucionárias segundo as idiossincrasias de cada nação, adaptando-se conforme a necessidade. O método de assalto ao Estado, então, varia conforme a conveniência de cada

⁷⁴ Coutinho (2002, p. 122), bem como Bolsonaro, afirma que a mídia manipula notícias negativas de modo a fragilizar e desmoralizar os “conservadores”. A mídia, assim, mente, manipula, inclui meias-verdades dado que foram absorvidas pela hegemonia de esquerda através da “infiltração de intelectuais orgânicos” (COUTINHO, 2002, p. 122).

espaço, algo que, conforme Coutinho (2002, p. 73), Gramsci não viveu o suficiente para verificar os resultados.

O primeiro método, mais tradicional, responderia pelo levante armado. Uma ferramenta tipicamente leninista (COUTINHO, 2002, p. 74), adotada na Rússia em 1917. Coutinho (2002, p. 74) o descreve como “ação armada inopinada executada por uma força sob controle do Partido, regular ou irregular, contra o governo, para derrubá-lo e tomar o poder”. Isto é, um método violento de ruptura sobre o Estado, com a intenção de dominá-lo subitamente. O mesmo método, como sugere Coutinho (2002, p. 74) que foi empregado na Intentona de 1935. O segundo método é a guerra civil. Ao invés de uma tomada súbita do poder, emprega-se uma guerra longa que pode perdurar por anos, como foi o caso da Revolução Maoísta (COUTINHO, 2002, p. 74). O terceiro assume a forma de guerrilha, como na Revolução Cubana. Há também a rebelião popular, outra forma, com a diferença de se espalhar através de etapas mais lentas do que a ruptura súbita (COUTINHO, 2002, p. 76). Os outros dois métodos identificados pelo autor são particularmente interessantes: a via parlamentar e o etapismo.

A tomada do poder através do Parlamento é entendida por Coutinho (2002, p. 75-76) como um processo semelhante ao gramscismo, porém mais veloz. Enquanto o gramscismo atende pelo cerceamento lento de todas as esferas possíveis, a via parlamentar atua de forma parecida, mas focada no Parlamento. Pela lógica, é uma ferramenta majoritariamente empregada em sistemas parlamentaristas. Coutinho (2002, p. 75) dá o exemplo da Revolução Tcheca, mas também lembra, em ressonância com o que se debateu no capítulo dois, que Mussolini e Hitler empregaram este mesmo modelo. Aliás, um modelo que se tornou padrão na atual recessão democrática global, em qualquer dos sistemas, conforme autoritários e autocratas devoram a democracia por dentro.

Por fim, o etapismo. Coutinho (2002, p. 76) identifica este modelo como um formato que pressupõe, como o nome indica, etapas consecutivas a serem transpostas. Um combate em múltiplos flancos simultâneos até a criação de condições à revolução. Coutinho (2002, p. 76) afirma que este foi o modelo adotado pelo Chile de Salvador Allende e pelo Brasil de João Goulart, mas ambos falharam ao não conseguirem cooptar totalmente as Forças Armadas.

Em elogio narcísico a si próprio, identifica-se como uma “inteligência crítica” (COUTINHO, 2002, p. 99) ao argumentar que a transformação catártica proposta por Gramsci é insustentável em última análise. Para ele, o Estado não tem como estabelecer os princípios que vão levar, enfim, à sua própria ausência. O Estado socialista necessitaria de uma

permanente intervenção, não sendo possível a passagem à utopia comunista. Igualmente, uma nação comunista não seria concebível em um sistema geopolítico composto por “nações capitalistas fortes e bem conduzidas por estados eficientes” (COUTINHO, 2002, p. 99). Essa impossibilidade, na prática, é o que transforma o sonho em pesadelo, e a utopia progressivamente mais distante. A catarse, portanto, é inalcançável:

Em que pesem a originalidade e a coerência da concepção revolucionária de Antônio Gramsci, fica a dúvida se ela serve para realizar o que promete. A mudança da estratégia de transição para o socialismo não garante a fundação da nova civilização. Mais provavelmente levará as classes subalternas e a inteira nação ao impasse do socialismo totalitário e, finalmente, ao colapso político-econômico. Valerá a pena os sacrifícios que a revolução gramscista impõe pela promessa “ética” de uma nova civilização inatingível? (COUTINHO, 2002, p. 100).

Chega-se, enfim, ao ponto mais interessante da hermenêutica de Coutinho (2002, p. 101): o seu deslocamento para o Brasil em um *post scriptum*. O autor passa a analisar os efeitos do gramscismo e do que posteriormente viria a ser chamado de marxismo cultural, ainda que não empregue esse termo, sobre os partidos e a sociedade civil brasileira. Reencarnando o melhor da tradição reacionária, enxerga as diversas “trincheiras” como degeneradas, corrompidas por esse processo lento. Quanto ao autoritarismo militar, volta a chamar a Ditadura como “Revolução de 1964”⁷⁵ (COUTINHO, 2002, p. 101). Igualmente, chama os ditadores de “presidentes revolucionários” (COUTINHO, 2002, p. 104). Em outra passagem a seguir, Coutinho (2002, p. 103) destaca, como que para justificar que a Ditadura não poderia ser autoritária por este motivo, que o próprio regime determinou sua abertura política, com a transição lenta, gradual e segura e a anistia geral⁷⁶; e justifica a “Revolução de 1964” como necessária para dar continuidade a um projeto nacional-desenvolvimentista que tem “o seu momento culminante nos anos 1970”, com a transformação do Brasil em uma

⁷⁵ Em 2008, Coutinho se indignou com o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, quando Genro se colocou em defesa da punição dos torturadores da Ditadura. Coutinho, junto de outros militares, chamou o argumento de Genro de “imoral e desserviço prestado ao Brasil”, além de vincular Genro à militância guerrilheira de esquerda (O TEMPO, 2008). Para apaziguar, Genro afirmou que os crimes militares brasileiros não são comparáveis em escopo aos de outras ditaduras latino-americanas e que a esquerda também errou.

⁷⁶ Vale lembrar que mesmo após a anistia geral de 1979 e a extinção do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), os militares prosseguiram investigando e classificando elementos “subversivos” e “comunistas”. Há o exemplo clássico do atentado ao Riocentro, que levou ao paroxismo a tentativa de culpabilizar a esquerda por crimes dos próprios militares. Também vale citar o atentado a bomba na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1980. Direcionado para o presidente da OAB no Rio, uma carta-bomba assassinou a secretária Lyda Monteiro. Mas o que se descobriu recentemente, graças a documentos do CIE, é que em 1983 a entidade ainda investigava a OAB por “elementos subversivos” e por ser “infestada de comunistas” (RESENDE, 2019). Entre os 121 advogados monitorados, estava Francisco Maia, avô do autor deste trabalho. Também estava Miguel Reale Jr., o ex-líder Integralista.

nação “ocidental” (COUTINHO, 2002, p. 113). Não obstante, chama a posse de José Sarney após a morte de Tancredo Neves como um “golpe branco” (COUTINHO, 2002, p. 104)

Coutinho (2002, p. 101) interpreta que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) investiu através de ferramentas distintas para tomar o poder. A primeira, a Intentona de 1935, seguindo os preceitos da URSS, através da tentativa de uma ruptura. A segunda, pelo método institucional e pacífico, o etapismo descrito anteriormente, o que gerou a Revolução de 1964. Interpreta Coutinho (2002, p. 101) que o PCB colocou-se na beira de um golpe após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, utilizando um conivente João Goulart como método. A conquista do Executivo, a partir de “uma esquerda populista caudilha e conivente, por conveniência e constrangimento”, era a primeira e mais importante etapa na transição do poder para o PCB. Segundo Coutinho (2002, p. 113), para além de ser instrumento do PCB, o próprio Goulart tinha um outro projeto independente e paralelo de golpe.

Coutinho (2002, p. 102) sugere que o PCB — e a esquerda em geral — classificou a Ditadura Militar como fascista por fragilidade imaginária. Transpuseram uma interpretação europeia para o Brasil como ferramenta explicativa que permitisse adotar as mesmas estratégias lógicas de seus pares europeus. A partir dessa mesma data, a esquerda brasileira começa a absorver a ideologia gramscista e a trazer suas ideias. Mas, na prática, ela não conseguiu avançar em seus estrategemas dado que o terrorismo urbano e a guerrilha maoísta que se espalharam pelo país justificaram o recrudescimento do regime e o consequente controle e repressão (COUTINHO, 2002, p. 114). Os poucos que restaram adentraram na oposição legal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na tentativa de subverter o regime por dentro, tendo eleito em 1978 vinte e sete deputados federais (COUTINHO, 2002, p. 103). Pouco depois, gramscistas também se infiltrariam no Partido dos Trabalhadores (PT) (COUTINHO, 2002, p. 103). Mas é somente com o fim da URSS que o gramscismo se torna de fato o método hegemônico dentre os marxistas brasileiros (COUTINHO, 2002, p. 106).

O processo de transformação do gramscismo em corrente hegemônica dentro do marxismo é exemplificado, segundo Coutinho (2002, p. 107), pela adoção no vocabulário público de conceitos como “sociedade civil”. Ademais, a difusão de ONGs na Nova República, sendo elas um instrumento típico do gramscismo à fragilização da hegemonia burguesa através de flancos do Estado, provaria a disseminação desta nova ideologia (COUTINHO, 2002, p. 107). Igualmente importante foi a formação de “intelectuais orgânicos” a partir do contágio da academia e das universidades pelos ideais gramscistas, ainda que “já há muito, esta era área de discussão e de influência do pensamento marxista” (COUTINHO, 2002, p. 107).

Coutinho (2002, p. 104) identifica a Assembleia Constituinte e a consequente Constituição de 1988 como dotadas por um projeto “esquerdizante”. Contaminada, consequentemente, pela disseminação gramscista da esquerda, pela formação de um novo senso comum que aceitava como toleráveis projetos como, por exemplo, o divórcio. Na prática, isso prova, de acordo com o autor, o quanto o marxismo “populista” estava disseminado e aceito no Brasil, se aproximando de fato da formação de uma nova hegemonia (COUTINHO, 2002, p. 104). É particularmente interessante pensar, de passagem, em diálogo com o primeiro capítulo, como o epíteto populista começa a aparecer nesse *post scriptum*, lançado a esmo para classificar algumas das atitudes da esquerda. Projetos sociais seriam, portanto, populistas, irrealis, utópicos, enquanto o autoritarismo militar não seria mais do que uma medida pragmática, realista e necessária.

Sua noção de populista se confunde com a ideia de popular, conforme afirma que as emendas populares fragilizaram a Constituição e a tornaram presa de entidades de esquerda como sindicatos e ONGs (COUTINHO, 2002, p. 105). O populismo seria, desta forma, instrumento comunista/socialista para obter a hegemonia por meio de promessas e concessões utópicas e, na prática, inconciliáveis. Ou, como diz, “uma prática incipiente da hegemonia popular de concepção gramscista” que fizeram com que pequenas parcelas sociais moldassem a Constituição conforme a conveniência, em detrimento da vontade nacional (COUTINHO, 2002, p. 105). Indo além, afirma que por pouco a Constituinte não aprovou um projeto “nitidamente socialista”, da qual era exemplo a proposta de um sistema político parlamentarista (COUTINHO, 2002, p. 105). A Constituição, logo, “se não chegou a antecipar uma república socialista, quase chegou a ela” (COUTINHO, 2002, p. 114) e “a Constituição promulgada em 1988 se caracterizou pela complexidade, revanchismo, nacionalismo xenófobo, paternalismo, permissividade ‘democrática’” (COUTINHO, 2002, p. 105).

Repete-se, da mesma forma que com Mussolini e Salgado, uma preocupação democrática por conveniência. Se Mussolini fala em “democracia autoritária” e Salgado (1950, p. 08) em “princípio de autoridade”, Coutinho (2002) não faz muito diferente ao afirmar que ditaduras burguesas são efêmeras e que a Ditadura foi uma revolução necessária à defesa da própria democracia — a despeito dos 20 anos sob jugo autocrático. Repete, dessa forma, velhos argumentos de que a Ditadura brasileira não seria autoritária dado que manteve algumas instituições e mesmo uma oposição; raciocínio semelhante à defesa contemporânea de intervenção militar baseada no artigo 142 da Constituição, um ponto ambíguo e obscuro que sugere que cabe às Forças Armadas a manutenção “da lei e da ordem” (FREIXO;

PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 102). Um argumento que ignora a tradição autocrática de manter aspectos institucionais de fachada, quando mesmo a Alemanha Nazista manteve a Constituição de Weimar. Parece ser comum, ao menos no campo do discurso, o malabarismo intelectual à defesa de uma democracia de fachada, em geral ligada a pontos específicos e somente quando é interesse dos respectivos movimentos. Apenas o outro lado é autoritário, e o autoritarismo desses movimentos é visto como não mais do que um mecanismo de defesa para se proteger do comunismo/socialismo.

Coutinho (2002, p. 111) prossegue traçando uma tipologia dos partidos de esquerda brasileiro, classificando-os como leninistas, gramscistas, ou social-democratas. Nesse âmbito, entende o PT como um partido “radical na sua atuação política” que “aproxima-se da concepção pragmática de Gramsci, principalmente na atuação de seus intelectuais orgânicos, muito ativos e bem colocados na estrutura partidária, nas bases, na cúpula e nos níveis intermediários” (COUTINHO, 2002, p. 111). Não confere ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) destino muito diferente, conforme o taxa de autoritário a partir das políticas de Fernando Henrique Cardoso (COUTINHO, 2002, p. 112). Já o Partido Socialista Brasileiro (PSB) utiliza, nas concepções de Coutinho (2002, p. 112) uma maquiagem social-democrata “de conveniência” para esconder sua orientação gramscista.

Os intelectuais orgânicos, cuja participação foi fundamental na formulação da Constituição “esquerdizante”, se espalham com o projeto gramscista por diversos setores na Nova República: ONGs, academia, comunidades, arte e cultura. Chega ao ponto de dizer que o “teatro e a novela” são alguns dos meios mais úteis para essa disseminação (COUTINHO, 2002, p. 118). Como trabalho de formiga, vão aos poucos criando uma estrutura sólida e eficaz, o grande formigueiro do totalitarismo comunista. Alguns sequer estão vinculados a partidos políticos específicos, com participação difusa, mas, como diz Coutinho (2002, p. 114), “abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, ‘moderna’ e uníssona”. Essa atuação subverte o senso comum, na formação de uma hegemonia degenerada que não hesita em abandonar os valores tradicionais que efetivamente protegiam a nação. As gerações mais novas, argumenta Coutinho (2002, p. 116), não percebem essa subversão porque nasceram sob essa lógica, enquanto os mais velhos a aceitam como inevitável “evolução”. Mas a corrupção moral e ideológica não é despropositada e sim uma construção, uma “‘penetração cultural’ bem conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos” (COUTINHO, 2002, p. 116).

Coutinho (2002, p. 116) prossegue listando algumas dessas supostas contaminações degeneradas do senso comum pela esquerda. Para começar, elenca como um dos fatores o que

entende por substituição do direito absoluto à livre expressão pela ideia de “politicamente correto” (COUTINHO, 2002, p. 116). Ecoando — ainda que em um tópico bem pontual — os ideais libertários de que a liberdade deve ser sacralizada como bem absoluto, assume que o direito à opinião e as idiosincrasias estão sendo substituídas de forma forçada por uma noção homogeneizante de que ideias devem imprescindivelmente respeitar outras esferas sociais. A formação de uma opinião coletiva e “ética”, obtida através do “patrulhamento ideológico (controle intelectual, estigmatização e censura)” é fatal para o pensamento crítico em si (COUTINHO, 2002, p. 116).

De forma parecida, argumenta que a ideia de legalidade foi substituída por “legitimidade”. Bem como a opinião coletiva impõe uma opinião autoritária, considerando que cercea a liberdade absoluta de expressão, o preceito de legitimidade imprime uma noção ética de que importa mais os fins legítimos do que a objetividade legal. Quer dizer, que violações da norma legal são justificadas desde que ancoradas em ideais socialmente aceitos. Cita, como exemplo, “A invasão de terras, a ocupação de imóveis e prédios públicos, o bloqueio de vias de circulação, o saque de estabelecimentos são legítimos (éticos) porque correspondem a ‘reinvindicações justas’” (COUTINHO, 2002, p. 116). Não muito diferente é sua alegação de que a noção de cidadão foi abandonada pela ideia de cidadania, que implica “uma relação de demanda de minorias ou de grupos organizados” (COUTINHO, 2002, p. 116).

Mas o seu reacionarismo não se limita às questões éticas, se estendendo para outras esferas. Em um ponto que lembra o antiliberalismo de Mussolini e Salgado, compreende que o gramscismo está substituindo o conceito de fidelidade pessoal pelo de felicidade individual. Em outras palavras, o companheirismo, a disciplina e a ordem são abandonadas em função de um individualismo hedonista que valoriza o prazer individual em curto prazo em detrimento de formações disciplinares, solidárias e morais (COUTINHO, 2002, p. 116). Isso reaparece em seu teste em *Cenas da nova ordem mundial*, conforme perguntas como: “Acredita que a felicidade e o prazer pessoais são os valores mais importantes da vida humana?” e “Acredita que a informalidade contribui para a aproximação das pessoas e as liberta de obrigações sociais inúteis?” (GODOY, 2019a).

Uma vez mais, antecipa parte das ideias bolsonaristas ao debater sobre a formação desse novo comum. Anuncia que há em curso um revisionismo marxista, que impõe uma substituição da “História Pátria ‘oficial’” (COUTINHO, 2002, p. 117) em relação à Ditadura. Da mesma forma, fragmentação da defesa nacional, através da ausência de valores sobre

personalidades heróicas históricas e o ataque a estes. O suposto revisionismo marxista, portanto, fragiliza a unidade nacional ao fragmentar e esvaziar os pilares da tradição.

Mais curiosos são alguns de seus outros pontos, conforme Coutinho (2002, p. 117) jura que o divórcio e a união homossexual são projetos da esquerda à fragilização da unidade nacional. A família, “célula básica da sociedade” (COUTINHO, 2002, p. 117), é forçadamente substituída por novos formatos degenerados. Afinal, a nação desde o Integralismo é vista por esses movimentos como “uma reunião de famílias” (CHAUI, 2014, p. 37). Não muito diferente acontece com a religião, conforme a moral cristã é abandonada em função da liberdade religiosa e uma “moral laica e utilitária” (COUTINHO, 2002, p. 117). A tradição cristã, fundante da civilização Ocidental, a partir da lógica de contaminação pelo gramscismo, se enfraquece em oposição a um ateísmo. E, com isso, a própria noção de civilização Ocidental se enfraquece, considerando a importância da moral cristã a ela. Não sem motivo justifica que o valor de conservação também está sendo substituído pelo preceito vazio de mudança.

Em outra passagem, incorre aos velhos argumentos Integralistas do mito da democracia racial. Reitera que por ser um país com população miscigenada, o Brasil não pode, em sua própria essência, ser racista (COUTINHO, 2002, p. 117). Em uma inversão, alega que o marxismo seria, na prática, racista, quando este diz que há racismo no Brasil. Não renhecer a pluralidade racial do país e sua construção baseada no mito das três raças seria racismo. Corroborar com isso em seu teste, quando coloca em uma das perguntas “Acredita que a sociedade brasileira é preconceituosa e racista?” (GODOY, 2019a).

Caracteriza uma suposta “conservadorafobia”, no sentido de um preconceito que “estigmatiza as pessoas conservadores” (COUTINHO, 2002, p. 118). Em suma, e uma vez mais precedendo o Bolsonarismo, diz que, com a nova hegemonia e a captura da sociedade civil pela esquerda, conservadores se tornaram oprimidos e perseguidos — ainda que, como já ficou evidente, Coutinho se aproxime muito mais de um reacionarismo. Pensamentos tradicionalistas são taxados de intolerantes, especialmente se discordam do senso comum autoritário. Fruto disso, cresce uma informalidade grosseira e virulenta nas relações humanas, em detrimento ao respeito e formalidade tipicamente conservadores (COUTINHO, 2002, p. 118).

Bolsonaro repete com frequência outro dos argumentos encontrados em Coutinho (2002, p. 118): os direitos humanos protegem criminosos, enquanto criminalizam as vítimas. Em acentuado maniqueísmo, divide as pessoas em dois grandes grupos, os “cidadãos de bem” e os “criminosos”, os “bons” e os “maus”. Proclama que o marxismo assume que a vítima é

sempre um burguês, o que o torna por si só um perpetrador. Uma inversão, então, em que a vítima real é tomada como marginal enquanto o criminoso é visto como uma vítima da sociedade. Os direitos humanos servem, desta forma, como método para essa inversão. Por outro lado, o “bandido de colarinho branco” é “satanizado”, como maior dos criminosos, “identificado como burguês corrupto e fraudador do povo” (COUTINHO, 2002, p. 118).

Em outra consonância, Coutinho (2002, p. 118) também afirma que desenvolvimento econômico e ordem são mais importantes do que ecologia. Em outras palavras, que o meio ambiente deve ser sacrificado caso seja em função de um projeto de desenvolvimento nacional. Inclusive, uma das perguntas de seu teste de contaminação pela esquerda questiona se o leitor “Acredita que a preservação ambiental é mais importante que o progresso?” (COUTINHO, 2002, p. 118).

Na conclusão, Coutinho (2002, p. 123-124), defende que, caso o gramscismo continue a espalhar seu miasma e a contaminar as diversas trincheiras da sociedade civil, então o Brasil poderá se tornar um Afeganistão sob o regime do Talibã. Semelhante quando Bolsonaro sugere que o Brasil irá se tornar uma Venezuela, Cuba ou mesmo Argentina. Mais do que isso, só um novo “Centrão”, uma união multipartidária entre democratas anticomunistas (sinônimos, para Coutinho), torna possível impedir que o Brasil vire uma dita dura totalitária. E, como um mártir, assume que está fazendo a sua parte, o seu pequeno, o que for possível, da qual o livro é exemplo. Retornando à fábula com que abre o livro, é pouco, é um sabiá jogando água num incêndio, mas é um começo contra a onipotência invisível do “neomarxismo”:

Contitui uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato e assumindo o monopólio do discurso, exerce a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. [...] Poderá vir a se tornar um regime oligárquico de domínio semelhante ao do talibã no Afeganistão. Se a **sociedade nacional** [ênfase de Coutinho] tiver aspiração diferente, está na hora (talvez a última) de formar um novo **CENTRÃO** [ênfase de Coutinho], mobilizando os cidadãos democratas e não apenas seus representantes como na Constituinte de 1988. [...] Para evitar que isto venha a acontecer, **estou fazendo a minha parte** [ênfase de Coutinho] (COUTINHO, 2002, p. 123-125).

Como padrão, segue abaixo uma tabela contendo algumas das características e argumentos-chave do livro de Coutinho. Como sempre, vale lembrar que tal categorização, como qualquer uma, é tanto arbitrária, mas busca espelhar o melhor possível o conteúdo da *A revolução gramscista do Ocidente*.

Tabela 21 - Características de *A revolução gramscista do Ocidente*

	A revolução gramscista do Ocidente Primeiro ciclo: protobolsonarismo (1989-2013) Primeiro estágio: criação do movimento
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	<p>O comunismo no novo milênio pratica uma “revolução surda”</p> <p>Substituição do marxismo-leninismo pelo marxismo-gramscismo</p> <p>O comunismo assume diferentes métodos à tomada do poder, o gramscismo é um deles</p> <p>O comunismo centraliza a economia a ponto de evoluir sempre para o totalitarismo</p> <p>A busca pela utopia gera a distopia</p> <p>O gramscismo é uma estratégia de tomada lenta do poder</p> <p>O gramscismo é a atualização dos métodos sórdidos da esquerda para o novo milênio</p> <p>O comunismo/socialismo inevitavelmente se torna totalitário</p> <p>ONGs são entidades com financiamento obscuro para corromper a nação e levá-la para o comunismo</p> <p>O comunismo como câncer nacional</p>
<i>Autoritarismo</i>	<p>Direitos humanos como proteção ao criminoso e criminalização da vítima</p> <p>O golpe de 1964 não pode ter sido um golpe, pois ele próprio optou por sua abertura política e anistia</p> <p>Objetivos éticos não justificam atitudes ilegais</p> <p>Coloca-se contra demandas de grupos minoritários</p> <p>Contra igualdade entre gêneros</p> <p>A mídia brasileira é cooptada pela esquerda e traz mentiras</p> <p>Ditaduras burguesas são efêmeras</p> <p>Maniqueísmo</p> <p>Revisionismo da Ditadura Militar, “Revolução de 1964”</p> <p>A esquerda é populista, enquanto o autoritarismo militar é pragmático e desejável</p> <p>ONGs são ferramentas de disseminação ideológica das esquerdas</p> <p>Ditadura como contragolpe</p> <p>Violência ditatorial como mecanismo de defesa</p> <p>O marxismo revisa a História para chamar de Ditadura a Revolução, fragilizando a nação e apagando heróis da pátria</p>
<i>Nacionalismo</i>	<p>A esquerda divide e fragmenta a unidade nacional</p> <p>Desenvolvimento nacional é mais importante do que o meio ambiente</p> <p>Projeto nacional-desenvolvimentista, enxerga na Ditadura o ápice desse projeto</p>

	<p>A Constituição foi contaminada por projetos “esquerdizantes” em detrimento da vontade nacional</p> <p>Anticosmopolitismo, anti-internacionalismo</p>
<i>Racismo</i>	<p>O Brasil não é racista porque sua população é miscigenada</p> <p>A esquerda é racista por se colocar contra o mito da democracia racial</p>
<i>Reacionarismo</i>	<p>Campo político degenerado, nação tomada por forças da esquerda</p> <p>Conspiracionismo paranoico: uma grande conspiração internacional das esquerdas</p> <p>O Brasil caminha para se tornar um Afeganistão do Talibã</p> <p>A esquerda promove e dissemina intelectuais em diversas esferas para subverter a nação</p> <p>Homofobia/oposição ao casamento de pessoas do mesmo sexo</p> <p>Instituições tradicionais como escudo e lança da nação contra o comunismo</p> <p>O cristianismo é pilar da civilização Ocidental</p> <p>O ateísmo e a lógica laica, bem como a liberdade religiosa, são degenerações</p> <p>Mania de perseguição: “conservadorafobia”</p> <p>A formalidade e o respeito substituídos por uma versão grosseira de informalidade nas relações</p> <p>Família tradicional como “célula básica da sociedade”</p> <p>Companheirismo e disciplina foram abandonados em função de um individualismo maniqueísta</p> <p>Contra o divórcio</p> <p>Esquerda promove destruição de valores pilares da civilização ocidental</p> <p>Valores tradicionais foram abandonados e isso fortalece a esquerda</p> <p>Conspiracionismo paranoico: o marxismo com muito mais força do que tem de fato, como entidade que controla secretamente toda a nação</p> <p>As universidades estão dominadas pela esquerda</p> <p>A arte se tornou uma produção ideológica comunista</p> <p>A liberdade de expressão está sendo substituída pelo “politicamente correto”</p> <p>Retórica da perversidade: a utopia comunista acaba por gerar totalitarismo</p> <p>Retórica da ameaça: o comunismo ameaça as posses, valores e a civilização ocidental</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Coutinho (2002).

A próxima seção dará continuidade aos argumentos desta, trabalhando sobre um escrito de Ernesto Araújo.

4.2 Segundo ciclo: ascensão — 2013 — 2017

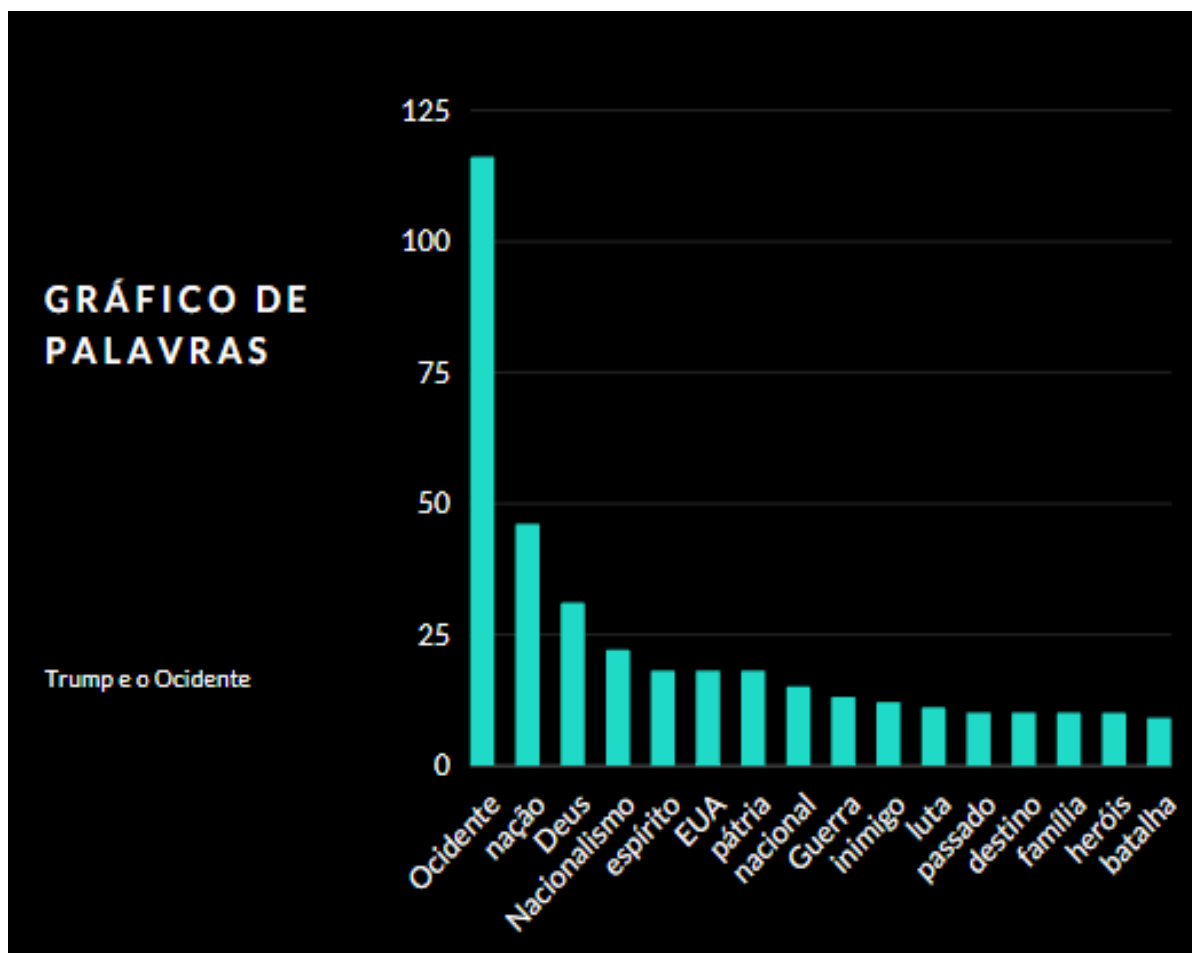
“Se a razão não abrir os olhos e prevalecer, então talvez só nos reste o riso” (MCEWAN, 2020, p. 102).

Como dito antes, o Bolsonarismo transcende e precede Bolsonaro. Da mesma forma que o Fascismo com Mussolini, o nome apenas rotulou e aglomerou um emaranhado de traços que já existiam dispersamente. A seção anterior buscou mostrar isso ao se debruçar sobre os argumentos do general Sérgio de Avellar Coutinho, parte dos quais posteriormente absorvidos por Bolsonaro e eles próprios uma reconstrução do secular anticomunismo militar. De forma igual, esta seção busca dar continuidade à discussão, desta vez com um *close reading* sobre o artigo de Ernesto Araújo, *Trump e o Ocidente*, publicado em 2017.

Ernesto Araújo é filho de Henrique Fonseca de Araújo, Procurador Geral da República durante a Ditadura. Henrique se notabilizou ao recusar-se a extraditar o criminoso nazista Gustav Frank Wagner mesmo após solicitações de quatro nações distintas, argumentando que seus crimes estavam prescritos (SPERB, 2019). Já Ernesto, a despeito de sua carreira como diplomata de menor destaque, foi alçado ao posto de Chanceler no governo Bolsonaro, no qual permaneceu do primeiro dia de governo até 2021. Sua demissão não se deu por divergências com Bolsonaro em si, mas por pressão dos demais poderes (ORTIZ, 2021). Uma vez mais pondo em xeque a arbitrária divisão entre “ala ideológica” e “ala técnica” do governo, as ideias de Araújo bebem diretamente das de Coutinho, corroborando à noção de que há, na prática, uma simbiose entre os dois setores e as ideologias são dialógicas. Isto porque parte de suas ideias, como evidenciado na seção anterior, já são antecipadas pelos militares. Ademais, Araújo colhe muito de suas visões de Olavo de Carvalho, ele próprio presença frequente nos quartéis.

De fato, *Trump e o Ocidente* é, dentre os materiais analisados, aquele com características mais próximas do Fascismo. Tanto mais, a leitura do texto fornece a inusitada impressão de que as ideias de Araújo são mais intensas e virulentas do que as de Mussolini, sem qualquer pretensão de verniz retórico que atingia este segundo ou Plínio Salgado. Em outras palavras, mais fascistas do que o próprio Fascismo. Em nenhum dos outros materiais traços como a tanatofilia, os inimigos objetivos desumanizados, o conspiracionismo paranoico, o culto ao Messias, entre outros, apareceram de forma tão explícita, o que é revelado pela nuvem e gráfico de palavras abaixo:

Figura 32 - Gráfico de palavras sobre *Trump e o Ocidente*



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de *Trump e o Ocidente* e do software WordClouds.

O título em si dita o tom salvacionista e reacionário: o Ocidente está em crise, correndo risco de extinção, e somente o Messias pode salvá-lo. No caso, o então presidente estadunidense Donald Trump. Lutam contra ele uma série de inimigos em batalha mortal, como o islã e o comunismo. Somente a “recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais” (ARAÚJO, 2017, p. 323) pode preservar o Ocidente, da qual decorre a necessidade de recuperar os ideais combatidos do nacionalismo e da religião cristã, abandonados em função do “globalismo” comunista. Trump está em um momento decisivo, pois o Ocidente respira através de aparelhos. Trazendo uma comparação com o futebol americano, Araújo (2017, p. 323) afirma que a “extraordinária” eleição de Trump foi essencial para manter o oxigênio escasso do Ocidente. Justifica que Trump é a personificação de um *touchdown*, um gol de último minuto que salva um time que está perdendo.

Claro que Ocidente, aqui, é tomado por uma visão eurocêntrica, e Araújo (2017, p. 345) não faz qualquer esforço para esconder isso. Segundo ele, o Ocidente teria desaparecido, colapsado por suas guerras internas, não fosse os EUA terem assumido a ponta de lança ao

final da Primeira Guerra. Os europeus cometeram suicídio de sua própria civilização, o que é personificado na massa amorfa da União Europeia, e apenas os EUA impedem que a noção de Ocidente seja completamente destruída pela islamização⁷⁷. A Europa em si já foi corrompida por esse processo de disseminação islâmica, valorização da diversidade e propagação do ateísmo (ARAÚJO, 2017, p. 345).

Por todo o artigo, Araújo (2017, p. 324) se defende de acusações de que ser partidário de uma autodefesa do Ocidente seria uma atitude fascista, chauvinista, racista ou xenófoba. Para isso, repete Coutinho quando diz que o politicamente correto se alastrou nas diversas trincheiras do Ocidente e impede que o debate sobre “luta de civilizações” seja levado a sério. Da mesma forma, ainda que mais intenso, encontra eco em Coutinho ao entender que seus valores estão ameaçados por uma esquerda invisível que atua através de diversos setores na tentativa de destruí-los. Ou mesmo Mussolini e Salgado, que argumentavam que Itália e Brasil deveriam se destacar na “luta de nações”, uma abstração que deveria substituir a luta de classes. A própria noção de Ocidente — um dos termos mais frequentes, junto de “Trump” e “ocidental” —, de acordo com Araújo (2017, p. 324), caiu em desgraça em função do politicamente correto e da disseminação do comunismo globalista.

Para Araújo (2017, p. 324-325), o Ocidente não é apenas um aglomerado difuso de nações que compartilham um território em comum, mas sim a união cultural e espiritual de valores compartilhados há milênios. O Ocidente, mais do que uma região, é uma cosmovisão, uma filosofia que agrupa ideais nacionalistas, uma “enorme massa de palavras e sentimentos, ideias e crenças formada ao longo de 25 ou 30 séculos” e que hoje se encontra “com sintomas sérios de debilidade e até mesmo demência, dando a impressão de que, deixadas as coisas ao seu curso natural, poderá desaparecer para sempre em poucos anos” (ARAÚJO, 2017, p. 325). Sua argumentação expressa o que há de mais reacionário: valores corrompidos por um inimigo invisível, onipotente e onipresente, do qual decorre a necessidade de uma ruptura para resgatar esses ideais perdidos. Trump seria essa ruptura, “o único estadista ocidental que entende o jogo e está disposto a jogá-lo, o único que percebe a urgência destes últimos segundos do último tempo” (ARAÚJO, 2017, p. 325). Um herdeiro direto de Ronald Reagan, responsável, na visão de Araújo (2017, p. 325) pela derrota do formato anterior do comunismo. Ou, ainda, de Winston Churchill, posto por Araújo (2017, p. 329) como personificação do sentimento ocidental de defesa “da liberdade e da civilização diante da

⁷⁷ A ideia de suicídio do Ocidente, é preciso ressaltar, não foi criada por Ernesto Araújo, mas é comum no imaginário da extrema-direita em vários países. Em 1964, o intelectual estadunidense James Burnham publicou *O suicídio do Ocidente*, antecedendo a maior parte dos argumentos de Ernesto Araújo e Sérgio de Avellar Coutinho.

barbárie”, ignorando que Churchill manifestou diversas simpatias pelo Fascismo antes da Guerra. Se Churchill venceu o marxismo-nacionalista, e Reagan conseguiu vencer o marxismo-leninismo, Trump seria o novo eleito com a missão de derrotar o marxismo-gramscismo, o formato de “neo”comunismo. Expressa também anti-intelectualismo, ao sugerir que políticos anteriores foram incapazes de salvar o Ocidente porque eram “hiperintelectualizados” (ARAÚJO, 2017, p. 325).

Contraditoriamente, o próprio Araújo (2017, p. 325) alega que o Ocidente, ao menos como região, concentra força militar, econômica e política suficiente para fazer frente a ameaças como a Rússia, a China ou a Coreia do Norte. Todavia, isso não se reflete sobre seus valores, progressivamente abandonados. É uma patologia da alma, não uma patologia física, o que se revela por termos como “valores”, “alma” e “espírito” como alguns dos mais frequentes.

Para Araújo (2017, p. 325) o marco da reação do Ocidente à sua iminente destruição foi um discurso de Trump em Varsóvia, no dia 6 de julho de 2017. Nele, Trump reconheceu, a seu ver, que o Ocidente está com um tumor crescente que se alastra. No entanto, Trump seria a quimioterapia, um último recurso de sobrevivência, a reação deste conjunto de valores espirituais que se disseminam através de territórios geopolíticos e os tornam aliados em potencial. Isso devido a coragem de Trump, que ao contrário da “elite hiperintelectualizada” formada pela *Ivy League* teve a disposição de assumir a degeneração da cosmovisão ocidental.

O discurso de Trump, para Araújo (2017, p. 325), é simbólico pela importância histórica que identifica na Polônia. Sugere que o país é ícone de resistência política e fé, primeiro por ter sobrevivido aos Nazistas — ignorando completamente o colaboracionismo polonês durante a Guerra, deslocada apenas à função de vítima (semelhante ao que ocorre com a Áustria criticada pela peça de Bernhard, *Praça dos heróis*) — e posteriormente aos comunistas. A Polônia, então, encarna o sentimento que o Ocidente precisa adotar para resistir à sua própria destruição (e, em alguns casos, autodestruição, como no exemplo do Nazismo). Nada mais alegórico do que um encontro do Messias com o símbolo, portanto, corroborando a necessidade de quebrar um paradigma de degeneração, pois, como diz citando Trump, “No povo polonês [...] vemos a alma da Europa” (ARAÚJO, 2017, p. 325). A união entre Messias e símbolo, como Araújo (2017, p. 325) admite, é perfeita para inspirar a Europa e os Estados Unidos a se lembrarem do que são de fato, de que a união entre eles ultrapassa apenas uma aliança militar ou econômica, e consiste de uma “essência comum” (ARAÚJO, 2017, p. 325).

Durante todo o texto, Araújo (2017, p. 326) lembra de diversas passagens históricas na qual o Ocidente ameaçado conseguiu se reerguer e se defender frente a inimigos que, com frequência, são identificados com o comunismo, com o Nazismo ou com o islã. Ignorando que, teoricamente, o Nazismo — ou mesmo o comunismo — surgiu no mesmo Ocidente. O islã aparece como um dos alvos preferenciais, e Araújo (2017, p. 326) com frequência toma exemplos de oportunidades em que a Europa reagiu contra “a dominação islâmica”, como alerta à necessidade de igual reação hoje. Na prática, Araújo (2017, p. 326) divide as ameaças ao Ocidente — que, segundo ele, está muito mais fragilizado do que se possa pensar inicialmente — em “ameaças visíveis”, como no caso do islã e da “burocracia”, e invisíveis, no caso a “perda da própria identidade ocidental, a perda do espírito, o desaparecimento dos ‘laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos’” (ARAÚJO, 2017, p. 326-327). As forças “antiocidentais” são externas e internas, e é no segundo grupo que reside o maior perigo, pelo conseqüente apagamento da união por meio de valores em comum. É revelador que Araújo coloque com tanta frequência termos como “Guerra”, “inimigo”, “luta” e “batalha”.

Também não fica de fora o apelo à religião, e ao passado religioso de modo geral. Lembra Araújo (2017, p. 326) de uma das figuras polonesas de maior destaque recente, o Papa João Paulo II. O toma como exemplo da importância da Europa resgatar o seu cristianismo, corrompido em função do globalismo, da imigração e da diversidade cultural e étnica. Afirma que o povo europeu deseja Deus, precisa de Deus — que aparece como um dos termos mais mencionados —, como guia para retornar à prosperidade, para tornar a Europa grande de novo. Aliás, é sintomático (assim como também o é a palavra “passado” ser uma das que mais aparecem) a expressão “tornar a América grande de novo” como síntese da ideologia reacionária de Araújo, baseada nos princípios de destruir para renascer. Somente através da destruição de um cenário corrompido, pode renascer “uma fusão do nacionalismo com a fé, a fé como parte integrante do sentimento nacional e vice-versa” (ARAÚJO, 2017, p. 327). A mescla de fundamentalismo religioso com nacionalismo não falha em se aproximar das concepções vistas em Plínio Salgado e no Integralismo de modo geral, para quem é imprescindível uma nação brasileira embebida pela fé cristã:

Para Trump, o clamor dos poloneses por Deus, pela volta de Deus ao centro de suas vidas juntamente com a recuperação da nacionalidade, a fé e a pátria renascendo juntas depois de esfaqueadas pela ditadura materialista e “internacionalista” imposta pelos soviéticos, esse clamor volta a ser hoje o clamor do Ocidente” (ARAÚJO, 2017, p. 327).

O Ocidente como filosofia, como valor, como cosmovisão, se baseia não apenas na fé cristã, mas também no nacionalismo. Por mais paradoxal que possa soar, é um território geopolítico marcado pela valorização das nações. Uma aproximação entre elas, assim, em que o conceito e a demarcação de nação é fundamental para seu entendimento em si: “Uma comunidade, portanto, onde os particularismos não são um acidente, mas a sua própria essência e conformam um todo orgânico, indispensáveis à saúde e pujança do conjunto” (ARAÚJO, 2017, p. 328). Ou, como diz, uma formação a partir das nações, não por cima delas. Uma união delas como nações, não como uma massa disforme tornada uma cultura e etnia única e global.

Além do princípio da fé cristã e do nacionalismo, outros preceitos menores também caracterizam os valores do Ocidente. Araújo (2017, p. 328) elenca, por exemplo, a arte. Contudo, somente a arte, como diz Trump, “inspiradoras que honram a Deus” (2017, p. 328). Como no medievalismo, a função da arte passa a ser não mais do que muleta à religião, como forma de enaltecer a grandeza divina. A arte crítica, mesmo cínica, livre, secular, não é desejada. Em sentido semelhante, “a celebração dos heróis, das tradições e dos costumes imemoriais”, em suma, a celebração e idealização do passado (ARAÚJO, 2017, p. 328). Também, em sintonia com Salgado, coloca a família como sol através do qual as demais esferas giram. Por fim, elenca o Estado de direito, a liberdade de expressão — ferramenta, como foi visto, capturado oportunisticamente como forma de se disseminar discursos de ódio ante a justificativa de que a liberdade deve ser absoluta — e, ironicamente, considerando sua participação no governo Bolsonaro, “o empoderamento das mulheres” (ARAÚJO, 2017, p. 328). Tampouco o espantinho do empoderamento feminino é inovador, basta retornar para o programa de Mussolini defendendo o sufrágio universal feminino. Mas, como Mussolini exemplifica com o sufrágio só sendo implantado após a Segunda Guerra, entre o discurso e a prática há distância. Parte desses argumentos podem ser vistos em algumas das palavras mais utilizadas: “nação”, “cultura”, “nacionalismo”, “civilização”, “liberdade”, “comunidade”, “EUA”, “Europa”, “pátria”, “nacional”, “família”, “heróis”, “destino”.

Na prática, Araújo se aproxima de uma estratégia que José Pedro Zúquete (2011) identificou como padrão da extrema-direita europeia: utilizar uma defesa retórica de grupos minoritários, sempre em aspectos bem pontuais, para atacar outros. Em seu artigo, Zúquete analisa como o feminismo e o judaísmo foram parcialmente capturados por líderes como Geert Wilders para atacar o islão. A islamofobia se funde com uma leitura particular de um feminismo no ataque, por exemplo, às vestes islâmicas: “Quando se discute a situação das mulheres no Islão, a extrema-direita europeia avança argumentos que, num passado não muito

distante, seriam considerados exclusivos dos grupos progressistas feministas do Ocidente” (ZÚQUETE, 2011).

Em outra frente, e em consonância com a proximidade do Bolsonarismo com o sionismo⁷⁸, uma parte da extrema-direita europeia também se aproximou de Israel. Ainda que o antissemitismo secular permaneça em parcelas dessa extrema-direita⁷⁹ — com o qual vale destacar os esforços antissemitas de países da Europa oriental, por vezes travestido, por vezes explícito, contra a figura do bilionário judeu George Soros —, outras destilam um pró-sionismo, ao menos no campo discursivo, semelhante ao que faz Bolsonaro (ZÚQUETE, 2011). A corrente migratória à Europa, intensificada com a Guerra da Síria, gerou uma nova leva de *estranhos* e inimigos objetivos, novos outros para o efeito de desumanização típica do fascismo. Não obstante, os ataques terroristas da última década levaram o imaginário dessa extrema-direita a acreditar, como Araújo (2017) não falha em comprovar, que a Europa está sendo transformada em um continente islâmico, “Eurábia” (ZÚQUETE, 2011). Todavia, isso também torna claro o discurso fora de lugar de Araújo: se o Brasil não lida com imigração islâmica ou ataques terroristas, soa despropositado seus ataques ao islão, para além de evidenciar o eurocentrismo de seu entendimento de Ocidente. Nesse ponto, ainda que também sejam próximos, Araújo (2017) destila aspectos que soam estranhos ao Bolsonarismo do próprio Bolsonaro. O islã como inimigo objetivo não aparece nos demais materiais analisados do Bolsonarismo e se aproxima mais intensamente da extrema-direita europeia e de movimentos como o *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* (Pegida), alemão para *Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente*. Conforme o nome anuncia, o Pegida se coloca igualmente contra o que entende por degeneração e morte do Ocidente. De fato, a visão de Araújo sobre a decadência ocidental em muito colhe dos novos ventos fatalistas da extrema-direita europeia, como Zúquete evidencia:

Uma das forças motrizes da ideologia da extrema-direita é a ideia de declínio, seja da nação, ou, cada vez mais, da Europa. Num contexto em que existe a percepção de que os sinais irreversíveis da “decadência” estão por todo o lado, os líderes de extrema-direita retratam os seus grupos como os “últimos defensores” das suas comunidades perseguidas, cuja identidade cultural, autenticidade, e independência se encontram ameaçadas pelas forças nacionais e globais. O “desaparecimento” ou

⁷⁸ Ainda que seja uma proximidade paradoxal e mais voltada para os interesses pentecostais, dado que o Bolsonarismo não se eximiu de diversas demonstrações de antissemitismo, do qual o caso de Roberto Alvim é certamente o mais explícito.

⁷⁹ De acordo com uma pesquisa da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), nos últimos cinco anos ao menos 50% dos judeus entrevistados sofreram alguma forma de violência antissemita na Alemanha e na Bélgica, seguido por cerca de 40% nos Países Baixos, Polônia, Espanha, Suécia e Dinamarca. De acordo com a mesma pesquisa, a maioria do antissemitismo aparece na *internet*, impulsionado pela anonimidade da rede global, respondendo por 80% de todos os locais (KIRBY, 2018).

“morte” da comunidade é, nestes discursos, uma possibilidade real que se agiganta num horizonte próximo. O patriarca da extrema-direita europeia, Jean-Marie Le Pen, avisou repetidamente que a França e a Europa, devido à imigração massiva e à queda demográfica, estão a viver como que no arame. A sua filha Marine Le Pen defende que “a continuarmos assim, a Europa deixará de ser a Europa [mas] tornar-se-á uma República islâmica”, acrescentando que “estamos num ponto de viragem, e se não protegermos a nossa civilização, ela desaparecerá”. Para o líder do Partido Nacional Britânico, o que está em causa é a sobrevivência da Europa, por causa da “imigração massiva ininterrupta e da elevada taxa de nascimento dos muçulmanos, aliada à nossa taxa suicidamente baixa (ZÚQUETE, 2017).

A escolha arbitrária de George Soros, um bilionário judeu sobrevivente do Holocausto, como inimigo objetivo originalmente em seu país natal, Hungria, e depois transposta para os Estados Unidos, Turquia, Itália — onde Matteo Salvini afirmou que Soros queria imigrantes porque “ele gosta de escravos” (RUDIN, 2019) —, Reino Unido — onde Nigel Farage, líder do Brexit, sugeriu que Soros era o maior inimigo do Ocidente (RUDIN, 2019) — e importado pelo Brasil valeria uma tese por si só. No caso de Soros, Orbán aplica um antissemitismo mal maquiado. O argumento antissemita por trás do ódio a Soros reside na ideia de que ele seria um titereiro, responsável por inflar o Ocidente com hordas islâmicas para enfraquecê-lo e facilitar a dominação mundial por parte dos judeus. Reeditando as velhas ideias da extrema-direita europeia, há sempre um judeu por trás de uma maquinação pela destruição do Ocidente. Por vezes, o antissemitismo se funde em um emaranhado de ódio a outros grupos étnicos, ideológicos ou culturais, como feministas, comunistas, homossexuais e negros, como mostra Slavoj Žižek, citando um artigo de um jornal de extrema-direita esloveno:

‘George Soros é uma das pessoas mais depravadas e perigosas da nossa época, está por trás da invasão empreendida pelas hordas negroides e semíticas e, portanto, do crepúsculo da UE [...]. Como um típico talmudo-sionista, é inimigo mortal da civilização ocidental, do Estado-nação e do homem branco europeu’ Seu objetivo, prossegue o autor, é formar uma “coalizão arco-íris, composta por maginiais sociais, como veados, feministas, muçulmanos e adeptos do marxismo cultural que odeiam trabalhar’, a qual se encarregaria então de proceder a ‘uma desconstrução do Estado-nação, transformando a UE numa distopia multicultural dos Estados Unidos da Europa’. E que forças estão enfrentando Soros? ‘Viktor Orbán e Vladimir Putin são os políticos perspicazes que entenderam perfeitamente as maquinações de Soros e, logicamente, proibiram a atividade de suas organizações’ Além disso, segundo o comentarista esloveno, Soros é inconsistente em seu apoio ao multiculturalismo: ‘Ele o promove exclusivamente na Europa e nos EUA, ao passo que, no caso de Israel, de uma maneira que para mim faz todo o sentido, Soros concorda com o monoculturalismo, o racismo latente e a construção de um muro no país. Diferentemente do que propõe no EU e nos EUA, ele também não pede que Israel abra suas fronteiras e aceite ‘refugiados’. Uma hipocrisia característica do talmudo-sionismo.’ [...] a ameaça à Europa vem das hordas de refugiados muçulmanos, mas por trás desse fenômeno caótico estão os judeus” (GEISELBERGER, 2019, p. 295-296).

Soros, na verdade, é um defensor do social-liberalismo e da globalização, opondo-se ideologicamente ao nacionalismo e ao libertarianismo em seu livro *Globalização*, no qual defende um liberalismo “humanizado”, que dialogue com medidas sociais e não seja irrestrito. Destina parte de sua fortuna à entidade que criou, Open Society Foundations (OSF), a qual se dedica, em suas próprias palavras e em tradução livre, a promover “a justiça, governança democrática e direitos humanos”. Sua posição antinacionalis talvez a extrema-direita de diversas partes do mundo, inclusive os Bolsonaroistas, a tomá-lo como personificação do que entendem por globalismo, como fica claro nas ideias de Araújo (2017). A paranoia chegou ao paroxismo com a criação de uma efeméride absurda: o “Dia Internacional de Combate a George Soros”, celebrado no mesmo dia do aniversário do filantropo. O dia é justificado pela posição de Soros, segundo o Movimento Brasil Conservador (que conta com integrantes como Abraham Weintraub, Eduardo Bolsonaro, Sara Winter e o próprio Jair Bolsonaro), como “O maior financiador da esquerda no mundo, responsável por derrubar governos e desestabilizar nações. Com uma agenda que vai desde a destruição da cultura judaico-cristã, legalização do aborto, ideologia de gênero, até a censura da internet” (MARTINS, 2020). Segundo a organização, Soros estaria até mesmo por trás da renúncia do papa Bento XVI.

Soros chegou a sofrer um atentado junto de personalidades do Partido Democrata como Barack Obama e Hillary Clinton em 2019, com bombas colocadas nas caixas de correios. O dispositivo não explodiu, mas “O FBI relacionou as bombas a uma van branca coberta de adesivos pró-Donald Trump e anti-Partido Democrata, estacionada em um supermercado na Flórida” e o perpetrador afirmava que “o mundo está acordando para os horrores de George Soros” (RUDIN, 2019). A extrema-direita estadunidense logo passou a defender a teoria da conspiração de que Soros havia forjado os atentados na intenção de prejudicar a reputação do Partido Republicano às vésperas das *midterm elections*. A teoria da conspiração não se limitou a *internet* e redes sociais, encontrando eco em veículos alinhado aos trumpistas, como a Fox News, em que um apresentador declarou que “Notícias falsas e bombas falsas. Quem poderia se beneficiar de tantas falsidades?” (RUDIN, 2019).

Não há conflito ou ataque que Soros não receba a culpa por parte da extrema-direita, tendo sido acusado, entre outros momentos, de criar o vírus da COVID-19 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2021), fragilizar o Ocidente com caravanas de imigrantes (um argumento que explicita o estado-unidensecentrismo ao ignorar que esses mesmos imigrantes, no caso de latino-americanos, também são ocidentais) ou de financiar os confrontos de Charlottesville (RUDIN, 2019). Reencenando a conspiração do “judeu internacional”, não importa o desastre: o judeu está sempre por trás dele, mexendo as conspirações como o marionetista que

é. Ou, como disse Orbán, ecoando o antissemitismo clássico dos fascismos do passado, mas agora escondendo a palavra “judeu”, há um inimigo “Não nacional, mas internacional. Não acredita em trabalho, mas especula com dinheiro. Não tem pátria própria, mas acredita que tem o mundo inteiro” (RUDIN, 2019). Vale lembrar que a Hungria, além de um dos países colaboracionistas, foi responsável pelo aniquilamento de meio milhão de judeus, quase 10% do total, durante o Holocausto. Por fim, Trump riu ao ouvir um homem clamando pela prisão de Soros e declarou que “não ficaria surpreso” se Soros estivesse por trás das caravanas de migrantes (RUDIN, 2019).

Além do atentado a bomba, o nome de Soros esteve involuntariamente ligado ao ato de antissemitismo mais violento da história estado-unidense: o ataque à Sinagoga de Pittsburgh em 2018, em que um homem assassinou onze judeus. Um homem, segundo relata uma matéria da BBC, “obcecado por George Soros”, e que o bilionário estaria por trás do “genocídio branco” (RUDIN, 2019) — ideia que não por coincidência está presente nos escritos de Ernesto Araújo (2017), ele próprio um defensor das teorias da conspiração contra Soros.

Mas Araújo não é o único bolsonarista a desumanizar George Soros. Seu professor, Olavo de Carvalho, ainda que se coloque com frequência a favor do Estado de Israel⁸⁰, destila fragmentos de um antissemitismo em sua obra, uma vez mais paradoxalmente dissimulado e explícito. Em seu livro *Os EUA e a nova ordem Mundial*, Carvalho (2012, p. 137) incorre à mesma imagem do *judeu internacional*, ao defender que a mídia é controlada por magnatas judeus que impõe uma agenda esquerdizante, como o *Le Monde*. Na mesma página, Carvalho menciona Soros não como vítima do Nazismo, mas como perpetrador, como “judeu que ajudou os nazistas a tomar as propriedades de outros judeus” (CARVALHO, 2012, p. 137). Repete os mesmos argumentos de Hitler, Mussolini e Gustavo Barroso⁸¹, ao dizer que judaísmo e Bolchevismo são sinônimos. Basta uma pesquisa simples no *Google* para ver o quão infundadas são as afirmações: para além da *fake news* sobre o *Le Monde*, Soros tinha quinze anos quando do fim da Guerra.

O atentado levou à última instância o ódio ao povo judaico já perceptível nos discursos contra Soros. Por esses motivos, George Soros é exemplo vivo de como o antissemitismo não morreu com o Holocausto, e por mais que os judeus sejam utilizados como método da

⁸⁰ Uma defesa relativamente recente, já que em seu livro de 1995, *O jardim das aflições*, deixa explícito o seu antissionismo. Chega ao ponto de culpar o sionismo pelo Holocausto.

⁸¹ Nas palavras de Gustavo Barroso: “os judeus são os maiores capitalistas do mundo, donos das maiores fortunas do planeta Terra e ao mesmo tempo são os criadores do comunismo” (apud GONÇALVES; NETO, 2020, p. 171).

extrema-direita europeia anti-islã, outros fragmentos da extrema-direita global permanecem intimamente antissemitas. Em suma, Soros tornou-se o bode expiatório perfeito para autoritários ao redor de todo o planeta. De acordo com a matéria da BBC, uma estratégia articulada por Orbán para capitalizar, ainda que sem verbalizar, o antissemitismo (RUDIN, 2019). Em outras palavras, um antissemitismo paradoxalmente explícito, mas ao mesmo tempo dissimulado por meio de estratégias de personificação.

Araújo (2017, p. 329) não apenas não faz qualquer esforço para dissimular o seu nacionalismo ou reacionarismo, como os exalta. Para ele, encarnando o que há de mais típico na tradição reacionária, toda a criação política, econômica e cultural desde o iluminismo é vista como degenerada — chega a colocar iluminismo entre aspas, como forma de rejeitá-lo. O passado deve ser exaltado, não rejeitado, pois nele reside o futuro da utopia regressiva: “Desde o ‘iluminismo’ toda a tradição liberal e revolucionária constituiu-se numa rejeição do passado” (2017, p. 329). Em eco a De Maistre, o iluminismo, portanto, deturpou e afastou o homem ocidental de valores como Deus, os heróis — não sem motivo, fala em mais de uma oportunidade no culto bélico ao herói sacrificial, morto pela grandeza da nação — e a família, e é preciso resgatá-lo. Abandonando esses valores, o homem contemporâneo, iluminista, liberal, não se torna mais do que uma casca vazia sem alma. Não há paixão, não há religiosidade, resta apenas cinismo, corrupção e ateísmo, sinônimos:

O homem pós-moderno não tem ancestrais, as sociedades pós-modernas não têm heróis. Trump, ao falar de alma, desafia frontalmente o homem pós-moderno, que não tem alma, que tem apenas processos químicos ocorrendo aleatoriamente entre seus neurônios. Trump fala de Deus, e nada é mais ofensivo para o homem pós-moderno, que matou Deus há muito tempo e não gosta que lhe recordem o crime (ARAÚJO, 2017, p. 329).

Em seguida, Araújo se adianta às acusações de que seus argumentos ou o de Trump seriam manifestações de fascismo, ou mesmo apenas de “mau gosto” (ARAÚJO, 2017, p. 329). Sugere, nos moldes do que Coutinho dizia, que a esquerda se disseminou nas diversas fronteiras do Ocidente, de modo que se tornou a ideologia dominante. Como tal, passa a classificar tudo o que a desagrada como fascista. A ironia, porém, ocorre quando Araújo (2017, p. 329) afirma categoricamente: “Sim, vivemos em um mundo onde falar dos heróis, dos ancestrais, da alma e da nação, da família e de Deus é, para grande parte da ideologia dominante, uma indicação de comportamento fascista”. Ironia pois, como discutido em todo este trabalho até aqui, princípios como valorização bélica de heróis e Messias, do passado, de ancestrais, de uma visão espiritualista da História, do princípio básico da família como pilar

da nação e, no caso particular do Integralismo, Deus, são alguns dos traços identificados em Mussolini e em Plínio Salgado.

Lança mão da banalização do conceito de fascismo, conforme este foi utilizado para classificar tudo que desagradava a esquerda, para negar que Trump ou ele próprio sejam fascistas, por mais que os traços que sugeriu, como visto, se aproximem. De fato, como argumentado no primeiro capítulo, a banalização do conceito o enfraqueceu e chega, como aqui, a fazer com que o espantalho seja utilizado como ferramenta catártica para purificar equivalentes contemporâneos ao fascismo. Se antes o acusado de fascismo era punido em “*gulags*”, hoje recai a ele “o ridículo” (ARAÚJO, 2017, p. 329). Todavia, alerta Araújo (2017, p. 329), o ostracismo pode evoluir novamente à violência, o que já começa a acontecer com grupos “terroristas” como os “antifascistas”.

O culto ao belicismo também se faz presente, assim como a tanatofilia. Araújo (2017, p. 330-331) defende que uma das razões pelo que enxerga como inevitável colapso do Ocidente é que, ao contrário dos muçulmanos, os ocidentais não estão dispostos a morrer por sua civilização. Preferem que ela desapareça, seja engolida pelo islã, a se sacrificar por ela. A morte se torna cultuada, exaltada, em função do bem maior, da mesma forma que Mussolini e Salgado o faziam. Uma guerra permanente, constante, invisível. O fascismo, conforme aparece nos materiais desses três movimentos, não pode passar sem, além de um inimigo objetivo, uma ameaça também invisível para movimentar ansiedades a respeito de um estado de guerra incessante. Novamente em paralelo, lembra o romance de Dino Buzzati, mencionado no segundo capítulo, no qual o protagonista aguarda por toda a sua vida por uma invasão que nunca vem e, quando ela enfim vem, ele é impedido de lutar pela velhice.

Também da mesma forma que fizeram Mussolini e Salgado, Araújo (2017, p. 331) sugere que o papel nacional na “luta de nações” não implica necessariamente em atacar outras nações, mas apenas em se defender. Como justificativa, diz que o verdadeiro inimigo não é “a Rússia nem a China”, mas sim “um inimigo interno, o abandono da própria identidade”. Soma-se ao islã. Araújo diz, portanto, que o inimigo do Ocidente não é um Estado-nação em si, mas a perda dos valores tradicionais em função de um internacionalismo que ignora a primazia do nacionalismo. Uma perda que o fundamentalismo muçulmano está ciente e se aproveita, já que eles, sim, estão dispostos a morrer nesta guerra invisível (ARAÚJO, 2017, p. 331). Mas o islã é um inimigo secundário, pois só posa uma ameaça por culpa do próprio Ocidente e o abandono de seu espírito. É preciso, como diz, uma grande catarse para tornar o Ocidente grande de novo, “realçar a figura do herói [...] uma terapia civilizacional cuja chave

está em reencontrar o contato com um inconsciente coletivo abandonado, sufocado sob os golpes do liberalismo tecnocrático e do politicamente correto” (ARAÚJO, 2017, p. 331).

Araújo (2017, p. 332) coloca-se como opositor ferrenho do que enxerga como diversidade. Ou, em suas palavras, a contaminação da cultura ocidental e perda da identidade pela assimilação parcial de imigrantes. Em vez de exaltar a sua cultura, afirma, o homem ocidental “por vezes até mesmo celebra a substituição de sua cultura por aquela dos imigrantes não ocidentais que chegam em número crescente” (ARAÚJO, 2017, p. 332). Isso porque, lançando mão de supostos argumentos psicanalíticos e evocando Carl Gustav Jung, o Ocidente está “psiquicamente doente” e precisa retornar o arquétipo do herói. Somente retornando o heroísmo de outrora, poderá se recuperar e deter “o avanço desse impulso autodestrutivo” (ARAÚJO, 2017, p. 332).

Se agarra, para fundamentar sua argumentação, em um “pan-nacionalismo”, uma grande coligação de nações que valorizem o princípio do nacionalismo e da cultura nacional; e que a própria ONU, por ser “nações unidas”, consiste nesse princípio. Apóia-se em uma ideia de que não existem valores universais, ou direitos universais — como os direitos humanos —, “que se superponham à identidade de cada nação e de cada civilização. Os valores só existem dentro de uma nação, dentro de uma cultura, enraizados em uma nação, e não em uma espécie de éter multilateral abstrato” (ARAÚJO, 2017, p. 333). Não cabe, assim, a entidades “globalistas” a influência ou a militância sobre valores nacionais, considerando que não possuem competência para tal. Lançando mão, uma vez mais, do espantinho “globalista”, faz juras da necessidade de se opor à ONU como entidade “embrião de um governo mundial”, ou mesmo de uma união global.

Araújo (2017, p. 333) explica, porém, que não se trata de uma ideia imperialista — da mesma forma que Mussolini e Salgado também defendiam. A “luta de nações”, sugere, assim como seus antecessores, é um mecanismo de defesa, não uma imposição sobre outras regiões. O Ocidente não aspira à invasão do alheio, mas a defesa do seu. Ou, melhor, o resgate do seu. O “pan-nacionalismo”, ou “anticosmopolitismo radical” (ARAÚJO, 2017, p. 334), para que cada nação entenda seus deveres na arena internacional, mas perceba, da mesma forma, que não é um aglomerado amorfo, mas idiossincrático. Que o complexo geopolítico existe não para questionar o princípio nacional, mas para reforçá-lo, ao promover “o princípio da nação como, primordialmente, espaço de preservação da própria identidade” (ARAÚJO, 2017, p. 334). Assim, o foco da nação deve ser ela acima de tudo, acima de todos, sintetizado por ideias como “America first”, “Deutschland über alles” ou “Brasil acima de todos”. Cada nação focada dentro de si própria, focada em sua identidade, rejeitando a contaminação desta

pela diversidade; o que é sintetizado por um fragmento discurso de Trump que Araújo menciona: “Como presidente dos Estados Unidos, colocarei sempre a América primeiro, do mesmo modo que vocês, líderes de seus países, vão sempre colocar seus países primeiro” (ARAÚJO, 2017, p. 334).

Não obstante, Araújo (2017, p. 335) não se exime do anacronismo, ao identificar nacionalismo na Grécia antiga. Ressalta a Batalha de Salamina como gênese do suposto pan-nacionalismo ocidental, dado que os gregos foram responsáveis por salvar “o Ocidente em seu nascedouro” dos persas (ARAÚJO, 2017, p. 335). Mais do que isso, afirma que a noção de nacionalismo em si é uma criação do Ocidente, criado pela necessidade de união contra o invasor; o Oriente, utilizando o exemplo do Egito antigo, não teria experimentado, na época, o mesmo tipo de clamor pela pátria (ARAÚJO, 2017, p. 337). E, a partir disso, reforça a importância de que as nações ocidentais se juntem novamente frente ao inimigo externo. Indica no seu texto, portanto, que ontem como hoje, a lógica do Ocidente é bélica: ele se manifesta a partir da luta contra os muçulmanos, os persas, ou quaisquer outros povos estranhos:

As cidades gregas formam diante dos invasores persas a primeira aliança do Ocidente, esse Ocidente que então se limitava à Grécia, mais ou menos nos moldes descritos por Trump, uma comunidade de nações independentes, ferozmente independentes, mas que ao mesmo tempo se concebiam como um conjunto completamente diferente do invasor ou de todo o resto do mundo, e unidos não por algum tipo de conveniência geoestratégica, não para preservar as rotas comerciais ou algo assim, mas para defender a liberdade, a família, a sua herança cultural e os seus deuses. Unidos por alguma coisa que decidem chamar de “pátria”. [...] Ainda bem que esses gregos — nossos antepassados! — ainda bem que eles não tentaram a via da tolerância e do diálogo, ainda bem que eles não excluíram a opção militar, ainda bem que não desistiram. O Ocidente nasce em Salamina, nasce na luta, o Ocidente não nasce no diálogo nem na tolerância, nasce na defesa de sua própria identidade (ARAÚJO, 2017, p. 335-336).

Araújo (2017, p. 336) reforça, em seus enunciados, o que entende como problema da “via da tolerância e do diálogo”: é incapaz de fazer frente aos impulsos destrutivos do “Outro”. Em um culto bélico típico do fascismo, como visto nos capítulos anteriores, exalta “a opção militar” e “a luta” (ARAÚJO, 2017, p. 336). O Ocidente, diz, é criado a partir da opção bélica. O Ocidente, em suas próprias palavras, nasce da violência, mas uma violência poética — pois ele é, em si, uma poesia sobre valores como “pátria, liberdade, o sentimento da história, o mito” (ARAÚJO, 2017, p. 337). A tolerância e o diálogo acabam sendo, da mesma forma que o eram para Mussolini e Salgado, implicitamente relacionados a homens fracos,

efeminados, incapazes de defender seus valores e identidades. Chega a dizer com todas as palavras que “o Império Persa era o globalismo da época” (ARAÚJO, 2017, p. 336).

O Ocidente, para Araújo (2017, p. 338) nasce, então, da Grécia. A civilização grega é responsável por impulsionar o sentimento de pátria, o princípio de lutar — e morrer — por algo maior. Os orientais, como o Egito, a Índia, o Japão ou a China, lutavam pelo soldo, ou no máximo por uma “fidelidade facilmente reversível” a algum imperador, enquanto os gregos se lançavam em função da união “indissociável da liberdade, família, história e crença”, que, em amalgama, formam a pátria. Importante perceber como Araújo (2017, p. 338) lança mão também da ideia de família como pilar da nação, semelhante ao que fazia Salgado.

Se os orientais, hoje, também se apropriam do nacionalismo, isto se dá por influência e necessidade imposta pelo Ocidente em si. E o são, como Araújo (2017, p. 338) identifica, profundamente protecionistas em relação às suas culturas e identidades, sem que sejam chamados de fascistas por isso. Araújo (2017, p. 338) entende que a nomenclatura de “fascista” se tornou uma ferramenta do “politicamente correto” para diminuir os que estão preocupados em proteger sua própria nação da influência estrangeira; entretanto, apenas quando se refere aos ocidentais: “Só se contesta a identidade, só se prega a diversidade no Ocidente. [...] Por que só o Ocidente teria a obrigação da diversidade, por que só o Ocidente não teria direito à sua identidade?” (ARAÚJO, 2017, p. 338).

Para Araújo (2017, p. 349) o corolário da hipocrisia da esquerda se dá em relação à África, na qual a diversidade é a suposta causa dos consecutivos e violentos conflitos. Ora, afirma, se assim o é, por que o Ocidente deve, então, abraçar a diversidade? Em seu binarismo simplista, interpreta que a única forma de aceitar a promoção da diversidade em alguns lugares e não em outros seria “supor que determinados povos têm capacidade de conviver com a diversidade, outros não — uma explicação que, evidentemente, os praticantes da ideologia dominante rejeitariam escandalizado” (ARAÚJO, 2017, p. 349). Araújo (2017, p. 349) ignora no processo uma ampla gama de fatores e crê unilateralmente que a esquerda — “ideologia dominante” — através uma “lógica stalinista” impõe uma camisa de força ao Ocidente, forçando-o a aceitar outras etnias que não, como deixa implícito, apenas os brancos.

Mais apenas do que o “politicamente correto”, Araújo (2017, p. 338) crê que a vergonha em se saber ocidental, em se entender como nacionalista no Ocidente, é fruto da derrota do Eixo na Guerra. Visto que, reitera, o nacionalismo se tornou associado com o Nazismo. Esquecem-se, porém, de acordo com o autor, que o Nazismo era um nacionalismo-socialista: “nazismo = nacional-socialismo, ou seja, o socialismo nacionalista” (ARAÚJO, 2017, p. 342). Incorrendo ao mesmo argumento utilizado por Geert Wilders, visto

rapidamente no primeiro capítulo, e reciclando, em certos aspectos, as ideias de Salgado de que o Nazismo seria irmão do Stalinismo, Araújo (2017, p. 338, 341) afirma que a violência nazifascista se deu mais por seu caráter socialista do que nacionalista. Nesse sentido, é injusto o caráter infame que se atribuiu ao nacionalismo no pós-guerra, quando o Japão, também membro do Eixo, não “sofreu o aniquilamento, a invalidação de toda a sua cultura pregressa como a Alemanha, por exemplo, sofreu” (ARAÚJO, 2017, p. 338). A Segunda Guerra em si, argumenta, teria sido erroneamente interpretada como uma luta entre o nacionalismo e o “globalismo”, quando não fora mais do que uma disputa entre nações (ARAÚJO, 2017, p. 338).

O sentimento genuíno de nacionalismo, decorrente da necessidade efetiva de defesa do Estado-nação, foi, assim, capturado e corrompido pelo nazifascismo e “seus fins malévolos” (ARAÚJO, 2017, p. 342). O nazifascismo, portanto, é uma força corruptora do legítimo nacionalismo, uma deturpação dos juízos tipicamente ocidentais pela influência — uma vez mais — do comunismo/socialismo. Como o marxismo destrói e corrompe tudo que toca, também o nacionalismo se tornou sua vítima: “a gigantesca máquina de propaganda marxista conseguiu apagar qualquer traço do caráter essencialmente socialista do fascismo e do nazismo, colocando sobre o nacionalismo toda a culpa pela catástrofe” (ARAÚJO, 2017, p. 342).

Como mostra João Cezar de Castro Rocha (2020, p. 175), o exagero e a hipérbole, são mecanismos dos quais Olavo de Carvalho e seus correligionários com frequência lançam mão. Tudo é grandioso, tudo é onipotente: o marxismo colossal domina o mundo, os bilionários, as nações, as indústrias. Há uma permanente sensação de perigo invisível, que nunca se concretiza, mas está sempre ali.

Mas, afinal, o que é uma nação? Foram discutidas, no primeiro capítulo, algumas das acepções do cânone sobre a ideia de nação e nacionalismo. Ou “comunidades imaginadas”, nas palavras de Anderson (1993). Um termo com riqueza teórica e conceitual ampla, com debates historiográficos que perpassam sua criação. Importante ressaltar, uma vez mais, que até o crepúsculo do século XIX, a ideia dominante de nação a entendia como não mais do que um aglomerado de pessoas em uma região (HOBSBAWM, 1990, p. 27), do qual se entende o anacronismo de Araújo ao deslocar nacionalismo para o período clássico. Para Hobsabwm (1990, p. 19), a nação não é uma constante na História humana, mas um fenômeno moderno e de difícil definição. Partilhar línguas e culturas, por exemplo, em geral apontados como características essenciais de uma nação, não é definição suficiente para o conceito, considerando a quantidade de etnias que partilham esses aspectos sem, no entanto, formarem

um Estado-nacional: “Ela é uma entidade social apenas quanto relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação”. Ou, ainda, pessoas podem partilhar características de uma nação sem que pertençam a ela, como no caso da comunidade judaica fora de Israel. Em suma: a nação não é uma entidade metafísica presente desde o alvorecer humano, mas uma construção baseada nas configurações de um Estado, em oposição às cidades-nações do passado. Ademais, Araújo (2017, p. 339) transforma nação em uma noção hermética, congelada, ao proclamá-la como “um fato indelével e fundacional na vida do indivíduo como o seu próprio nascimento”. Uma prisão em si mesma, da qual o indivíduo não pode — ao menos em sua visão — escapar. Não à toa a compara com sua visão de gênero, este também uma camisa de força sobre qual um indivíduo deve permanecer encarcerado por toda sua vida.

O “marxismo cultural globalista” (ARAÚJO, 2017, p. 339) busca, não sem motivo, enfraquecer essas masmorras. Ao fragilizar a noção de gênero, fragiliza-se a família, e, por fim, a nação, dado que a nação é formada pelo princípio da família. A “ideologia de gênero”, portanto, não é uma deturpação do campo científico do *gender studies*, mas uma ferramenta para corroer as entranhas do princípio nacional e estabelecer uma amorfa união global. Em outras palavras, a defesa de que as pessoas possam alterar seu gênero — ou mesmo as pautas LGBTQ+ — não são mais do que um método para o “neomarxismo”:

Não por acaso o marxismo cultural globalista dos dias atuais promove ao mesmo tempo a diluição do gênero e a diluição do sentimento nacional: querem um mundo de pessoas “de gênero fluido” e cosmopolitas sem pátria, negando o fato biológico do nascimento de cada pessoa em determinado gênero e em determinada comunidade histórica. Aliás, ainda sou do tempo em que ouvia professores marxistas na universidade conclamando cada jovem de todo o mundo a “lutar pela libertação da sua comunidade histórica”, o que soava falso, mas que pelo menos ainda continha um eco de Ésquilo, uma maneira leninista de dizer eleutheroúte patrída. Já hoje o marxismo conclama a destruir o conceito de comunidade histórica, a nação, e não fala mais de liberdade, hoje quer um mundo de fronteiras abertas onde todos são imigrantes e ninguém pode identificar-se com a sua terra nem com a sua gente sem ser chamado de fascista. Nos dois casos, a negação do gênero e a negação da nacionalidade, o marxismo cultural busca o mesmo objetivo: enfraquecer o ser humano, torná-lo uma paçoca maleável incapaz de resistir ao poder do estado, criar pessoas inseguras, desconectadas, incapazes de assumir um papel social próprio ou de ter ideias que não sejam os chavões politicamente corretos veiculados na mídia (ARAÚJO, 2017, p. 339).

No entanto, o encarceramento pelo nacionalismo e pelo gênero não é um “mal necessário”, mas um aspecto fundamental, pois aponta que quando o homem se distancia do nacionalismo, a tendência é o desastre; traz como exemplo a Idade Média em si (ARAÚJO, 2017, p. 340). A humanidade somente volta a prosperar quando o Ocidente entende

novamente a importância do Estado-nação e, mais do que isso, a necessidade de lançar-se à “reconquista (bem -sucedida na Península Ibérica, não tanto na Terra Santa)” (ARAÚJO, 2017, p. 340) contra os eternos inimigos muçulmanos. A “fé cristã” (ARAÚJO, 2017, p. 340) foi o ponto de partida necessário, o grande sol sobre o qual passaram a orbitar as nações e o nacionalismo.

Contudo, uma catástrofe veio em 1789. Na mais pura epítome de reacionarismo, Araújo (2017, p. 340), como qualquer reacionário, rejeita a moral da Revolução Francesa. Se o anticomunismo típico do fascismo se fez ver em todo o texto, nesta página em particular se reforça o antiliberalismo, que já estava presente nas declarações anticosmopolitas e antielite. Entende Araújo (2017, p. 340) que a Revolução contestou o nacionalismo. Embora tenha se principiado com reivindicações importantes, a ruptura acabou sendo inundada por “discurso ideológico”⁸² de intelectuais que a capturou como forma de tomar o poder (ARAÚJO, 2017, p. 340). Alguns deles, radicais, antecipavam o “globalismo” e se pautavam em favor da completa aniquilação de ideias como nação, família e classes; ou, como diz, “o laboratório onde se criaram os vírus de todos os despotismos que avassalaram o mundo desde então” (ARAÚJO, 2017, p. 341). Com horror, reafirma que o “politicamente correto” faz com que “Na escola, todos aprendemos a celebrar esse momento tenebroso da história” (ARAÚJO, 2017, p. 340). A situação apenas se pacificou conforme Napoleão Bonaparte retornou a França ao status de nação.

Os valores da Revolução Francesa, defende Araújo (2017, p. 347), foram responsáveis por instilar o embrião do comunismo na comunidade internacional: o niilismo. O niilismo que daria origem ao comunismo tem sua origem nos “philosophes ateus anticristãos que prepararam a revolução francesa”, e veste suas roupagens no contemporâneo por meio do “marxismo cultural” (ARAÚJO, 2017, p. 347). Ignorando completamente o Niilismo russo como movimento político-filosófico, Araújo confunde niilismo com ateísmo, esvaziando todo o complexo de ideologias de esquerda ante a pretensão do vazio. Cabe aos EUA, uma vez mais, defender o Ocidente. Todavia, a nação estadunidense se enfraqueceu no século XXI, ao acreditar que “quando o comunismo acabou, estava feito o trabalho, fim da história. Mas nada acabou” (ARAÚJO, 2017, p. 347). Argumento bastante próximo, desta forma, com os de Coutinho (2002). Os EUA iam adentrando o mesmo espaço niilista do vazio, a mesma decadência europeia. Iam perdendo o grande jogo de futebol americano, seguindo a metáfora

⁸² Será visto nas próximas seções, como o Bolsonarismo lança mão com frequência da noção de que seus adversários estão embebedados em “ideologia”, enquanto seus corregionários seriam “técnicos”. Uma noção que extermina, em sua própria essência, a polissemia do conceito de ideologia.

de Araújo. Mas eis que Donald Trump surge como salvador, como Messias para salvar a nação (ARAÚJO, 2017, p. 347). Mais do que apenas um Messias, Trump recebe uma roupagem divina, visto de fato como Deus na terra:

Não se deve ler Trump pela chave das relações internacionais ou da ciência política, mas sim da luta titânica entre a fé e sua ausência, entre o mundo construído pela fé e o mundo que vai sendo destruído pelos “valores”. Podemos não querer estar do mesmo lado de Trump nessa luta, mas precisamos reconhecer que ele a postula, que ele é um líder nesse combate, que não é um “bilionário governando para bilionários” como algum detrator o chamou. Bilionário não diz we want God. [...] Nesse mundo ocidental desnacionalizado, nenhuma agência humana, mas somente sobre humana, somente um Deus poderia vir em socorro. [...] Somente um Deus poderá salvar nos, dar nos sentido — se Ele o quiser, se nós O quisermos. [...] Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação — inclusive e talvez principalmente a nação americana. [...] somente Trump pode ainda salvar o Ocidente (ARAÚJO, 2017, p. 351, 355).

Não apenas o escrito de Araújo (2017) apresenta um teor reacionário e mesmo fascista com mais nitidez até mesmo que os de Mussolini, como também se aproxima dos argumentos da extrema-direita europeia ao importar, por exemplo, uma islamofobia que aparenta despropositada e deslocada ao contexto brasileiro.

Por fim, segue a síntese das características apreendidas do texto de Ernesto Araújo:

Tabela 22 - Tabela de características de *Trump e o Ocidente*

	Trump e o Ocidente Segundo ciclo: ascensão (2013-2017) Segundo estágio: enraizamento
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	O marxismo evolui: marxismo-nacionalista (nazifascismo), marxismo-leninista (comunismo soviético), marxismo-gramscista (“neo”marxismo) O comunismo assume diferentes métodos à tomada do poder, o gramscismo é um deles O comunismo/socialismo inevitavelmente se torna totalitário
<i>Antiliberalismo</i>	O liberalismo/cosmopolitismo é pai do comunismo O liberalismo é responsável pelo globalismo e pela degeneração nacional
<i>Antissemitismo</i>	Reciclagem do mito do “judeu internacional”
<i>Autoritarismo</i>	Anti-intelectualismo: políticos hiperintelectualizados são incapazes de salvar o Ocidente Maniqueísmo “ideológico”: apenas o lado oposto é ideológico Culto ao belicismo, aos “heróis” que morreram dando o sangue pela nação Rejeição da “tolerância e do diálogo” (ARAÚJO, 2017, p. 336) Inimigo objetivo: o islã. Islamofobia Tanatofilia, culto à morte em função do bem maior “Guerra”, “inimigo”, “luta”, “batalha” como alguns dos termos mais frequentes Trump como Messias e Polônia como símbolo à reação do Ocidente Messianismo
<i>Fundamentalismo cristão</i>	Cristianismo corrompido em função do globalismo, imigração e diversidade Cristianismo como grande sol sobre o qual passaram a orbitar as nações e o nacionalismo O ateísmo enfraquece a nação Exaltação de uma arte “que honra a Deus”
<i>Nacionalismo</i>	A nação e o gênero são “prisões” sobre as quais os indivíduos devem permanecer para sempre “Nação”, “nacionalismo”, “comunidade”, “pátria”, “nacional” como alguns dos termos mais frequentes Pátria como união “indissociável da liberdade, família, história e crença” (ARAÚJO, 2017, p. 338)
<i>Racismo</i>	Diversidade étnica como aspecto negativo e fragilizante da nação
<i>Reacionarismo</i>	Campo político degenerado, nação tomada por forças da esquerda Conspiracionismo paranoico: uma grande conspiração internacional das

	<p>esquerdas</p> <p>Ocidente em permanente batalha</p> <p>Se pauta contra o “globalismo”: “cada pessoa se desenvolve como membro de uma comunidade nacional, não como ‘cidadão do mundo’” (ARAÚJO, 2017, p. 334)</p> <p>“O princípio da nação como, primordialmente, espaço de preservação da própria identidade” (ARAÚJO, 2017, p. 334)</p> <p>Diversidade e imigração contaminam a cultura nacional</p> <p>Defesa de um “pan-nacionalismo”: união nacionalista de Estados-nação</p> <p>Oposição à ONU como entidade do “globalismo”</p> <p>“Luta de nações”</p> <p>O princípio do Estado-nação é fundamental para o Ocidente</p> <p>Ocidente como cosmovisão de ideais nacionalistas</p> <p>Somente o ideal de nacionalismo pode salvar o Ocidente</p> <p>Se coloca contra o “globalismo”, atualização da ideia de anticosmopolitismo ou anti-internacionalismo</p> <p>Cristianismo corrompido em função do globalismo, imigração e diversidade</p> <p>Esquerda promove destruição de valores pilares da civilização ocidental</p> <p>Valores tradicionais foram abandonados e isso fortalece a esquerda</p> <p>Conspiracionismo paranoico: o marxismo com muito mais força do que tem de fato, como entidade que controla secretamente toda a nação</p> <p>A liberdade de expressão está sendo substituída pelo “politicamente correto”</p> <p>Retórica da perversidade: a utopia comunista acaba por gerar totalitarismo</p> <p>Retórica da ameaça: o comunismo ameaça as posses, valores e a civilização ocidental</p> <p>Revisionismo histórico: Nazismo como movimento de esquerda</p> <p>A nação está degenerada pelo “politicamente correto” (ARAÚJO, 2017, p. 338)</p> <p>Culto à cultura clássica, em particular à Grécia antiga</p> <p>Família como pilar da nação</p> <p>Revisionismo histórico: Polônia como vítima e não perpetradora do Nazismo</p> <p>Cenário político e cultural degenerado/discurso sacrificial de resgate ao passado idealizado</p> <p>Valorização de heróis, da tradição e dos costumes</p> <p>Doutrinação “ideológica”, aprende-se a exaltar os princípios liberais e comunistas da Revolução na escola</p> <p>“Destino”, “família”, “passado”, como alguns dos termos mais frequentes</p> <p>Rejeição radical dos princípios do iluminismo e da Revolução Francesa</p> <p>Ao fragilizar a noção de gênero, fragiliza-se a família, e, por fim, a nação, dado que a nação é formada pelo princípio da família</p> <p>A Grécia antiga fundou o principio de nacionalismo com a união contra os</p>
--	---

	invasores persas
--	------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em *Trump e o Ocidente*.

4.3 Terceiro ciclo: campanha — 2018 - Programa

“Aos olhos deles, provaria ser culpado de um vício enorme, ele pensava, julgava por conta própria, em vez de seguir cegamente a autoridade e o exemplo” (STENDHAL, 2010, p. 201)

É inegável que há uma nova configuração na política brasileira, cujo marco inicial pode ser pensado nas Jornadas de Julho de 2013. Não que o Bolsonarismo seja consequência direta das Jornadas, mas aquele momento pode ser pensado como a gênese de um processo de ruptura e turbulências que foram gradualmente se intensificando a cada ano. Mas até que ponto essa direita, que sem dúvida ascendeu, pode ser entendida como uma nova direita? É possível utilizar apenas um conceito para englobar uma configuração tão heterogênea de grupos que vão de conservadores laicos a fundamentalistas religiosos? Autores como Marina Basso Lacerda chegam a propor que o Bolsonarismo seria uma nova forma de conservadorismo, um neoconservadorismo.

Eis os dois grandes defeitos do livro de Lacerda, *O novo conservadorismo brasileiro*, diretamente ligados: a justificativa teórica não sustenta a utilização do prefixo e o apagamento de outros conceitos tão úteis quanto o conservadorismo para se compreender o Brasil contemporâneo, como reacionarismo e fascismo. O neoconservadorismo passa a ser imposto como uma camisa de força para tratar da mesma forma grupos heterogêneos e plurais. Se o próprio conceito de conservadorismo já seria insuficiente como chave explicativa para essa ampla gama de atores, o prefixo “neo”, ao invés de ajudar, dificulta a posição. Pois, ao término do livro, tem-se a impressão de que o neo é descartável, que, a despeito de mudanças evidentes no pensamento conservador, elas não justificam a ideia de uma nova direita. Isso por alguns motivos. Primeiro porque o que é descrito por Lacerda como neoconservadorismo, novamente, em muitos casos se assemelha mais a um reacionarismo tradicional no estilo maistreano.

Mas, afinal, o que são neoconservadores? Segundo Lacerda (2019, p. 21), o neoconservadorismo tem sua origem como movimento intelectual na década de 1950 nos EUA e como movimento político com Ronald Reagan, na década de 1980. Em resumo, a principal característica do neoconservadorismo seria a sua relação intrínseca com o neoliberalismo, uma relação simbiótica em que um alimenta o outro. Ademais, o movimento também se destacaria pelo anticomunismo, militarismo, tradicionalismo moral e

um forte papel da religião, especialmente evangélicas, na política. Desse último ponto decorre, também, uma característica específica: o sionismo, o apoio e valorização do Estado de Israel. Um sionismo pautado, obviamente, não por simpatia ao povo judaico, mas por uma agenda religiosa que crê que o assentamento dos judeus em Israel é um passo necessário à volta de Jesus.

O problema é que, ainda que seja inegável o recrudescimento dos conservadores na década de 1980 nos Estados Unidos e na última década no Brasil, os traços que buscam justificar a ideia de uma nova direita, na prática, sempre estiveram ligados a algumas porções dos conservadores. Como esquecer, por exemplo, que Burke era, ele próprio, um liberal? Assim, se o conservadorismo surge como braço do liberalismo, a ligação entre ambas talvez não devesse ser interpretada como um novo movimento, mas como uma radicalização de traços de ambos. Sobre os outros traços, tradicionalismo moral igualmente sempre esteve fortemente associado aos conservadores⁸³, e o mesmo pode ser dito sobre o anticomunismo. Basta ver, como lembra Robert Paxton (1998, p. 17), que na prática o motor de impulsionamento de um movimento fascista, o que leva à sua ascensão ou derrocada, é justamente a disponibilidade dos conservadores em o aceitarem como uma alternativa melhor do que a esquerda ou da centro-esquerda. Nesse cotejo, talvez a única característica inovadora do neoconservadorismo seja, de fato, o sionismo. Um sionismo estratégico em duas frentes, como bem aponta Lacerda (2019, p. 43): uma frente laica, útil por Israel servir como aliada dos valores ocidentais no Oriente Médio, e uma religiosa, dado que alguns grupos evangélicos enxergam no estabelecimento do povo judeu em Israel um passo necessário para o retorno de

⁸³ Para efeito de exemplo, uma história: no dia 26 de dezembro de 1929, Sylvia Serafim, jornalista, escritora e militante feminista, assassinou Roberto Rodrigues, irmão de Nelson Rodrigues. Roberto havia ilustrado uma matéria de capa do jornal *A Crítica* em que mostrava Sylvia sendo acariciada, sugerindo um adultério, a despeito dela ser desquitada. O assassinato não apenas foi estetizado e entrou à memória popular, ao ponto de receber versões em filmes, séries, ficções, etc., mas também se tornou palco de uma divisão entre grupos progressistas, principalmente feministas, e grupos conservadores e reacionários movimentados pela família Rodrigues e Marinho. O advogado de acusação afirmou que a assassina “Trocou sua condição de anjo do lar pela profissão de jornalista, para satisfação de sua vaidade” (CASTRO, 1992, p. 98), enquanto *A Crítica* (1930) veiculava manchetes como “ultraje à família brasileira. Os amigos da assassina Sylvia Serafim tentam equiparar-a às virtuosas damas de nossa sociedade! [...] A família brasileira paira muito acima de todas essas indignidades” É como se o crime de Sylvia fosse menos o assassinato, e mais ter ousado ser uma escritora e jornalista em 1929. Ainda que possa parecer fugir um pouco do debate, isso ilustra o quanto a retórica conservadora ou reacionária sempre teve, em si, uma valorização muito forte da família, tornando problemática a afirmação de Lacerda (2019, p. 199) de que o que diferencia o neoconservadorismo “de outros movimentos e ideologias conservadoras e de direita é a centralidade que atribui às questões reprodutivas e sobre a família tradicional”. Para evidenciar como a retórica se mantém em sua essência, o vídeo de um episódio do Linha Direta sobre o caso, disponível no Youtube, movimenta uma cisão política e ideológica semelhante a de 1930; diz um usuário, por exemplo, “Uma Mulher adúltera é a pior coisa que existe, a prova foi tanta que essa mulherzinha viveu amargurada, e tirou a própria vida , que Deus Nosso Senhor cuide da alma desse Rapaz que foi assassinado por ela !”

Cristo. Todavia, ainda que intensificado, o sionismo cristão está longe de ser um movimento inédito (KRESCH, 2020).

Ainda que Lacerda (2019, p. 48, 53-54) busque diferenciar neoliberalismo, libertarismo e liberalismo, a impressão é que as diferenças, na prática, são arbitrárias e insuficientes para abarcar três conceitos distintos. Sua tentativa de definir o libertarismo como um processo de valorização de um Estado mínimo em qualquer aspecto da vida, seja econômico, social, político, falha por ignorar que o liberalismo surge da mesma tentativa. John Stuart Mill (2011, p. 102), no século XIX, já ressaltava a importância de que a liberdade seja tomada por fator fundamental desde que seja limitada, do contrário a liberdade absoluta ameaça ela própria. Já o neoliberalismo, de acordo com a autora (LACERDA, 2019, p. 48), seria uma razão majoritariamente econômica que impõe um processo de ultravalorização da liberdade de mercado como mediadora última das relações humanas. É evidente, portanto, que há uma diferença fundamental entre esses três conceitos no que tange, em particular a valorização que cada um impõe sobre a ideia de liberdade. Entretanto, os três são comumente utilizados quase como sinônimos na contemporaneidade e, por mais importante que seja a tentativa de Lacerda de separá-los, talvez fosse mais pertinente pensar em uma divisão conceitual baseada em dois deles. O libertarismo, como uma vertente radical do liberalismo que toma a liberdade como razão absoluta em detrimento de todas as outras, e o liberalismo em seus aspectos mais tradicionais.

Para chegar ao neoconservadorismo, Lacerda, naturalmente, se debruça um pouco sobre a estrutura do pensamento conservador conforme definido por autores como Samuel Huntington e Karl Mannheim. Ainda que, conforme foi dito, a autora praticamente ignore em larga medida a origem do conservadorismo, ao não fornecer a Burke mais do que uma piscadela e sequer mencionar Maistre, a base é pertinente e traz insumos teóricos interessantes à construção dos argumentos. A preocupação da autora em apontar as diferenças do conservadorismo como filosofia política, como política prática e como visão de mundo geral, é pertinente. Sua definição baseada em Huntington, do conservadorismo como teoria situacional, isto é, que “existe em contextos específicos, de enfrentamento entre uma posição que quer mudanças fundamentais e outra que quer conservar as instituições vigentes” (LACERDA, 2019, p. 23), ainda que sintetize o argumento da autora, peca por borrar as fronteiras entre conservadorismo e reacionarismo. Um problema que é intensificado quando a autora, parafraseando Shadia Drury, cita que “o neoconservadorismo é radical e reacionário” (LACERDA, 2019, p. 26), ou afirma, em diversas outras passagens, que o neoconservadorismo

surge de uma reação à esquerda, tomando-os por sinônimos e ignorando o reacionarismo como campo semântico independente.

A tese de Lacerda tem mérito de perceber que o Bolsonarismo é uma figura que transcende e até mesmo precede aquele que o emprestou o nome. E que não é isolado do contexto geopolítico mundial, ainda que a figura de Bolsonaro seja mais intensa do que outros extremistas autoritários pelo mundo. Por mais que a noção de neoconservadorismo se mostre frágil, é inegável a influência de agendas políticas e econômicas externas. Em outras palavras, os campos semânticos identificados por Lacerda, como o sionismo ou a pressão libertária, são certamente relevantes. E, sem dúvida, a junção de todos esses elementos em simultâneo fornece uma conjuntura inédita — por mais que, na prática, qualquer conjuntura seja inédita. A problemática é a distorção no conceito de conservadorismo para abranger este ponto, um exercício ao qual o “neo” se mostra insuficiente.

Daniel Aarão Reis (2020), ainda que reforce que o Bolsonarismo é um fenômeno idiossincrático do Brasil, argumenta que este não está completamente isolado do contexto geopolítico e histórico. Sem dúvidas configurações contemporâneas inéditas influenciam na formação deste movimento, como a revolução digital, o crescimento do libertarianismo no pós-Guerra Fria, a distância entre representado e representante nas democracias representativas e o aprofundamento de um abismo de desigualdade financeira, política e social em diversas nações depois da Crise de 2008 (REIS, 2020). Um contexto único, portanto, que não pode ser tomado como sinônimo do passado. Mas, que assim como outros cenários de crise, impulsionou a disseminação de nacionalismos autoritários de massas que englobam setores heterogêneos em uma associação desconfortável de permanente tensão, como Lacerda (2019) percebeu.

Reis (2020), para além do contexto internacional, evidencia que o Bolsonarismo, como fragmento local desses movimentos, possui traços tipicamente brasileiros. Divide o contexto de sua ascensão em três grupos conjunturais: um de amplo espaço temporal, um médio e um curto. A primeira dimensão, ampla, responde pela tradição autoritária brasileira. Um argumento que, longe de ser exclusivo de Reis (2020, p. 04), vem sido defendido como chave explicativa do Bolsonarismo por outros pesquisadores como Lilia Schwarcz (2019) e Leonardo Avritzer (2019). Em resumo, assume que o país possui períodos cíclicos de autoritarismos por um caráter enraizado de desprezo pelas normas institucionais, fruto do pensamento oligárquico e escravagista. Nesse sentido, Reis (2020, p. 05) afasta o mito de que movimentos autoritários como a Ditadura Militar e o Estado Novo tenham sido impostos

unilateralmente, mostrando que o autoritarismo encontra respaldo na cultura política da população.

Em uma dimensão média, a fragilização do pacto social que se instaurou nos 30 anos da Nova República. Um processo cujo cerne pode ser encontrado no questionamento sobre o resultado das eleições de 2014, que enfraqueceu o acordo sobre as regras do jogo eleitoral, ao colocá-lo em dúvida. Para Reis (2020, p. 06), tanto o PSDB quanto o PT, por mais que tenham criado políticas públicas inovadoras e essenciais, foram capturados e cooptados, na tentativa de imprimir governabilidade, justamente pelas elites autoritárias.

Por fim, o curto: o cenário eleitoral das eleições de 2018, com uma combinação de fatores próprios únicos daquela conjuntura e que permitiram a eleição de Bolsonaro. Assim como no clássico de Bertolt Brecht, a ascensão do Bolsonarismo era resistível. Mas uma combinação única de condições em 2018, como a prisão de Lula, a insistência do PT em sua candidatura, o *establishment* ter sido leviano com a ameaça de Bolsonaro, a associação de Bolsonaro com setores heterogêneos como os neopentecostais e os libertários, entre outros, formou o caldo apropriado (REIS, 2020).

Esses fatores, unidos com a já discutida circunstância internacional, favoreceram um movimento que é, em si, novo. Mas, por suas próprias configurações, em grande parte antitético com a noção clássica do conservadorismo burkeano.

Ainda que criticar o conceito utilizado como força motriz do texto possa parecer, a primeira vista, esvaziá-lo, não é este o caso. Apenas há um deslocamento: a força da obra de Lacerda está em outro ponto. Mais precisamente, quando volta a sua análise menos à teoria e definição do conceito, e mais para o pensamento político brasileiro. Em outras palavras, a força de *O novo conservadorismo brasileiro* está em trazer, com dados, informações e análises, um panorama do crescimento do discurso de direita — seja ele conservador, reacionário, liberal, libertário ou fascista — no cenário político brasileiro e, tanto mais, mostrar a associação deste discurso com o crescimento do Bolsonarismo. Mostrar o processo de evolução de Bolsonaro, de deputado limitado à irrelevância, à presidência. Lembrar que foi um processo lento, gradual, e evitável. Mas, mais do que isso, um sinal dos tempos, evidenciando que Bolsonaro não é uma causa, mas um sintoma.

Para isso, a autora analisa as legislaturas desse século, com particular atenção sobre a 55^a, e o crescimento desse discurso ao passar dos anos. Lacerda (2019, p. 79) identifica na 55^a legislatura, iniciada em 2015, o ponto de inflexão das narrativas de ataque contra direitos reprodutivos, homoafetivos e à própria laicidade do Estado, entre outros. Chama atenção, inclusive, como traços desses discursos são encontrados nos mais diversos partidos do país,

mesmo aqueles tradicionalmente identificados à esquerda do espectro, como os trabalhistas Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT (LACERDA, 2019, p. 75). Mais importante, Lacerda (2019, p. 79) identifica os atores e traça um perfil médio por trás desses ataques: “Os protagonistas da reação pró-família patriarcal são homens. Apenas 4% dos discursos e proposições estudados tiveram uma mulher como autora principal”. Ainda que o perfil não cause surpresa, homem, branco, evangélicos (com 60% das proposições, seguidos por católicos com 25%), o trabalho de mapeamento de Lacerda (2019, p. 81) é de extrema pertinência por confirmar, com dados ricos, o óbvio. Tampouco causa surpresa o partido responsável pela maior parte das proposições desse tipo, o PSC, Partido Social Cristão. Surpreende, entretanto, o PV, Partido Verde, como segundo colocado.

Quando da publicação da *Doutrina do Fascismo*, Croce afirmou que não havia nada ali, que a doutrina era tão oca quando o Fascismo em si (RIEMEN, 2020). Mais do que isso, que o Fascismo não era mais do que um parêntese, uma decadência moral na história italiana. Apesar de seu desdém, como visto no segundo capítulo, Mussolini oferecia propostas em seus programas e sua doutrina possuía concatenação lógica. Ainda que se contradiga, recorra a oximoros e manobras retóricas, ou mesmo alguns aspectos se tornem irônicos à luz da História, Mussolini não apenas identificava um contexto nacional degenerado, mas pensava em como resolver essa degeneração. Salgado, com sua preocupação intelectual, também oferecia ideias de como resolver os problemas que enxergava, por mais racistas, antisemitas ou autoritárias fossem essas ideias. Igual não pode ser dito do *Projeto fênix*, programa de governo de 2018 de Jair Bolsonaro. Permanece o autoritarismo, a violência de seus antecessores, o mesmo pensamento reacionário que enxerga tudo por corrompido, mas somem as propostas para resolver esses problemas.

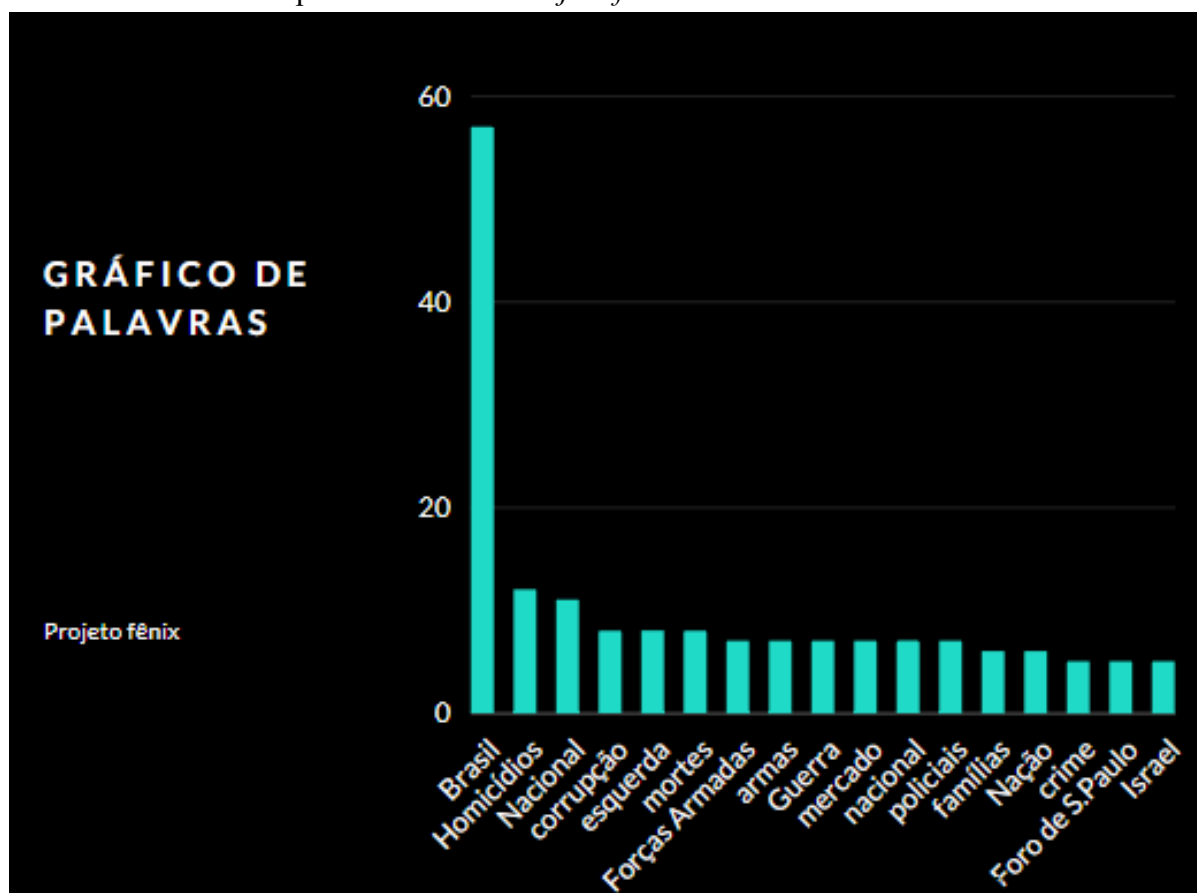
Já fica aparente, nas duas seções anteriores, uma espécie de degeneração do próprio pensamento reacionário. Coutinho (2002) e Araújo (2017), enxergam um ambiente político, social e econômico tomado pelo comunismo internacional, através de estratégias gramscistas, corrompido, em franca decadência. Semelhante ao que faziam Mussolini e Salgado. Todavia, ao contrário desses dois, não fornecem possíveis soluções, em particular Araújo (2017). Para Araújo (2017), a solução reside em Deus e em seu Messias, Trump. Mas não há indícios de como Trump aplicaria essa suposta salvação, essa retomada da glória perdida do Ocidente. No *Projeto fênix*, isso é elevado ao paroxismo.

Todo o programa é um emaranhado de ataques contra tudo que Bolsonaro enxerga por corrupto e/ou dominação comunista. Bolsonaro é enfático em taxar todo o cenário brasileiro de 2018 como catastrófico, destinado à autodestruição; mas não fornece, na prática,

alternativas ou ideias para solucionar. Em resumo, o programa poderia ser sintetizado como: “problema: corrupção. Proposta: combater a corrupção”. Abundam os “quem”, mas faltam os “como”.

Começando pelo nome em si. Seria difícil pensar em um nome de programa que explicita mais reacionarismo do que *Projeto fênix*. O pássaro mítico que renasce de suas cinzas, que morre para reviver ciclicamente. A alegoria é clara: um Brasil que precisa morrer para recomeçar. Encontra eco nas ideias de Mussolini (2006, p. 243), de que a primeira fase do Fascismo seria marcada pela destruição, enquanto as consecutivas pela reconstrução. Destruir para construir, demolir para criar. Ou melhor, retornar. É preciso destruir o paradigma, o ambiente corrupto, e reviver a glória do passado. Tornar o Brasil grande novamente ou, como o subtítulo diz, retomar o “caminho da prosperidade” (PROJETO FÊNIX, 2018).

Se o reacionarismo se faz evidente no nome, tão mais revelador é o lema do Bolsonarismo: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (PROJETO FÊNIX, 2018). A ideia de Brasil acima de tudo, em si, também não falha em ecoar a noção de Estado Integral — ou de equivalentes como o *Deutschland über alles* Nazista ou o *America's first* que Trump reciclou dos estadunidenses que se colocavam contra a participação na Segunda Guerra. Afinal, na síntese deste argumento reside a ideia de que a nação, a união de todos seus habitantes, se coloca acima dos interesses individuais e localizados. O Brasil primeiro, o resto depois. Um lema que se torna contraditório em sua essência, afinal, se o Brasil está acima de tudo, e Deus está apenas acima de todos, então Brasil está acima de Deus? De toda maneira, revela igualmente a preocupação fundamentalista de Bolsonaro: Deus está acima de todos os outros homens, que devem sua submissão a ele. Nesse sentido, a nuvem de palavras é reveladora:

Tabela 34 - Tabela de palavras sobre o *Projeto fênix*

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no *Projeto fênix* e por meio do software WordClouds.

Jair Bolsonaro promete, logo na abertura do programa, que seu governo será “constitucional, eficiente e fraterno” (PROJETO FÊNIX, 2018); ao que logo em seguida termina a primeira página com aquele que se tornou outro lema de seu governo, o versículo bíblico João 8:32, “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 01). Para além do evidente fundamentalismo religioso em incluir um versículo como lema no programa — e ter “Deus” como uma das palavras mais mencionadas —, também exemplifica sua intenção messiânica ao destacar essa frase: apenas ele é capaz de apresentar a verdade para uma nação corrompida, e libertá-la através disso. O que é corroborado com o título da segunda seção: “O Brasil livre” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 01), e com as imagens que ocupam diversas páginas e demarcam divisões entre seções, uma série de mãos simbolizando conceitos-chave como família e religião (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 03, 09).

A essência do programa não é muito distinta do artigo de Araújo ou do livro de Coutinho: o Brasil está capturado por forças corruptoras que o degeneram por dentro, cabe a um Messias resgatá-lo. A diferença é que, no caso de Bolsonaro, o Messias não é outro, mas ele próprio. Somente ele pode trazer liberdade de volta para o país, ao propor um “governo

decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 01). Colocando-se como *outsider* a despeito de seus 30 anos de política, Bolsonaro promete refundar a política e a nação, retirá-la do controle de forças corruptoras — a esquerda, o Centrão. Não revela, porém, como pretende fazer isso e quais mecanismos irá utilizar, apenas aponta os problemas que enxerga.

Um termo chama particular atenção no programa: a ideia de liberdade. Ela aparece com frequência, tanto que a palavra é uma das mais mencionadas. Para Bolsonaro, as forças corruptoras, mais do que tudo, se apropriaram da liberdade. Sem indicar o que entende por liberdade, apenas a afirma como “bem mais precioso de qualquer cidadão” e que é preciso devolvê-la para os “seus verdadeiros donos” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 02).

Todavia, logo fica claro o que implica a afirmação da liberdade por Bolsonaro. Não se trata de uma defesa de direitos políticos ou ideológicos, mas da “PROPRIEDADE PRIVADA”, escrita dessa forma, em letras capitais (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 04). Não obstante, também defende “uma economia de livre iniciativa”, fazendo perceptível apelo aos setores libertários e liberais que passaram a apoiá-lo a partir da figura de seu ministro da economia, Paulo Guedes. Nisso, desenvolve igualmente um apelo ao medo: ressalta que as propriedades individuais de uma economia de mercado “são sagrados”, essenciais para o seu funcionamento (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 04). Conduz argumentos nesse sentido durante todo o programa, julgando políticas liberais como o caminho da prosperidade, conforme o subtítulo do programa: “Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 10). Tão mais notável é o deslocamento temporal que inclui 30 anos de política de esquerda no país, o que engloba não apenas o governo petista, mas também o de Michel Temer, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco e mesmo Fernando Collor.

Sua defesa do liberalismo econômico prossegue por todo o programa, e Bolsonaro chega a alegar que “Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 13). Bolsonaro apresenta dados estratosféricos durante todo o programa, relativos ao nível da violência, do impacto do liberalismo ou da corrupção, mas em nenhuma passagem revela a fonte. Incorre, na prática, ao que foi identificado por João Cezar de Castro Rocha (2020, p. 175) nos textos de Olavo de Carvalho: a retórica da hipérbole. Tudo está destruído, perdido, corrompido. Todo o seu programa é hiperbólico: se repetem palavras como **nunca**, **sempre**, além de utilizar letras

maiúsculas para denotar o exagero como, por exemplo, quando sugere que “o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 13). Uma retórica que se liga com eficiência ao emocional, em particular ao medo. Chega a dizer que seus opositores seriam populistas (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 13). Mais do que isso, classifica gasto irresponsável de dinheiro público como um método de “populismo” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 52) — um traço que é frequente nas utilizações do conceito de populismo.

Não distante de sua outra afirmação, ao capturar o conceito de liberdade para argumentar que o Estado não deve interferir na esfera familiar de nenhuma forma. Colocando “FAMÍLIA!” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 04) também em letras capitais, Bolsonaro demonstra outro principal pilar de sua ideologia, nesse sentido bastante próxima do Fascismo e do Integralismo: a família como centro da sociedade. A ideia de liberdade passa a ser habilmente utilizada, nesse sentido, como uma ferramenta para caracterizar de autoritarismo qualquer política pública que interfira na economia ou na esfera familiar. Uma espécie de paroxismo da díade clássica de Norberto Bobbio (2011), na qual a direita se baseia no valor de liberdade e desigualdade. Bolsonaro não esconde, em seu programa, que o seu entendimento de liberdade é primordial em relação a qualquer proposta de mitigar desigualdades.

Citando o lema da Revolução Francesa, Bolsonaro declara que seu programa promove “liberdade e fraternidade” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 05), valores que identifica como fundamentais para quebrar “o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 05). Se antes apelava para o medo, agora apela para demagogia em seu sentido mais puro. No entanto, uma vez mais, tampouco oferece métodos ou ferramentas para combater o crime, a corrupção ou as “ideologias perversas”. Apenas promete uma nação idílica, o *eldorado* sobre o qual “haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 05). Tão mais irônico, por parte de alguém com repetidos arroubos autoritários, é a defesa que aplica sobre o ideal de fraternidade, sugerindo que “Devemos ser fraternos! Ter compaixão com o próximo. Precisamos construir uma sociedade que estenda a mão aos que caírem” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 05). Vale ressaltar o que Bolsonaro chama de “ideologias perversas”: qualquer ideologia que se oponha a ele, tornando, através desse maniqueísmo, paradoxal sua defesa de liberdade e fraternidade. Como já foi dito, o discurso anticorrupção também se coloca como uma pauta imprescindível do Bolsonarismo — não a toa uma das palavras que mais aparecem.

Bolsonaro também se mostra notavelmente preocupado com as acusações sobre seu autoritarismo, dado que insiste que “A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição, Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei!” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 06). “Novamente” em letras capitais o permite salientar que pretende seguir a Constituição, buscando afastar sua imagem autoritária e reforçar que sua destruição/reconstrução se pautará nas bases legais.

Sua afirmação do valor de liberdade prossegue ao incluir uma seção dedicada a suposta defesa da liberdade de imprensa — particularmente contraditória com seus atos como presidente, com constantes embates e ataques à imprensa⁸⁴. Na prática, não é uma seção despropositada, mas tem como alvo outro dos espantelhos que Bolsonaro lança mão: a proposta de regulação da imprensa pelo PT. Erroneamente interpretada como uma ferramenta de controle da imprensa, a proposta do PT, na verdade, pautava um incentivo para que a mídia brasileira saísse do controle de meia dúzia de famílias. Uma mídia que não fosse hegemônica, em outras palavras. Mas Bolsonaro utiliza a ideia para subvertê-la, transformando-a em uma teórica interferência autoritária sobre a mídia, de forma a suprimi-la. Ou, como diz, “Somos defensores da Liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa! [...] Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 07).

Para além do lema, Bolsonaro reafirma com frequência, durante todo o programa, as cores da bandeira brasileira. Em sua oposição binária, alude que as forças opositoras desejariam tornar a bandeira brasileira vermelha — em sentido tanto figurado quanto, tanto mais, literal. Reforça-se, então, seu nacionalismo, explicitado também por termos como “Brasil”, “brasileiros”, “nacional” e “nação” entre os mais constantes, de acordo com o WordClouds. Um nacionalismo baseado no binarismo maniqueísta, que classifica os opositores como antinacionalistas, antipatrióticos, cosmopolitas ou, mesmo, “globalistas”. Repetindo tanto Araújo (2017) quanto Coutinho (2002), Bolsonaro distingue a esquerda contemporânea (ou, no vocabulário de Araújo, neomarxista) como gramscista. Uma nova forma de comunismo que se adaptou às exigências do século XXI, como discutido em profundidade nas seções anteriores: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 08).

⁸⁴ No primeiro ano do governo Bolsonaro, o Brasil caiu três posições no *ranking* de liberdade de imprensa da instituição Repórteres sem Fronteiras, indo para o 105º lugar (GONÇALVES, 2019). Alguns anos depois, o país caiu mais alguns níveis e entrou na zona que classifica o trabalho jornalístico como arriscado. Bolsonaro foi incluso em outra lista da mesma entidade: “predadores da liberdade de imprensa” (G1, 2021).

Outro espantinho do qual Bolsonaro lança mão com frequência é o Foro de São Paulo, um seminário que reúne partidos de esquerda da América Latina com a intenção de promover integração política e regional. Sem qualquer tipo de poder real, o fórum não é mais do que um encontro para discutir estratégias dentro do plural campo da esquerda. Para Bolsonaro, entretanto, o Foro — uma das palavras mais utilizadas — esconderia “viés totalitário”, para enfraquecer as “instituições democráticas” brasileiras (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 11). Uma paranoia que encontrou ressonância no discurso de outro candidato em 2018, Cabo Daciolo, com sua teoria da conspiração sobre a União das Repúblicas Socialistas da América do Sul (URSAL). Ou seja, o Foro teria pretensões de fragilizar os Estados-nacionais e transformá-los em uma massa amorfa, para utilizar a imagem de Ernesto Araújo (2017), sob o domínio de uma república popular. Uma colossal nação socialista e internacionalista, nos moldes da extinta União Soviética. A paranoia do anticomunismo que, como visto, permanece em constante na extrema-direita brasileira desde pelo menos o *Manifesto de outubro*, elevado a seu maior grau.

Outro espantinho que aparece é a própria ideia de violência em si, isso sem falar, naturalmente, na concepção de corrupção. Bolsonaro, por todo o programa, apela para o medo nessas duas esferas. Os coloca como “desafios urgentes”, resultados do “aparelhamento do Estado” e é preciso “estancar os estragos e iniciar o processo de recuperação do país, da economia e da Democracia” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 12). Apresenta, então, alguns dados que supostamente corroboram sua visão de que o país está degenerado, entregue a criminosos. Chama atenção alguns deles em particular: “Mais de UM MILHÃO de brasileiros foram assassinados desde a 1ª reunião do Foro de São Paulo” e “Epidemia de crack, introduzido no Brasil pelas filiais das FARC” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 12). Bolsonaro não hesita a associar, por mais fora de contexto que seja, a esquerda a aspectos negativos como corrupção e violência. Tampouco hesita em mencionar nominalmente o PT, a quem desloca um legado de “ineficiência e corrupção” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 14).

Contudo, como diz, o “Brasil é maior que nossos problemas” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 15). Como fênix, ele vai se reenguer de suas próprias cinzas, de sua própria destruição. Emergir, mais potente do que nunca. Superar seus problemas seculares, a partir da liderança do Messias. O momento é difícil, mas o messianismo de Bolsonaro se coloca como capaz de superá-lo: “O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a ‘vantagem’, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO

GOVERNO” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 15). Insiste que essa mudança se dará pelas vias legais, sem perseguições, com respeito sobre os direitos individuais.

Aparece enfim sua primeira proposta, decorrido quase um quarto do programa: redução de ministérios. Proposta que de fato levou a cabo, ao menos no princípio do governo, tendo voltado atrás em alguns dos ministérios posteriormente. Justifica que o país teria uma cobertura ministerial ampla e, em função disso, ineficiente, elevando os gastos públicos. Mais do que apenas ineficiente, a quantidade responde em si por uma corrupção, “pelo loteamento do Estado, o popular ‘toma lá-dá-cá’” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 17). Necessário, portanto, enxugá-los, cortar gastos.

Entra em cena outro de seus *slogans*: “Mais Brasil, menos Brasília” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 19). Na prática, uma reiteração de sua ideia de que o país está tomado por uma aliança entre o Centrão (oligarquias regionais) e a esquerda — uma contradição para quem posteriormente viria a criticar o federalismo e o papel dos governadores, bem como utilizar esse mesmo Centrão, além de ter sido parte dele por décadas. Nesse sentido, seria necessário resgatar os valores nacionais e descentralizar a política nacional, espalhá-la para também os demais estados da federação:

Nas últimas décadas, o Governo Federal concentrou a arrecadação de tributos, criando burocracia e ineficiência para controlar os entes federados. Queremos uma Federação de verdade. Os recursos devem estar próximos das pessoas: serão liberados automaticamente e sem intermediários para os prefeitos e governadores. As obras e serviços públicos serão mais baratos e com maior controle social (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 19).

Bolsonaro é explicitamente maniqueísta durante todo o programa, demonizando os setores e ideologias opostas a sua. Para ele, a esquerda gerou não apenas um Estado corrupto, mas também ineficiente, inchado, violento e autoritário. Um Estado com uma lógica invertida, que pune os “cidadãos de bem”. Ou, como diz com todas as palavras, um Estado que desconfia “das pessoas corretas e trabalhadoras” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 20). É papel do Messias, nesse cenário, esvaziar o Estado e torná-lo eficiente, próspero e seguro. Em suma, retirar o “cidadão de bem” do papel de vítima e punir os responsáveis por essa degeneração. Para Bolsonaro, ainda que não revele exatamente o porquê, um Estado esvaziado é eficiente neste papel, ao que escreve em letras maiúsculas: “O GOVERNO RECUARÁ, PARA QUE OS CIDADÃOS POSSAM AVANÇAR!” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 20).

Na seção seguinte, promete apresentar “linhas de ação”, as propostas para controlar os problemas que vê. Suas propostas se baseiam em repetir os problemas, transformados em

oposição binária para forma de solução. Por exemplo, aponta que há uma crise na segurança pública e na questão da corrupção do espaço público, mas promete resolvê-los enfrando o crime e cortando a corrupção. Da mesma forma em relação a saúde, constata que a saúde pública é ineficiente; a forma de resolver o problema seria “Melhorar a saúde” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 22). Não há quaisquer indicações de métodos, ferramentas, modos, modelos ou atitudes que tomem formas de propostas de fato, para além de promessas inócuas. As palavras em uma análise não fazem jus ao que está escrito, portanto cabe a reprodução de suas linhas de ação na totalidade:

SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO: enfrentar o crime e cortar a corrupção. SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar. ECONOMIA: Emprego, Renda e Equilíbrio Fiscal. Oportunidades e trabalho para todos, sem inflação (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 22).

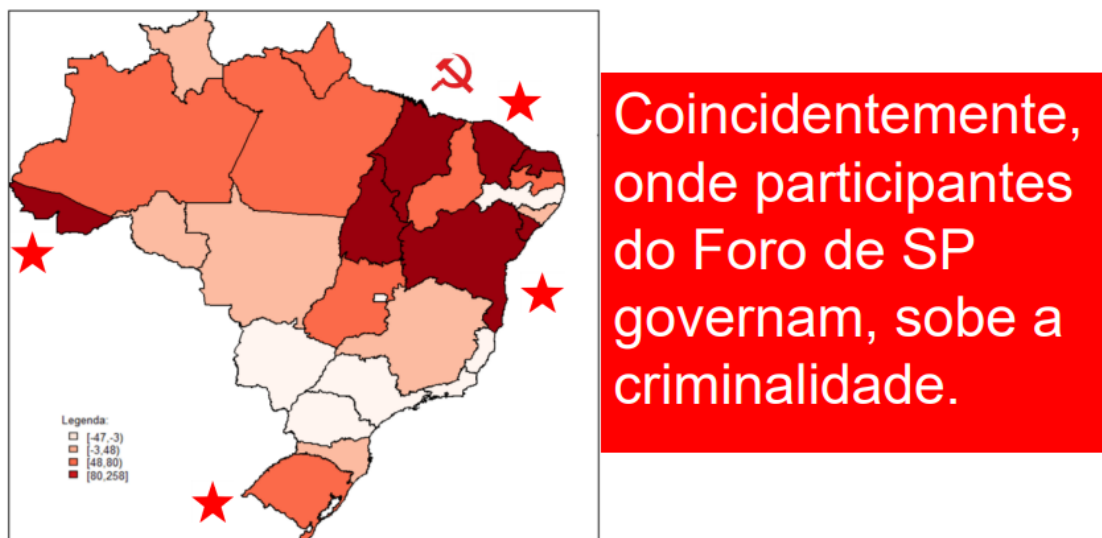
Quando fala da questão da segurança pública, Bolsonaro menciona um documentário da TV Globo que apresenta alguns dados sobre os níveis da violência no país. Ademais, o documentário também sugere que armas de fogo estão entre as principais responsáveis por esses níveis de violência, além de destacar piores nos níveis de homicídios em alguns estados do Nordeste e uma enorme melhora na Colômbia (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 24). Para Bolsonaro, a verdadeira razão da violência não seriam as armas — elas são, afinal, apenas instrumentos, um argumento clássico do Bolsonarismo que justifica que “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas” —, mas a falta delas (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 24). Ou, melhor, a própria esquerda em si é a culpada da violência, dado sua campanha e movimentação pelo desarmamento, a quem busca refutar com uma seção denominada “contra a esquerda: números e lógica” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 25).

Como objetos inertes, as armas dependem do portador. Não são instrumentos benignos ou malignos, mas ferramentas que, a depender, podem condenar ou salvar uma vida. Corolário de seu maniqueísmo: escreve que a violência depende de “pessoas boas ou más” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 25). Para reforçar seu argumento, Bolsonaro apresenta dados que sugerem que países com mais armas de fogo em circulação sejam mais seguros. Considerando que os dados sejam confiáveis, ainda assim o então candidato fez uma correlação perniciososa de causalidade. A começar, não hesita em apresentar superficialmente a correlação que faz, sem aprofundar os dados, demonstrar ou mesmo tentar provar que mais armas significam mais segurança. Tanto mais, ignora que países que coloca como baluarte do

seu argumento, como os EUA, tem algumas das cidades mais violentas do mundo em assassinatos por 100 mil habitantes, de acordo com dados do Instituto Igarapé (HOMICIDE MONITOR, 2021). Ou mesmo nações com grande quantidade de armamentos, e também dados elevados de violência, como quase todos os países da América Latina. Ou, ainda, países com poucas armas e poucos homicídios, como o Reino Unido, a Polônia e os Países Baixos, nos próprios dados que ele cita. Dessa forma, evidencia-se que Bolsonaro não apresenta, em seu programa, qualquer tratamento sobre os dados que dispõe. Não que sua premissa seja necessariamente errônea, porém a forma com que é exibida, como um fato, evidencia a sua ausência de preocupação com comprovar suas alegações.

Outrossim, apresenta alguns estados do Norte e do Nordeste — alguns deles governados por partidos como o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), taxados de esquerda radical por Bolsonaro — como governados pela esquerda entre 2014 e 2018, o que teria ocasionado o aumento na violência dessas regiões. E não apenas isso: a esquerda também promoveria propositalmente uma epidemia de drogas. Há um “avanço das drogas” causado pela esquerda, o que se exemplifica pelo que chama de “bolsa crack” em São Paulo (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 26). Não obstante, desde o primeiro encontro do Foro de São Paulo, os homicídios cresceram no Brasil. Há, então, uma ligação estreita entre a esquerda e o aumento da violência, da qual o Foro de São Paulo, de alguma forma, aparenta ser também responsável. Nesse caso, a imagem que utiliza no programa fala melhor do que qualquer palavra:

Figura 35 - Fragmento do *Projeto fênix*



Fonte: PROJETO FÊNIX (2018).

Outras de suas sugestões, relacionadas, respondem por tornar heróis nacionais policiais que morreram em função da violência, combater estupros (que, novamente, associa à esquerda) e aumentar o nível de encarceramento. Sem entrar em detalhes ou aprofundar, cre que esses resultados serão alcançados através de alguns métodos como: I) redução da maioria penal; II) aumento das penas; III) maior investimento nas forças policiais; IV) ampliar a circulação de armas; V) garantir a impunidade da violência policial através de medidas estatais; VI) transformar movimentos sociais em terrorismo; VII) modificar os direitos humanos para que possam proteger os “humanos direitos”, na expressão típica do Bolsonarismo (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 32). Em suma, propostas bélicas, maniqueístas e superficiais, sem que Bolsonaro detalhe como pretende executá-las. Para Bolsonaro, a violência se combate exclusivamente com violência, e quanto mais mecanismos bélicos como armas ou impunidade policial estiverem em vigor, maior a tendência de diminuição da violência.

Vale destacar também sua ideia distorcida de direitos humanos, uma ferramenta que, em sua visão, não seria universal, mas limitada ao que classifica como “bom” e “mau” absolutos. Sua seita, naturalmente, identificada com o bom. Opositores, como o mal radical. Os direitos humanos, tratados como **universais** na declaração de 1948, são capturados como um utensílio a servir apenas determinado grupo. Um oxímoro, portanto, à sua própria noção. Como discutido em outro trabalho (SCHARGEL, 2019), se é **universal** como pode ser

exclusivo? Tanto mais, exclusivo a uma visão de mundo simplista, infantil, que traça uma linha divisória arbitrária entre o maligno e o benigno.

Para o Bolsonarismo, os direitos humanos foram uma das muitas ideologias que a esquerda disseminou em seu processo de corrupção nacional. Reverberando as ideias de Araújo (2017) e mais intensamente de Coutinho (2002) da esquerda “neomarxista” como um movimento que se espalha por diversos setores sociais, “trincheiras”, através de estratégias gramscistas, Bolsonaro assegura que nenhuma instituição foi mais contaminada do que as Forças Armadas. Mais do que isso: sendo uma instituição baluarte na defesa da democracia contra as obscuras forças do comunismo internacional, a esquerda trabalhou com isso em mente para desestabilizá-la, enfraquecê-la e contaminá-la (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 33). Assim, tratar a Revolução de 1964 por golpe e ditadura não foi mais do que uma estratégia gramscista para atacar “o último obstáculo para o socialismo” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 33).

Vai além: distingue que as Forças Armadas foram imprescindíveis na luta contra outra das formas do comunismo, em seu formato nacionalista. Assim como Ernesto Araújo (2017), quando diz que o comunismo se dividiu em dois no século XX, dando origem a um internacionalista e outro nacionalista, Bolsonaro aumenta a importância da participação do Brasil na derrota do “Nacional Socialismo” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 33). As Forças Armadas brasileiras, então, se colocam contra o comunismo em suas diversas vertentes desde o início do século XX, saindo do solo nacional para ampliar esse combate. Como uma espécie de violência justificada, Bolsonaro identifica as Forças Armadas como “garantia contra a barbárie”; é preciso, portanto, a barbárie do real para impedir a barbárie do possível (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 33). Propõe, desta forma, que as Forças Armadas recebam melhorias em equipamentos, tecnologias, além de colégio militar em todas as capitais da União (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 34)

Em relação a saúde, propõe acabar com o programa Mais Médicos, como de fato o fez; criar uma carreira de “Médico do Estado”, para suprir a lacuna de mão de obra em áreas remotas e carentes, trabalhar pela melhoria da higiene bucal das grávidas (segundo Bolsonaro, uma das razões do nascimento de prematuros); e combater o sedentarismo através da inclusão de profissionais de educação física no programa de Saúde em Família (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 40). Garante que a saúde brasileira deveria ser melhor, dado o elevado gasto público com essa área.

Na educação — que também assevera que não corresponde ao nível de gasto público que consome — é preciso mudar conteúdo e método de ensino, com prioridade sobre o ensino

básico e médio / técnico em detrimento do ensino superior. Disciplinas como matemática, ciências e português devem ser priorizadas, ao passo que as ciências humanas devem sofrer um filtro anti-ideológico. O ensino, segundo Bolsonaro, precisa ele próprio deixar de ser ideologizado, expurgar o que chama de “ideologia Paulo Freire” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 46). Ratifica, com todas as palavras, que a educação brasileira é deficiente pois “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação”. Naturalmente, isso só se aplica quando a ideologia é a ideologia do adversário, do opositor. Para isso, entra em função as escolas militares para todas as capitais, responsáveis por inculcar a rígida disciplina hierárquica militar em oposição ao pensamento crítico (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 41).

Além disso, promove também a ideia de que as universidades precisam necessariamente gerar avanços materiais e técnicos para o país, de preferência em parceria com a iniciativa privada. Cursos de ensino superior somente são “úteis”, na visão de Bolsonaro, quando voltados à “produtividade, a riqueza e o bem-estar da população” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 46). Assim, os cursos de humanidades, por não oferecerem ganhos materiais, se tornam desnecessários. Também é preciso fomentar o “empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 46). Em última instância, a função do ensino superior se torna limitada à formação de novas empresas e produtos, despidido de sua autonomia. A educação a distância, por fim, é pensada por Bolsonaro como um mecanismo prático que pode facilitar na integração do aluno com o curso, especialmente de áreas remotas (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 46).

Igualmente, se faz evidente logo em seguida o que Bolsonaro sugere por empreendedorismo no ensino superior: contaminação da iniciativa privada sobre o ensino público. Por mais que não fale em privatização completa do ensino superior, insinua que o modelo de pesquisa e ensino no Brasil está esgotado e defasado, não apenas repleto de “ideologia de Paulo Freire” e “doutrinação ideológica”, mas também dependente de recursos públicos. É preciso modernizá-la, tornar a pesquisa útil para o setor privado, “para transformar ideias em produtos” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 48). Naturalmente, nesse novo ambiente há pouco ou nenhum espaço às humanidades, cujo foco nunca foi a criação de produtos, mas a compreensão sobre os processos e impactos do humano sobre o real. Como diz, é preciso pôr “grande ênfase em cursos técnicos e carreiras de exatas” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 48). Na prática, ao taxar unilateralmente o lado oposto de ideológico — ignorando sua própria ideologia no processo —, Bolsonaro revela seus desejos autoritários de extirpar qualquer ferramenta de formação crítica, de substituir questionamento por uma

estrutura hierárquica e disciplinar voltada à formação de tecnocratas, homens voltados à produção infinita, como automatizados. A universidade vira uma extensão da empresa, com função exclusiva de produzir materiais para o mercado, explicitado pelo trecho: “Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas. O campo da ciência e do conhecimento nunca deve ser estéril” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 49).

No aspecto econômico, Bolsonaro propõe privatizar diversas estatais, vistas como ineficientes e inchadas, com alto gasto para pouco retorno. Uma necessidade de “equilibrar as contas públicas”, portanto, contra o *populismo fiscal* (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 61). Ideias abertamente libertárias, conforme Bolsonaro afirma sua inspiração nas ideias de Milton Friedman e a Escola de Chicago.

Mas chama atenção em particular um fragmento de seu programa, que passa quase despercebido: uma proposta de aumento de punição sobre os que sonégam e burlam a receita. Bolsonaro deseja que os que “sonégam e burlam, paguem mais” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 58). Contudo, Bolsonaro, em 1999, afirmou em uma entrevista à TV Bandeirantes: “Conselho meu e eu faço: eu sonego tudo que for possível” (O ANTAGONISTA, 2018).

Em outra passagem, Bolsonaro argue em favor de uma renda mínima para todas as famílias brasileiras, sem revelar como e de onde pretende tirar esse capital (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 63). Um valor superior ao do Bolsa Família; o que viria a parcialmente a se concretizar com o seu projeto Renda Brasil — com enormes diferenças, a começar por não ser uma renda mínima universal. Nesse aspecto, lembra o antagonista do romance de Sinclair Lewis, *Não vai acontecer aqui*. Nele, um Messias demagogo de matriz fascista, Buzz Windrip, é eleito presidente nos Estados Unidos com uma plataforma paradoxal, angariando apoio de todos os setores sociais. Para isso, Windrip promete uma renda mínima anual de 5.000 dólares (cerca de 80.000 dólares, corrigido pela inflação) para todas as famílias brancas. Tampouco revela, porém, como fará isso. Ao mesmo tempo, também promete em seus discursos e em seu programa que irá terminar com a assistência financeira estatal, direitos trabalhistas e sindicatos. Propostas paradoxais que o fazem receber apoio tanto da elite conservadora quanto do proletariado, cada qual motivados por seus respectivos interesses financeiros. Apenas ao final Windrip percebe, conforme seu regime começa a implodir, a impossibilidade de uma renda universal sem, no processo, aplicar uma distribuição mínima de renda. Na ficção quanto no real, Bolsonaro e Windrip oferecem uma proposta — que, ironicamente, para utilizar o próprio conceito de Bolsonaro, poderia ser classificada de “populismo fiscal” — sem aprofundar nos mecanismos que seriam utilizados para aplicá-la.

Em suma, uma proposta a esmo, uma oferta de dinheiro para todos, mas sem qualquer indicação de como será feito.

Dando prosseguimento a suas propostas econômicas, Bolsonaro expõe suas ideias sobre uma nova reforma trabalhista, que imporá uma “carteira de trabalho verde e amarela”. Uma carteira de trabalho com as cores da bandeira nacional, utilizada por verdadeiros nacionalistas, trabalhadores patrióticos voltados para o empreendedorismo necessário ao crescimento da nação que se recria como fênix. Mas Bolsonaro não se afirma autoritário, afinal, esclarece que os trabalhadores poderão escolher voluntariamente se utilizarão a nova carteira de trabalho ou permanecerão sob o regime de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Em suma, um mecanismo de precarização semelhante, potencialmente mais intenso, já que nele “o contrato individual prevalece sobre a CLT” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 64), ao que foi feito com o Microempreendedor Individual (MEI), que passou a ser utilizado como substituto ao CLT. Empresas passaram a contratar, com a reforma de 2017, pessoas físicas sob regime de MEI, recebendo como MEI, mas com responsabilidades de CLT (MENEZES, 2017).

Outra de suas principais ideias, e que não se pode acusá-lo de não ter adotado, é uma reformulação do Itamaraty. Uma modelização de acordo com a sua ideologia, contra a “ideologização” oposta: “A estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de valores que sempre foram associados ao povo brasileiro” (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 79). Destarte, não é de surpreender sua escolha por Ernesto Araújo ao posto de chanceler, a despeito de sua parca experiência diplomática, considerando o que foi visto na seção anterior e sua consonância com os ideais bolsonaristas. Assim, diz Bolsonaro, o Brasil parará de “louvar ditaduras assassinas”, ou mesmo dedicar parcelas do patrimônio brasileiro “para ditadores internacionais”, pois chegou a hora de estabelecer relações de respeito com democracias como EUA, Israel e Itália (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 79). O mesmo Bolsonaro, todavia, nunca teve qualquer problema em louvar ditaduras, para além da brasileira, como as de Augusto Pinochet (VEJA, 2019), no Chile, Alfredo Stroessner (CARNERI, 2019), no Paraguai, entre outros.

Por fim, o *Projeto Fênix* resgata o suprassumo do fascismo, já presente no proto e no pré-bolsonarismo de Coutinho (2002) e Araújo (2017), bem como indicado por todo o programa: o resgate, a partir do Messias, de uma nação vista como degenerada, corrompida e contaminada por inimigos objetivos. Uma união de nacionalismo, autoritarismo, reacionarismo, com base de massas. Em suma, traços de fascismo como messianismo,

belicismo, maniqueísmo, desumanização do inimigo objetivo, discurso sacrificial de retorno a um passado idílico, entre outros. Pois, como diz, na conclusão do seu programa:

Fraternidade é lutar por quem não pode se defender dos maus. Brigar para que os jovens tenham um futuro e os idosos não fiquem desamparados por um estado falido, uma educação aparelhada ideologicamente e uma Saúde em frangalhos. É combater o roubo do dinheiro público e não ser passivo ou indiferente com o sofrimento dos brasileiros. BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS! (PROJETO FÊNIX, 2018, p. 80).

Bolsonaro, como Messias, coloca-se capaz de salvar a nação dessa corrupção. Como diz em suas próprias palavras, suprassumo de maniqueísmo, contra os “maus”. Os comunistas malignos, que se disseminaram nas diversas trincheiras do Ocidente, falindo o Estado com suas políticas públicas de *populismo fiscal*, desvirtuando a juventude através da *ideologização* do ensino, e da corrupção financeira. O comunismo, invisível, mas mais poderoso do que nunca, espalhando seus tentáculos venenosos por todos os setores sociais, estatais e políticos. Somente um Messias seria capaz de salvar o Brasil desse mal, do demônio travestido de ideologia política. Para Araújo (2017), esse Messias era Trump. Para Bolsonaro, esse Messias é ele próprio. E assim, a nação pode renascer uma vez mais de suas próprias cinzas, como a fênix.

Por fim, seguindo a tradição das seções anteriores, uma síntese das principais características observadas sobre o *Projeto fênix*.

Tabela 23 - Tabela de características do *Projeto fênix*

Projeto fênix Terceiro ciclo: a ascensão ao Executivo (2018) Terceiro estágio: a chegada ao poder	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	<p>A esquerda é responsável por uma epidemia de drogas</p> <p>A esquerda se adaptou para o século XXI através do gramscismo</p> <p>Transforma em “esquerdista” virtualmente qualquer possível opositor</p>
<i>Autoritarismo</i>	<p>Ataca “ditaduras assassinas”, ligadas a ideologias opostas à sua, ao mesmo tempo em que louva outras ditaduras</p> <p>Demagogia: proposta de renda mínima universal para todas as famílias brasileiras</p> <p>O outro lado promove “doutrinação ideológica”, é preciso militarizar a educação</p> <p>Culto da disciplina e da hierarquia</p> <p>Belicismo: culto à arma, à impunidade policial</p> <p>Maniqueísmo desumanizador do inimigo objetivo</p> <p>Messianismo: somente o Messias pode tornar a nação grande novamente</p> <p>Inimigos objetivos (Foro de S.Paulo, Venezuela, etc.)</p> <p>Trata o golpe e a Ditadura Militar como revolução, como a última defesa da nação contra o comunismo internacionalista</p> <p>Apelo constante ao medo: medo da violência, de perder as posses, da dominação estrangeira</p> <p>Subversão do conceito de liberdade: não se deve interferir na vida em nenhuma instância</p> <p>Contra o Estado laico, “Deus acima de todos”</p> <p>Desejo de extirpar qualquer formação crítica</p>
<i>Liberalismo</i>	<p>Valorização do <i>laissez faire</i></p> <p>Redução da máquina pública: menos ministérios</p> <p>Afirmação de “economia de livre iniciativa”</p> <p>Afirmação da propriedade privada</p>
<i>Libertarianismo</i>	<p>Precarização trabalhista</p> <p>Privatização do ensino superior</p> <p>A função do ensino superior é fornecer novos produtos e empresas</p> <p>Culto ao “empreendedorismo”</p>
<i>Nacionalismo</i>	<p>Brasil acima de tudo</p> <p>Eco com o Integralismo: o Brasil é a união das milhões de pessoas, então está acima de todos</p>

	Afirmação das cores da bandeira brasileira “Mais Brasil, menos Brasília” Carteira de trabalho “verde e amarela” Binarismo maniqueísta que desloca à oposição uma imagem de corruptora da nação
<i>Reacionarismo</i>	Família como ponto central da sociedade O próprio nome do programa: Projeto fênix Eco com o Fascismo: é preciso destruir o cenário para renascer “Contra tudo que tá aí” Conspiracionismo paranoico Nação degenerada por um inimigo objetivo

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no *Projeto fênix*.

A próxima e última seção concluirá a discussão sobre o Bolsonarismo a partir da análise de dois de seus discursos: a abertura na Assembleia Geral da ONU em 2019, e as manifestações autoritárias no 07 de setembro de 2021.

4.4 Quarto e quinto ciclos: 2019 e 2021 — Choques iniciais e recrudescimento

“A ideia mais útil aos tiranos é a de Deus” (STENDHAL, 2010, p. 302)

Quase ao fim de seu primeiro quadriênio de governo, muito ainda há para se entender como Jair Bolsonaro, um político mitológico do baixo clero abertamente autoritário e sem qualquer experiência em Executivos, foi eleito ao maior cargo de outrora uma das democracias mais estáveis da América Latina. Bolsonaro — e, por consequência, o Bolsonarismo — é plural. Engana-se quem pensa que o Bolsonaro e o Bolsonarismo são uniformes, uníssonos, unívoco. É um fenômeno complexo de diversas frentes em uma união sobretudo inorgânica e em tensão.

O Bolsonarismo em si congrega diversos submovimentos e ideologias internas, em uma associação desconfortável, mas unida por interesses em comum. Os libertários, por exemplo, veem em Bolsonaro uma figura desagradável a ser suportada em função de medidas pró-mercado; os pentecostais, unidos por uma agenda moralista e messiânica. Claro que mesmo esses grupos são amplos e possuem divergências internas, eles mesmos em permanente tensão. Como ressaltado nesse capítulo, o Bolsonarismo é um fenômeno que precede e transcende Bolsonaro. E que, ainda que o presidente deixe o cargo, durará por muito tempo.

Isso explica em parte a dificuldade do Bolsonarismo se estruturar como um partido definido, para além de um movimento, diferente do que aconteceu com o Fascismo e o PNF ou o Integralismo e o PRP. Uma diferença importante de se considerar, mas não menos importante lembrar que tanto o PNF quanto o PRP só surgiram, em particular no caso do segundo, depois da fundação de seus movimentos, o que exemplifica que uma noção de fascismo não necessariamente se baseia na ideia de um partido. Por mais plural que esses movimentos também fossem, a institucionalização através de um partido ajudou a congregar esses interesses. Uma dificuldade que Bolsonaro enfrenta, tendo utilizado o Partido Social Liberal (PSL) como uma legenda de aluguel e saído dele assim que começou a enfrentar rugas. Vale lembrar que Bolsonaro ainda tentou a criação de um partido, o Aliança pelo Brasil, que o permitiria concentrar poder e recursos em torno de sua figura, mas fracassou e acabou sendo forçado a entrar, uma vez mais, em uma legenda de aluguel para poder lançar sua pré-candidatura às eleições de 2022.

Bolsonaro, ainda que católico, não hesitou em lançar mão de uma aproximação com setores evangélicos, ciente da força deste eleitorado. Nesse ponto, há interseção entre a retórica neopentecostal e libertária, para citar dois dos grupos que sustentam o Bolsonarismo: a teologia da prosperidade e a criação do mito do *self-made man*. A imagem do empreendedor e do empreendedorismo, o ápice do individualismo liberal, encontra ressonância simbiótica dentro das igrejas evangélicas. Uma ideologia que se mostra útil, com o paralelo crescimento e enfraquecimento respectivamente do neopentecostalismo e do catolicismo.

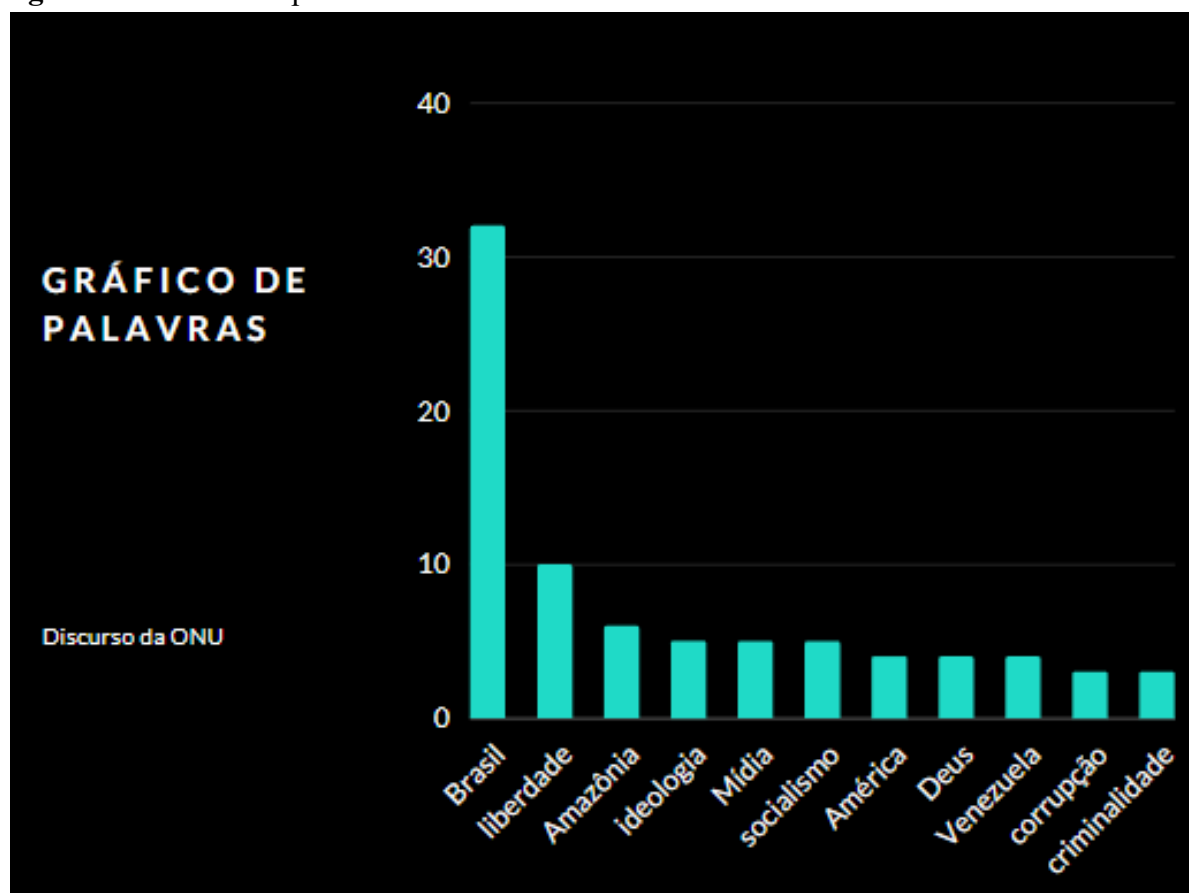
Nesse contexto, os primeiros anos do governo Bolsonaro foram marcados por constante embate não apenas com as instituições democráticas, o espaço cívico e a sociedade civil, mas também entre suas facções internas. Elevado ao paroxismo, chegou-se ao ponto de se dividir arbitrariamente o Bolsonarismo em “ala técnica”, os liberais e militares, e “ala ideológica”, os reacionários olavistas e os fundamentalistas cristãos — uma linha que ignora a contaminação e a simbiose entre essas duas “alas”. De forma semelhante, não se pode ignorar as mudanças no discurso, na prática e no contexto interno do Bolsonarismo desde sua eleição. Fatores como a pandemia de Sars-CoV-2 (COVID-19), a vitória de Joe Biden nos EUA, pressões em âmbito interno e externo influenciaram o movimento em seus processos cíclicos de radicalização, apaziguamento e aparelhamento das instituições. Dito isso, também é pertinente perceber que, na prática, o Bolsonarismo no poder, a despeito dos *checks and balances* democráticos que impedem que suas pretensões autoritárias se concretizem, ao menos por enquanto, mantém a essência do conteúdo presente no *Projeto fênix* ou mesmo nos antecessores. Semelhante ao que ocorreu com o Integralismo e o Fascismo, que mutaram

dentro de si ao mesmo tempo em que mantiveram suas essências, como visto no capítulo anterior.

Pensando nisso, foram escolhidos dois materiais para concluir a discussão sobre o Bolsonarismo: o *Discurso na ONU*, primeiro discurso de abertura de Bolsonaro na ONU, e o *Discurso de 07 de setembro de 2021*, simbólico por marcar o paroxismo do discurso golpista do presidente. Um recorte com discursos de dois momentos, cada qual marcante por seu respectivo motivo. O *Discurso na ONU*, por apresentar ao mundo o que é o Bolsonarismo. O *Discurso de 07 de setembro*, por ter atingido, até agora, o momento mais próximo de uma ruptura institucional. Entre eles, um espaço de dois anos que mostram o aumento na virulência autoritária do discurso bolsonarista, que já não mais demonstra a suposta preocupação de agir sob a Constituição, como no *Projeto fênix*, por mais contraditório que o programa seja.

Tradicionalmente, o Brasil abre a Assembleia Geral da ONU, um processo que começou com o então ministro Oswaldo Aranha em 1947. Mantendo a tradição, Bolsonaro foi o primeiro a discursar em 2019, seu primeiro ano de governo, e mostrar para o mundo não apenas o que é o Bolsonarismo, mas também as mudanças que o país sofreu. Um novo Brasil, irreconhecível, distinto de tudo que havia se visto sobre a nação até então. Ou, como o próprio Bolsonaro diz, “um novo Brasil, que ressurge depois de estar à beira do socialismo” (BOLSONARO, 2019).

Para começar, o WordClouds traçou a seguinte nuvem e gráfico de palavras, resumindo alguns dos traços presentes no *Discurso na ONU*:

Figura 37 - Tabela de palavras do discurso da ONU

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no discurso da ONU de Bolsonaro e por meio do *software* WordClouds.

Na prática, o discurso mais aparenta um discurso de campanha do que a abertura da assembleia mais relevante do planeta. Assim como foi no programa, Bolsonaro não esconde em seu discurso sua oposição binária ao que enxerga como ameaça comunista internacional. Uma ameaça, aqui, representada através de três principais espantalhos: Venezuela e Cuba, no âmbito externo, e o Foro de São Paulo, no interno. Ecoando uma vez mais a retórica de Mussolini, já presente no *Projeto fênix*, Bolsonaro afirma que foi preciso destruir para reconstruir (BOLSONARO, 2019). Destruir a dominação comunista internacional e seus tentáculos sobre a nação, para poder renascer com um Brasil “reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo” (BOLSONARO, 2019). Traço que, longe de ser exclusivo de Bolsonaro, é comum ao pensamento reacionário, como sintetizou Ivan Krastev: “Para os reacionários, ‘a única resposta sensata ao apocalipse é provocar outro cataclismo, na esperança de começar tudo de novo’” (GEISELBERGER, 2019, p. 130).

Diz Bolsonaro, que este novo Brasil, através da diminuição do desemprego e da violência está se recolocando no cenário global, do qual, em sua visão, se tornou pária.

Todavia, as taxas de desemprego atingiram níveis recordes em 2021 (ALVARENGA; SILVEIRA, 2021), a quantidade de assassinatos teve crescimento em 2020 (G1, 2021) e o próprio Bolsonaro ficou isolado na reunião do G20 no final de outubro de 2021 (MAGENTA, 2021). Ainda que diga que a nação está reconquistando “a confiança do mundo” (BOLSONARO, 2019), o Bolsonarismo criou incidentes diplomáticos com países-chave como a França, os países árabes, a Argentina e a China, além da Venezuela, e se isolou após a derrota de Trump nas eleições de 2020. Uma diplomacia bélica que, acima de tudo, eleva tensões e desconfiança das demais nações.

Outra das preocupações constantes de Bolsonaro, aparece também a sua ideia de que o novo Brasil, ao contrário do país que “esteve muito próximo do socialismo” (BOLSONARO, 2019), agora se abre para o mercado. Uma nação desburocratizada, desregulamentada, como diz em suas próprias palavras, disposta ao investimento do capital estrangeiro. Uma nação que superou a “corrupção generalizada” imposta pelo comunismo, além da “grave recessão econômica” (BOLSONARO, 2019). Bolsonaro apresenta, na ONU, uma versão idílica de um Brasil impossível que superou completamente crônicos problemas seculares como a violência, a corrupção e a desigualdade. Uma versão utópica, ficcional, diametralmente oposta da contraparte real, sem qualquer respaldo em dados.

Nada melhor do que um inimigo ficcional para lutar contra uma nação ficcional, de modo que Bolsonaro gasta parte de seu tempo atacando Cuba e seu suposto nefasto plano de dominação da nação brasileira através de médicos. O Mais Médicos não seria, nesse Brasil paralelo, um programa para suprir a ausência de cobertura da saúde em áreas carentes do Brasil, mas “um verdadeiro trabalho escravo, acreditem...” (BOLSONARO, 2019) para disseminar o comunismo nas cinco regiões do país e financiar a ditadura cubana. De acordo com Bolsonaro, a versão brasileira do comunismo, o petismo, importou médicos sem experiência profissional que eram forçados a repassar “75% de seus salários” para o regime cubano (BOLSONARO, 2019). Mas Bolsonaro vai além: ataca a ONU na sede da própria ONU, declarando que esse programa criminoso foi respaldado “por entidade de direitos humanos do Brasil e da ONU!” (BOLSONARO, 2019). Retomando seu clássico argumento, as ONGs e “entidades de direitos humanos” não funcionam para suprir demandas estatais em áreas em que o Estado falha, mas para disseminar a corrupção e a criminalidade — duas palavras, aliás, entre as que mais são mencionadas.

Ainda em seu primeiro espantinho, anuncia que os planos imperialistas e comunistas de Cuba sobre o Brasil não são inéditos, mas datam desde, pelo menos, os anos 1960. Já naquela época, Havana buscava implantar o comunismo ditatorial não apenas no Brasil, mas

em várias nações da América Latina — razão pela qual elas foram forçadas a reagir com ditaduras militares. O mesmo argumento que aparece no *Projeto fênix*, em Araújo (2017) ou Coutinho (2002), portanto: é preciso uma ditadura do real, a barbárie e o autoritarismo do real, para impedir uma suposta ditadura do reino da possibilidade. Para lutar contra a violência da paranoia, justifica-se a violência comprovada pela História: “Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade” (BOLSONARO, 2019).

Após destilar seus ataques a Cuba, Bolsonaro se dedica a outro espantalho: a Venezuela. Sem citar as fontes dos dados que apresenta, anuncia que há “60 mil” (BOLSONARO, 2019) agentes cubanos infiltrados no regime de Nicolás Maduro. Esses agentes aparelharam o Estado de forma que controlam “**todas**” as áreas, da política à economia, sem espaço à sociedade civil (BOLSONARO, 2019). Cuba, em seu imperialismo comunista, planejava fazer o mesmo no Brasil. Mas “foram derrotados!” a tempo (BOLSONARO, 2019). As Forças Armadas, em 1964, e a reação Bolsonarista, em 2018, foram capazes de evitar que o país se transformasse em uma nova Venezuela, “outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo” (BOLSONARO, 2019). Uma crueldade e violência que, para Bolsonaro, respinga no Brasil, conforme a imigração maciça se dissemina pelo país. Como humanitário, Bolsonaro destaca a Operação Acolhida, apropriada para receber bem, acolher e absorver para solo brasileiro os “nossos irmãos” venezuelanos que escapam da crueldade do comunismo (BOLSONARO, 2019).

Reeditando os enunciados de Coutinho (2002), Bolsonaro esboça tentativa de sarcasmo ao destilar que “O socialismo está dando certo na Venezuela!”. No melhor da retórica da perversidade, o socialismo/comunismo ao buscar a igualdade termina por socializar a pobreza, “Todos estão pobres e sem liberdade” (BOLSONARO, 2019). Para o Bolsonarismo, a busca utópica por igualdade do comunismo acaba por ter efeito perverso, para retomar a tipologia do discurso reacionário de Hirschmann (2019), e produzir o contrário do que se desejava. Naturalmente, a retórica da ameaça também se faz presente, conforme o comunismo internacional em sua nova vertente gramscista-bolivariana ameaça os valores nacionais como a família e a religião. Valores que são postos como uma tradição nacional a ser resgatada da degeneração comunista. A nação e a religião, elas em si, formam a nação (BOLSONARO, 2019).

Entra em cena o terceiro espantalho, agora interno: o Foro de São Paulo. Como apareceu na última seção, o seminário de integração política e econômica das esquerdas latino-americanas é demonizado e tratado como uma conspiração para implementar uma

versão equivalente ao mito da URSA, uma grande república comunista latino-americana. O Foro é pintado como uma “organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido” (BOLSONARO, 2019). Como diz em suas próprias palavras, o seu movimento, em conluio com os EUA, trabalha para que esse “nefasto regime” não espalhe o seu veneno pelos demais países da região e para que a “democracia seja restabelecida na Venezuela” (BOLSONARO, 2019). É sintomático e revelador das preocupações bolsonaristas que “Venezuela” seja um dos vocábulos mais empregados.

Bolsonaro é enfático ao jurar que o Brasil está se afastando das *ditaduras comunistas* para se lançar no rol das nações democráticas e, principalmente, liberais. Dessa forma, não apenas rejeita diálogos com nações como Venezuela e Cuba, como se aproxima dos Estados Unidos. Bolsonaro enxerga na subserviência que assumiu frente aos Estados Unidos, uma forma de “busca de prosperidade” e, ricocheteando os escritos da Escola de Chicago e da Áustria, chega a dizer que não há liberdade política sem liberdade econômica (BOLSONARO, 2019). Bolsonaro atualiza os argumentos de Hayek (2010) ao sugerir que suas medidas liberalizantes na economia, e o livre mercado em si, são ferramentas para fortalecer a democracia brasileira e que qualquer intervenção caminha para o “totalitarismo” (BOLSONARO, 2019). A interferência estatal sobre a economia gera “aparelhamento do Estado e corrupção generalizada” (BOLSONARO, 2019). As medidas liberais reagem contra as “quase duas décadas de irresponsabilidade fiscal” (BOLSONARO, 2019).

Essa abertura ao capital estrangeiro, aliado às medidas liberais, exemplificam o desejo bolsonarista de integrar outros órgãos, em particular a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com isso em mente, Bolsonaro se adianta e se defende das acusações de que seu governo promoveria o desmatamento, acusando a mídia de *fake news*. Apesar do desmatamento na Amazônia ter tido em 2021 a pior taxa em 15 anos e a mineração ilegal se expandir a ponto de ameaçar o povo Ianomâmi de genocídio (GARCIA; GONÇALVES, 2021), Bolsonaro afirma no discurso de 2019 que seu “governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo” (BOLSONARO, 2019). As queimadas daquele ano geraram repercussão midiática global, a ponto de criar um desconforto diplomático entre Brasil e França, intensificado após declarações de Bolsonaro e Paulo Guedes atacando a aparência física da primeira-dama francesa (UOL, 2019). Entretanto, no discurso bolsonarista, as queimadas teriam sido favorecidas pelo clima seco, a época do ano, os ventos e até mesmo

“queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência” (BOLSONARO, 2019).

A mídia internacional, para Bolsonaro, deturparia dados e informações sobre os reais causadores do desmatamento e das queimadas, com a intenção de atacar seu governo e a nação. Um ataque que gerou uma natural reação por parte do Brasil, do qual se depreende os impasses diplomáticos e as ofensas à aparência física da primeira-dama francesa, afinal ao atacar o Brasil as demais nações e a imprensa “despertaram nosso sentimento patriótico” (BOLSONARO, 2019). Contradizendo o início de seu próprio discurso, no qual apela para uma nova diplomacia, esta passagem é um dos muitos exemplos do estilo de diplomacia bélica adotado pelo Bolsonarismo, impulsivo, virulento, vulgar, sem pretensão ao decoro. As críticas da França à política ambiental brasileira seriam, então, uma ferramenta imperialista, dado que “Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista” (BOLSONARO, 2019).

Bolsonaro prossegue ressaltando que a Amazônia não é um patrimônio da humanidade, mas sim um patrimônio brasileiro. Os discursos que ressaltam sua importância à humanidade, como “pulmão do mundo”, são falaciosos. Estando dentro dos limites brasileiros, a floresta seria de legislação exclusivamente brasileira. E qualquer questionamento a isso ataca diretamente a soberania nacional; ao que os brasileiros devem agradecer ao presidente Trump por se opor a sanções contra o Brasil por sua política ambiental e “sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós” (BOLSONARO, 2019). Uma vez mais se apropriando do conceito de liberdade — uma das palavras mais comuns em seu discurso —, Bolsonaro fala, na prática, de uma liberdade irrestrita para atuar como bem desejar, no melhor de seus preceitos autoritários. No paroxismo do oxímoro, o conceito de liberdade é capturado e corrompido para servir a preceitos autoritários, justificando que qualquer tentativa de controle a esse autoritarismo seria um ataque à liberdade.

Seguindo, destaca parcela de seu discurso para se defender das acusações midiáticas em outra frente: a questão indígena. A partir dela, reitera sua visão de que os povos indígenas “são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós” (BOLSONARO, 2019) e por isso é preciso que eles sejam integrados na “civilização brasileira”, e não mais deslocados em reservas. Uma noção de que culturas diversas devem ser integradas, ainda que no processo sejam diluídas, em vez de permanecer à margem; e um discurso que não falha em encontrar proximidade com o que Foucault (1979, p. 272) diz sobre os judeus, incômodos históricos

dado que “são ricos e depois porque eles se casam entre si e têm práticas sexuais e religiosas completamente aberrantes; portanto, são eles os portadores da degenerescência em nossas sociedades”. Ressalta-se que a locução óbvia de Bolsonaro, “os indígenas são seres humanos como nós”, em outro de seus oximoros, evidencia seu etnocentrismo ao destacar que justamente por serem seres humanos, precisam compartilhar da cultura da *civilização*.

É preciso tomar a terra dos indígenas, uma demarcação que atrapalha no desenvolvimento nacional. Como fazer isso? Integrando-os à *civilização*, ainda que a esquerda teime “em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas”. Para endossar esse discurso, Bolsonaro trouxe em sua comitiva a *youtuber* indígena bolsonarista Ysani Kalapalo, que se diz “indígena do século XXI” e corrobora com a ideia de que os povos nativos devem ser *integrados* (MAGRI, 2021). Bolsonaro reforça, então, que em seu governo não vai se ampliar a área demarcada — e deixa claro que se dependesse dele, essa área diminuiria (BOLSONARO, 2019). Ademais, lideranças da comunidade que se colocam contra essas propostas não são mais do que “peça de manobra” de potências imperialistas estrangeiras, de olho nas riquezas do território nacional, em particular da Amazônia.

O elo entre a questão indígena e ambiental se faz claro: a ideia de que potências estrangeiras imperialistas estão ávidas por se apropriar das riquezas materiais do solo brasileiro (BOLSONARO, 2019). Para isso, como já tinha deixado claro no *Projeto fênix* e o que Coutinho (2002) e Araújo (2017) já haviam trazido, as ONGs atuam como ponta de lança nesse processo de corrupção. Ou seja, os povos nativos não necessitam de toda a terra que já possuem, tanto mais por ser uma região rica que pode servir aos interesses da nação. Em outro de seus paradoxos, apesar de repetir diversas vezes o interesse comunista em dinheiro e corrupção, atribui aos comunistas a demarcação e proteção das terras que deveriam ser exploradas. Uma inversão que atribui ao adversário a tentativa de explorar a terra, ainda que ele próprio assuma explicitamente seu desejo em explorá-la. Na prática, Bolsonaro faz pouco esforço para esconder suas pretensões em relação ao garimpo ou à exploração, ao destacar que:

O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. [...] Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Ianomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas (BOLSONARO, 2019).

Mas os perversos comunistas não se contentaram apenas em explorar o meio ambiente e os indígenas. Sua corrupção maligna atingiu todas as esferas. Seu aparelhamento do Estado e autoritarismo não encontrou limites na tentativa gramscista de atuar sobre todas as trincheiras. Para isso, esses malignos “presidentes socialistas” investiram “centenas de bilhões de dólares” na compra de “parte da mídia e do parlamento, tudo por um projeto de poder absoluto” (BOLSONARO, 2019). O invisível inimigo comunista, ao mesmo tempo, como lembra João Cezar de Castro Rocha (2020), tão eficaz e tão ineficiente, em outro dos inúmeros paradoxos do discurso bolsonarista. Eficiente por nunca desaparecer, estar sempre à espreita, onipresente, onisciente, onipotente, dominando todas as esferas sociais, políticas e econômicas em seu projeto nefasto de totalitarismo, “de poder absoluto” — não apenas nacional, mas continental, já que eles possuíam “finalidade de promover e implementar projetos semelhantes em toda a região” (BOLSONARO, 2019). Ainda assim, é preciso ressaltar o fracasso retumbante deste projeto de poder, tão poderoso, mas ainda tão incapaz de chegar ao poder de fato com suas ininterruptas derrotas desde 1935. Os comunistas sempre esbarram em alguma barreira. No caso do Bolsonarismo a barreira foi Sérgio Moro, que puniu e julgou os comunistas graças ao seu “patriotismo, perseverança e coragem” e se tornou “símbolo” no país (BOLSONARO, 2019).

Outro ponto a destacar no imaginário bolsonarista que aparece neste discurso, e que também apareceu em Coutinho (2002) e Araújo (2007) é a “cristofobia”. Uma narrativa que sugere que cristãos no Brasil, ainda que esta seja a religião hegemônica e englobe mais de 81% da população (G1, 2020), sofreria perseguição. Não de outras religiões, mas do comunismo internacional ateu. Nesta realidade paralela, os cristãos não teriam liberdade de crença. Chega ao ponto de Bolsonaro colocar “a perseguição religiosa” como um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil, ao mesmo tempo em que ignora a perseguição sobre religiões de matriz africana. Revelando seu fundamentalismo, Deus aparece como um dos termos mais comuns.

Isso se dá, diz Bolsonaro, pela influência sinistra da “ideologia” (BOLSONARO, 2019) — um dos vocábulos mais empregados. Sem qualquer preocupação ou profundidade sobre o conceito, o presidente brasileiro aplica outra de suas unilateralidades maniqueístas: apenas o lado oposto seria ideológico, ao passo que o Bolsonarismo seria inquestionável. Aponta o dedo utilizando o vocábulo “ideologia” como se fosse um xingamento, sugerindo que não há ideologia em seu governo e que ele foi responsável por “afastar do Mercosul a

ideologia” (BOLSONARO, 2019). Uma ideologia corrupta, violenta, que deixou um país destruído e que Bolsonaro não vem economizando esforços para reerguer:

Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida (BOLSONARO, 2019).

É preciso chamar a atenção para o emprego da expressão “não buscavam a verdade” (BOLSONARO, 2019), que reforça o seu versículo de cabeceira, “E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará” (BOLSONARO, 2019). Um versículo que, contextualizado para o movimento, explicita o seu autoritarismo. Isto é, que a esquerda contaminou toda a esfera privada e pública com a sua ideologia e que é preciso libertar a nação através da verdade, que reside no Messias e em seu movimento. O Messias reconstruirá o Brasil, e acabará com a ideologização de esferas como a educação e a cultura. Ele, afinal, sobreviveu a um atentado, uma prova de que é um escolhido por Deus.

Por fim, Bolsonaro conclui seu discurso em consonância com as ideias apresentadas por Araújo (2017) contra o “globalismo”. A ONU não deve ser uma organização internacionalista, como o comunismo, mas uma entidade que promove o “pan-nacionalismo”. Para isso, acima de tudo, deve se colocar como uma organização contra o inimigo global: o comunismo e sua *ideologia*: “Todos os nossos instrumentos, nacionais e internacionais, devem estar direcionados, em última instância, para esse objetivo” (BOLSONARO, 2019). O princípio da nação é fundamental, não só para esse novo Brasil, mas para o futuro da ONU em si.

Através da discussão sobre o discurso, foram identificadas as seguintes características, sistematizadas na tabela abaixo:

Tabela 24 - Tabela de características do discurso da ONU

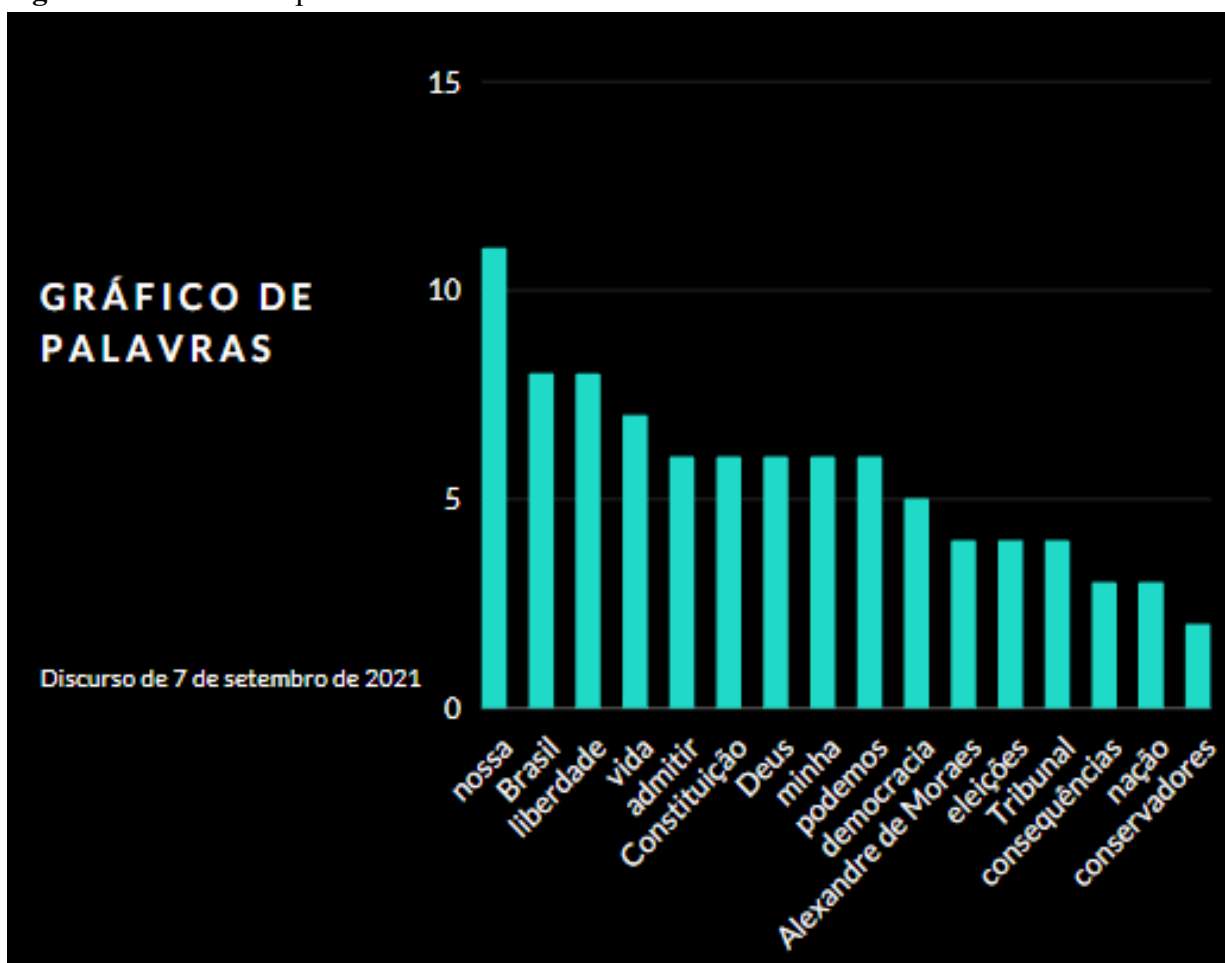
Discurso da ONU Quarto ciclo: choques iniciais (2019) Quarto estágio: o exercício do poder	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Autoritarismo</i>	<p>Anticomunismo paranoico</p> <p>Intransigência frente às demais ideologias</p> <p>Transforma em “esquerdista” virtualmente qualquer possível opositor</p> <p>Em inversão e retórica repleta de oxímoros, acusa seus adversários de aplicar exatamente o que ele aplica</p> <p>Inimigos objetivos desumanizados</p> <p>A mídia é sensacionalista e promove notícias falsas</p> <p>Messianismo: o Messias é o único capaz de salvar a nação do comunismo</p> <p>Conspiracionismo paranoico</p> <p>Apresenta um Brasil ficcional que superou completamente problemas crônicos</p> <p>Maniqueísmo</p> <p>Diplomacia bélica</p> <p>Mentira como padrão de verdade</p> <p>As ditaduras latino-americanas foram reações necessárias</p> <p>Belicismo</p> <p>Apenas o lado oposto seria ideológico, enquanto o seu movimento se torna razão do mundo e único caminho viável</p>
<i>Fundamentalismo cristão</i>	<p>“Cristofobia”</p> <p>Escolhido por Deus para devolver a nação à grandeza</p>
<i>Liberalismo</i>	<p>O Brasil se abriu para o capital estrangeiro</p> <p>Defesa do <i>laissez faire</i></p>
<i>Libertarianismo</i>	<p>Interferência econômica gera interferência política</p> <p>Defesa de privatizações e austeridade, “responsabilidade fiscal”</p> <p>Interferência estatal na economia gera aparelhamento e corrupção estatal</p>
<i>Nacionalismo</i>	<p>“Pan-nacionalismo”</p> <p>“Luta de nações”</p> <p>Contra o “globalismo”</p>
<i>Racismo</i>	Etnocentrismo: os indígenas devem ser integrados
<i>Reacionarismo</i>	<p>Retórica da perversidade: o comunismo tem efeito contrário e “socializa a pobreza”</p> <p>Retórica da ameaça: o comunismo ameaça os valores e as conquistas do passado</p> <p>É preciso destruir para reconstruir</p>

	Culto aos “valores familiares e religiosos que formam nossas tradições” (BOLSONARO, 2019) “Célula mater de qualquer sociedade saudável, a família” A nação estava degenerada, à beira do abismo do comunismo
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no discurso da ONU.

Dois anos depois, o cenário é outro. A pandemia de COVID-19 alterou a lógica do governo Bolsonaro, que alternou entre momentos de radicalização e de suavização. O ápice dessa radicalização pode ser pensado como o 7 de setembro de 2021. Uma data na qual, aproveitando-se do ambiente pró-nacionalismo criado pela efeméride, Bolsonaro proferiu um discurso explicitamente autoritário e sinalizando uma ruptura. Por fim, a conclusão deste capítulo proporá uma análise sobre esse discurso. Segue abaixo a nuvem e o gráfico de palavras:

Figura 39 - Tabela de palavras do discurso de 7 de setembro de 2021



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no discurso de 7 de setembro de 2021 e por meio do *software* WordClouds.

Para começar, Bolsonaro, após fazer um elogio a São Paulo, declara, em referência ao isolamento social como mecanismo de defesa contra a pandemia, que é preciso lutar para alterar o panorama. Com constantes homenagens a Deus, agradece a ele por ter chegado à presidência e, através dela, receber o poder necessário para alterar o paradigma corrompido legado pela esquerda (BOLSONARO, 2021). Mas lembra: Deus apóia a mudança, mas ela precisa chegar através de si, de seu messianismo: “Hoje nós temos um presidente da República que acredita em Deus, que respeita os seus militares que defende a família, e deve lealdade ao seu povo” (BOLSONARO, 2021).

Mais uma vez, Bolsonaro repete o seu versículo de cabeceira ao sugerir que o Bolsonarismo imprimiu a verdade sobre o mundo corrompido da esquerda. É preciso conhecer a destruição promovida pelos comunistas, sua infiltração nas trincheiras sociais, para se libertar. Saber é poder, e nesse caso não conhecer a dominação comunista levaria a nação

brasileira à destruição. Mais do que isso: o vírus explicitou não apenas o onipresente comunismo, mas também seu conluio com as elites oligárquicas regionais representadas por “alguns governadores” (BOLSONARO, 2021). As iniciativas tomadas por alguns governadores contra os efeitos do vírus não foram tentativas de agir frente à inação do Executivo federal, mas “um regime ditatorial” (BOLSONARO, 2021). Ainda que flerte e fale abertamente em ruptura neste discurso, Bolsonaro acusa os governadores de mostrarem à população, através de incentivos ao distanciamento social e a procura por vacinas, o que é uma ditadura. Na prática, bem como o foi na Ditadura, esse formato de discurso legitima o seu próprio autoritarismo, que recebe uma maquiagem de autodefesa. Afinal, é um autoritarismo para evitar o autoritarismo dos demais.

Em outro aceno ao fundamentalismo religioso que também marca o seu discurso, afirma que as medidas de distanciamento social foram um ataque à fé dos brasileiros. Sua preocupação, ao menos neste discurso, gira mais em torno dos efeitos do distanciamento sobre “templos e igrejas para sua orientação” do que sobre a economia. Segundo ele, ao promover uma tentativa de controle ao vírus, os estados da federação impuseram medidas inconstitucionais que cerceavam o direito à liberdade, em particular o de fluxo de pessoas. Em tom de ameaça, Bolsonaro sugere que “agora chegou o momento de nós dizermos a essas pessoas que abusam da força do poder para nos subjugar, dizer a esses poucos que agora tudo vai ser diferente” (BOLSONARO, 2021). Em suma, e novamente corrompendo a ideia de liberdade como valor sacralizado acima de todos os demais, Bolsonaro incorre a uma paradoxal defesa, no plano do discurso, do autoritarismo para proteger a liberdade absoluta.

Bolsonaro deforma o conceito de liberdade ao tomá-lo como sinônimo de permissividade absoluta, ignorando que a Constituição existe justamente para coibir e controlar a autonomia infinita que levaria a um estado de natureza hobbesiano. Ao fazer isso, contradiz não apenas sua autoafirmação como “conservador”, afinal, toda a construção do argumento burkeano se baseia justamente em criticar a ideia de “liberdade” como valor fulcral; mas também como “liberal”, vale lembrar da defesa de Mill (2017, p. 58) de que a liberdade deve ser limitada para poder existir. Se aproxima, por esse mesmo motivo, do libertarianismo que coloca o valor abstrato da liberdade como sol em torno do qual todo o resto gira. Nesse sentido, a liberdade de expressão deveria ser, para Bolsonaro, irrestrita; o que inclui, naturalmente, expressões racistas, antissemitas ou mesmo de cunho nazista, como a de Roberto Alvim (GÓES; ARAGÃO; SOARES, 2020) ou Roberto Jefferson (SACONI, 2021), este último a quem chama de “presos políticos” (BOLSONARO, 2021). Basicamente,

Bolsonaro se apropria da ideia de liberdade para protestar contra o que enxerga como limites e freios ao seu projeto autoritário.

Se os governadores recebem uma piscadela, logo o alvo dos principais ataques desse discurso se faz claro: o Supremo Tribunal Federal (STF). Instituição que tem reagido com maior frequência aos arroubos autoritários de Bolsonaro (após o pacto Bolsonarista com o presidente da Câmara baixa), o STF, em particular na figura do ministro Alexandre de Moraes, aparece como personificação do autoritarismo e ativismo judicial — aspecto que não o incomodava quando seu ministro era Sérgio Moro. A ameaça não poderia ser mais clara, sem quaisquer preocupações com o decoro de seu cargo: “Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair. [...] Sai, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha” (BOLSONARO, 2021). Em suma: ou o STF se rende à lógica do autoritarismo B [olsonarista, ou ele sofrerá as consequências.

Como Coutinho (2002) ao dizer que existe, no Brasil, “conservadora fobia”, Bolsonaro estabelece que “conservadores” são perseguidos no Brasil, pois são aqueles que pensam na nação. Um fenômeno antigo, que se repete. O primeiro passo para mudá-lo, além da interferência no Supremo e nos estados, é o voto impresso. Suas críticas repetitivas ao sistema eleitoral brasileiro visam se antecipar a uma possível derrota nas eleições de 2022. Afinal, colocar em xeque o resultado eleitoral é um dos primeiros passos da cartilha autoritária, ao incutir dúvidas acerca da legitimidade do processo e da vitória do opositor. Como deixa claro: “só Deus me tira de lá. E aqueles que pensam que com uma caneta podem me tirar da presidência, digo uma coisa para todos: nós temos 3 alternativas, em especial para mim, preso, morto ou com vitória” (BOLSONARO, 2021).

Nota-se que o discurso de 07 de setembro de 2021 intensifica o autoritarismo e as ameaças de ruptura em relação aos materiais anteriores — ainda que estes já tivessem traços evidentes de autoritarismo. A intimidação é aberta, sem subterfúgios exceto a deformação da ideia de liberdade. Assim, essas foram as características apreendidas sobre o discurso:

Tabela 25 - Tabela de características do discurso de 7 de setembro de 2021

Discurso de 07 de setembro de 2021 Quinto ciclo: pandemia e radicalização (2020-2021) Quarto estágio: o exercício do poder	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Autoritarismo</i>	Belicismo Messianismo sacrificial Crítica ao sistema eleitoral brasileiro como mecanismo de se colocar contra uma possível derrota Ameaça os freios contra o seu projeto autoritário Ameaça explícita ao Supremo Ou o STF se rende ao Bolsonarismo, ou vai sofrer as consequências É preciso autoritarismo para defender a liberdade como valor único e absoluto Acusa governadores de autoritarismo, ainda que fale abertamente em ruptura
<i>Fundamentalismo cristão</i>	O Messias foi escolhido por Deus para libertar a nação
<i>Nacionalismo</i>	Repetidas menções às cores da bandeira ou às Forças Armadas “Brasil acima de tudo”
<i>Reacionarismo</i>	Ambiente degenerado e tomado pelas forças ocultas da esquerda “Conservadorafobia” Família como pilar da nação Conspiracionismo paranoico

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no discurso de 7 de setembro de 2021.

Para resumir e sistematizar as ideias presentes nos materiais, este capítulo encerra com as tabelas abaixo contendo as principais características e traços encontrados nos materiais do Bolsonarismo:

Tabela 26 - Estágios e ciclos do Bolsonarismo

<i>Estágios</i>	<i>Ciclo</i>	<i>Material analisado</i>
<i>Criação</i>	Protobolsonarismo (1989-2013)	<i>A revolução gramscista do Ocidente</i>
<i>Enraizamento</i>	Pré-bolsonarismo: 2013-2017	<i>Trump e o Ocidente</i>
<i>Chegada ao poder</i>	Ascensão (2017-2018)	<i>Projeto fênix</i>
<i>Exercício do poder</i>	Primeiros choques (2019), pandemia (2020-2021)	Discurso da ONU, discurso de 7 de setembro de 2021

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Paxton (1998) e nos materiais de Bolsonaro.

Tabela 27 - Aparição dos principais conceitos simultâneos do fascismo

Conceito	<i>A revolução gramscista do Ocidente</i>	<i>Trump e o Ocidente</i>	<i>Projeto fênix</i>	Discurso da ONU	Discurso de 7 de setembro de 2021
Autoritarismo	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
Nacionalismo	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
Reacionarismo	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos materiais discursivos de Bolsonaro.

Tabela 28 - Tabela ampliada com principais características dos materiais

Características	<i>A revolução gramscista do Ocidente</i>	<i>Trump e o Ocidente</i>	<i>Projeto fênix</i>	Discurso da ONU	Discurso de 7 de setembro de 2021
Autoritarismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Liberalismo	Ambíguo (paradoxal)	Ambíguo (paradoxal)	Ambíguo (paradoxal)	Forte	Médio
Libertarianismo	Fraco	Médio	Forte	Forte	Forte
Reacionarismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Nacionalismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Belicismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Anticomunismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Maniqueísmo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Fundamentalismo cristão	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Antielitismo	Fraco	Forte	Forte	Forte	Forte
Tanatofilia	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Messianismo	Fraco	Forte	Forte	Forte	Forte
Revisionismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Conspiracionismo paranoico	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Desumanização de inimigos objetivos	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Retórica da perversidade	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Retórica da futilidade	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Retórica da ameaça	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Antiliberalismo	Médio	Forte	Médio	Médio	Médio
Antipolítica	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte
Anticosmopolitismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Machismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte

Anticosmopolitismo	Forte	Forte	Forte	Fraco	Forte
Racismo/islamofobia	Médio	Forte	Médio	Médio	Fraco
Anti-intelectualismo	Forte	Forte	Forte	Forte	Médio

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos materiais discursivos de Bolsonaro.

Considerações finais

“Quem viveu muito, / Nada no mundo novo lhe parece” (GOETHE, 2011, p. 286).

A fortuna crítica sobre fascismo, como essa dissertação terminou por mostrar, é imensa. Em mais de cem anos de História, perpassando diversos países e épocas, o fascismo se tornou um fenômeno moderno típico, um novo modo de se fazer política que se enraizou e reaparece, com novas vestes, em novos locais, de tempos em tempos. Sua essência permanece, em uníssono, perpassando essas manifestações heterogêneas. Seja qual for o nome que receba — populismo, ultraconservadorismo, entre outros —, sua identidade se mantém. Como foi discutido durante todo esse trabalho: os fascistas de hoje rejeitam o rótulo de fascismo, por mais próximos que sejam.

Nada mais natural e esperado que existam diferenças entre o Fascismo, o Integralismo e o Bolsonarismo. São movimentos idiossincráticos, com lógicas próprias e, em certo sentido, únicos. Tão únicos quanto, por exemplo, o são a democracia brasileira ou a democracia francesa. O que não impede que o termo “democracia” seja utilizado para denominar ambos. O mesmo acontece com outros conceitos, como conservadorismo, liberalismo e socialismo. Da mesma forma, conclui-se a partir de toda a discussão apresentada, que Integralismo e Bolsonarismo são expressões, por mais que deslocadas em tempo e espaço, análogas ao Fascismo italiano. Sempre importante ressaltar, conforme o capítulo dois buscou mostrar em toda a sua extensão, o quanto mesmo o Fascismo “original” se reconstruiu, alterou e modificou, em permanente mutação durante seus mais de vinte anos de existência. Nem por isso deixa-se de utilizar um conceito em comum para nomear todo o movimento, como se as mutações de Mussolini fossem herméticas, congeladas na idealização clássica do Fascismo.

Se as diferenças existem, as semelhanças são tanto mais significativas. Mas mesmo a definição de fascismo, mesmo o denominador comum pode-se mostrar tanto escorregadio. Não sem motivo, a discussão sobre o fenômeno encontra fortuna crítica heterogênea produzida nos últimos cem anos em diversos campos do saber. Sendo impossível analisar todos em uma dissertação de mestrado, este trabalho buscou, ainda assim, colocar em diálogo algumas das principais, ressaltando suas peculiaridades, destaques e fragilidades, bem como interseções, dado que nem todas são excludentes, mas por vezes complementares. Dentre as analisadas, privilegiou-se a de Paxton como a mais completa, ainda que ela própria precise ser posta em contato com todo o espectro de interpretações possíveis para enriquecer o debate.

Nesse sentido, apreendeu-se um fascismo “interseccional” como a aparição simultânea de três outros grandes conceitos: reacionarismo, nacionalismo e autoritarismo, junto de outros

pontos não incluídos, como base de massas. A manifestação simultânea desses conceitos acende forte aroma de fascismo que, conforme se pode compreender, não apenas sobreviveu ao fim da Guerra, como é um fenômeno mais comum do que se crê, uma versão distorcida e deformada da democracia de massas.

Logicamente, os contextos no quais surgem os três movimentos são distintos. Muda-se o tempo, e em um dos casos mesmo a nação. Certas configurações são mais completas, e não é possível esquecer do papel das redes sociais para o Bolsonarismo. Por mais que se possa dizer que seja análogo ao desempenhado pelo rádio no nazifascismo, ainda assim não deixa de ser uma formação distinta e inédita em si.

Dado o foco e escopo deste trabalho, não foi possível entrar em detalhes sobre a questão das redes sociais, mas é preciso aventá-las ao menos de passagem na conclusão. Um *meme*, veiculado no *fórum* Reddit e reproduzido abaixo, traz um homem em 2009 otimista com o dinamismo e praticidade promovidos pelas redes sociais. Há um corte temporal para o mesmo homem uma década depois: seu otimismo deu lugar a um pessimismo fatalista. O sonho do progresso deu lugar a um estado de natureza digital, um espaço no qual as tentativas de suprimir notícias falsas e discursos de ódio se mostram insuficientes para dar conta da velocidade com que surgem⁸⁵. Uma nova mídia que fomenta a extrema-direita e o autoritarismo por todo o mundo, rapidamente solapando as pretensões otimistas que a inundaram em seu início. Dizia-se que as redes sociais, com a Primavera Árabe, fomentariam a democracia direta e a participação popular.

⁸⁵ Para efeito de exemplo, uma matéria do Globo (PALACIOS, 2018) traz dados que mostram um aumento na quantidade de linchamentos mobilizados através do digital, que tendem a ser baseadas em rumores e notícias falsas. A matéria traz como exemplo o linchamento de dois irmãos pesquisadores no México, confundidos com sequestradores de uma criança que sequer existia. É preciso ressaltar o óbvio: as redes sociais não inauguraram a violência ou o autoritarismo — “Uma pesquisa do Barómetro de las Américas feita em 2016 indicou que na América Latina os linchamentos contam com a aprovação de 32,1% da população — o índice no Brasil é de 23,5%” (PALACIOS, 2018) —, mas possuem potencial de disseminá-los e intensificá-los por meio de mecanismos sociais como câmaras de eco, na qual crenças são ampliadas por filtros e algoritmos. Sobre esse ponto, dados do Latin American Public Opinion Project (Lapop) sobre o Bolsonarismo são reveladores: “Dentre os usuários assíduos do WhatsApp, 60% dos entrevistados pelo Lapop [...] em 2019 declararam voto em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. No grupo daqueles que declararam se informar sobre política por meio das mídias tradicionais, a adesão à candidatura de Bolsonaro foi consideravelmente menor, apenas 49%. Não surpreende, portanto, que a avaliação do governo Bolsonaro seja melhor no Brasil do WhatsApp. Também na pesquisa de 2019 do Lapop, Bolsonaro fazia um governo ótimo ou bom para 57% dos brasileiros que consumiam conteúdo político pelo aplicativo. Esse número era menor, 48%, entre os seguidores das mídias tradicionais” (ARAÚJO, 2021).

Figura 40 - Meme sobre a mudança de perspectiva sobre as redes sociais



Fonte: REDDIT (2019).

Sem adentrar no discurso apocalíptico do *meme*, o fato é que as redes sociais alimentaram uma nova dinâmica que favoreceu a disseminação da extrema-direita. Uma nova modalidade de massas, verdadeiras hordas digitais em que o humano se mescla com o autômato em fronteiras indefinidas. Esta característica, externa, é possivelmente a maior diferença do Bolsonarismo em relação ao Fascismo e ao Integralismo. Sozinha, porém, é insuficiente para cravar que o Bolsonarismo não é um formato de fascismo. As redes sociais são uma modernização dos meios, não dos fins ou mesmo do discurso.

Ademais, as estratégias midiáticas dos líderes de extrema-direita não recaem apenas sobre os novos meios. Além de mídias alternativas que compartilham materiais falsos, distorcidos ou deformados, como os exemplos do Breitbart News ou do Terça Livre, também desenvolvem formas de ocupar a mídia tradicional. Se não possuem tempo extenso na mídia, como era o caso de Bolsonaro em 2018, lançam mão de polêmicas incessantes, por vezes exageradas, para suprir esse vácuo. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 63-64) notaram que “Trump

também descobriu novas maneiras de usar a velha mídia como um substituto dos endossos do partido e das despesas tradicionais de campanha”, dado que “atraía coberturas gratuitas da mídia convencional criando controvérsias” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 64). Destacam que veículos tradicionais da mídia estado-unidense, como CNN e NBC, foram capturadas pela estratégia trumpista e destacaram o candidato republicano com duas vezes mais frequência do que sua adversária democrata.

Um aspecto particularmente curioso da intensificação desse fenômeno é a participação e influência progressivamente acentuada de nações estrangeiras sobre processos eleitorais. Se o Fascismo e o Integralismo não apenas foram influenciados por movimentos estrangeiros, mas mesmo financiados, a globalização e a era digital parecem ter, uma vez mais, intensificado esse fenômeno. Ainda que se afirmem nacionalistas e antiglobalistas, a participação estrangeira nesses movimentos se torna imprescindível. Sem entrar a fundo na complexa relação de Trump com a Rússia, e para além dela, a empresa Cambridge Analytica foi acusada de oferecer contratos para atuar sobre eleições em todo o planeta através do uso de dados não autorizados do Facebook. Em nome de uma “cooperação conservadora e nacionalista global”, batizada de The Movement, o Bolsonarismo se aproximou do articulista trumpista Steve Bannon, fundador do Breitbart News (PIRES, 2020). Eduardo Bolsonaro foi nomeado “embaixador” do The Movement na América do Sul. De forma semelhante, uma “quantidade significativa de fake news” (BAKIR; MCSTAY, 2017, p. 5, tradução nossa) durante as eleições de 2016 nos Estados Unidos foram rastreados como originais de regiões da Macedônia do Norte, promovidas por universitários de Tecnologia da Informação interessados em transformar cliques em euros. Eles haviam até também testado com conteúdos de esquerda ou centro, que simplesmente tiveram “desempenho inferior em comparação ao conteúdo pró-Trump no Facebook” (BAKIR; MCSTAY, 2017, p. 5, tradução nossa).

Esses pontos, em diálogo com os capítulos, evidenciam que há pouco de novo na extrema-direita autoritária ao redor do mundo. Novamente: os meios se atualizaram, mas poucas foram as mudanças em relação aos fins e aos discursos. Tanto o Fascismo quanto o Integralismo e o Bolsonarismo demonstram em seus materiais amplas manifestações de reacionarismo — expresso principalmente no desejo de destruir para reconstruir —, autoritarismo — explícito no messianismo e no desejo de um líder forte no comando da nação — e nacionalismo — o grande sol ao redor do qual tudo gira. Ademais, os três possuem base de massas e, ainda que com diferenças, diversas características em comum. Os quadros

abaixo, compilados das características apreendidas em todos os materiais analisados de cada movimento, ilustram as proximidades e diferenças:

Tabela 29 - Ciclos, estágios e materiais de cada movimento

<i>Movimento/regime</i>	Fascismo	Integralismo	Bolsonarismo
<i>Datas analisadas</i>	1919, 1921, 1922, 1925, 1932	1932, 1937, 1938, 1945, 1961	2002, 2017, 2018, 2019, 2021
<i>Ciclos</i>	Progressista (1915-1921), liberal (1921-1925), ditatorial (1925-1932), imperial (1932-1943), nazifascismo (1943-1945)	Embrionário (1922-1932), disseminação (1932-1937), Estado Novo (1937-1938), exílio (1938-1945), retorno (1945-1957), parlamentar (1957-1964), ditadura (1964-1974), cisão (1974-2018), Bolsonarismo (2018-)	Protobolsonarismo (1989-2013), pré-bolsonarismo (2013-2017), ascensão (2017-2018), primeiros choques (2019), pandemia (2020-2021)
<i>Estágios</i>	Criação (1915-1921), enraizamento (1921-1922), chegada ao poder (1922-1933), entropia (1933-1939), radicalização (1939-1945)	Criação (1922-1932), enraizamento (1932-1937), chegada ao poder (1937-1938), entropia (1938-)	Criação (1989-2013), enraizamento (2013-2017), chegada ao poder (2017-2018), exercício do poder (2019-)
<i>Materiais</i>	Programa do Fasci, programa do PNF, discurso de Nápoles, discurso de Matteotti, doutrina	<i>Manifesto de outubro</i> , discurso de candidatura, <i>Manifesto de maio</i> , <i>Manifesto-diretiva</i> , discurso na Câmara	<i>A revolução gramscista</i> , <i>Trump e o Ocidente</i> , <i>Projeto fênix</i> , discurso na ONU, discurso de 7 de setembro

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 30 - Aparições de características do fascismo em cada movimento

<i>Principais características dos fascismos</i>	Fascismo	Integralismo	Bolsonarismo
<i>Anti-intelectualismo</i>	Forte	Ambíguo	Forte
<i>Anticomunismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Anticosmopolitismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Antielitismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Antiliberalismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Antipolítica</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Antissemitismo</i>	Médio	Médio	Médio
<i>Argumentum ad populum</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Autoritarismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Belicismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Conspiracionismo paranoico</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Corporativismo/"conciliação de classes"</i>	Forte	Forte	Ausente
<i>Desumanização de inimigos objetivos</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Fundamentalismo cristão</i>	Fraco	Forte	Forte
<i>Imperialismo/"luta de nações"</i>	Forte	Ambíguo	Ambíguo
<i>Liberalismo econômico</i>	Ambíguo	Ambíguo	Forte
<i>Libertarianismo</i>	Ausente	Ausente	Forte
<i>Louvor ao Estado</i>	Forte	Forte	Ambíguo
<i>Machismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Maniqueísmo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Messianismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Nacionalismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Racismo</i>	Forte	Ambíguo	Forte

<i>Reacionarismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Retórica da ameaça</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Retórica da futilidade</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Retórica da perversidade</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Revisionismo</i>	Forte	Forte	Forte
<i>Tanatofilia</i>	Forte	Forte	Forte

Fonte: Elaborado pelo autor

Apreendendo fragmentos das interpretações não apenas do fascismo, mas mesmo do autoritarismo e reacionarismo em geral, foi possível aprofundar a discussão lançando mão de estratégias e ferramentas como a teoria dos estágios de Paxton (1998), ou a análise da retórica reacionária de Hirschmann (2019). O avanço da pesquisa constatou que todos os três movimentos analisados trabalharam, de fato, dentro do escopo das etapas de Paxton (1998), conforme explicitado nas tabelas acima. Ainda que um tanto arbitrária, como qualquer divisão, este trabalho também propôs uma divisão idiossincrática de cada movimento em ciclos próprios, cada qual respondendo por um material relevante e específico de análise e marcado por mudanças, reconstruções e diferenças. Na prática, isto evidenciou que, da mesma forma que o Fascismo, esses movimentos se reinventaram conforme o tempo, lançando ou abrindo mão de características conforme a conveniência, ao mesmo tempo em que mantêm bases em comum.

Para encerrar, vale lembrar uma das hipóteses que esta dissertação testou, ao colocar cem anos de História e três movimentos em contato, de dois países distintos: o fascismo não morreu com Mussolini. Dê-se o nome que quiser, o fato é que Mussolini rotulou um novo método de se fazer política que permaneceu mesmo após a dissolução do Fascismo. Se há diferenças, as semelhanças são mais significativas. E, mais importante, a essência permanece a mesma. Então, encerra-se com a constatação de que tanto o Integralismo quanto o Bolsonarismo são, sim, formatos brasileiros de fascismos. E ainda que esses dois sumam, outros surgirão. Podem não ir além do primeiro ou segundo estágio de Paxton (1998), talvez o Brasil nunca mais experimente um movimento análogo com magnitude e força do Bolsonarismo, mas é praticamente inevitável que novos fascismos surjam no futuro. Como a figura mítica do *doppelgänger*, o duplo que surge do Eu para eliminá-lo, o fascismo espreita como uma inevitabilidade das democracias liberais e de massa contemporâneas. É

imprescindível, portanto, compreendê-lo. E lembrar, ao contrário do título do livro de Sinclair Lewis, *Não vai acontecer aqui*, que pode, sim, acontecer aqui.

FONTES PRIMÁRIAS

ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, n. 06, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Projeto Fênix**. Disponível: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BOLSONARO, Jair. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil EBC**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 20 set. 2021.

BOLSONARO, Jair. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de Setembro em São Paulo. **Poder 360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 set. 2021.

COUTINHO, Sergio Augusto de Avellar. **A revolução gramscista no Ocidente: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em os Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Estandarte Editora E.C. Ltda., 2002.

IL POPOLO D'ITALIA. Edição de 06 de junho de 1919. **Biblioteca di Storia Moderna e Contemporanea**. Disponível em: [http://teca.bsmc.it/pub/images/materiale_a_stampa/periodico/Popolo%20d%60Italia\(II\)/CUB0706991_1919_00006/CUB0706991_1919_00006_021.jpg](http://teca.bsmc.it/pub/images/materiale_a_stampa/periodico/Popolo%20d%60Italia(II)/CUB0706991_1919_00006/CUB0706991_1919_00006_021.jpg). Acesso em: 16 set. 2021.

MUSSOLINI, Benito. **Me ne frego**. Milano: Prima edizione digitale, 2019.

MUSSOLINI, Benito. **My autobiography**: with “The political and social doctrine of Fascism”. New York: Dover Publications, 2006.

MUSSOLINI, Benito. **Mussolini as revealed in is political speeches**. 2020. Disponível em: https://www.gutenberg.org/files/62754/62754-h/62754-h.htm#Page_xxi. Acesso em: 16 set. 2021.

Partito Nazionale Fascista. **PROGRAMMA DEL PARTITO NAZIONALE FASCISTA**. Disponível em: http://www.instoria.it/home/programma_partito_nazionale_fascista.htm. Acesso em: 28 fev. 2022.

SALGADO, Plínio. **Discurso proferido na sessão de 23 de agosto de 1961, publicado no DCD de 24 de agosto de 1961**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/190-anos-do-parlamento-brasileiro/plinio-salgado_230861. Acesso em: 01 mai. 2021.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo perante a nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

SCHNAPP, Jeffrey T. (org.). **A primer of Italian Fascism**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000.

REFERÊNCIAS

A **CRÍTICA**. Memória Biblioteca Nacional, n. 558, 26 ago. 1930.

ADORNO, Theodor W. *et al.* **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo: um alerta**. São Paulo: Planeta, 2018.

ALONSO, Angela. As metamorfoses do conservadorismo. **Quatro cinco um**, n. 29, dez. 2019/jan. 2020.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego mantém recorde de 14,7% e atinge 14,8 milhões de brasileiros no trimestre encerrado em abril. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/30/desemprego-fica-em-147percent-no-trimestre-terminado-em-abril-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ALVES, Chico. Movimento fascista, integralismo tem adeptos na órbita do governo Bolsonaro. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/02/02/as-ligacoes-do-integralismo-com-o-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ALVIM, Mariana. Relatório denuncia perseguição a acadêmicos e universidades no mundo, com destaque inédito ao Brasil. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50695248>. Acesso em: 08 jan. 2020.

AMADO, Guilherme. Bolsonaro posta frase de Mussolini. **Revista Época**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/bolsonaro-posta-frase-de-mussolini-24456489>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ARAÚJO, Victor. Era das fake news: o Brasil real e o Brasil do WhatsApp. **Nexo**. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Era-das-fake-news-o-Brasil-real-e-o-Brasil-do-WhatsApp?utm_medium=Email&utm_campaign=NLDurmaComEssa&utm_source=nexoassinantes. Acesso em: 24 dez. 2021.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1978.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jesuralem: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AZEVEDO, Reinaldo. Mais uma vez, Bolsonaro usa Mussolini, o pai do fascismo, como referência. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/06/01/mais-uma-vez-bolsonaro-usa-mussolini-o-pai-do-fascismo-como-referencia.htm>. Acesso em: 16 set. 2021.

BAKIR, V; MCSTAY, A. Fake news and the economy of emotions: problems, causes, solutions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 1-22. DOI: 10.1080/21670811.2017.1345645.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Apoio a Trump cresce onde se quer o 'sonho americano' de volta. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1830605-apoio-a-trump-cresce-onde-se-quer-o-sonho-americano-de-volta.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, maçonaria e comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

BARROSO, Gustavo. **Os protocolos dos sábios de Sião**. São Paulo: Agência Minerva, 1936.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Beiser, Frederick C. **Weltschmerz: pessimism in German philosophy 1860—1900**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNHARD, Thomas. **Praça dos heróis**. São Paulo: Editora Temporal, 2020.

BERTONHA, J. F. Coerção, consenso e resistência num Estado autoritário. **Diálogos**, v. 12, n. 1, p. 141-163, 2008.

BLUMENBERG, Hans. **Teoria da não-conceitualidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

BRAY, Mark. **Antifa: o manual antifascista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

BURNHAM, James. **O suicídio do Ocidente: um ensaio sobre o significado e o destino do esquerdismo**

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BUKOWSKI, Charles. **Pulp**. Tradução de Marcos Santarrita. Porto Alegre: L&PM, 2011.

BUZZATI, Dino. **O deserto dos Tártaros**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

CALIL, G. Os Integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. **Locus**, v. 30, n. 01, p. 65-86, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20135/22435>. Acesso em: 26 out. 2021.

CARNERI, Santi. Bolsonaro Elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público. **El País**, 26 fev. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html?outputType=amp. Acesso em: 15 mar. 2022.

CARON, Giuseppe Rafael. **Discursos de Benito Mussolini: permanências e mudanças (1919-1922)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12876/1/Giuseppe%20Rafael%20Caron.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

CARVALHO, Olavo de. **Os EUA e a nova ordem mundial: um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho**. Campinas: Vide Editorial, 2012.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992.

CERIONI, Clara. Justiça do Rio manda tirar do ar especial de Natal do Porta dos Fundos. **Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/justica-do-rio-manda-tirar-do-ar-especial-de-natal-do-porta-dos-fundos/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CIDADE DE SÃO PAULO. Inventário de Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo. **Prefeitura de São Paulo**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=4535. Acesso em: 26 out. 2021.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DECLERCQ, Marie; NUÑEZ, Lenny; CESAR, Ênio. A tristeza infinita dos incels: um retrato da juventude em crise no Brasil. **Vice**. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/j5y8q3/a-tristeza-infinita-dos-incels-um-retrato-da-juventude-em-crise-no-brasil>. Acesso em: 26 out. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 3 ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Sueli Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DEUTSCHE WELLE. **Líder populista de direita minimiza impacto do Nazismo na história alemã**. 02 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1%C3%ADder-populista-de-direita-minimiza-impacto-do-Nazismo-na-hist%C3%B3ria-alem%C3%A3/a-44055784#>. Acesso em: 26 set. 2020.

DEUTSCHE WELLE. **Polônia torna crime falar em campo de concentração “polonês”**. 17 ago. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%B4nia-torna-crime-falar-em-campo-de-concentra%C3%A7%C3%A3o-polon%C3%AAs/a-19480711>. Acesso em: 06 mai. 2021.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Tribunal no Peru acusa bilionários Bill Gates e George Soros de fabricarem o novo coronavírus**. 12 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/tribunal-no-peru-acusa-bilionarios-bill-gates-e-george-soros-de-fabricarem-o-novo-coronavirus-13221507.html>. Acesso em: 03 jan. 2022.

DIAS, Adriana. **Observando o ódio: entre uma etnografia do Nazismo e a biografia de David Lane**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

DORIA, Pedro. **Fasismo à brasileira - como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo**. São Paulo: Planeta, 2020.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ECO, Umberto. **O Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Fasces**. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/fasces>. Acesso em: 17 set. 2021.

FELICE, Renzo de. **Explicar o Fascismo**. Edições 70: Lisboa, 1976.

FGV CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Bastam um soldado e um cabo para fechar STF, disse filho de Bolsonaro em vídeo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bastam-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf-disse-filho-de-bolsonaro-em-video.shtml>. Acesso em 07 jan. 2020:

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FORSYTH, Douglas. **The crisis of liberal Italy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre Fascismo e antifascismo.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FREUD, Sigmund. **O eu e o ID, “autobiografia” e outros textos (1923-1925).** São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923).** São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914).** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

G1. **Brasil tem aumento de 5% nos assassinatos em 2020, ano marcado pela pandemia do novo coronavírus; alta é puxada pela região Nordeste.** Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2021.

G1. **50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2021.

G1. **Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre AI-5 repercute na imprensa internacional.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/01/declaracao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-o-ai-5-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2020.

G1. **Repórteres Sem Fronteiras põe Bolsonaro na lista de 'predadores da liberdade de imprensa'.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/06/reporteres-sem-fronteiras-poe-bolsonaro-na-lista-de-predadores-da-liberdade-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2022.

GARCIA, Rafael; GONÇALVES, Eduardo. Amazônia tem 13.235 km² de desmatamento, pior taxa em 15 anos. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/amazonia-tem-13235-km-de-desmatamento-pior-taxa-em-15-anos-25282439>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GASSET, José Ortega y. **A rebelião das massas**. São Paulo: Linográfica Editôra LTDA., 1962.

GAYER, Eduardo. Bolsonaro diz que oposição vista nas ruas é 'digna de dó' e ironiza 'presidenciáveis aglomerados'. **O Estado de S.Paulo**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-oposicao-vista-nas-ruas-e-digna-de-do-e-ironiza-presidenciaveis-aglomerados,70003838773>. Acesso em: 16 set. 2021.

GEISELBERGER, Heinrich (org.). **A grande regressão**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GERSCHEWSKI, J. The three pillars of stability: legitimation, repression and co-optation in autocratic regimes. **Democratization**, v. 20, n. 01, p. 13-38, 2013.

GODOY, Marcelo. Faça o teste de general do Exército e saiba se você é influenciado pela esquerda. **Terra**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/faca-o-teste-de-general-do-exercito-e-saiba-se-voce-e-influenciado-pela-esquerda,ee1e7200cfb71c6f291837da2d4ffa8fm513qij.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GODOY, Marcelo. Para 'guru', Bolsonaro fazia 'jogo' da esquerda. **O Estado de S.Paulo**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-guru-bolsonaro-fazia-jogo-da-esquerda,70002733749>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GÓES, Bruno; ARAGÃO, Helena; SOARES, Jussara. Roberto Alvim copia discurso nazista de Joseph Goebbels e causa onda de indignação. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Fausto**. Tradução de Agostinho D'Ornellas. São Paulo: Martin Claret, 2011.

GONÇALVES, L. P. "Plínio Salazar?" o integralismo luso-brasileiro de Plínio Salgado. In: **Anpuh**. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364689605_ARQUIVO_PlinioSalazaroinTEGRALISMLUSO-BRASILEIRODEPLINIOSALGADOANPUH.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O Fascismo em camisas verdes: do Integralismo ao neoIntegralismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

GONÇALVES, Marina. Discurso do ódio contra jornalistas cresce no mundo, inclusive no Brasil. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/discurso-do-odio-contra-jornalistas-cresce-no-mundo-inclusive-no-brasil-23607549>. Acesso em: 25 jan. 2022.

GOMES, André. Nelson Rodrigues sabatinado por Fernanda Montenegro. **Brasil memória das artes**. Disponível em: <http://portais.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/acervo/serie-depoimentos/nelson-rodrigues-entrevistado-por-fernanda-montenegro/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GRAGNANI, Juliana. O que dizem especialistas em Churchill sobre falsa citação feita por filhos de Bolsonaro. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52885583>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRIFFIN, Roger. **The nature of Fascism**. Abingdon: Routledge, 2015.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOCHSTETLER, K. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova**, n. 72, 2007.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HITLER, Adolf. **Mein kampf**. New York: Reynal & Hitchcock, 1941.

HITLER'S circle of evil. United Kingdom, 2018. Disponível em: www.netflix.com. Acesso em: 28 out. 2021.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Homicide monitor**. Disponível em: <https://homicide.igarape.org.br/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

JOJO Rabbit. Direção: Taika Waititi. Produção: Carthew Neal; Taika Waititi; Chelsea Winstanley. 2019. 1 DVD.

KIRBY, Paul. Os números que mostram o avanço do antissemitismo na Europa. **BBC Brasil**. 16 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46557375#:~:text=%2D%2047%25%20se%20preocupam%20com%20a,ocasi%C3%B5es%20C%20por%20temer%20pela%20seguran%C3%A7a>. Acesso em: 27 mar. 2022.

KLEIN, Cristian. “Bolsonaro é instrumento dos militares”. **Valor**. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/03/bolsonaro-e-instrumento-dos-militares.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

KRESCH, Daniela. Cristãos sionistas substituem judeus de esquerda no apoio a Israel. **Folha de S.Paulo**, 25 jan. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/cristaos-sionistas-substituem-judeus-de-esquerda-no-apoio-a-israel.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005.

LATINOBARÓMETRO. **Latinobarómetro 2018**: banco de dados. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEPORE, Jill. A golden age for dystopian fiction. **The New Yorker**, New York, 05 jun. 2017. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/06/05/a-golden-age-for-dystopian-fiction>. Acesso em: 09 dez. 2022.

LEUNENS, Christine. **O céu que nos oprime**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

LEVI, Primo. **Os que sucumbem e os que se salvam**. Lisboa: Editorial Teorema, 2008.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEWIS, Sinclair. **Não vai acontecer aqui**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

LINHA Direta. **A primeira tragédia de Nelson Rodrigues**. Rio de Janeiro, Rede Globo, 7 de junho, 2007. Programa de TV.

LOCKE, John. **Two treatises of civil government**. London: Everyman's Library, 1966.

MAGENTA, Matheus. G20: isolado, Bolsonaro tem agenda esvaziada e é ironizado pela imprensa italiana. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59106310>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MAGRI, Diogo. Ysani Kalapalo, a youtuber indígena que Bolsonaro exibiu na ONU. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569341524_455504.html. Acesso em: 14 dez. 2021.

MAIA, Gustavo. Em vídeo no Twitter, Bolsonaro se compara a leão e equipara STF a hiena prestes a atacá-lo. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-video-no-twitter-bolsonaro-se-compara-leao-equipara-stf-hiena-prestes-ataca-lo-24047472>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MAISTRE, Joseph de. **Considerations on France**. London: McGill-Queen's University Press, 1974.

MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARTINS, Célio. Antiglobalistas brasileiros criam dia global contra George Soros. **Gazeta do Povo**, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/george-soros/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MCEWAN, Ian. **A barata**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MCNAMEE, Michael Sheils. Violet Gibson - The Irish woman who shot Benito Mussolini. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-56111443>. Acesso em: 16 set. 2021.

MELANCHOLIA. Direção: Lars von Trier. Produção: Meta Louise Foldager; Louise Vesth. Roteiro: Lars von Trier. Denmark: Nordisk Film, 2011.

MENEZES, Cláudio Armando Couce de. **Direito e trabalho**: análise das reformas trabalhistas. São Paulo: LTr, 2017.

MENEZES, Sergio Schargel Maia de. **O Ur-Fascismo ontem e hoje: aparições literárias de uma metodologia de poder**. Dissertação (Mestrado em Literatura) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2021. Orientadora: Vera Lúcia Follain de Figueiredo. Disponível em: http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1912329_2021_completo.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

MESQUITA, Rafael. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em ciência política e relações internacionais: uma introdução didática. **Revista Política Hoje**, v. 26, n. 2, 2017.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade / A sujeição das mulheres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio (org.). *Bolsonarismo*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

MORAES, Marcelo. Freixo recupera foto de Bolsonaro ao lado de ‘sósia’ de Hitler. **Brpolítico**. Disponível em: <https://brpolitico.com.br/noticias/freixo-recupera-foto-de-bolsonaro-ao-lado-de-sosia-de-hitler/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, n.03, 2003.

MOUNK, Yascha. **El pueblo contra la democracia**: por qué nuestra libertad está en peligro y cómo salvarla. Espasa Libros: Barcelona, 2018.

MUSSOLINI, Benito. **A amante do cardeal**: Cláudia Particella. Tradução de Francisco Oscar Zanotelli. São Paulo: Fontenele Publicações, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

O ANTAGONISTA. **Bolsonaro: “Sonego tudo o que for possível”**. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/bolsonaro-sonego-tudo-que-possivel/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

O ESTADO DE S. PAULO. **Bolsonaro usa declaração falsa para atacar imprensa**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-usa-declaracao-falsa-para-atacar-imprensa,70002750456>. Acesso em: 08 jan. 2020.

O TEMPO. **Tarso vê avanço na admissão de erros pelos militares**. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/tarso-ve-avanco-na-admissao-de-erros-pelos-militares-1.258950>. Acesso em: 16 nov. 2021.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Who we are**. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/who-we-are>. Acesso em: 02 jan. 2021.

ORTIZ, Délis. Ernesto Araújo pede demissão do Ministério das Relações Exteriores. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-pede-demissao.ghhtml>. Acesso em: 27 nov. 2021.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORWELL, George. **O que é Fascismo?** E outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PALACIOS, Ariel. Crescem na América Latina os linchamentos organizados pelas redes sociais. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/crescem-na-america-latina-os-linchamentos-organizados-pelas-redes-sociais-23242122>. Acesso em: 24 dez. 2021.

PARETO, Vilfredo. **Manual of political economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PAXTON, Robert. **A anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAXTON, Robert. The five stages of fascism. **The Journal of Modern History**. Chicago: Chicago University Press, v. 70, n. 01, 1998, p. 01-23. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/235001>. Acesso em 06 nov. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1086/235001>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (org.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PIRES, Breiller. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: 24 dez. 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2021.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

REDDIT. Watch **society collapse in real time!**. Disponível em: https://www.reddit.com/r/Memes_Of_The_Dank/comments/dgz34z/watch_society_collapse_in_real_time/. Acesso em: 24 dez. 2021.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709>. Acesso em: 19 set. 2021.

REIS, Guilherme Simões. Pela democracia, precisamos jogar fora o termo ‘populismo’. **La Libertad de Pluma**. Disponível em: <http://lalibertaddepluma.org/guilherme-simoes-reis-por-la-democracia-necesitamos-echar-el-termino-populismo-a-la-basura/>. Acesso em: 19 set. 2020.

RESENDE, Leandro. Vigiando os “inimigos”. **Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/vigiando-os-inimigos/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

RIBEIRO, Janaína. “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

RIEMEN, Rob. Fascism is once more at our doors, and we still refuse to see and treat it by its name: an interview with Cultural Philosopher Rob Riemen. Entrevista concedida a Sergio Schargel. **Revista Cantareira**, n. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40711>.

RIEMEN, Rob. **O eterno retorno do Fascismo**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

RODRIGUES, Nelson. **Viúva, porém honesta**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

RUDIN, Mike. Por que o bilionário George Soros é odiado pela direita radical. **BBC**, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49657144>. Acesso em 03 jan. 2022.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SACONI, João Paulo. Instagram exclui publicação de Roberto Jefferson após acusação de preconceito contra judeus. **O Globo**. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/instagram-exclui-publicacao-de-roberto-jefferson-apos-acusacao-de-preconceito-contra-judeus.html>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SAID, Flávia. Eduardo Bolsonaro propõe criminalizar comunismo e Nazismo. **Congresso em Foco**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/eduardo-bolsonaro-propoe-criminalizar-comunismo-e-nazismo/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s.d.

SALGADO, Plínio. **O que é o Integralismo**. São Paulo: Américas, 1933.

SALGADO, Plínio. **Páginas de combate**. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937.

SALGADO, Plínio. **Palavras novas aos tempos novos**. São Paulo: Panorama, 1937.

SANDIFER, Philip. **Neoreaction a Basilisk**. Eruditorum Press, 2017.

SCHARGEL, Sergio. A manhã renascer esbanjando poesia: o papel da arte na luta contra o ur-fascismo e o anti-intelectualismo. **Dignidade Re-Vista**, v. 4, n. 7, 2019.

SCHARGEL, Sergio. O anjo pornográfico original: a desumanização de Sylvia Serafim. In: **Anais do VII Seminário do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira FFLCH-USP**, São Paulo, junho de 2021. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ffe.usp.br/sites/literaturabrasileira.ffe.usp.br/files/inline-files/138-150.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SCHARGEL, Sergio. O duplo como mito, o duplo como ficção: um debate acerca das construções da figura do *doppelgänger*. **Revista Decifrar**, v. 8, n. 15.

SCHARGEL, Sergio. Uma breve reflexão acerca do *doppelgänger* na literatura: colocando Dostoiévski e Saramago em diálogo. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, v. 21, n. 3, p. 62-77, set./dez. 2021. doi: 10.5935/cadernosletras.v21n3p62-77.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCRUTON, Roger. **Beleza**. São Paulo: Realizações Editora, 2013.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SCRUTON, Roger. **How to be a conservative**. London: Bloomsbury Publishing, 2014.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SHELLEY, Percy Bysshe. **Ode ao vento oeste e outros poemas**. Trad. Espólio de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Hedra, 2009.

SHIRER, William. **The rise and fall of the Third Reich**: A history of Nazi Germany. New York: Simon & Schuster, 2011.

SILVA, Fabrício Pereira da. O fim da Onda Rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018.

SINGER, André *et al.* Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>. Acesso em: 16 set. 2021.

SMITH, David. US under siege from 'far-left fascism', says Trump in Mount Rushmore speech. **The Guardian**, 04 jul. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/jul/04/us-under-siege-from-far-left-fascism-says-trump-in-mount-rushmore-speech>. Acesso em: 07 set. 2020.

SOREL, Georges. **Reflections on violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SOROS, George. **Globalização**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SPERB, Paula. Procurador-geral, pai do chanceler Ernesto Araújo dificultou extradição de nazista. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/procurador-geral-pai-do-chanceler-ernesto-araujo-dificultou-extradicao-de-nazista.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2021.

STANLEY, Jason. **Como funciona o Fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STENDHAL. **O vermelho e o negro**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

SUNSTEIN, Cass (org.). **Can it happen here?** Authoritarianism in America. Harper Collins: New York, 2018.

SWIFT, Jonathan. **Viagens de Gulliver**. São Paulo: Editora Sol, 2006.

THE DEVIL Next Door. Direção: Yossi Bloch; Daniel Sivan. Israel: 2019. Disponível em: www.netflix.com. Acesso em: 28 out. 2021.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. Tradução de Julia da Rosa Simões. São Paulo: Edipro, 2019.

TOKARCZUK, Olga. **Sobre os ossos dos mortos**. São Paulo: Todavia, 2019.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

UNDERGÅNGENS Arkitektur (Arquitetura da destruição). Direção: Peter Cohen. Produção: Peter Cohen. Roteiro: Peter Cohen. Suécia: [s. n.], 1989. Disponível em: <https://canalcurta.tv.br/series/serie.aspx?serieId=442>. Acesso em: 27 nov. 2020.

UOL. **Após Bolsonaro, Guedes também ofende Brigitte Macron: “é feia mesmo”**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/05/apos-bolsonaro-guedes-tambem-ofende-brigitte-macron-e-feia-mesmo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2021.

UOL. **Neonazistas ajudam a convocar ‘ato cívico’ pró-Bolsonaro em São Paulo**. 06 abr. 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/06/neonazistas-ajudam-a-convocar-ato-civico-pro-bolsonaro-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: 06 mar. 2022.

URWAND, Ben. **A colaboração: o pacto entre Hollywood e o Nazismo**. São Paulo: LeYa, 2014.

VARGAS, Mateus; GARCIA, Larissa. Não desejo provocar rupturas, mas tudo tem limite, diz Bolsonaro em nova ameaça golpista. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/nao-desejo-provocar-rupturas-mas-tudo-tem-limite-diz-bolsonaro-em-nova-ameaca-golpista.shtml?origin=folha>. Acesso em: 26 out. 2021.

VEIGA, Edison. Há 90 anos, Vovô Índio era a tentativa brasileira de destronar Papai Noel. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59754485>. Acesso em: 13 fev. 2022.

VEJA. **Bolsonaro exalta ditadura de Pinochet no Chile e ataca pai de Bachelet**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-exalta-ditadura-de-pinochet-no-chile-e-ataca-pai-de-bachelet/amp/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VERMES, Timur. **Ele está de volta**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

ZÚQUETE, Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. **Análise Social**, v. 46, n. 201, p. 653-677.

APÊNDICE A - Tradução do Programa do Fasci di Combattimento

Em *Il Popolo D'Italia*, 06 de junho de 1919

Italianos!

Aqui está o programa de um movimento genuinamente italiano. Revolucionário porque antidogmático, fortemente inovador e contra preconceitos.

Para o problema político. **Nós exigimos:**

- a) Sufrágio universal por voto em lista regional, com representação proporcional, voto e elegibilidade para mulheres.
- b) Idade mínima para votar: 18 anos. Idade mínima para se eleger: 25 anos.
- c) A extinção do Senado.
- d) A convocação de uma Assembleia Nacional para um período de três anos, sendo a primeira responsabilidade estabelecer a Constituição do Estado.
- e) A formação de Conselhos Técnicos Nacionais de Trabalho, Indústria, Transporte, Saúde, Comunicações, etc. Devem ser eleitos pelas respectivas comunidades profissionais ou comerciais, deterem poderes legislativos, e o direito de eleger um Comissário Geral com poderes de Ministro.

Para o problema social. **Nós exigimos:**

- a) A promulgação urgente de lei que estabeleça jornada de trabalho de oito horas para todos os trabalhadores.
- b) Salário mínimo.
- c) A participação de representantes dos trabalhadores no funcionamento técnico da indústria.
- d) A atribuição da mesma confiança para organizações trabalhistas (que provarem ser moralmente e tecnicamente dignas) dedicada a executivos industriais e servidores públicos.
- e) A rápida e completa sistematização de ferrovias e todas as indústrias de transporte.

f) A modificação imprescindível das leis de seguridade social por invalidez ou velhice, reduzindo a idade mínima de 65 para 55 anos.

Para o problema militar. **Nós exigimos:**

a) O estabelecimento de uma milícia nacional com breve período de instruções e exclusivamente voltada para responsabilidades defensivas.

b) A nacionalização de todas as fábricas de armas e explosivos.

c) Uma política externa destinada a valorizar, nas competições pacíficas da civilização, a nação italiana pelo mundo.

Para o problema financeiro. **Nós exigimos:**

a) Um forte imposto progressivo sobre o capital, que assuma a forma de verdadeira expropriação parcial de toda a riqueza.

b) A apreensão de todos os bens das congregações religiosas e a extinção de todas as cantinas episcopais, que constituem uma enorme responsabilidade para a nação e privilégio para poucos.

c) A revisão de todos os contratos militares e a apreensão de 85% dos lucros de guerra.

APÊNDICE B — Tradução do programa do Partito Nazionale Fascista

Em *A primer of Italian Fascism*, de Jeffrey Schnapp

Elementos fundamentais

O Fascismo se constituiu como um partido político para fortalecer sua disciplina e sua ideologia.

A Nação não é a simples soma de indivíduos vivos nem o instrumento dos partidos para seus fins, mas um organismo que compreende a série indefinida de gerações das quais os indivíduos são elementos transitórios; é a síntese suprema de todos os valores materiais e imateriais de uma raça.

O estado é a personificação jurídica da nação. As instituições políticas são eficazes desde que os valores da Nação sejam expressos e protegidos por elas.

Valores autônomos sustentados por indivíduos, como os valores coletivos sustentados por multidões e defendidos por órgãos coletivos organizados, como famílias, municípios, corporações e assim por diante, devem ser promovidos, desenvolvidos e defendidos. Mas isso deve ser sempre feito dentro da Nação, entidade à qual esses valores estão subordinados.

O Partido Nacional Fascista defende que a forma de organização social predominante no mundo de hoje é a sociedade nacional. Além disso, afirma que o destino global não é a unificação de várias sociedades em uma única, ou seja, a “humanidade”, na linguagem dos internacionalistas. Em vez disso, o destino promete algo melhor: competição frutífera e pacífica entre todas as sociedades nacionais.

O Estado

O estado deve ser reduzido às suas funções essenciais: manter a ordem política e jurídica.

O Estado confere poderes e responsabilidades às associações. Também concede às corporações o direito de voto nas eleições para os Conselhos Técnicos Nacionais.

Daqui decorre que as competências e funções atualmente atribuídas ao Parlamento devem ser restringidas. Sob a influência do Parlamento vêm todos os problemas do indivíduo como cidadão do Estado e do Estado como órgão cujo objetivo consiste em realizar e proteger o supremo interesse nacional. Sob o controle dos Conselhos Técnicos Nacionais, vêm todos os problemas que envolvem as atividades desenvolvidas por indivíduos como produtores.

O Estado é soberano. Tal soberania não pode e não deve ser prejudicada ou diminuída pela Igreja, à qual deve ser concedida ampla liberdade para que possa cumprir seu ministério espiritual.

A atitude do Partido Nacional Fascista em relação às formas assumidas pelas instituições políticas individuais depende dos interesses morais e materiais da Nação, entendidos tanto em sua realidade quanto em seu devir histórico.

As corporações

O surgimento de corporações é um fato histórico ao qual o Fascismo não pode se opor. O PNF tem como objetivo coordenar o desenvolvimento corporativo na busca dos objetivos nacionais.

As corporações devem ser promovidas com dois objetivos funcionais: como expressão da solidariedade nacional e como meio para o desenvolvimento da produção.

As corporações não devem nivelar para baixo as habilidades individuais em função de uma coletividade arbitrária. Ao contrário, devem objetivar desenvolvê-las.

O Partido Nacional Fascista defenderá as seguintes posições em apoio aos operários:

1. Promulgação de lei estatal que estabeleça jornada oficial de trabalho de oito horas para todos os empregados, podendo ser concedidas exceções em virtude de necessidades agrícolas ou industriais especiais;
2. Promulgação de legislação de bem-estar social adaptada às necessidades atuais — particularmente nos domínios de proteção contra acidentes, invalidez e velhice para trabalhadores agrícolas, industriais ou de escritório — desde que não prejudique a produção;
3. Representação obrigatória dos trabalhadores na direção das fábricas, limitada no que diz respeito a questões pessoais;
4. Gestão da indústria e dos serviços públicos confiada a organizações sindicais que estejam moral e tecnicamente à altura da tarefa;
5. Promoção da difusão de pequenas propriedades rurais em regiões estratégicas à produção agrícola.

Pilares da política interna

O Partido Nacional Fascista visa trazer dignidade para nossos hábitos políticos, para que a vida da Nação não seja caracterizada por formas antitéticas de moralidade pública e privada.

O PNF aspira à honra suprema de governar a nação e visa restaurar o princípio ético de que os governos devem administrar o Estado em função do interesse supremo da Nação e não em função dos interesses de partidos políticos.

O prestígio do Estado-nação deve ser restaurado. O Estado italiano não é indiferente às forças arrogantes que ameaçam enfraquecer materialmente e espiritualmente a sua estrutura. Ao contrário, é um guardião zeloso, defensor e propagador da tradição, sentimento e vontade nacionais.

A liberdade de cada cidadão está sujeita a um duplo limite: a liberdade de outras pessoas jurídicas e o direito soberano da Nação de viver e se desenvolver.

O Estado deve favorecer o crescimento da Nação promovendo (mas não monopolizando) todos os esforços que promovam o desenvolvimento ético, intelectual, religioso, artístico, jurídico, social, econômico e fisiológico da coletividade nacional.

Pilares da política externa

A Itália deve reafirmar seu direito de completar sua unidade histórica e geográfica, mesmo nos casos em que a unidade ainda não foi plenamente alcançada. Deve cumprir o seu dever de baluarte da civilização latina na bacia do Mediterrâneo. Deve afirmar com firmeza e serenidade o domínio das suas leis sobre os povos de diversas nacionalidades anexados à Itália. Deve fornecer proteção aos italianos no exterior, italianos que merecem o direito à representação política.

O Fascismo considera os princípios da assim chamada *Liga das Nações* insuficientes porque, independentemente de serem membros ou não membros, as nações não gozam de igualdade dentro da *Liga*.

A difusão do Italianismo (*Italianità*) pelo mundo deve ser o objetivo do crescimento comercial da Itália e dos tratados internacionais através dos quais ela afirma sua influência. Os tratados internacionais devem ser revistos e alterados, especialmente quando contiverem cláusulas que são claramente inaplicáveis; eles devem atender às necessidades da economia nacional e mundial.

O Estado deve aproveitar ao máximo as colônias italianas no Mediterrâneo e no ultramar por meio de instituições econômicas e culturais, bem como desenvolvendo rápidas e eficientes formas de ligações e transportes entre elas.

O Partido Nacional Fascista apóia abertamente uma política de contato amigável com os povos do Oriente.

A defesa e o crescimento da Itália no exterior devem ser colocados nas mãos de um exército e uma marinha que estejam à altura das necessidades políticas da Itália e em pé de igualdade com os exércitos e marinhas de outras nações. Deve também ser colocado nas mãos de um corpo diplomático que, ciente de seu papel, é dotado de cultura, coragem e habilidades necessárias para expressar a grandeza da Itália no plano material e simbólico.

Pilares da política e da economia

O Partido Nacional Fascista defende:

1. Que sanções concretas sejam impostas a indivíduos e corporações quando os contratos de trabalho não forem respeitados;
2. Que nos casos de atos de negligência os funcionários públicos e seus encarregados sejam punidos com sanções cíveis em benefício do lesado;
3. Que sejam tornados públicos os rendimentos tributáveis e as liquidações dos bens herdados, a fim de facilitar o controle das obrigações financeiras de cada cidadão para com o Estado;
4. Que todas as iniciativas futuras do Estado que visam proteger certos ramos da agricultura e da manufatura da concorrência estrangeira sejam concebidas como um estímulo às forças produtivas de nossa nação e não em benefício de grupos parasitas e plutocráticos, cuja intenção é explorar nossa economia nacional.

Objetivos a curto prazo do PNF:

1. Equilibrar os orçamentos estatais e locais (quando necessário) por meio de cortes rigorosos para todas as entidades parasitas ou redundantes por meio de reduções de despesas que não sejam essenciais para o bem-estar dos beneficiários e nem justificadas por objetivos mais gerais;
2. Descentralização da administração pública para simplificar os serviços de entrega e agilizar a nossa burocracia, sem cair na armadilha do regionalismo político (ao qual nos opomos veementemente);
3. Proteger o dinheiro dos contribuintes contra o uso indevido, por meio da abolição de todas as concessões e subvenções dos governos estatais ou locais a consórcios, cooperativas, fábricas, clientelas especiais e outras entidades igualmente incapazes de sobreviver por conta própria e não indispensáveis à Nação;
4. Simplificar o código tributário e distribuir a carga tributária segundo critérios proporcionais (que não configurem “espoliação proporcional”) de forma que nenhuma categoria de cidadãos seja indevidamente favorecida ou deficiente;

5. Oposição à demagogia financeira e fiscal que prejudica o espírito empresarial e suga as economias e a produção de nossa Nação;

6. Cessação de políticas de favorecimento de projetos públicos malogrados, empreendidos por motivos eleitorais, ou supostamente para garantir a lei e a ordem, projetos não rentáveis pela forma irregular e fragmentária como se distribuem;

7. Elaboração de um plano orgânico de trabalhos públicos em harmonia com as novas necessidades econômicas, técnicas e militares da Nação. O plano propõe:

A. Conclusão e reorganização do sistema ferroviário italiano, de modo a assegurar melhores ligações entre as regiões recém-libertadas e a Península Itálica; e para melhorar as ligações de transporte dentro da própria Península, especialmente ligações norte-sul através dos Apeninos;

B. Aceleração máxima da eletrificação das ferrovias e, de maneira mais geral, da exploração da energia hidrelétrica em nossas bacias fluviais montanhosas de modo a promover o crescimento da indústria e da agricultura;

C. Reparação e ampliação do sistema viário, especialmente na região Sul, onde esta é uma condição necessária para a resolução de inúmeros problemas econômicos e sociais;

D. Criação e reforço de ligações marítimas entre a Península Itálica e as ilhas, a costa oriental do Adriático e as nossas colônias mediterrânicas, bem como entre o Norte e o Sul, de modo a esvaziar o fluxo das ferrovias e/ou incentivar os italianos a utilizarem transportes alternativos.

E. Concentrar despesas e esforços em alguns portos estratégicos nos três mares que circundam a Península, dotando-os dos equipamentos mais modernos;

F. Luta e resistência contra todas as formas de localismo [apenas] na medida em que, no campo de empreendimentos públicos, conduzem a esforços descoordenados e frustram projetos de interesse nacional.

8. Devolver ao setor privado as indústrias que o Estado administrou mal, em particular o sistema de telefonia e as ferrovias. No que diz respeito a este último, é necessário intensificar a concorrência entre as grandes linhas, que, por sua vez, devem ser geridas de forma diferenciada em relação às linhas regionais e locais;

9. Abolição do monopólio estatal das comunicações postais e telegráficas para que a iniciativa privada possa complementar e eventualmente substituir o serviço estatal.

Pilares da política social

O fascismo reconhece a função social da propriedade privada. Ao mesmo tempo um direito e um dever, a propriedade privada é a forma de gestão que a sociedade tradicionalmente concede aos indivíduos para que aumentem o patrimônio coletivo.

Diante de uma reconstrução socialista baseada em um modelo econômico prejudicialmente coletivista, o Partido Nacional Fascista tem os pés firmemente plantados no solo de nossa realidade histórica e nacional, que não permite um tipo único de economia agrícola ou industrial, mas favorece toda e qualquer solução, individual ou de qualquer outra natureza, que garanta o máximo nível de produção e o máximo bem-estar.

O PNF defende um regime que se esforce para aumentar nossa riqueza nacional, liberando empresas e indivíduos e abolindo, de uma vez por todas, a máquina enferrujada, cara e improdutiva do Estado. O partido, portanto, apóia todos os esforços para aumentar a produtividade da Itália e eliminar as formas de parasitismo individual ou coletivo.

O Partido Nacional Fascista também defende:

1. Que se disciplinem os confrontos desordenados entre classes e interesses socioeconômicos divergentes, para o que é imprescindível que as organizações representativas de trabalhadores e empregadores tenham reconhecimento legal (para que, por sua vez, sejam legalmente responsabilizadas);
2. Que seja promulgada e estritamente aplicada uma lei que proíba greve de servidores públicos. Além disso, devem ser constituídas juntas arbitrais compostas por representantes do poder Executivo, entre os operários em greve, e entre os contribuintes.

Política educacional

O objetivo geral das escolas deve ser a formação de indivíduos que possam contribuir para o progresso econômico e histórico da Nação, a elevação do nível moral e cultural das massas e uma renovação contínua da elite governante por meio do treinamento dos melhores elementos dentro cada classe social.

Para esses fins, as seguintes medidas são urgentes:

1. Combate ao analfabetismo, através da construção de escolas e vias de acesso e de todas as medidas do Estado que julguem cabíveis;
2. Que a escolaridade obrigatória se estenda até a sexta série nos municípios onde haja escolas que possam acomodar todos os alunos. Em todos os outros municípios, escolaridade obrigatória pelo menos até a quarta série;
3. A instituição de escolas primárias nacionais rigorosas, cuja tarefa é moldar física e moralmente os futuros soldados da Itália. Para cumprir este mandato, é necessário um

monitoramento estatal intensivo sobre os programas, seleção e desempenho de professores (especialmente em municípios nas mãos de forças antinacionalistas);

4. Escolas e universidades gratuitas, embora seja obrigatório o acompanhamento do Estado dos programas acadêmicos e do espírito do que está sendo ensinado, assim como o envolvimento direto do Estado na instrução pré-militar, visando facilitar a formação dos oficiais;

5. Colégios de formação de professores regidos pelos mesmos princípios que regem as escolas onde os professores serão empregados. Portanto, as escolas que formam professores do ensino fundamental devem manter um caráter nacional rigoroso;

6. Desenvolvimento de um plano para o estabelecimento de escolas profissionais, industriais e agrárias, que contem com os recursos e a experiência acumulada de artesãos e agricultores. Essas escolas teriam como finalidade o aumento da produtividade da Nação e a formação de uma classe intermediária de técnicos, entre operários e gestores. Para tanto, o Estado terá que complementar e coordenar os esforços existentes do setor privado, deslocando-os para onde forem considerados insuficientes;

7. Atribuir às escolas de ensino fundamental e médio um caráter “clássico”. Todos os tipos de escolas de ensino médio devem ser unificadas, para que o latim seja estudado por todos os alunos. O francês não deve mais ser a única língua estudada junto com o italiano. A segunda língua moderna deve ser escolhida em função da necessidade regional, especialmente nas áreas que fazem fronteira com outras nações;

8. Centralização de todos os benefícios educacionais, bolsas e assim por diante, sob a égide de um único instituto administrado pelo Estado. Tal instituto selecionará os alunos mais inteligentes e mais esforçados nas primeiras séries e garantirá que eles prossigam para o ensino superior. Isso neutraliza (quando necessário) o egoísmo dos pais e fornece aos alunos necessitados ajuda financeira substancial;

9. Melhoria do salário e da condição de professores e oficiais do Exército (que são, afinal, os educadores militares da Nação). Isso deve proporcionar-lhes mais respeito e os meios para expandir seus horizontes culturais. Irá também inspirar neles e no público em geral uma maior consciência da importância nacional da sua missão.

Justiça

Devem ser promovidos métodos preventivos e terapêuticos contra o crime, como escolas reformatórias, manicômios, asilos para criminosos e assim por diante. As sentenças penais são um meio de autodefesa por parte de uma sociedade nacional cujas leis foram

violadas. Elas geralmente têm o objetivo de ter valor intimidatório e corretivo. Do ponto de vista do segundo, é fundamental que se melhore a higiene das prisões e que, com a introdução do trabalho prisional, se aperfeiçoe a sua função social. Os tribunais especiais devem ser abolidos.

O Partido Nacional Fascista é a favor de uma reforma do código penal militar.

Processo de julgamento deve ser rápido e eficiente.

Defesa nacional

Todo cidadão é obrigado a servir nas Forças Armadas. Nosso exército deve começar a se ver integrado em uma única Nação armada, uma Nação na qual convergem todas as forças individuais, coletivas, econômicas, industriais e agrícolas com o propósito supremo de defender nossos interesses nacionais.

Para tanto, o Partido Nacional Fascista defende a criação imediata de um exército completo e perfeito, um exército que zele pelas fronteiras recém-conquistadas como uma sentinela vigilante e que, na fonte doméstica, assegure que a reserva nacional infinita de espíritos, homens, e os meios militares sejam sempre treinados, organizados e arregimentados de forma que estejam sempre prontos para tempos de perigo e glória.

Com este mesmo objetivo, o exército, junto com escolas e clubes desportivos, deve infundir nos corpos e espíritos dos cidadãos a aptidão e os conhecimentos necessários para a batalha e o sacrifício em nome da Pátria (instrução pré-militar).

Organização

Fascismo é um organismo cujos objetivos são:

A. Políticos.

B. Econômicos.

C. Combativos.

No campo político, o fascismo se opõe ao sectarismo. Ele acolhe qualquer pessoa que defenda sinceramente seus princípios e obedeça a sua disciplina. Estimula e valoriza os gênios, reunindo-os em grupos de especialistas de acordo com sua especialidade. Participa intensa e regularmente em todos os aspectos da vida política, colocando em prática contingente aquilo que não está fora do quadro pragmático de sua doutrina, ao mesmo tempo em que reafirma a doutrina como um todo abrangente.

No campo econômico, o fascismo apóia a criação de corporações profissionais que, dependendo das circunstâncias históricas ou geográficas, podem ser genuinamente fascistas

ou de caráter independente. Só uma coisa é crucial: que sejam profundamente embebidos do princípio de que a Nação está acima de todas as classes sociais.

No que diz respeito ao caráter belicoso, o Partido Nacional Fascista é igual aos seus Squadristi. Os Squadristi são milícias voluntárias que lutam a serviço do Estado-nação. Eles são uma fonte viva de força na qual e através da qual a ideia fascista se corporifica e se defende.

APÊNDICE C — Tradução para o português do *Discurso de Nápoles*

Discurso proferido em Nápoles, 26 de outubro de 1922. Disponível em *Mussolini as revealed in is political speeches*.

“CHEGOU O MOMENTO EM QUE A FLECHA DEVE DEIXAR O ARCO, OU A CORDA VAI ROMPER”

Fascistas e cidadãos! Pode ser, ou melhor, é quase certo, que minha eloquência os decepcione, acostumados como estão à impetuosidade e às ricas imagens de seus próprios oradores. Mas desde que me dei conta da minha incapacidade para a retórica, decidi limitar-me, ao falar, à pura necessidade.

Reunimo-nos aqui em Nápoles de todas as partes da Itália para realizar um ato de fraternidade e amor. Temos conosco nossos irmãos da fronteira da Dalmácia traída, homens que não pretendem ceder (aplausos e gritos de “Viva a Dalmácia italiana!”). Há também os fascistas de Trieste, Istria e Venezia Tridentina, fascistas de todas as partes do norte da Itália, mesmo das ilhas, da Sicília e da Sardenha, todos se unem para afirmar silenciosa e positivamente a indestrutibilidade de nossa fé unida, o que significa opor-se fortemente a toda tentativa mais ou menos mascarada de autonomia ou separatismo.

Há quatro anos, a infantaria italiana, engrandecida por vinte anos de trabalho e sofrimento, em que os filhos de seu país estavam tão amplamente representados, irrompeu do Piave e, derrotando os austríacos, avançou em direção ao Isonzo, e apenas a tola concepção democrática impediu que nossos batalhões vitoriosos marchassem pelas ruas de Viena e Budapeste (aplausos).

De Roma a Nápoles. Há um ano, em Roma, certa vez nos encontramos cercados por uma hostilidade dissimulada, que teve sua origem nos mal-entendidos e nas infâmias características do mundo político incerto da capital. (Ouça, ouça!) Não nos esquecemos de tudo isso.

Hoje estamos felizes que toda Nápoles — esta cidade que eu chamo de grande reserva de segurança da nação (aplausos) — nos recebe com um entusiasmo sincero e franco, que faz

bem aos nossos corações, tanto como homens quanto como italianos. Por esta razão, peço que nenhum incidente de qualquer tipo perturbe esta reunião, pois isso seria um erro, um erro tolo. Exijo também, assim que a reunião terminar, que todo fascista que não pertença a Nápoles deixe a cidade imediatamente.

Toda a Itália está assistindo a este encontro, porque — e deixe-me dizer isso sem falsa modéstia — não há um fenômeno pós-guerra de maior interesse e originalidade na Europa ou no mundo do que o Fascismo italiano.

Você certamente não pode esperar de mim um grande discurso. Fiz um em Udine, outro em Cremona, um terceiro em Milão, e quase me envergonho de falar novamente. Mas em vista da situação extremamente grave em que nos encontramos hoje, considero esta uma oportunidade adequada para estabelecer os diferentes pontos do problema para que as responsabilidades individuais possam ser resolvidas. Chegou, de fato, o momento em que a flecha deve sair do arco, ou a corda, esticada demais, se romperá (aplausos).

Vocês lembram que eu e meu amigo Lupi colocamos diante da Câmara as alternativas desse dilema, que não é apenas fascista, mas também nacional; ou seja, legalidade ou ilegalidade; conquista parlamentar ou revolução. Por que meio o fascismo se tornará o Estado? Pois queremos nos tornar o Estado! Bem, em 3 de outubro eu já tinha resolvido a questão.

Quando peço as eleições, quando peço que se realizem em breve, e sejam regulamentadas por uma lei eleitoral reformada, está claro para todos que escolhi o meu caminho. A própria urgência do meu pedido mostra que a tensão do meu espírito chegou ao limite. Ter ou não ter entendido isso significa ter ou não a chave para a solução de toda a crise política italiana.

O pedido veio de mim; mas também veio de um partido constituído por uma massa formidavelmente organizada, que inclui as novas gerações na Itália e tudo de melhor, física e moralmente, da juventude do país; e de um partido, também, que teve uma enorme adesão entre o público.

Mas, senhores, há mais. Este pedido foi feito no dia seguinte aos incidentes de Bolzano e Trento, que deixaram claro a todos os olhos a completa paralisia do Estado italiano e revelaram, ao mesmo tempo, a não menos completa eficiência do Estado fascista.

Bem! Apesar de tudo isso, o governo incapaz de Roma coloca a questão na base da segurança e da ordem públicas!

Toda a questão foi abordada de maneira fatalmente equivocada. Os políticos perguntam o que queremos. Não somos pessoas que fazem rodeios. Falamos claramente. Fazemos bem a quem nos faz bem e mal a quem faz o mal. O que queremos, Fascistas? Respondemos com simplicidade: a dissolução da atual Câmara, a reforma eleitoral e as eleições dentro de pouco tempo. Exigimos que o Estado abandone a ridícula neutralidade que ocupa entre as forças nacionais e as antinacionais. Pedimos medidas financeiras severas e o adiamento da evacuação da terceira zona Dalmática; pedimos cinco pastas, bem como a Comissão de Aviação. De fato, pedimos o Ministério das Relações Exteriores, o Gabinete da Guerra, o Almirantado, os Ministérios do Trabalho e das Obras Públicas. Tenho certeza de que nenhum de vocês achará nossos pedidos excessivos. Mas para completar o quadro, acrescento que não participarei do Governo nesta solução legal do problema, e a razão é óbvia: para manter o Fascismo ainda sob meu controle devo necessariamente ter uma esfera irrestrita de ação tanto para fins jornalísticos quanto polêmicos.

E qual foi a resposta do Governo? Nada! Não; pior do que isso, deu uma resposta ridícula. Apesar de tudo, nenhum dos políticos saiu da Câmara para encarar o problema do país de frente. Foi feito um cálculo miserável de nossa força; falou-se de ministros sem pastas, como se isso, depois das experiências da guerra, não fosse o ápice do absurdo humano e político. Falou-se também de subministérios; mas isso é simplesmente risível! Nós, Fascistas, não pretendemos chegar ao governo pela janela; não pretendemos abrir mão desse magnífico direito de primogenitura espiritual por restos miseráveis de ministérios (vivos e prolongados aplausos). Porque temos o que se poderia chamar de visão histórica da questão em oposição à visão meramente política e parlamentar.

Se trata de incluir no Estado Liberal — que realizou uma tarefa considerável que não esqueceremos — todas as forças da nova geração de italianos que saíram vitoriosos da Guerra. Isso é essencial para o bem-estar do Estado, e não apenas do Estado, mas para a história da nação. E então...?

Então, senhores, a questão, não sendo compreendida dentro de seus limites históricos, afirma-se e torna-se uma questão de força. Na verdade, nos momentos decisivos da História, a força sempre decide quando se trata de interesses e ideias opostas. É por isso que reunimos, organizamos firmemente e disciplinamos fortemente nossas legiões, porque assim, se a questão deve ser resolvida com o recurso à força, venceremos. Somos dignos disso. É direito e dever do povo italiano libertar sua vida política e espiritual da incrustação parasitária do passado, que não pode se prolongar indefinidamente no presente, pois significaria a morte do futuro (aplausos).

É então bastante natural que o governo de Roma tente desviar e neutralizar o movimento; que tente dismantelar a organização fascista e nos cercar de problemas.

E esses problemas têm nomes: monarquia, Forças Armadas e pacificação.

Já disse que a discussão, abstrata ou concreta, da monarquia como instituição benigna ou maligna é absurda. Cada povo em cada época da história, dado o tempo, o lugar e as condições necessárias, teve seu regime. Não há dúvida de que a unidade da Itália se baseia solidamente na Casa de Saboia (aplausos altos). Também não há dúvida de que a monarquia italiana, tanto por sua origem, desenvolvimento e História, não pode se opor às novas forças nacionais. Não manifestou nenhuma oposição por ocasião da concessão da Carta, nem quando o povo italiano — que, mesmo sendo minoria, era uma minoria determinada e inteligente — pediu e obteve a participação de seu país na Guerra. Teria, então, razão para se opor hoje, quando o Fascismo não pretende atacar o regime, mas libertá-lo de todas aquelas superestruturas que ofuscam sua posição histórica e limitam a expansão de nosso espírito nacional? Nossos inimigos tentam em vão manter vivo esse suposto mal-entendido.

O Parlamento, senhores, e toda a parafernália da democracia não têm nada em comum com a monarquia. Não apenas isso, mas também não queremos acabar com o brinquedo do povo — o Parlamento. Dizemos “brinquedo” porque grande parte das pessoas parece pensar assim. Você pode me dizer por que, de onze milhões de eleitores, seis milhões não se preocupam em votar? Pode ser, no entanto, que se amanhã você tirar o “brinquedo” deles, eles ficarão magoados. Mas não vamos tirá-lo. Afinal, é a nossa mentalidade e os nossos métodos que nos distinguem da democracia. A democracia pensa que os princípios são imutáveis e que podem ser aplicados a qualquer momento ou em qualquer lugar e situação.

Não acreditamos que a História se repita, que siga um determinado caminho; que depois da democracia deve vir uma espécie de “super-democracia”. Se a democracia teve seus usos e serviu à nação no século XIX, pode ser que alguma outra forma política seja melhor para o bem-estar da nação no século XX. Nem mesmo o medo de nossa política antidemocrática deve influenciar a decisão a favor dessa continuidade de que falei há pouco.

Quanto à outra instituição em que se personifica o regime, as Forças Armadas sabem que quando o ministério aconselhou os oficiais a andar à paisana para escapar a ataques, nós, então não mais do que um punhado de espíritos audaciosos, o proibimos (aplausos prolongados). Nós criamos nosso ideal. É fê e amor ardente. Não é necessário que ela seja trazida para a esfera da realidade. É realidade na medida em que é estímulo à fê, à esperança e à coragem. Nosso ideal é a nação. Nosso ideal é a grandeza da nação, e a isso subordinamos todo o resto.

Para nós a nação tem alma e não consiste apenas em território. Há nações que tiveram imenso território e não deixaram vestígios na História da humanidade apesar deles. Não é apenas o tamanho que conta, porque, por outro lado, houve Estados microscópicos que deixaram marcas indeléveis na história da arte e da filosofia. A grandeza de uma nação está na agregação de todas essas virtudes e de todas essas condições. Uma nação é grande quando sua força espiritual é transferida para a realidade. Roma foi grande quando, de sua pequena democracia rural, pouco a pouco, sua influência se espalhou por toda a Itália. Então ela conheceu os guerreiros de Cartago e lutou contra eles. Foi uma das primeiras guerras da História. Então, pouco a pouco, ela estendeu o domínio da Águia até os limites mais distantes do mundo conhecido, mas ainda assim, como sempre, o Império Romano é uma criação do espírito, pois foi o espírito que primeiro inspirou as legiões romanas a lutar (aplausos).

O que queremos agora é a grandeza da nação, tanto material quanto espiritualmente. É por isso que nos tornamos sindicalistas, e não porque pensamos que as massas, em razão de seu número, podem criar na História algo que perdure. Rejeitamos esses mitos de literatura socialista inferior. Mas o povo trabalhador faz parte da nação; e eles são uma grande parte da nação, necessária à sua existência tanto na paz como na guerra. Eles não podem nem devem ser repelidos. Eles podem e devem ser educados e seus legítimos interesses protegidos (aplausos). Nós lhes perguntamos: “você desejam que este estado de guerra civil continue a

perturbar o país?” Não! Pois somos os primeiros a sofrer com a incessante disputa com sua lista de mortos e feridos. Eu fui o primeiro a tentar preencher a lacuna que existe entre nós e o que é chamado de mundo bolchevique italiano.

Para provar isso, acabei de assinar um acordo com muito prazer; em primeiro lugar porque foi Gabriele D'Annunzio quem me pediu, e em segundo lugar porque era, como eu pensava, mais um passo para a paz nacional.

Mas não somos mulheres histéricas que se preocupam continuamente pensando no que pode acontecer. Não temos uma visão catastrófica e apocalíptica da história. O problema financeiro de que tanto se fala é uma questão de força de vontade. Milhões e milhões seriam salvos se houvesse homens no Governo que tivessem a coragem de dizer “não” aos diferentes pedidos. Mas até que a questão financeira seja trazida para uma base política, ela não será resolvida. Somos todos pela pacificação e gostaríamos de ver todos os italianos encontrarem o terreno comum sobre o qual seja possível viver juntos de maneira civilizada. Mas, por outro lado, não podemos abrir mão de nossos direitos e interesses e o futuro da nação em prol de medidas de pacificação que propomos com lealdade, mas que não são aceitas com o mesmo espírito pelo outro lado. Estamos em paz com quem pede paz, mas para quem nos ataca e, sobretudo, ataca a nação, não pode haver paz até depois da vitória.

E agora, Fascistas e cidadãos de Nápoles, agradeço a atenção com que me ouviram.

Nápoles dá uma bela demonstração de força, disciplina e austeridade. Foi uma ideia feliz que nos levou a vir de todas as partes da Itália, que nos permitiu vê-lo como você é, ver seu povo que enfrenta a luta pela vida como os romanos e que, com o desejo de reconstruir a vida e enriquecer com trabalho árduo, carregam sempre no coração o amor por esta sua cidade maravilhosa, que está destinada a um grande futuro, especialmente se o Fascismo não se desviar de seu caminho.

Nem os democratas devem dizer que não há necessidade de Fascismo aqui, já que não houve Bolchevismo, pois aqui existem outros movimentos políticos não menos perigosos que o Bolchevismo e não menos propensos a impedir o desenvolvimento da consciência pública.

Já vejo a Nápoles do futuro dotada de um esplendor ainda maior como a metrópole do Mediterrâneo; e vejo junto com Bari (que em 1805 tinha dezesseis mil habitantes e agora tem cento e cinquenta mil) e Palermo formando um poderoso triângulo. E vejo o Fascismo concentrando todas essas energias, purificando certos círculos, removendo certos membros da sociedade, reunindo outros sob seus padrões.

E agora, membros do Fascio de toda a Itália, levantem suas bandeiras e saudem Nápoles, a capital do sul da Itália e a rainha do Mediterrâneo.

APÊNDICE D — Tradução para o português do *Discurso sobre Matteotti*

Proferido no dia 03 de janeiro de 1925. Disponível no livro *Me ne frego!*

Cavalheiros!

O discurso que estou prestes a fazer diante de vocês talvez não possa, estritamente falando, ser classificado como um discurso parlamentar. Pode ser que no final alguns de vocês descubram que este discurso está ligado, mesmo que o tempo tenha passado, ao que pronunciei nesta mesma Câmara em 16 de novembro.

Tal discurso pode levar a algum lugar, mas não pode levar a um voto político. De qualquer forma, deve-se saber que não estou buscando esse voto político. Eu não quero isso: eu já tive muitos. O artigo 47 do Estatuto diz: “A Câmara dos Deputados tem o direito de acusar os ministros do rei e levá-los ao Supremo Tribunal de Justiça”. Pergunto formalmente se nesta Câmara, ou fora desta Câmara, há alguém que queira invocar o artigo 47.º.

A minha intervenção será, portanto, muito clara e de modo a determinar um esclarecimento absoluto. Depois de ter marchado muito tempo com camaradas a quem sempre vai a nossa gratidão pelo que fizeram, é bom parar para pensar se o mesmo caminho, com os mesmos companheiros, poderá ser seguido no futuro.

Sou eu, Senhores Deputados, que estou nessa Câmara apresentando as acusações contra mim. Foi dito que eu fundei uma Cheka. Cadê? Quando? De que maneira? Ninguém é capaz de dizer. A Cheka Russa executou entre 150.000 e 160.000 pessoas sem julgamento, como mostram estatísticas semi-oficiais. A Cheka russa exerceu terror sistematicamente sobre todas as classes médias e sobre os membros individuais dessas classes, uma Cheka que disse ser a espada vermelha da revolução. Mas uma Cheka italiana nunca existiu.

Ninguém jamais negou que eu possuía essas três qualidades: uma inteligência discreta, muita coragem e um desprezo absoluto pela atração do dinheiro.

Se eu tivesse fundado uma Cheka, eu o teria feito segundo os critérios que sempre usei para defender um tipo de violência que nunca pode ser eliminada da História. Sempre disse — e

quem me acompanhou nestes cinco anos de luta árdua pode agora lembrar-se — que a violência, para ser útil para resolver qualquer coisa, deve ser cirúrgica, inteligente e cavalheiresca. Agora, todas as ações dessa chamada Cheka sempre foram pouco inteligentes, apaixonadas e estúpidas.

Vocês realmente acham que eu poderia ordenar — no dia seguinte ao aniversário do nascimento de Cristo, quando todos os bons espíritos estão no ar — um assalto às dez horas da manhã na Via Francesco Crispi, em Roma, depois do discurso mais conciliador que já fiz durante o meu governo? Por favor, não pensem que eu seria tão idiota assim.

Teria planejado com a mesma falta de inteligência os pequenos assaltos contra Misuri e Forni? Vocês certamente se lembram do meu discurso de 7 de junho. Vamos voltar àquela semana de ardentes paixões políticas em que, neste salão, minoria e maioria se chocavam todos os dias, tanto que algumas pessoas se desesperaram para poder restabelecer aqueles termos de cooperação política e civil necessários entre as partes opostas na Câmara. Discursos violentos voavam de um lado para o outro. Finalmente, em 6 de junho, Delcroix com seu discurso lírico, cheio de vida e paixão, quebrou aquela tensão carregada de tempestade.

No dia seguinte, fiz um discurso que acabou por limpar a atmosfera. Eu disse à oposição: “Reconheço seus direitos ideais, seus direitos contingentes. Você pode superar o Fascismo com sua experiência; você pode colocar sob crítica imediata todas as medidas do governo Fascista”.

Lembro-me, e ainda tenho diante dos olhos, a visão desta parte da Câmara, onde todos estavam atentos, onde todos sentiram que eu havia falado palavras vivas e profundas, e que havia estabelecido as bases para aquela convivência necessária sem a qual não é possível continuar mesmo a existência de qualquer tipo de assembleia política. Como poderia eu, depois de um sucesso — diga-se sem falsa ou ridícula modéstia — depois de um sucesso tão clamoroso que foi admitido por toda a Câmara, inclusive pela oposição, um sucesso pelo qual a Câmara reabriu na quarta-feira seguinte em boa atmosfera, como poderia pensar, sem ser atingido por uma louca extravagância, ordenar, não direi um assassinato, mas mesmo a menor ofensa contra aquele mesmo adversário que eu estimava porque ele tinha uma certa coragem que se assemelhava a minha coragem e uma obstinação que se assemelhava à minha obstinação em sustentar uma tese?

O que eu deveria ter feito? Aqueles que achavam que eu estava apenas fazendo gestos cínicos têm cérebros de grilos. Tais gestos são os últimos a serem tolerados por mim; são repugnantes até as profundezas da minha consciência. E eu me coloco igualmente contra a demonstração de força.

Que força? Contra quem? Para qual propósito? Quando penso nisso, senhores, lembro-me daqueles estrategistas que, durante a Guerra, enquanto comíamos nas trincheiras, faziam estratégias com alfinetes nos mapas. Mas quando se trata de casos concretos, as coisas são vistas sob outro raio e sob outro aspecto. E, no entanto, em ocasiões suficientes, provei minha energia. Não falhei em cumprir as demandas.

Eu liquidei em meio dia a revolta dos Guardas Reais. Em poucos dias, venci uma revolta insidiosa. Em quarenta e oito horas, trouxe uma divisão de infantaria e metade da frota para Corfu. Esses gestos de energia — e o último surpreendeu até mesmo um dos maiores generais de uma nação amiga — são citados aqui para demonstrar que não é energia que me falta. A pena de morte? Mas isso é uma piada, senhores! Em primeiro lugar, a pena de morte teria que ser introduzida no código penal e, em qualquer caso, a pena capital não pode ser a represália de um governo. Deve ser infligido com moderação, julgamento, quando a questão diz respeito à vida de um cidadão. Foi no final daquele mês que está profundamente gravado na minha vida, que eu disse: “Quero a paz para o povo italiano e quero restabelecer a vida política normal”.

Mas qual foi a resposta a esses meus princípios? Em primeiro lugar, a Secessão Aventino — uma secessão anticonstitucional e claramente revolucionária. Em seguida, uma campanha na imprensa que durou ao longo dos meses de junho, julho e agosto. Uma campanha suja e miserável que nos desonrou por três meses. As mentiras mais fantásticas, mais aterrorizantes, mais assustadoras foram amplamente divulgadas na imprensa. Foi realmente um ato de necrofilia.

Investigações de acontecimentos clandestinos também foram feitas; inventaram coisas, sabiam que mentiam, mas mentiram mesmo assim! Sempre fui tranquilo e calmo em meio à tempestade. Essa tempestade será lembrada com um sentimento de vergonha íntima por aqueles que virão depois de nós. Este é o resultado desta campanha! Em 11 de setembro,

alguém queria se vingar de um assassinato e atirou em um de nossos melhores homens. Ele morreu pobre — tinha sessenta liras no bolso. Mas continuei meu esforço para normalizar, sem vinganças. Reprimi as ilegalidades.

Afirmo a pura verdade quando digo que mesmo agora em nossas prisões há centenas de Fascistas. É a pura verdade quando recorro a vocês que reabri o Parlamento na data fixada e que a discussão abrangeu, sem falta de regularidade, quase todos os orçamentos. É a pura verdade que esse juramento que vocês conhecem é feito pela milícia e que a nomeação de todos os generais para todos os comandos de zona é conduzida como está.

Por fim, foi apresentada uma questão que suscitou nossas paixões — a questão de aceitar a renúncia do Exmo. Francesco Giunta. A Câmara estava animada. Compreendi o significado daquela revolta; no entanto, depois de 48 horas usei meu prestígio e minha influência. Para uma assembléia tumultuada e relutante eu disse: “Aceite a demissão”, e a demissão foi aceita.

Mas isso não foi suficiente: fiz um último esforço para criar condições normais — o plano de reforma eleitoral. Qual foi a resposta? Uma intensificação da campanha e com a afirmação de que “o Fascismo é uma horda de bárbaros que cercaram na Nação, e um movimento de bandidos e saqueadores”. Agora eles encenam, senhores, a questão moral! Conhecemos a triste história das questões morais na Itália.

Mas afinal, senhores, que borboletas procuramos sob o arco de Tito? Pois bem, declaro aqui perante esta assembleia, perante todo o povo italiano, que assumo, só eu, a responsabilidade política, moral e histórica por tudo o que aconteceu. Se as sentenças, mais ou menos mutiladas, são suficientes para enforcar um homem, então vamos com o laço! Se o Fascismo foi apenas óleo de rícino ou um clube, e não uma paixão orgulhosa dos melhores jovens italianos, a culpa é minha! Se o Fascismo foi uma associação criminosa, se toda a violência foi fruto de uma determinada delinquência histórica, política, moral, a responsabilidade por isso é minha, porque a criei com a minha propaganda desde o momento da nossa intervenção no Guerra até este momento.

Nestes últimos dias, não apenas os Fascistas, mas muitos cidadãos se perguntam: existe um governo? Esses homens têm dignidade como homens? Têm dignidade também como Governo? Eu queria deliberadamente que as coisas chegassem a esse ponto extremo. Minha

experiência de vida nesses seis meses é rica. Eu testei o Partido Fascista. Assim como para sentir a temperatura de certos metais é preciso golpear com um martelo, também o é com alguns homens. Eu vi seus valores, por quais razões, quando o tempo se torna traiçoeiro, os homens mudam de lado. Eu testei isso eu mesmo. E tenha certeza de que eu não teria recorrido a essas medidas se os interesses da Nação não estivessem em jogo. O povo não respeita um governo que se deixa ser desprezado. O povo quer ver sua própria dignidade refletida no governo, e as pessoas, antes mesmo que eu pudesse dizer, disseram, “basta! Estamos cheios!”.

E por que as pessoas estavam cheias? Porque a Secessão Aventina tem um fundo republicano. Esta Secessão Aventina teve consequências, porque agora na Itália quem é Fascista arrisca a vida! Apenas nos meses de novembro e dezembro, onze fascistas foram mortos. Um teve a cabeça esmagada e outro, um idoso de 73 anos, foi morto e arremessado de um muro alto. Três incêndios ocorreram em um mês, três incêndios misteriosos nas ferrovias, um em Roma, outro em Parma e o terceiro em Florença. Surgiu assim um movimento subversivo, o que demonstra a necessidade de documentar algumas manchetes veiculadas nos jornais de ontem e de hoje:

Um chefe de esquadrão dos Squadristi gravemente ferido por subversivos.

Uma tentativa de ataque contra a sede Fascista em Tarquinia.

Um homem ferido por subversivos em Verona.

Um soldado da milícia ferido em Cremona.

Fascistas feridos por subversivos em Forlì.

Emboscada comunista em San Giorgio di Pesaro.

Subversivos cantam *Bandiera rossa* e atacam Fascistas em Monzambano.

Em apenas três dias durante este janeiro de 1925, e em apenas uma área, ocorreram incidentes em Mestre, Pionca, Valombra; cinquenta subversivos armados com fuzis percorreram o país cantando a *Bandiera rossa* e explodindo fogos de artifício; em Veneza o soldado Pascai Mario foi atacado e ferido; em Cavaso di Treviso outro fascista foi ferido; em Crespano, a sede dos Carabinieri foi invadida por cerca de vinte mulheres histéricas, um chefe de um destacamento da milícia foi atacado e jogado na água.

Chamo suas atenções para esses assuntos porque são sintomáticos. O trem expresso nº 192 foi apedrejado por subversivos que quebraram as janelas.

Vocês podem ver por essas situações que a Secessão Aventina teve repercussões profundas por todo o país. Então chega o momento em que dizemos basta! Quando dois elementos estão em conflito e são irreduzíveis, a solução é a força. Nunca houve outra solução na história e nunca haverá.

Agora ousou dizer que o problema será resolvido. O Fascismo, o governo e o partido, estão em pleno funcionamento. Cavalheiros, vocês se enganaram! Vocês pensaram que o Fascismo havia acabado porque eu o estava restringindo, que o Partido estava morto porque eu o estava segurando. Se eu usasse um centésimo da energia que usei para conter os F..ascistas, para libertá-los... Oh! Vocês veriam, vocês veriam então...

Mas não haverá necessidade disso, porque o governo é forte o suficiente para esmagar definitivamente esta Secessão Aventina.

A Itália, senhores, quer paz, quer tranquilidade, quer trabalho, quer calma; daremos com amor, se possível, ou com força, se necessário. Podem ter a certeza que nas 48 horas que se seguirem a este discurso a situação será esclarecida em todos os cantos. Todos sabemos que isso não é uma fantasia pessoal, nem desejo de governo, nem paixão vil, mas apenas amor infinito e poderoso pela Pátria.